

# **A CIDADE CAPITALISTA E A DISPERSÃO URBANA: uma análise de Altamira-PA após a instalação da UHE Belo Monte**

**GABRIELA SANTOS MAIA DA SILVA**

**Orientador: Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**



**PPGEO**  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**Universidade Federal do Pará  
Programa de Pós-Graduação  
Em Geografia – PPGEO**

**Área de Concentração: Organização e  
Gestão do Território**

**2025**



Universidade Federal do Pará



Laboratório de Estudos  
Populacionais e Urbanos



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**GABRIELA SANTOS MAIA DA SILVA - MATRÍCULA: 202315570002**

**A CIDADE CAPITALISTA E A DISPERSÃO URBANA:  
UMA ANÁLISE DE ALTAMIRA-PA APÓS A INSTALAÇÃO  
DA UHE BELO MONTE**

**ALTAMIRA-PA  
2025**

**GABRIELA SANTOS MAIA DA SILVA**

**A CIDADE CAPITALISTA E A DISPERSÃO URBANA:  
UMA ANÁLISE DE ALTAMIRA-PA APÓS A INSTALAÇÃO  
DA UHE BELO MONTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação de Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

**Área de concentração:** Organização e Gestão do Território.

**Linha de pesquisa:** Dinâmicas Territoriais da Amazônia.

**Orientador:** Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto.

**ALTAMIRA-PA  
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

S237c Santos Maia Da Silva, Gabriela.  
A cidade capitalista e a dispersão urbana : uma análise  
de Altamira-PA após a instalação de Belo Monte / Gabriela  
Santos Maia Da Silva. — 2025.  
183 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Geografia, Belém, 2025.

1. Cidades Médias na Amazônia. 2. Dispersão  
Urbana. 3. Booms Econômicos. 4. UHE Belo Monte. I.  
Título.

CDD 910.130811

---

**GABRIELA SANTOS MAIA DA SILVA**

**A CIDADE CAPITALISTA E DISPERSÃO URBANA:  
UMA ANÁLISE DE ALTAMIRA-PA APÓS A INSTALAÇÃO  
DA UHE BELO MONTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação de Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

DATA: 29/08/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto – PPGeo/Ufpa  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Soares Mendes - PPGeo/Ufpa  
(Membro interno)

---

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro – PPGG/UEPA  
(Membro externo)

À minha mãe Gildeci Calisto dos Santos.  
Por todos os sacrifícios que ela já fez  
em nome da minha criação.

Ao meu avô Pedro Justino dos Santos (*in memoriam*),  
nordestino, semianalfabeto, vindo da zona rural que acreditou no  
poder da educação e criou toda sua família pautada no saber.

A eles que acreditaram em mim  
e que me fizeram a primeira MESTRE da família Santos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e perseverança em cada etapa desta jornada, sustentando minha fé e me guiando nos momentos de dúvida e cansaço.

À minha família, pelo amor constante e pelo apoio em silêncio ou em palavras, que sempre me impulsionaram a seguir. À minha mãe, meu porto seguro, que esteve ao meu lado em todos os sentidos — acompanhando-me nas idas a campo, dividindo comigo o peso e a esperança desse caminho. Seu cuidado e sua presença foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos amigos que Altamira me deu, que fizeram da caminhada acadêmica algo mais leve, mais humano e mais bonito. Em especial, ao Gabriel que cruzou meu caminho me fornecendo sempre colo e fortaleza, sendo paciente em momentos que nem mesma eu fui. Aos meus amigos de trabalho na Prefeitura Municipal de Altamira — Whiliane, Wallace, Celso, Lúcio e Stephanie — por abraçarem essa dissertação como se fosse de vocês também. Obrigada pelo companheirismo, escuta, rodas de conversa, apoio e incentivo nos momentos decisivos.

Às secretarias do Meio Ambiente, Finanças, Regulação Fundiária e Planejamento que com seu corpo técnico capacitado e material relevante contribuíram para o êxito da minha pesquisa e me direcionaram sempre que possível para obter as informações que tanto precisava.

Ao meu orientador Prof. José Queiroz de Miranda Neto pela colaboração, empatia e incentivo para o desenvolvimento deste trabalho, principalmente em momentos de desânimo e estresse que me levaram a descrença quanto ao meu potencial.

Aos amigos da Geografia, Jhon Lennon, Adna, Darismar e Nayra, minha profunda gratidão. Obrigada por acreditarem nas minhas ideias, por estarem ao meu lado nas apresentações, e por fazerem dos momentos de pós-aula oportunidades de respiro, riso e afeto. Mais do que colegas de curso, tornaram-se amigos de verdade, e me ajudaram a me reconhecer — e me tornar — geógrafa.

“A dispersão urbana é a expressão espacial de um processo de urbanização subordinado à lógica do mercado, que fragmenta o território e intensifica as desigualdades sociais”.  
*(Maria Encarnação Beltrão Sposito, 2007).*

## RESUMO

O processo de dispersão urbana de Altamira não ocorreu de forma abrupta, mas sim de maneira gradual, acompanhando os diferentes “surto” econômicos vivenciados pelo município. Esse processo teve início com a formação da cidade, durante o auge da produção da borracha, passando pela abertura da rodovia Transamazônica (BR-230), na década de 1970, e culminando com a construção do complexo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no início da década de 2010. Cada um desses eventos contribuiu, à sua maneira, para a intensificação e o adensamento populacional da região, tendo como principal catalisador a especulação imobiliária associada à construção da barragem. Grandes incorporadoras de loteamentos, construtoras responsáveis pelos reassentamentos urbanos coletivos (RUCs) e iniciativas vinculadas ao programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foram determinantes para a redefinição do tecido urbano, marcado por novas áreas dispersas e de baixa densidade populacional. Diante disso, esta dissertação tem como objetivo analisar as transformações nos padrões de ocupação e nas dinâmicas socioespaciais da cidade, com ênfase nos processos de especulação imobiliária e elevação do custo de vida. A metodologia adotada foi quali-quantitativa, dividida em três etapas: a etapa de pré-campo, com levantamento bibliográfico e documental sobre conceitos relacionados à dispersão urbana em contextos mundial, nacional e regional, além da coleta de dados junto a órgãos e instituições oficiais; a etapa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças populares e gestores públicos, além de visitas in loco e observações empíricas; e a etapa de pós-campo, de caráter analítico e comparativo, com a consolidação das informações coletadas, análise em ambiente SIG e elaboração de gráficos, tabelas, quadros e representações cartográficas. As análises apontam que a produção do espaço urbano em Altamira tem contribuído para a conformação de uma realidade marcada pela dispersão e fragmentação espacial, em que a cidade é tratada como mercadoria, relegando as camadas sociais mais vulneráveis à condição de reféns de um contínuo processo de dispersão e periferização.

**Palavras chaves:** Cidades Médias na Amazônia; Dispersão Urbana; *Booms* Econômicos, UHE Belo Monte.

## ABSTRACT

The process of urban dispersion in Altamira did not occur abruptly. It unfolded gradually, accompanying the city's economic "booms," beginning with its founding during the rubber production peak, continuing through the construction of the Trans-Amazonian Highway (BR-230) in the 1970s, and culminating in the development of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant complex in the early 2010s. These events each contributed, in their own way, to the intensification and densification of the region's population, although the process was especially accelerated by real estate speculation driven by the dam's construction. Large land development companies, collective urban resettlement housing contractors (RUCs), and the Minha Casa, Minha Vida (MCMV) program contributed to a new configuration of the urban fabric, characterized by dispersed areas with low population density. This dissertation aims to analyze these transformations in patterns of land occupation and socio-spatial dynamics in the city, particularly in relation to real estate speculation and the rising cost of living. The research adopted a qualitative-quantitative methodological approach, divided into three stages: Pre-fieldwork, including bibliographic and documentary review of global, national, and regional concepts related to urban dispersion, as well as data collection from official institutions; Fieldwork, involving semi-structured interviews with community and public leaders, alongside in situ visits and empirical observations; and Post-fieldwork (analytical/comparative), in which the collected data were consolidated with GIS analysis, resulting in charts, tables, diagrams, and cartographic representations, along with discussions and proposals regarding the dynamics of dispersed urban expansion driven by real estate agents. The study concludes that the spatial production of Altamira contributes to a dispersed and fragmented urban reality, prioritizing the city as a commodity and leaving its most vulnerable social classes at the mercy of a continuous process of dispersion and peripheralization.

**Keywords:** Medium-sized cities in the Amazon; Urban Dispersion; Economic Booms; Belo Monte HPP.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Malha de setores censitários de 2010 .....	24
<b>Figura 2</b> - Malha de setores censitários de 2022 .....	24
<b>Figura 3</b> - Imagem do satélite Landsat da área urbana em 2010.....	28
<b>Figura 4</b> - Imagem do satélite Landsat da área urbana em 2022.....	28
<b>Figura 5</b> - Levittown, Nova York em 1952.....	31
<b>Figura 6</b> - Conjunto Habitacional Parque Piauí dispense à malha urbana de Teresina - PI.....	38
<b>Figura 7</b> - Localização e área de influência da Sede de Altamira – PA.....	42
<b>Figura 8</b> - Pirâmide do comércio da borracha na Amazônia .....	53
<b>Figura 9</b> - Vista da orla em 1955 .....	58
<b>Figura 10</b> - Avenida 7 de Setembro em 1940.....	58
<b>Figura 11</b> - Avenida José Porfírio em 1940 com destaque para Igreja Matriz e.....	58
<b>Figura 12</b> - Malha urbana do tipo Ortogonal - Pombalino.....	59
<b>Figura 13</b> - Vista aérea de Belém em 1960 junto ao edifício Manoel Pinto da Silva.....	60
<b>Figura 14</b> - Zoneamento e Tipologia Urbana de Fordlândia.....	663
<b>Figura 15</b> - Esquema do módulo de colonização existente .....	68
<b>Figura 16</b> - Tipologia das cidades nos séculos XX-XXI .....	73
<b>Figura 17</b> - Evolução do Crescimento Urbano de Altamira.....	74
<b>Figura 18</b> - Evolução da Ocupação Urbana de Altamira – 1911 a 2002 .....	79
<b>Figura 19</b> - Crescimento Populacional de Altamira.....	83
<b>Figura 20</b> - Principais eixos viários da cidade de Altamira década dos anos 2000.....	85
<b>Figura 21</b> - Raios de crescimento de Altamira antes da UHE Belo Monte .....	886
<b>Figura 22</b> - Deslocamentos da ADA Urbana para os RUCs.....	94
<b>Figura 23</b> - Perímetro Urbano de Altamira e com poligonal de saneamento .....	99
<b>Figura 24</b> - Uso inapropriado de área Cota 100 – APP.....	102
<b>Figura 25</b> - Parque Igarapé Altamira e sua vegetação.....	103
<b>Figura 26</b> - Cálculo do Coeficiente de Aproveitamento (CA).....	105
<b>Figura 27</b> - Zoneamento de Altamira conforme Plano Diretor Vigente .....	106
<b>Figura 28</b> - Uso efetivo em divergência com o plano diretor de Altamira .....	109
<b>Figura 29</b> - Evolução do perímetro urbano altamirense .....	111
<b>Figura 30</b> - Terrenos ociosos na malha urbana consolidada de Altamira .....	112
<b>Figura 31</b> - Shopping Serra Dourada e seu complexo de serviços .....	118
<b>Figura 32</b> - Localização e Perspectiva do Edifício Residencial Arte Xingu Altamira .....	119
<b>Figura 33</b> - Vazios urbanos sem infraestrutura das incorporadoras em Altamira.....	126
<b>Figura 34</b> - Estrutura Inacabada do Prédio Arte Xingu Altamira .....	127
<b>Figura 35</b> - Edifício Inacabado em via comercial relevante, Av. Brigadeiro .....	127
<b>Figura 36</b> - Edificações sem recuo (à esquerda) e estrutura construtiva inacabada (à direita), Av. José Porfírio.....	127
<b>Figura 37</b> - Habitações do loteamento.....	128
<b>Figura 38</b> - Habitações do loteamento Cidade Nova.....	128
<b>Figura 39</b> - Edificação colocada à venda no loteamento Viena .....	131
<b>Figura 40</b> - Edificação abandonada no loteamento Buriti.....	131
<b>Figura 41</b> - Rua Preciosa, RUC São Joaquim, repleta de casas muradas e com fachadas mais trabalhadas .....	134
<b>Figura 42</b> - Rua Preciosa, RUC São Joaquim, com focos de verticalização e alteração completa da tipologia do RUC.....	134
<b>Figura 43</b> - Rua Capim Limão, RUC São Joaquim, repleta de casas muradas e com fachadas mais trabalhadas .....	134
<b>Figura 44</b> - Rua Capim Limão, RUC São Joaquim, com casas que resistem ao processo de gentrificação.....	134
<b>Figura 45</b> - Raios de crescimento disperso após a instalação da UHE Belo Monte .....	135
<b>Figura 46</b> - Localização e Situação dos Loteamentos de Altamira - PA.....	136
<b>Figura 47</b> - Mapa dos valores de mercado nos loteamentos de Altamira .....	138

<b>Figura 48</b> - Distribuição de renda por domicílios – Altamira PA (2010 – 2022) .....	139
<b>Figura 49</b> - Mapa dos valores de mercado em loteamentos diversos de Altamira.....	142
<b>Figura 50</b> - Tipologia habitacional do loteamento Ibiza e a falta de infraestrutura .....	143
<b>Figura 51</b> - Habitações em Madeira presentes na Invasão dos Carroceiros .....	144
<b>Figura 52</b> - Tipologia das habitações em palafitas sob curso d'água e próximo da BR-230 que serão demolidas.....	145
<b>Figura 53</b> - Mutirão de moradores para aproveitar materiais de construção das suas casas que serão demolidas.....	145
<b>Figura 54</b> - Distribuição demográfica de Altamira entre 2010 e 2022 .....	146
<b>Figura 55</b> - Distribuição e deslocamentos populacionais – 2010/2022.....	148
<b>Figura 56</b> - Residência no RUC Tavaquara abandonada.....	149
<b>Figura 57</b> - Rua no RUC Tavaquara com vegetação invadindo via .....	149
<b>Figura 58</b> - Eixos de Dispersão de Altamira .....	151

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Crescimento populacional e urbanização no Brasil, Norte e Altamira, .....	71
<b>Tabela 2</b> - Empreendimentos Privados e Públicos em Altamira até os anos 2000 .....	80
<b>Tabela 3</b> - Loteamentos em Altamira 1970/2000.....	81
<b>Tabela 4</b> - Deslocamentos compulsórios em Altamira e Região.....	95
<b>Tabela 5</b> - Produção imobiliária durante a construção da barragem de Belo Monte.....	121
<b>Tabela 6</b> - Relação da População e dos Loteamentos ATM (1970 - 2020).....	123
<b>Tabela 7</b> - Valores de mercado em loteamentos diversos de Altamira .....	141

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Expressões e autores vinculados e/ou relevantes para o debate .....	32
<b>Quadro 2</b> - Periodização das formas e processos urbanos.....	39
<b>Quadro 3</b> - “Tipos ideais” e atributos da forma urbana na Amazônia.....	41
<b>Quadro 4</b> - Comparativo do processo de urbanização.....	82
<b>Quadro 5</b> - Síntese dos períodos econômicos .....	87
<b>Quadro 6</b> - Processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte.....	90
<b>Quadro 7</b> - Principais eventos do Licenciamento UHE Belo Monte .....	90
<b>Quadro 8</b> - Quadro síntese dos impactos e condicionantes na cidade de Altamira .....	91
<b>Quadro 9</b> - Quadro síntese quantitativo de obras na cidade de Altamira .....	93
<b>Quadro 10</b> - Zoneamento de Altamira com respectivas categorias de atividades.....	104
<b>Quadro 11</b> - Incorporadoras atuantes em Altamira entre 2010 e 2015.....	121
<b>Quadro 12</b> - Ranking de desemprego no estado do Pará em 2016.....	124

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução do PIB per capita de Altamira .....	115
<b>Gráfico 2</b> - Admissões e desligamentos entre 2010 e 2014.....	116

## SUMÁRIO

RESUMO .....	7
ABSTRACT .....	8
LISTA DE FIGURAS .....	9
LISTA DE TABELAS .....	10
LISTA DE QUADROS .....	10
LISTA DE GRÁFICOS .....	10
1. INTRODUÇÃO .....	11
2 METODOLOGIA .....	19
2.1 Compatibilização de malhas e imagens de Satélite .....	23
2.2 Questionário Semiestruturado .....	27
CAPÍTULO 1 - FORMAS URBANAS E SEU REFLEXO NA CIDADE .....	29
1.1 Dispersão Urbana: origens e desdobramentos .....	29
1.2 Dispersão Urbana: esforço de definição .....	38
1.3 Urbanização Dispersa e Urbanodiversidade Amazônica .....	39
CAPÍTULO 2 - HERENÇAS DE UMA UTOPIA: HISTÓRICO URBANO DE ALTAMIRA E SEUS CICLOS DE “DESENVOLVIMENTO” .....	42
2.1 Era da Borracha: a corrida pelo ouro branco .....	44
2.1.1 Surgimento e crescimento da cidade de Altamira .....	44
2.1.2 Verde que te quero lucrativo: paradigmas do progresso na Amazônia .....	52
2.1.3 Como nossos pais: heranças do urbano de “primeiro mundo” .....	55
2.2 Grandes projetos para grandes “problemas” .....	64
2.2.1 Integrar para não entregar: Altamira como marco da Transamazônica .....	66
2.2.2 O processo de dispersão urbana: discrepâncias globalizantes .....	72
2.2.3 As consequências intraurbanas dos grandes projetos: o caso de Altamira-PA e demais cidades médias paraenses .....	74
2.3 Precedentes da UHE Belo Monte em Altamira .....	83
CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DE DISPERSÃO URBANA ALTAMIRENSE: UHE BELO MONTE SENDO O OBJETO CATALISADOR DA EXPANSÃO URBANA DESORDENADA .....	88
3.1 Altamira planejada: condicionantes e leis municipais para a instalação da UHE Belo Monte .....	89
3.1.1 Entre o Real e o Papel: incongruências no atendimento das condicionantes e execução do planejamento urbano altamirense .....	96
3.1.2 Normativas Municipais: Plano diretor e Lei de perímetro urbano .....	103
3.2 Altamira percebida: o <i>boom</i> econômico e populacional da UHE .....	114
3.2.1 Percepções durante a construção .....	114
3.3 Altamira vivida: mazelas estabelecidas com o final da construção da UHE Belo Monte .....	123
3.3.1 Percepções após a construção .....	124
3.3.2 Efeito Enxurrada: o processo contínuo de dispersão do tecido urbano .....	135
3.3.3 Desenvolvimento para quem? As testemunhas da cidade invisível .....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	160
REFERÊNCIAS .....	167
APÊNDICE .....	180

## 1. INTRODUÇÃO

A dispersão urbana é um processo que tem sido percebido desde o final do século passado e se propaga de forma exponencial na atualidade. Em seu cerne há a mudança do paradigma econômico sofrido pela sociedade no início do capitalismo, que outrora fora feudal e relacionado à terra, confinando assim a cidade em uma forma coesa em si. Contudo, com a ruptura deste padrão, foi iniciado um movimento de urbanização, alcançado em nível mundial, desde a primeira onda da revolução industrial, entre 1750 e 1950, e alavancado novamente a partir da segunda onda, por volta da segunda metade do século XX. Atualmente, no que é conhecido como terceira revolução, há o estabelecimento de um novo tipo de aporte tecnológico e maior abrangência informacional pela sociedade (Santos, 1994; 1999), o resultado é uma maior fluidez e facilidade para o espaço em um processo distinto de urbanização, gerando assim, novas formas-conteúdo, como a de dispersão das cidades.

Gottdiener (1997) fora precursor neste estudo contribuindo para o entendimento da organização regional da vida cotidiana, rompendo com paradigmas e teorias urbanas que, a seu ver, seriam insuficientes para explicar a organização espacial contemporânea. Para o autor, é necessário analisar a intersecção espacial dos processos políticos e econômicos que influenciariam diretamente os padrões internos de diferenciação funcional, e com eles, o processo de dispersão das cidades e regiões metropolitanas.

Assim, tem-se como conjuntura mundial atual a formação de uma população majoritariamente urbana, 56% da população em 2021, e estimando-se até 2050 a marca de 68% (ONU Brasil, 2022). Destes, grande parte crescendo de forma dispersa. Como exemplo, há a cidade de Los Angeles que entre 1970 e 1990, cresceu com contingente populacional em torno de 45%, mas tendo em sua área urbana ocupada a porcentagem de 300%, em um claro descompasso entre população e território (Meadows, 1999 *apud* Ojima, 2007).

Em consonância a este processo urbano, e trazendo suas particularidades, no Brasil, a partir dos anos 1970, ocorre a urbanização dos grandes centros urbanos, o surgimento de áreas metropolitanas e a intensificação do êxodo populacional do campo para a cidade. Foi nesse pequeno período, entre as décadas de 1960 e 1970, contemporâneo a iniciativas governamentais como os Planos Nacionais de

Desenvolvimento (PND), que a população urbana superou a rural, num processo mais acelerado que o dos países desenvolvidos e que pelo seu contexto histórico foi marcado pela maior discrepância social, com intenso crescimento desigual e segregação de suas regiões, fatos que direta ou indiretamente, também fomentaram o processo de dispersão urbana.

O reflexo a longo prazo, expresso na atualidade, é que nas grandes e médias cidades brasileiras têm se observado não só o crescimento populacional urbano, mas também o aumento de sua dispersão, vinculada principalmente aos efeitos do advento do meio técnico-científico-informacional, no que passou a ser entendido como o processo de globalização, em que todas as partes, mesmo “distantes”, interagem entre si.

Milton Santos (1996) aponta para os efeitos adversos desse processo de globalização que embora deem vantagens tecnológicas e de informação à sociedade, trazem paralelamente mazelas decorrentes do sistema imposto, o capitalista, no qual se alimenta através da diferenciação social e espacial para assim obter desenvolvimento econômico, logo se usando da tecnologia como veículo de exploração. O efeito prático é uma rede mais conectada tecnologicamente e mais dispersa territorialmente, mais desenvolvida economicamente e mais explorada socialmente, em uma trama paradoxal e dialética.

Dentre os fatores para tal “fenômeno” está o desenvolvimento da lógica capitalista de consumo que criou um ambiente dinâmico e veloz, em constante transformação. O reflexo urbano deste processo foi a mudança na forma de (re)produção do espaço. Atualmente, há uma dinâmica socioespacial caracterizada pela inserção de novas áreas urbanizadas em regiões distantes do centro das cidades e a priorização da faixa central para as camadas e usos mais privilegiados que fazem surgir, paralelamente, à periferização de segmentos de baixa renda via produção irregular ou conjuntos habitacionais, em uma dinâmica indissociável que é retratada em nível intraurbano com um processo constante de dispersão e regionalmente com uma dinâmica de urbanização difusa.

Atrelada a esta relação, há também o processo de desigualdade socioeconômica e autoisolamento da população abastada, que origina nichos habitacionais fragmentados nas franjas da cidade, tornando tal processo ainda mais complexo, já que configura o rompimento do padrão centro (socialmente rico e elitizado) e periferia (economicamente pobre) presente sobremaneira nas cidades

compactas e/ou históricas do país.

Em última instância, crescem novas centralidades, desencadeadas às grandes distâncias a serem percorridas pela população em seus afazeres cotidianos, entre as zonas central e residencial (periférica), sendo estas acentuadas, sobretudo, pela segregação social exacerbada que cria espaços distintos e heterogêneos.

Acompanhando a tendência nacional, as cidades amazônicas, em especial, as cidades médias do Pará, têm vinculado ao seu crescimento a dispersão urbana e a segregação oriundas da inserção de grandes empreendimentos que alteram a conjuntura urbana da cidade. Tais empreendimentos foram e são implantados como estratégias de planejamento público rentável, com forte vinculação ideológica de progresso local, que a um só tempo articulam escalas – mundial, nacional e regional, alterando expressivamente a lógica de ocupação e produção espacial da Amazônia.

Dentre tais empreendimentos destacam-se historicamente projetos como o da construção da Fordlândia para obtenção de borracha para os Estados Unidos; da incorporação dos negócios de Ludwing no Brasil para fabricação de celulose; da elaboração de grandes projetos de rodovias, como a BR-230, e instalação de hidroelétricas, como a de Tucuruí, para estabelecer o desenvolvimento e integração da nação. Todos os projetos refletem o perfil paradoxal do desenvolvimento amazônico, marcado pelo apogeu seguido de estagnação, como o caso da atual cidade fantasma de Fordlândia, e pela exacerbção das desigualdades, citando o caso da maior favela em palafitas do Brasil, o Beiradão, instalada próximo a fábrica do antigo grupo Ludwing, atual empresa de celulose Jari.

No caso específico desta pesquisa, a alteração expressiva na forma e na produção do espaço urbano altamirense se deu em dois momentos distintos, durante a construção da rodovia Transamazônica, e recentemente, após a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, com construção de 2011 a 2016.

Tida como o maior município do país, Altamira tem em seu histórico grandes projetos governamentais e de exploração natural que mudaram drasticamente sua morfologia urbana e deixaram ainda mais acentuada e complexa a dicotomia campo-cidade, tornando-se um exemplo vivo de “floresta urbanizada” e desigual em que dia após dia se mescla territorialmente rural e urbano, assim como deixa ainda mais latente as diferenças entre tais locais (Becker, 1982).

Seu empreendimento “modificador” mais recente, a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que

fomentava o desenvolvimento do país através do estímulo em obras de infraestrutura, sendo a quarta maior obra do PAC e principal empreendimento do eixo energético do programa (Vicentini; Albuquerque, 2021). Reforçando mais uma vez o perfil amazônico de grande fonte de riquezas e celeiro de exploração para o país.

A UHE Belo Monte é tida como a maior hidrelétrica totalmente brasileira e terceira maior do mundo, com capacidade instalada de 11.233,1 MW e quantidade média de geração de energia de 4.571 MW, tal hidrelétrica representou um conglomerado de parcerias nacionais, internacionais e multinacionais que viram no local uma fonte de lucratividade. Desde sua construção oportunizou rendimentos para grandes incorporadoras, como as empreiteiras que compunham a associação consorciada da Norte Energia S.A., além de dar espaço a empresas internacionais, como a multinacional do ramo hidrelétrico Tractebel, com o fornecimento de seus serviços de projeto, coordenação e implantação de planos e programas ambientais (Tractebel, 2025). Assim, a obra sempre priorizou o capital e intencionalidades de sujeitos alheios, mais abastados economicamente e “vendeu” aos seus nativos a esperança de um futuro prospero através da sua instalação e operação.

Sua construção de pretexto desenvolvimentista visou a expansão energética do Brasil para a região centralizada do país (Santos; Silveira, 2001) em detrimento de problemáticas subsequentes para o ecossistema e população local, como desterritorialização dos seus moradores das áreas de palafitas, e especulação imobiliária, proveniente das novas edificações nos loteamentos e conjuntos habitacionais do PMCMV, evidenciando o caráter desigual presente nos territórios brasileiros, ainda mais aparente em regiões como a Amazônia, que se comporta dentro de um prisma histórico brasileiro como a periferia da periferia do país.

Como resultado, houve na forma urbana altamirense um crescimento territorial exponencial e descontinuado. Percebe-se que em um curto espaço de tempo, de 2010 a 2015, coincidentemente o período de construção da barragem, o contingente territorial aumentou em mais de 70% em relação a malha urbana medida em 2010, de 2.200 hectares (Miranda Neto, 2016). Neste cenário, comunidades inteiras foram remanejadas compulsoriamente de suas moradias para os RUCs – reassentamentos urbanos coletivos, impulsionando dialeticamente, através dos maciços investimentos, a construção de gigantescos empreendimentos imobiliários, que se instalaram em números superiores a todo histórico anterior do município, de 15.706 lotes. Em menos de uma década foram construídos 28.296 novos lotes, fazendo aumentar

expressivamente a malha urbana da cidade (Dias, 2022; Miranda Neto, 2016).

Logo, percebe-se que em Altamira, houve um processo de segregação compulsória gerado pelos RUCs e outro, ainda em andamento, de segregação induzida gerado pela especulação imobiliária que obriga a população de baixa renda a se fixar nas franjas da cidade e oportuniza as classes mais abastadas de escolherem regiões com visuais de interesse para se fixar, sendo estes próximo ao centro ou não. Trazendo como forma urbana da cidade um grande mosaico disperso de mazelas e estratos sociais distintos.

Neste contexto, justifica-se a escolha do objeto de estudo, em princípio, por seus entraves e dicotomias – Altamira é o maior município do Brasil em extensão territorial, guardando grandes áreas de reserva e conservação florestal, além de terras e tribos indígenas que fazem da região predominantemente agrícola, não-industrializada e com índice de urbanização abaixo da média do país. Contudo, a região se mostra como predominantemente urbana quando analisada estritamente sua sede. Na cidade residem a maioria da sua população, tornando-se um exemplo particular do fenômeno da urbanização no Brasil, mas habitual aos padrões urbanos amazônicos, no que é colocado por Becker (2013) como urbe amazônica;

Além disso, a cidade em questão é caracterizada pela constante expansão territorial, configurando como um possível padrão de cidades médias do Estado que em dado momento enfrentaram efeitos de grandes empreendimentos capitalistas. Dinâmica presente desde a década de 1970, embora de forma menos preponderante já que sem haver o estímulo das grandes incorporadoras nacionais cujo processo se intensificou nos últimos anos, em função de características como localização estratégica, dinamicidade socioeconômica local e efeitos decorrentes das políticas de desenvolvimento nacionais, tendo destaque, para esta dissertação, a instalação da UHE Belo Monte.

Considera-se, ainda, a necessidade de maior compreensão do fenômeno da dispersão urbana nas cidades, em especial em cidades médias da Amazônia, que crescem dentro de grandes saltos econômicos tendo campo de estudo e discussão ainda limitado se comparado com outras regiões, contudo com carga espacial e social mais singular, rica e complexa.

A problemática deste estudo está relacionada ao agravamento das mazelas sociais, resultado do esgarçamento da malha urbana, uma realidade observável nesta e em diversas outras cidades brasileiras. Tais problemas evidenciam, dentre outros

aspectos, a segregação e o autoisolamento, usando-se sobretudo do valor da terra como eficiente mecanismo excludente. Logo, a cidade se expande de forma dispersa, negando seu viés coletivo e social, onde a população pobre é privada de seu direito de usufruto, seu direito à cidade (Harvey, 2003), colocando assim o espaço urbano como um produto escasso e caro, uma mercadoria para poucos.

Nesse caso, o presente estudo tem como questionamento principal e objetivo geral da dissertação a busca de resposta para a seguinte pergunta:

Como o processo de dispersão urbana em Altamira-PA, impulsionado por grandes empreendimentos como a UHE Belo Monte, tem transformado os padrões de ocupação e a dinâmica socioespacial nesta cidade média amazônica?

Para responder este questionamento central, têm-se como objetivos específicos:

- a) Estudar o histórico de crescimento urbano de Altamira com suas principais influências e características quanto sua forma intraurbana, fornecendo inclusive parâmetros de compactação e/ou dispersão;
- b) Analisar o papel dos principais agentes na produção do espaço urbano em Altamira, com destaque para os empreendedores imobiliários, as intervenções do Estado e a atuação da população local.
- c) Analisar a conjuntura atual de dispersão urbana e os entraves encontrados dentro do prisma socioespacial e de qualidade de vida, assim como seu devir.

No que tange às hipóteses de pesquisa, a premissa deste estudo é constatar que a cidade dispersa representa um símbolo de desigualdade econômica e aversão à diversidade, sendo seu crescimento catalisador da marginalização das camadas mais pobres da sociedade. Tem-se como hipótese que a falta de um papel efetivo do estado como garantidor de ordenamento espacial, principalmente através de planejamento urbano e políticas públicas em favor da sociedade, além da atividade expressiva do capital externo, atribuindo valor à propriedade urbana, acarretou em desigualdades socioespaciais exacerbadas e crescimento urbano disperso.

Este processo de dispersão urbana vai de encontro com modelos urbanos mais diversificados, como as cidades compactas, que seriam modelos urbanos associados a uma ocupação mais densificada com conseqüente sobreposição de usos (residências, comércios e serviços). Por serem menores territorialmente, diminuem o gasto com infraestruturas e incentivam a interação da comunidade e suas diferentes

classes econômicas, por esse motivo sendo entendidas como modelos urbanos mais sustentáveis (Ghisleni, 2022).

Logo, a expansão urbana dispersa não só envolve o aumento das desigualdades sociais, mas a segurança quanto à qualidade de vida dos seus habitantes, medida neste caso por parâmetros como mobilidade e saneamento básico, e suas perspectivas de futuro.

Para constatar estas deficiências, orientou-se através da metodologia de natureza quali-quantitativa em que houve a análise qualitativa quanto à mudança da sociedade altamirense, assim como o estudo dos dados quantitativos do número populacional e de sua distribuição, medida pelos índices demográficos locais gerados. Com isto, foi possível estruturar a presente dissertação de acordo com os três momentos que compõem o método Progressivo Regressivo que deu base à problemática da pesquisa, logo, elencou-se em 3 capítulos o arsenal teórico e os resultados da dissertação, organizados conforme a seguir.

A estrutura da dissertação se deu da seguinte maneira: primeiramente um capítulo com título *Formas Urbanas e Seus Reflexos na Cidade* em que foi construído a base teórica sobre a origem e o conceito de dispersão urbana, colocando as transformações urbanossociais presentes na sociedade moderna globalizada, principalmente em elementos do cotidiano, como sua forma e local de morar (em uma abordagem mais ampliada do tema abordado). O objetivo deste tópico foi vislumbrar um prisma geral, ou área de abrangência deste processo urbano que é a dispersão urbana, nas mais variadas escalas, como também enaltecer o que há de essencial e próprio da região, aqui entendida como sua urbanização difusa e a urbanodiversidade na Amazônia (Trindade Jr, 2013).

No segundo capítulo foi levantado a visão descritiva (vertical) de Altamira, em um prisma histórico, com enfoque no crescimento da sua malha e forma urbana em seus principais ciclos econômicos (da borracha, dos Grandes Projetos - Rodovia BR-230 e dos prenúncios da instalação da UHE Belo Monte, a partir dos anos 2000). A intenção foi não perder a visão de totalidade, primordial para o método escolhido, e como tal, linkar as motivações econômicas da época aos padrões urbanos, refletidos nas influências arquitetônicas e urbanísticas, das cidades que direta ou indiretamente faziam parte do processo de desenvolvimento urbano altamirense.

Na apresentação de cada ciclo econômico, aqui entendido como evento modificador da forma urbana altamirense, pretendeu-se compor um subcapítulo, em

que houve: um recorte histórico de Altamira, um prisma econômico geral (nacional e/ou regional), e um último, com demonstrações das formas-conteúdo presente em Altamira, assim como em cidades relevantes para o período que influenciaram direta ou indiretamente a forma intraurbana altamirense.

Para tal feito, houve relevante levantamento bibliográfico da cidade, usando-se de autores com estudos pertinentes como Miranda Neto (2016), Dias (2022), Costa (2018) e Ventura (2004). Além de documentos oficiais em órgãos como da Prefeitura Municipal de Altamira. A intenção foi fazer um panorama do crescimento urbano altamirense com uma visão holística, sendo assim, foi feito um paralelo com os principais fatos e fenômenos de escalas distintas e que afetaram a cidade, neste momento, estudiosos relevantes sobre urbanização como Sposito (2009, 2010), Maricato (2003, 2012, 1996), Milton Santos (1994, 1996), Villaça (1998) e Tourinho (2011) estiveram presentes.

No terceiro capítulo foi levantado a visão horizontal e ao mesmo tempo histórico-genética de Altamira, fixando-se assim no período de instalação da UHE Belo Monte e conjuntura atual. A intenção foi fazer um olhar crítico da cidade atual munido de repertório teórico do processo urbano vivido, a dispersão urbana, e ciente do contexto histórico enfrentado, com suas influências diretas e indiretas.

Para tanto, teve-se como parâmetro organizacional a tríade Lefebvriana de produção do espaço, o qual, por meio dos 3 pontos: concebido, percebido e vivido, tornou-se possível fazer a análise espacial da realidade da cidade, incluindo aqui as alterações das formas-conteúdo e o reflexo destas na dinâmica social na comunidade altamirense.

Neste capítulo, propõe-se estudar, portanto, a Altamira Planejada com seu arcabouço técnico, presente no Plano Diretor da cidade, Lei de Uso e Ocupação do Solo e condicionantes normativas existentes nos trâmites legais de instalação da UHE Belo Monte; a Altamira Percebida, com sua Utopia de Desenvolvimento, marcada pela construção da barragem e exemplo de progresso e investimento imobiliário em sua “janela imobiliária”; e a Altamira Viva, exemplo do capitalismo selvagem e palco dos conflitos e mazelas materializadas nas fases finais da instalação da barragem que perduram até a atualidade, fazendo emergir a segregação socioespacial e autosegregação. A intenção é trazer à tona as transformações marcantes e enfatizar a relação espaço-tempo inerentes ao empreendimento, assim como as reestruturações urbanas que fizeram surgir um

novo processo urbano: o de dispersão da cidade.

Ainda no terceiro e último capítulo foi abordado os entraves do processo de dispersão urbana com seus três subtópicos, Efeito enxurrada: O processo contínuo de dispersão do tecido urbano; e o Desenvolvimento para quem? As testemunhas da cidade “invisível”. Todos estes tópicos assim, elencados para ressaltar a dinâmica de produção do espaço altamirense, havendo assim uma metodologia própria e bem fundamentada conforme colocado a seguir.

## 2 METODOLOGIA

O discernimento conceitual entre método e metodologia é um passo primordial para boa análise e desvendamento da problemática ao qual o pesquisador deseja se debruçar. Conforme Sposito (2018, p. 33-34) *apud* Melazzo, Góes (2022):

A articulação entre método e metodologia é indiscutível, ainda que seja importante fazer a distinção entre estes dois planos. O primeiro está afeito aos fundamentos que orientam a elaboração do pensamento, no que concerne tanto à eleição dos instrumentos de condução da pesquisa como às ferramentas conceituais que orientam a reflexão. O segundo é muito mais restrito às ações que conduzem a investigação. Assim o método orienta a metodologia e possibilita a ligação dela à teoria [...]

Assim, para maior fundamentação dos elementos que foram levantados através do método, aqui entendido como forma de pensar a problemática, buscou-se ter uma abordagem metodológica de natureza quali-quantitativa, em que houvesse a análise qualitativa quanto à mudança da sociedade altamirense, e seus reflexos na forma urbana, respaldando-se, sobretudo, através das bases de dados e gráficos pertinentes ao tema. Para tanto, dentre outras informações, foi necessário fazer a mensuração quantitativa da proporcionalidade entre habitantes x metros quadrados da cidade ao longo do tempo, assim como a existência ou não de vazios urbanos. Procura-se, assim, estabelecer os fatores que determinaram ou que contribuíram para a alteração da forma urbana e suas consequências socioespaciais.

Como ferramenta para analisar os locais de dispersão e adensamento habitacional da cidade de Altamira, foi utilizado a abordagem empírica adaptada de Lobo (2009), em um recorte temporal preciso de antes, durante e após a instalação da barragem de Belo Monte. Tal ferramenta se baseia na análise comparativa de imagens de satélite, neste caso do satélite Landsat dos anos 2010 e 2022, e de

compatibilizações das malhas dos setores censitários do IBGE nas mesmas respectivas datas.

Complementando os dados alcançados mediante a ferramenta acima citada, pretende-se também formular um questionário com os principais agentes produtores do espaço altamirense, a saber: Estado, através da secretária de planejamento do município e População, mediante lideranças dos bairros mais distantes do centro urbano altamirense, sendo escolhidos o loteamento Viena e o RUC Laranjeiras, assim como um dos bairros o qual se julga sofrer mais com o processo de gentrificação, o RUC São Joaquim. A intenção é que seja possível desvendar como ocorreu e ainda ocorre o processo de dispersão urbana na cidade, assim como fazer interpretações quanto o desenvolvimento urbano após a UHE Belo Monte, principalmente através da escuta de mazelas latentes, como mobilidade e saneamento, que estavam impostas como medidas a serem sanadas nas condicionantes para a instalação da hidrelétrica.

Em um último momento, pretende-se questionar os entrevistados quanto às expectativas para a instalação de outro empreendimento capitalista, a Mineradora Belo Sun. Trazendo reflexões quanto à maneira que a sociedade e o governo veem os empreendimentos capitalistas para a cidade e se acreditam que este último acarretará mais mazelas ou trará progresso para a população.

Para se ter uma noção de totalidade e um conhecimento considerável de um tema, que no caso desta dissertação é a dispersão urbana de Altamira – PA, estudos e dados quantitativos e qualitativos são primordiais. Não se pautando meramente em dados, números e referenciais, soltos e sem justificativas, esta análise precisa fundamentar-se em um método que busque a compreensão e “descoberta” da realidade do objeto.

Para tanto, cabe ao investigador perceber as relações e trocas do objeto de pesquisa com o sujeito, ou sujeitos, e com o lócus do qual faz parte. Assim, lança-se não somente um olhar mais amplo, que extrapola a dimensão “visível” do objeto, como também um olhar mais aprofundado, partindo-se da negação do que é inicialmente imposto, para assim se considerar outras minúcias e particularidades imanentes, e desta forma, ter-se uma dimensão mais fiel da realidade, desvinculando esta do que é inútil e não retirando dela mesma o que é essencial para o seu entendimento.

Nesse sentido, o materialismo histórico e dialético constitui o alicerce teórico-

metodológico desta pesquisa. Esse método orienta-se pela análise crítica das estruturas sociais, econômicas e históricas, compreendendo-as em constante transformação e permeadas por contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Essa abordagem possibilita desvendar como as relações de produção, mediadas pelo capital, determinam as dinâmicas espaciais e as desigualdades socioeconômicas que delas decorrem. A noção de totalidade, tema central no materialismo histórico, é indispensável para conectar os aspectos aparentes do fenômeno urbano às suas raízes estruturais, sem dissociar o local do global ou o presente do passado.

O cumprimento desse movimento de pensar e se questionar, alicerçou-se no método regressivo-progressivo de Lefebvre (1978), uma proposta acrescida ao método de materialismo histórico de Marx. Tal método tornou-se eficaz por ser capaz de revelar as contradições sociais, dentro de um espectro histórico, e vislumbrar projeções futuras (devir) de um dado objeto de estudo, que nesse caso, é o crescimento urbano disperso, e com ele poder elencar os entraves deste fenômeno a curto, médio e longo prazo para a cidade.

Esta maneira de “pensar” foi abordada por Damiani e Seabra (2001) de forma simplificada colocando que este método é “regressivo indo do virtual ao atual, do atual ao passado; e progressivo, movendo-se do superado e do finito ao movimento que prenuncia esse fim, que anuncia e faz nascer alguma coisa de nova” (Damiani, Seabra, 2001, p. 1 *apud* Nobrega, 2018, p. 33). Desta maneira, mostrou que com esta abordagem é possível interpretar as reproduções da sociedade no tempo-espaço, e assim, torna-se concebível saber das suas possíveis implicações.

O caminho teórico que o método regressivo progressivo propõe é o da análise da complexidade da vida cotidiana, aqui abordada como a relação do homem em sua instância social com a cidade, colocando-a como resultado e fator de desenvolvimento da sociedade urbana, logo, Carlos (2011) nos faz entender que o espaço é produto e condição das relações sociais de produção, o que atualmente vem se agravando pelo valor agregado ao próprio espaço e pela rapidez do meio técnico-científico-informacional, fazendo deste uma mercadoria de forma fluida para o capital.

Para conseguir alcançar a compreensão da lógica de produção e reprodução do espaço o método regressivo-progressivo se particiona em três etapas: o momento descritivo, o analítico-regressivo e o histórico-genético, que através de um olhar crítico e constante para a totalidade, contradição e mediação, possibilitam

compreender a realidade socioespacial do mundo globalizado.

No momento descritivo, o foco é na observação do objeto e na descrição, buscando-se apresentar de forma simplificada as temporalidades, sem se importar com rigor sobre o tempo de cada relação social. Assim, é desenvolvido a complexidade horizontal da realidade visível, e para além disto, inicia-se o processo de leitura da realidade concreta. Tal complexidade apresenta as diversidades das relações sociais (Lefebvre, 1978; Martins, 2011).

O segundo momento é o analítico-regressivo, quando se busca decompor a realidade através da periodização das alterações sociais. Portanto, ocorre um processo de regressão histórica, em que se faz necessária a definição precisa dos principais marcos temporais, em uma busca pela complexidade vertical da vida social, contudo sem fechá-la, considerando assim as contradições e possibilidades que vem à tona a partir desta investigação (Nobrega, 2018).

Mediante a formulação da complexidade vertical, juntamente com a interligação da complexidade horizontal, torna-se possível identificar no tempo as relações presentes, sobremaneira as socioespaciais, e temporalidades distintas com marcos desencontrados e coexistentes. Evidencia-se, dentre outros aspectos, os elementos remanescentes de épocas passadas e que se reproduzem no presente ou estão dispersos (abandonados).

É neste processo de união de escalas que o momento histórico-genético se inicia, ele é o terceiro, e último, do método dialético de Lefebvre. Neste momento, há o reencontro com o presente de forma mais esclarecida, compreendida e explicada, portando-se de forma semelhante à dialética marxista da qual deriva. Nesta fase final do método, recupera-se as temporalidades residuais desencontradas e coexistentes através do tempo-espço, contudo sem entendê-las somente como uma sucessão cronológica, mas como gênese histórica destas transformações, detendo de um marco principal modificador da sociedade e conseqüentemente do espaço (Nobrega, 2018). Desta forma, apresenta-se as modificações, as contradições, as rupturas e os conflitos, traçando o momento modificador social, em sua forma qualitativa, e as reflexões finais sobre o problema pesquisado.

No caso desta pesquisa, com o método regressivo-progressivo de Lefebvre foi possível elencar as causas e conseqüências da dispersão urbana altamirense, assim como as possíveis trajetórias futuras, no que Lefebvre chamou de devir.

Buscou-se tornar possível delinear (horizontal e verticalmente) a produção

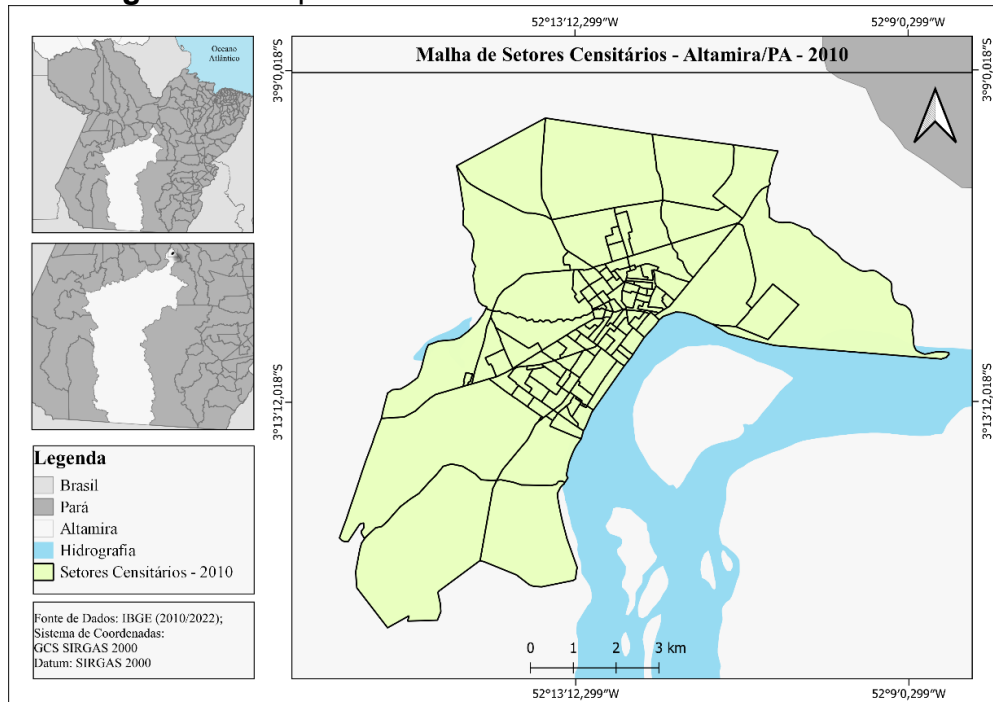
espacial urbana de Altamira, destacando principalmente os principais momentos modificadores que transformaram a cidade de compacta a dispersa. Vinculando principalmente seus principais agentes: o estado, com seus programas governamentais, o mercado, com a especulação imobiliária, e os entraves político-sociais, através das lutas das camadas mais marginalizadas. Com isto, pretendeu-se desvendar os processos e contradições sociais que justificam a configuração espacial atual, refletindo sobretudo, quanto aos beneficiários e inviabilizados desta conjuntura, e preocupando-se em como a cidade poderá estar em um futuro próximo, evidenciando assim, seus principais entraves.

## **2.1 Compatibilização de malhas e imagens de Satélite**

Como elemento ou ferramenta básica que vai fundamentar qualitativamente o fenômeno de dispersão urbana deste trabalho, e não só ele, a dinâmica dialética dos agentes hegemônicos do poder, foi montado um sistema de informações geográficas (SIG) do local, tendo com princípio o método de compatibilização de setores censitários elaborado por Lobo (2009), já explanados brevemente no tópico descritivo quanto à metodologia. O referido SIG foi composto de 04 componentes principais que deram subsídio para mensurar as alterações populacionais ocorridas entre 2010 e 2022, sendo representados pelos dados da malha censitária dos anos 2010 e 2022 (figura 1 e figura 2) e confrontados pelas imagens de satélites dos mesmos respectivos anos (figura 3 e figura 4). As imagens e primeiras percepções quanto as mudanças latentes observadas podem ser vistas e serão melhor pormenorizadas nos parágrafos seguintes.

- Malha de setores censitários de 2010, conforme definido na Figura 1;

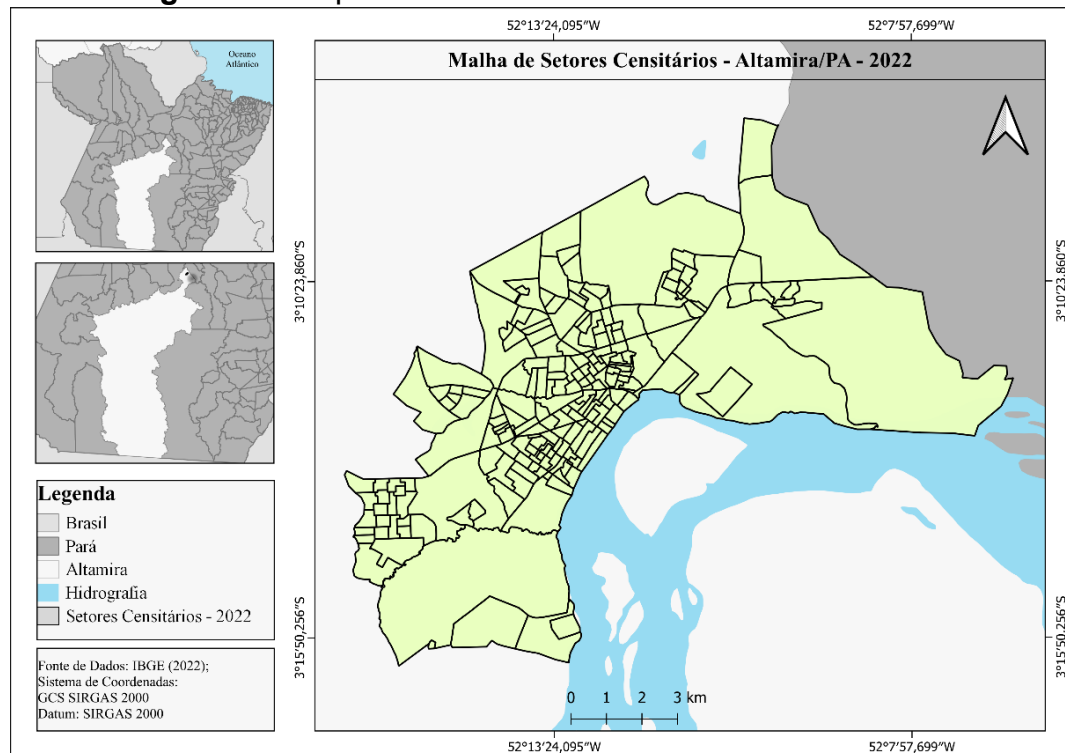
**Figura 1 – Mapa do setor Censitário de Altamira em 2010**



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

- Malha de setores censitários de 2022, conforme definido na Figura 2.

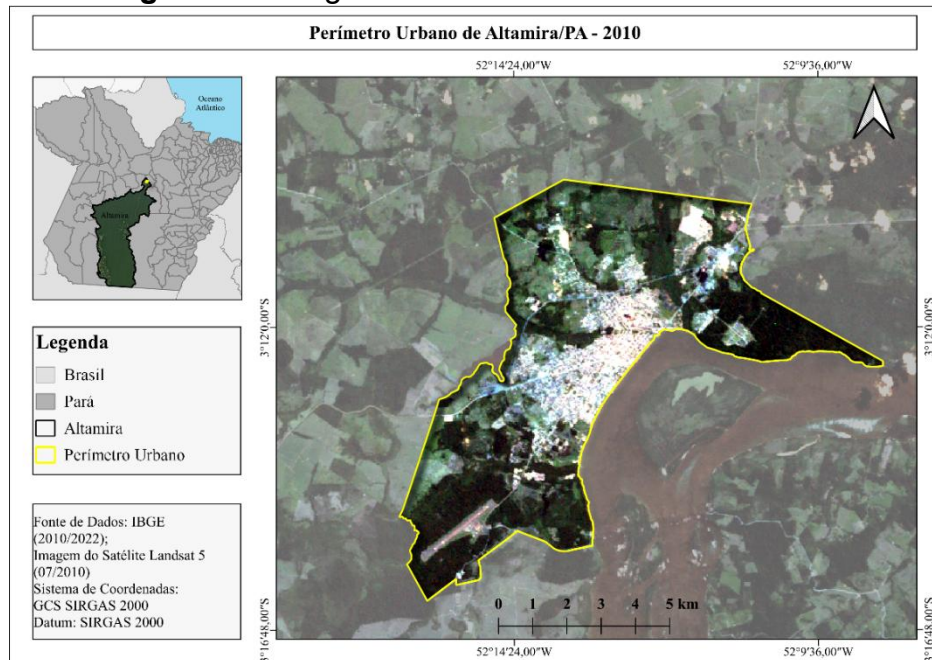
**Figura 2 – Mapa do Setor Censitário de Altamira em 2022**



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

- Imagem do satélite Landsat da área urbana em 2010. Nesse caso, utilizamos a imagem disponível datado no mês 07, conforme a Figura 3.

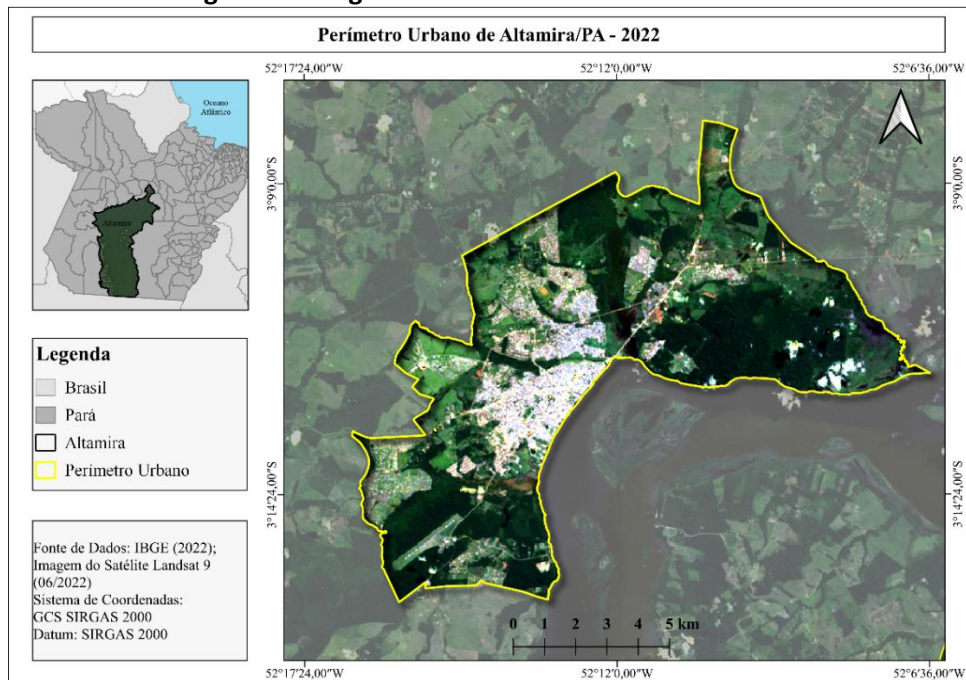
**Figura 3 – Imagem de satélite de Altamira em 2010**



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

- Imagem do satélite Landsat da área urbana em 2022, contabilizada com o ano do último senso 2022, conforme a Figura 4.

**Figura 4 - Imagem de satélite de Altamira em 2022**



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Em suma, as etapas metodológicas adaptadas da metodologia de Lobo (2009) para a análise da Densidade Demográfica e Renda Média em Altamira (2010–2022) foram as estruturadas conforme o passo a passo descrito a seguir.

A etapa inicial da pesquisa consistiu na coleta e organização dos dados necessários para a análise. Foram realizados os downloads das malhas censitárias urbanas de 2010 e 2022, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em formato shapefile (.shp), bem como das tabelas do Censo que incluem informações sobre a população residente por setor, a renda média mensal do responsável pelo domicílio e o número de domicílios particulares ocupados. Além disso, foram obtidas imagens de satélite dos sensores Landsat 5 e Landsat 8, utilizadas como material complementar para a análise e apoio visual. Todos os dados coletados foram importados e organizados no software QGIS 3.28.11, ambiente no qual se desenvolveram as etapas subsequentes da investigação.

Em seguida, procedeu-se à delimitação da área urbana de estudo, com a identificação manual da mancha urbana correspondente aos anos de 2010 e 2022. A partir dessa delimitação, os setores censitários foram recortados de modo a incluir apenas aqueles efetivamente urbanizados, garantindo maior precisão na análise espacial.

Na sequência, foi realizado o cálculo da densidade demográfica por setor censitário. Para o ano de 2010, os dados populacionais foram vinculados à malha censitária correspondente por meio do código de identificação dos setores. A densidade demográfica foi então obtida utilizando a ferramenta *Field Calculator*, por meio da equação  $\text{Densidade} = \text{População} / \text{Área do setor (ha)}$ . O mesmo procedimento foi repetido para os dados referentes a 2022, assegurando a comparabilidade dos resultados entre os dois períodos.

Considerando que as malhas censitárias de 2010 e 2022 não possuem perfeita correspondência espacial, foi necessário compatibilizá-las para viabilizar a análise temporal. Para isso, criou-se uma grade de pontos regulares de 100 metros x 100 metros sobre a área urbana, utilizando a ferramenta *Create Grid* do QGIS. A densidade populacional de 2010 foi atribuída a esses pontos conforme os setores nos quais estavam inseridos, através do comando *Join Attributes by Location*. Em seguida, os valores foram transferidos para os setores censitários de 2022, utilizando a média dos pontos em cada setor por meio da ferramenta *Join Attributes by Location (Summary)*.

Dessa forma, foi possível estimar a população de 2010 já compatibilizada com a

malha censitária de 2022, aplicando a equação  $\text{População Estimada 2010} = \text{Densidade 2010} \times \text{Área do setor 2022}$ .

Com base nesses resultados, foi possível calcular a variação do crescimento populacional no período de 2010 a 2022. Essa análise permitiu identificar os setores censitários de Altamira que apresentaram redução ou aumento populacional no período, utilizando a equação  $\text{Crescimento} = \text{População 2022} - \text{População Estimada 2010}$ .

Por fim, foi conduzida a análise espacial da renda média domiciliar, com a vinculação dos dados de 2010 e 2022 aos respectivos setores censitários. Foram elaborados mapas temáticos para cada ano, representando a distribuição espacial da renda no município, permitindo avaliar as transformações socioeconômicas associadas ao processo de crescimento urbano e populacional.

A pormenorização do passo a passo adotado neste trabalho, adaptado do método de Lobo (2009), busca não apenas assegurar a transparência e a reprodutibilidade da pesquisa, mas também disponibilizar uma metodologia que possa ser aplicada por outros pesquisadores interessados em compreender dinâmicas de crescimento e transformação urbana, principalmente quanto à dispersão urbana em núcleos urbanos amazônicos, onde os dados do IBGE não são suficientes perante a disparidade entre extensão territorial versus concentração populacional, onde as áreas urbanas da sede administrativa são onde há majoritariamente a fixação de sua comunidade. Ao detalhar cada procedimento, desde a coleta dos dados até a compatibilização das malhas censitárias e a análise da densidade populacional e da renda, pretende-se oferecer uma ferramenta eficaz para o estudo da dispersão urbana em diferentes contextos, possibilitando comparações temporais e espaciais que contribuam para o avanço das investigações na área de planejamento urbano e regional.

## **2.2 Questionário Semiestruturado**

Como mecanismo de escuta da população, foi proposto um questionário semiestruturado organizado para tentar definir as percepções quanto ao perfil socioeconômico existente, as características do processo de ocupação e os serviços de infraestrutura prestados nestes bairros, a saber: saneamento básico, mobilidade e serviços (incluindo educação e saúde). O objetivo foi fazer um

comparativo de bem-estar e mudança do cotidiano dos mais atingidos pelo empreendimento, assim como tentar mensurar as distâncias percorridas para acessar os equipamentos urbanos antes e após da barragem, questionando principalmente se as motivações para habitar tais locais estavam vinculadas a imposições estatais (obrigação de ir para os reassentamentos), especulação imobiliária (fuga dos altos preços imobiliários) e/ ou expectativas de prosperidade alavancadas durante o período áureo da UHE (APÊNDICE I).

Além disto, buscou-se capturar a forma como a comunidade via a atuação do Estado para com eles e também em relação aos grandes empreendimentos, inclusive questionando se eles ainda apoiavam o desenvolvimento econômico pautado nestes grandes empreendimentos na cidade.

Com o cruzamento das informações deste questionário, tentou-se obter informações quanto as mudanças na qualidade de vida geral dos habitantes, incluindo a eficácia do saneamento básico municipal (com o fornecimento de água de qualidade e esgoto), na maior dependência da população ao transporte automotor e no aumento do valor agregado ao imóvel, principalmente comparando centro/periferia.

## CAPÍTULO 1 - FORMAS URBANAS E SEU REFLEXO NA CIDADE

As formas urbanas são a representação material dos entraves e articulações presentes entre os diversos agentes que compõem os espaços urbanos. Mais que mera morfologia física, elas carregam em si significados que as qualificam como formas-conteúdo, uma vez que refletem o processo de modificação territorial das cidades em sua instância social, local *condicionado a e produzido pela sociedade* (Sposito, 2009).

Neste sentido, a expansão dos tecidos urbanos, e mais precisamente no caso brasileiro, suas rupturas e descontinuidades, evidenciam a tendência de redefinição das lógicas de distribuição espacial que segundo seu histórico de exploração e escravidão atenuam as mazelas sociais. Assim, têm-se o nascimento de um novo modo de viver em sociedade, pautado principalmente no individualismo e na fluidez do mundo tecnológico globalizado. Neste capítulo, busca-se explicar sobre a origem deste tipo de fenômeno, assim como as principais diferenças presentes no Brasil e na Amazônia, para assim chegarmos em um esforço de conceituação.

### 1.1 Dispersão Urbana: origens e desdobramentos

O fenômeno do crescimento urbano, em geral descrito pelo senso comum como “descontinuado e desordenado”, é um processo urbano que foi e é percebido em todo globo terrestre. Sua origem se deu primeiramente nos ditos países de primeiro mundo em um contexto socioeconômico de pós-guerra, tendo os Estados Unidos da América como pioneiro e principal evidenciador deste processo, vindo daí uma de suas terminologias, denominada, *urban sprawl*, ou em português, espraiamento urbano.

Anteriormente, até o século XIX, o que se observava na maior parte das cidades ao redor do globo era uma forma urbana densa e cujos atributos estavam relacionados ao seu caráter militar, sua localização e terreno estratégico ou sua função produtiva.

Esta proximidade espacial de pessoas e equipamentos era uma marca tipológica que remontava a origem das cidades, a exemplo da *pólis* integradora e “democrática” da civilização grega, estando em consonância com a perspectiva proposta por Lefebvre (1992) de centralidade como local de encontro e simultaneidade de usos.

Contudo, a forma urbana começa a se diversificar com o advento da indústria,

uma vez que a malha urbana começa a se vincular sobretudo aos eixos viários, principalmente o ferroviário, e não mais aos seus usos e localização. Neste momento, o comportamento das formas-conteúdo urbanas ainda estava limitado à dicotomia urbano-rural, porém com seu crescimento mais acentuado e orientado as vias.

No início do século XX há as principais mudanças deste cenário. Através dos avanços técnico-científicos, especialmente os relacionados ao advento da indústria automecânica, em associação com a chegada da esteira mecanizada e a transformação de operários em consumidores, por Henry Ford, ocorreu o surgimento de um novo paradigma que tornou possível uma produção em massa, não só de veículos automotores, mas também de outras mercadorias e serviços, como as habitações, que refletiram no modo de viver, e posteriormente, na forma urbana.

A implantação de sistemas de transporte urbano, primeiramente por trilhos (bondes e trens suburbanos, seguidos pelo metrô) e depois, o de matriz automotiva (ônibus, carros, caminhões, motos etc.) geraram condições técnicas e funcionais para uma cidade mais expandida (Sposito, 2010, p. 72).

Ainda que iniciada nas primeiras décadas do século XX, foi somente ao final da Segunda Guerra, em função do retorno dos soldados aos seus países e com o efeito do “baby-boom”, que os Estados Unidos da América – EUA passaram a enfrentar fortemente o processo de dispersão urbana, sendo assim um dos primeiros países a experienciar esta mudança morfológica, ocasionada pela aguda escassez de habitações e investimentos expressivos em imóveis no subúrbio.

Neste contexto, Abraham Levitt construiu milhares de casas pré-moldadas de baixo custo, em áreas pouco urbanizadas ao redor de grandes centros, que pelo seu valor tornaram mais barata a compra da casa própria do que o aluguel nos centros das cidades, iniciando assim, o seu processo massivo de suburbanização; Fig. 5. (Mitchell, 2001; Squires, 2002 *apud* Amaro, 2016).

**Figura 5 - Levittown, Nova York em 1952**



Fonte: The Encyclopedia of Greater Philadelphia, 2024.

Foi atrelando o uso dos automóveis e a oferta imobiliária financiada que houve a formação urbana “menos densa, alcançando a situação de dispersão do tecido urbano e de diluição clara das formas urbanas em amálgamas em que elas se mesclavam aos espaços rurais nas franjas deste tecido” (Sposito, 2010, p. 72 *apud* Amaro, 2016). A partir deste momento, aproveitando-se da implementação e expansão rodoviária, o setor imobiliário inseriu novos modelos urbanísticos atípicos à época, mas com forte aceitação dentro de um prisma capitalista que embora distante dos ideais modernistas, de verticalização e adensamento populacional, fizeram-se presentes, assim surgiram as “Edge Cities” e as Cidades-jardim.

As “Edge Cities”, como denominado por Joel Garreau, foram centros periféricos construídos por aglomerados de edificações empresariais, de entretenimento, serviços e condomínios fechados caracterizadas por estarem nos subúrbios, distantes do centro da cidade (Garreau; 1991; Henderson; Mitra; 1996 *apud* Amaro, 2016). Sendo construídas em locais pouco ou ainda não urbanizados, porém, relativamente próximas e de fácil acesso ao centro do município.

As Cidades-jardim, por sua vez, foram uma resposta ao processo capitalista de produção do espaço que em seu cerne, idealizado por Ebenezer Howard ainda no século XVIII, propunha criar ambientes comunitários, onde haveriam propriedades em

que a população estaria em contato tanto com os equipamentos urbanos quanto rurais em vastas áreas verdes (Howard, 1996). Contudo, dado os avanços do sistema vigente, houve um rearranjo estrutural, o qual o mesmo espaço passou a servir de instrumento do mercado imobiliário. Assim, o que outrora era um ambiente cooperativista, passou a se reduzir a um bairro afastado de famílias abastadas.

Tais modelos foram não só vigentes nos Estados Unidos, como também em outros países desenvolvidos e emergentes. As motivações para sua propagação não foram apenas o acesso ao automóvel, embora seja esta sua causa principal, houve também razões como a democratização aos bens de consumo e acesso aos meios de telecomunicação, além do aumento das desigualdades sociais e com elas maiores focos de violência. Todas estas condicionantes refletiram também o novo período econômico, marcado pelo neoliberalismo e suas novas formas de atuação.

Dado os distintos fatores históricos e regionais, várias são as nuances de diferenciação desta expansão urbana, em geral, descontinuada e segregatória, que fazem surgir nomenclaturas conceituais múltiplas, atribuídas de acordo com seus respectivos autores e locais de origem. Fato observado conforme tabela abaixo (quadro 1) que aborda as principais expressões e autores relevantes ao tema.

<b>Quadro 1 - Expressões e autores vinculados e/ ou relevantes para o debate</b>	
<b>EXPRESSÕES E AUTORES</b>	<b>DESCRIÇÃO VINCULADA A EXPRESSÃO DADA POR CADA AUTOR</b>
Cidade Difusa (INDOVINA, 1991; DEMATTEIS, 1998)	Rede de pequenos e médios centros resultante de uma forma evolutiva do modo de produção, sem migração, para alternativas de trabalho em outros setores da economia, dando início à urbanização difusa.
Cidade Dispersa (MONCLÚS, 1998)	Processo de criação de novos assentamentos urbanos próximos às grandes cidades ou a grandes vias de comunicação (periurbanização e suburbanização), com uma morfologia difusa, seletiva, como uma “desconcentração concentrada”.
Pós-Metrópole (SOJA, 2002)	Sintetiza a ruptura da lógica socioespacial da metrópole baseada em uma aglomeração física para um espaço descontínuo, um “fenômeno poliédrico”, decorrente da desindustrialização e reindustrialização e da desconcentração e reconcentração das modalidades urbanas.
Cidade Dispersa (OJIMA, 2008)	Aponta sobre a urbanização com ocupação de baixa densidade, presença de domicílios unifamiliares de maior área e menor número de habitantes. Descompasso entre as dimensões do crescimento populacional e da expansão física do espaço urbano. Processo de “urbanização em saltos”, com vários núcleos distantes entre si e com alta mobilidade espacial.
Cidade Com-Fusa (ABRAMO, 2007)	Aborda sobre o processo de “extensificação do mercado formal”, com o papel dos condomínios fechados de classe alta localizados nas periferias, paralelamente a autoconstrução e a produção imobiliária dos conjuntos habitacionais populares em espaços periurbanos ou periféricos, mercado informal, que compõem uma estrutura urbana que se difere da estrutura urbana compacta mediterrânea ou da anglo-difusa.
Dispersão Urbana (REIS, 2015)	Formação de “constelações” compostas por núcleos urbanos e/ou bairros

	de diferentes tamanhos, isolados entre si, mas integrados em uma área metropolitana em um processo de “regionalização do cotidiano” em que bens e serviços tornam-se espalhados pelo território em grandes proporções, causando o esgarçamento crescente da sua malha urbana.
Cidade Dispersa (SPOSITO, 2011)	Processo marcado pela dispersão dos tecidos urbanos, suas rupturas e descontinuidades, bem como a tendência à redefinição das lógicas de distribuição espacial, quebra do padrão centro-periferia. Transformação na forma de se articular o espaço e o tempo por meio de novas práticas espaciais reveladas no cotidiano urbano.

Fonte: Elabora e adaptada pela autora, 2024.

Neste prisma, percebe-se que pelo uso mais frequente do termo cidade dispersa, assim como pelos autores que a usam serem e usarem uma conceituação mais aproximada e apropriada para a cidade de Altamira, tendo destaque os estudos da pesquisadora Maria Encarnação Sposito, couberam esta definição conceitual para fundamentar a presente dissertação. Ciente, sobretudo, dos pontos semelhantes e da peculiaridade altamirense, o crescimento urbano e econômico em saltos abruptos.

Como justificativa para o uso conceitual da autora mencionada está sua justificativa pautada no histórico de exploração e a dinâmica capitalista instaurada (Sposito, 2011). No Brasil, a maior parte da dispersão é decorrente das extremas desigualdades socioeconômicas que existem no país. Embora haja mazelas nos países desenvolvidos, o acesso aos serviços básicos nestes países ocorre de forma mais igualitária, pautando-se inclusive, desde o pós-guerra, em habitações e serviços tidos como essenciais, o que não se aplica ao Brasil, onde o que prevalece são modelos de sobrevivência e autoconstrução.

Diferentemente dos países de “primeiro mundo”, no Brasil, os grandes vetores de expansão urbana dispersa são a segregação e a periferização. O primeiro está relacionado ao isolamento voluntário das classes mais abastadas em condomínios fechados e isolados da malha urbana, já o segundo está relacionado à restrição financeira que “expulsa” a população pobre do centro das cidades (Villaça, 1998).

Tal desigualdade está pautada nos salários da sua população que não recebe o mínimo para se manter dignamente, trata-se do trabalhador “produtivo excluído”, resultado da industrialização com baixos salários e que acarreta, dentre outros fatores, nos movimentos de autoconstrução periférica. Ou seja, uma modernização com exclusão e com salário-mínimo para subsistência (Maricato, 1995).

Há especificidades [...] em relação às sociedades capitalistas europeias e norte-americanas, já que as sociedades latino-americanas “não se organizam para um desenvolvimento autônomo da economia, da sociedade e da cultura”. A divisão repartida (externa e interna) do excedente econômico, continuidade de privilégios senhoriais na formação da mentalidade burguesa

e, portanto, adaptação de heranças coloniais no processo de modernização, a exclusão das classes “baixas” dos processos históricos e sociais (negando inclusive sua existência como classe com direitos a serem respeitados como ocorreu no capitalismo “maduro”) são características às quais se soma um decorrente “complexo padrão de mercantilização do trabalho”. (Fernandes, 1977, p. 222 *apud* Maricado, 2003, p. 153).

Historicamente, este processo de exclusão começou com a modernização brasileira desenvolvida a partir do setor industrial e o consequente fluxo migratório para a cidade, já em meados do século XX. Foi através das primeiras reformas urbanísticas inspiradas no Plano Haussman, sendo percebidas em cidades como Rio de Janeiro, com o Plano Pereiras Passos (1902-1906), e Belém, mediante as ações do político Antônio Lemos (1897-1911), que prevaleceram as primeiras mudanças no estilo de vida urbano para a valorização da terra na cidade, e conseqüentemente, a expansão dos principais aglomerados citadinos brasileiros com expulsão de sua classe mais pobre e preta, em um claro projeto socioespacial higienista (Berth, 2023). O crescimento, contudo, restringiu-se aos limitantes do início da modernização, e como tal, não fizeram surgir grandes vazios urbanos, mas sim, uma forma urbana que se comportou segundo o padrão centro-periferia setorizada, logo mantendo o padrão “compacto”.

Reis (2015) complementa, utilizando-se do termo urbanização dispersa, que o processo de dispersão urbana brasileiro ocorreu oriundo das evoluções nas esferas do setor industrial, de serviços, transportes e de habitação, com incremento do mercado imobiliário, sendo iniciado nos anos 40 e tendo seu auge na década de 1970, período também da mudança qualitativa do Brasil como país urbano. Através das inovações nos setores de transportes e comunicações promoveu-se a descentralização das unidades industriais, de comércio e de serviços, além da dispersão das áreas residenciais, assim postas em resposta à significativa demanda populacional, advinda do êxodo rural, e através da valorização da terra urbana enquanto capital. Logo, surgiram-se aglomerações urbanas metropolitanas e semimetroplitanas, bem como um número significativo de polos isolados em determinadas regiões do país.

Foi no período ditatorial (1964-1985) que o processo de dispersão urbana via periferização foi legitimado pelo Estado brasileiro. Com o discurso de oferecer progresso e qualidade de vida à nação, instaurou-se medidas e planos de desenvolvimento para as regiões Norte e Nordeste que geraram o surgimento de várias cidades, assim como foram estabelecidas medidas de direito à moradia para

todo o país que tornaram vários grandes centros dispersos.

No tocante à habitação, foi através da Companhia de Habitação Popular - COHAB, que se construíram diversos conjuntos residenciais populares em áreas distantes da malha urbana consolidada (Fig. 6). É nesse período também que surgem os condomínios e loteamentos horizontais fechados, localizados próximos às vias de acesso rápido ao centro da cidade, mas que ocupam áreas pouco urbanizadas e cuja a transitoriedade se limita ao transporte por veículos particulares – ou seja, representando o alcance deste tipo de habitação a classe com maior poder aquisitivo (Bonduki, 2004).

**Figura 6** - Conjunto Habitacional Parque Piauí dispenso à malha urbana de Teresina – PI



Fonte: COHAB PIAUÍ, 2016.

O surgimento dos condomínios fechados em paralelo aos grandes conjuntos habitacionais revela a desigualdade social e evidencia o mercado imobiliário, favorecido pelo sistema neoliberal de exclusão, como catalisador das segregações sociais. Maricato (2003) aborda o crescimento urbano elencando a importância do papel do Estado, com a promulgação de variados arcabouços normativos, de esferas federais e municipais, além de planos de desenvolvimento e habitação que se comportam de forma seletiva, em prol da cidade formal dos detentores de poder, e que intensificam o movimento de periferização do país, como afirma a autora:

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação

urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideais fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias (Maricato, 2012, p.121-122).

Assim, em um panorama factual geral, a expansão urbana dispersa é reflexo de um crescimento urbano de privilégios e falta de planejamento urbano efetivo às classes marginalizadas, inserindo assim um capitalismo “selvagem”. Logo, a mudança socioespacial brasileira não ocorreu de forma homogênea e branda, ela foi marcada por conflitos e tensões de interesses que tiveram como resultado uma morfologia segregadora e que prioriza quem pode mais. Fato esse expresso através de abordagens teóricas de desenvolvimento desigual como de Neil Smith (1988).

Historicamente, dado os marcos econômicos citados anteriormente, percebe-se uma ruptura dos padrões urbanos tradicionais de coletividade, com diferenciação de usos e pessoas de maneira hierárquica, mas coesa, para o surgimento de uma forma conteúdo dispersa e fragmentada, em que usos e classes sociais passam a se repelir territorialmente ou por barreiras físicas e/ou sociais, conforme o quadro 2.

<b>Quadro 2 - Periodização das formas e processos urbanos</b>		
FORMA	PERÍODO	URBANIZAÇÃO
Compacta	Até o início do século XX	Formação centro-periferia mononuclear e com hierarquia funcional e social bem estabelecida
Polarizada com periferias de periferias	Meados dos anos 70 até a década de 90	Formação centro-periferia com distanciamento territorial e surgimento de zonas secundárias de lazer, habitação, comércio e serviços.
Dispersa Fragmentada	Século XXI	Formação mono ou polinucleada e hierarquia diversa, periferia heterogênea isolada (convívio de classes sociais opostas, mas com barreiras físicas e/ou sociais)
Fonte: Da Silva, 2022; Bonduki, 2004; Borsdorf, 2003; Limonad, 2011.		

O reflexo deste padrão disperso fragmentado é uma sociedade desigual e pautada pelo poder de compra, atribuindo privilégios presentes na localização e funcionalidade do local, que pode ser de lazer, abrigo ou trabalho. Logo, passa-se a estimular a compra em determinados nichos territoriais, assim como a aquisição de mais de uma residência, fazendo classes populares terem cada vez menos acesso

aos equipamentos da cidade e se refugiarem nas franjas da mesma, o que corrobora simultaneamente e dialeticamente para a dispersão (Ojima, 2007).

Este fenômeno passou a ser percebido tanto a nível de configuração entre cidades, através da urbanização difusa, como de forma intraurbana, com o surgimento de cidades com considerável área territorial, baixa densidade demográfica e formada através de nichos. Assim, tem-se hoje a formação de cidades com estruturas espaciais peculiares, que combinam concentração e vazio, com formas distintas e guiadas segundo fatores geográficos e de valorização da terra. Elas se sobrepõem às anteriores, combinando-se e articulando-se como um mosaico, criando espaços urbanos muito mais orientadas pela circulação do que pela localização, embora estes dois elementos em suas articulações, continuem a ser os vetores dos processos espaciais.

A “sociedade” é cada vez mais vista e tratada como uma “rede” em vez de uma “estrutura” (para não falar em uma “totalidade sólida”): ela é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis (Bauman, 2007, p. 8-9 *apud* Sposito, 2009, p.14).

Dessa maneira, o estudo da dinâmica urbana contemporânea evidencia que a compreensão do espaço passou a exigir o estudo das dimensões materiais e imateriais que o constituem. Se, por um lado, a expansão territorial marcada pela urbanização difusa e pela baixa densidade demográfica gerou cidades fragmentadas em nichos e mosaicos espaciais, por outro, a lógica em rede, cada vez mais presente nas relações sociais e econômicas, tem redefinido os padrões de circulação, interação e valorização da terra. Assim, as cidades passaram a ser interpretadas não apenas como estruturas físicas delimitadas, mas como sistemas complexos de conexões e fluxos, nos quais a circulação assumiu papel central na produção do espaço urbano, ao mesmo tempo em que se manteve em articulação com os fatores de localização. Gerando sobremaneira uma cidade que gerou valor tanto no centro quanto na periferia, quando analisado não só a relação com o centro, como também sua proximidade com as principais vias. Afugentando ainda mais a população carente.

## 1.2 Dispersão Urbana: esforço de definição

Analisando os fatos históricos e nomenclaturas diversas até aqui expostos, (tabela 1) concluiu-se que a presente pesquisa abarca um relevante tema. Logo, a escolha de um termo próprio para o estudo desta dissertação foi de evidenciar as peculiaridades desse processo urbano em um ambiente tão pouco estudado, como é o caso da Amazônia. Para tanto, buscou-se nomear como dispersão urbana amazônica o processo de expansão urbana descontinuada, de segregação social com gradativa diminuição da densidade populacional e em saltos (*booms*) econômicos.

Corroborando com esta conceituação, usou-se a fundamentação teórica de autores relevantes como Catalão (2015) que coloca de forma simplificada sua tentativa de atribuição sobre o que é dispersão urbana, termo atribuído por ele a este tipo de expansão urbana, em uma abordagem precisa, mas resguardada quanto às peculiaridades locais, devendo assim ser entendida como aquela que tem os seguintes elementos:

- crescimento territorial acentuado;
- (ii) diminuição progressiva das densidades no sentido centro-periferia, marcada, contudo, por alternância de áreas de alta e baixa densidades;
- (iii) perda da continuidade territorial urbana;
- (iv) ampla segmentação social, ampliada pela importância das desigualdades na estrutura social e, por conseguinte, espacial.

Outros pesquisadores como Limonade (2011), Sposito (2010) e Ojima (2007), servem de referencial por estarem estudando sobre o processo de dispersão, dentro de vários contextos urbanos, e por apontarem também para a formação de malhas urbanas mais complexas e diversificadas, numa espécie de pluralização das formas e dos conteúdos espaciais. Para tanto eles se prestam a estudar os processos próprios deste fenômeno como tamanho da cidade, densidade populacional, distribuição desigual dentro da cidade, centralidade(s), continuidades e descontinuidades.

Em outras palavras, com o estudo aprofundado do objeto de pesquisa, aqui colocado como a dispersão urbana de Altamira, buscam encontrar a formação de novas morfologias urbanas marcadas pela sobreposição de estruturas monocêntricas passadas (do padrão centro e periferia), juntamente com estruturas atuais multi(poli)cêntricas que como resultado inferem a quebra da configuração espacial da periferia composta somente por assentamentos precários. A “pluralidade” das novas formas e conteúdos da periferia, contudo, não passa a representar uma diversidade

socioespacial, pelo contrário, representam a tensão territorial de classes sociais distintas que habitam a mesma área.

### **1.3 Urbanização Dispersa e Urbanodiversidade Amazônica**

O processo de dispersão urbana brasileiro não se caracteriza de forma padronizada em todo seu território, ele se porta de maneira heterogênea, com peculiaridades próprias e orientadas pelo contexto histórico exploratório local, tendo assim regiões onde a desigualdade social e dispersão territorial se mostra de forma ainda mais abrangente e peculiar.

Milton Santos e Silveira (2001) já dividiam o país em 4 Brasis, atribuindo à Região Amazônica, região formada por todos os estados do Norte, com exceção do Tocantins, como um local de baixa densidade demográfica e pouca densidade técnica. Contudo, enfatizava a existência de grandes enclaves modernos, representados por megaprojetos econômicos como o da Zona Franca de Manaus e o projeto Grande Carajás, que contrastavam com o sistema local de movimento lento predominante na região, estes pautados sobretudo na subsistência e no usufruto da natureza.

Trindade Jr. (2000) aponta que diferentemente de outras regiões em que a desconcentração metropolitana, em seu processo de expansão, acompanha certa dinamicidade econômico-industrial no processo de metropolização de cidades amazônicas, especificadamente Belém, reflete-se, acima de tudo, em condições de precariedade de serviços e pobreza que caracterizam a população local, exacerbando as desigualdades sociais presentes, e que dentro do espaço urbano, evidenciam o seu processo de periferização urbana com forma dispersa.

Em geral, na Amazônia, o efetivo ordenamento e investimento público voltado à infraestrutura e serviços sociais se limitam às restritas áreas de maior prestígio econômico e social, em regiões elitizadas. Esse fato é evidenciado, dentre outros indicadores, pelos dados da plataforma Mapbiomas (2022), que revela o elevado número de habitações subnormais de metrópoles como Manaus e Belém que nas últimas décadas chegaram a representar 55% do crescimento urbano destas capitais e figuram-lhes como metrópoles de expressivo crescimento territorial suburbano.

Em grande parte, isso se dá pela visão basilar da região, desde sua “descoberta”, como mera fonte de recursos naturais para entes externos, assim como

a imagem de um local “vazio” e rico a ser desvendado. Assim, consolidou-se a Região Norte, e mais precisamente a recém estabelecida Amazônia Legal, de 1966, como local controlado de reserva e obtenção de recursos naturais do mercado capitalista, sem, contudo, priorizar os habitantes locais, que não quiseram seguir a tal lógica, fazendo desta região palco de conflitos e tensões territoriais (Nahum, 2012).

Percebe-se, conforme Trindade Jr (2015), que a configuração da rede das cidades amazônicas favorecia anteriormente o sistema dendrítico, com suas capitais sendo o principal polo regional e tendo suas cidades ribeirinhas como eixos intermediários, obedecendo sobretudo a relação homem-natureza e portando-se, como o referido autor menciona, na forma de cidades da floresta em que a circulação ocorria via rio e as cidades portavam-se com sua mancha urbana compacta, onde o centro fixava-se tradicionalmente nas orlas.

Através do período dos grandes projetos tal configuração se alterou, sendo marcadas pelas tensões, conflitos e desigualdades socioterritoriais desencadeadas pelos maciços investimentos dos grandes empreendimentos, criando-se uma nova dinâmica de ordenamento territorial em parte da Amazônia, onde sua expansão urbana passou a seguir as rodovias recém-criadas e portar-se com significativo crescimento urbano, expresso pela consolidação e surgimento de cidades (Trindade Jr, 2015).

Tais cidades deixaram de ter relação forte com a natureza, e não terem mais o rio como principal meio de comunicação e transporte, passando a ter características de centros urbanos de regiões tidas como desenvolvidas. Logo, o sistema dendrítico majoritário na região passou a mesclar-se de forma híbrida com novos modais e estilos de vida do “mundo globalizado” em uma urbanodiversidade própria da Amazônia. Esta relação de “abandono” ao seu caráter ribeirinho e tradicional é o que Saint Clair Trindade Jr. (2015) chama de cidades na floresta, uma vez que estas cidades se apresentam dentro de um prisma globalizante e como tal estão mais a *quem* de seus atributos amazônicos. Os comparativos quanto aos atributos das cidades *na* e *da* floresta podem ser analisados conforme tabela abaixo.

**Quadro 3** - “Tipos ideais” e atributos da forma urbana na Amazônia

ATRIBUTOS	CIDADES NA FLORESTA	CIDADES DA FLORESTA
Circulação	Rodoviária, ferroviária, aeroviária	Fluvial, ferroviária
Tempo	Técnico-científico e informacional	Lento
Relações	Organizacionais	Orgânicas
Práticas Econômicas	Mercantis, corporativas	Tradicionais, de subsistência e solidárias
Inserção	Nacional, global	Local, regional
Valores	Estandarizados	Enraizados
Modo de Vida	Sociedade urbana	Sociedade rural
Natureza	Recurso, simulacro	Recurso, lazer, circulação, simbolismo
Entorno	Distanciamento	Proximidade
Ecossistema	Impactado	Potencializador

Fonte: Saint Clair Trindade Jr (2015).

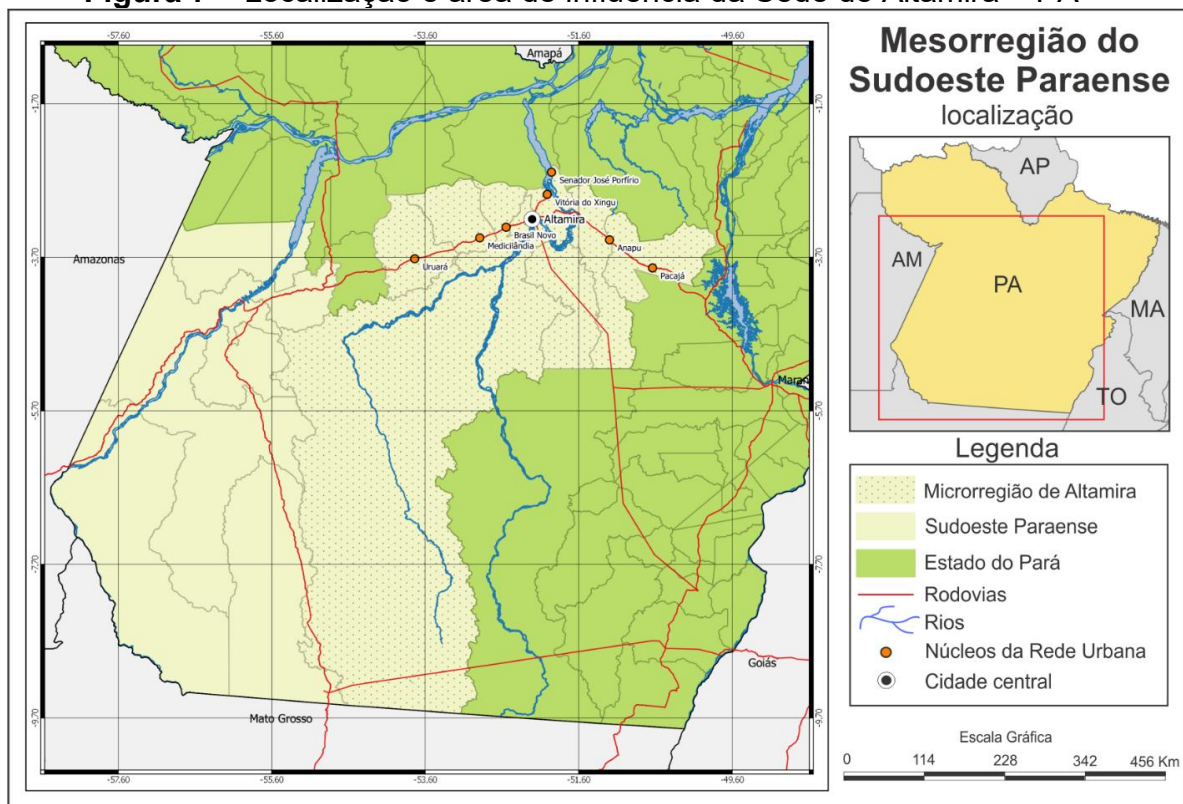
Pretende-se, a partir do capítulo que se segue, mostrar o processo e modificações da forma urbana de uma cidade média amazônica e de relevante importância regional, Altamira – PA, tal cidade passou por processos e transformações significativos, em três momentos distintos que marcaram a sua evolução populacional e o seu aumento de malha urbana, a exploração da borracha, a abertura da Transamazônica e por fim, a fase de preparo e instalação da UHE Belo Monte. Tais marcos representam, cada qual a sua maneira, a transformação da estrutura intraurbana compacta e de relação com o rio, para uma estrutura intraurbana dispersa e com forte vínculo com os eixos viários do país.

A importância para seu estudo se dá para um melhor entendimento de uma cidade média da urbe amazônica, tema que é pouco visto nas academias como exposto por Tourinho (2011), mas que possibilita maior conhecimento quanto ao espaço e transformações deste peculiar tipo urbano. Tornando possível, inclusive, compreender as alterações e dinamicidade destas cidades na intrínseca relação entre o surgimento de grandes objetos capitalistas, a interação interurbana e a estruturação do espaço intraurbano, o que dado sua velocidade, passa a representar uma forma urbana por vezes “desordenada”, marcada por significativa mazela social.

## CAPÍTULO 2 - HERENÇAS DE UMA UTOPIA: HISTÓRICO URBANO DE ALTAMIRA E SEUS CICLOS DE “DESENVOLVIMENTO”

Altamira é um município do Estado do Pará, localizado na região fisiográfica do Vale do Xingu, pertencente à Mesorregião do Sudoeste Paraense e exercendo a função de centro sub-regional (Fig. 7), tendo sob sua influência os municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu (IBGE, 2018).

**Figura 7 – Localização e área de influência da Sede de Altamira – PA**



Fonte: Miranda Neto, 2015.

Criada em 6 de novembro de 1911, de acordo com a Lei Estadual nº 1.234 (Altamira, 2015), conta com uma área de 159.533,306 km<sup>2</sup>, o que a torna o maior município do país e o terceiro maior do mundo em extensão territorial. Correlacionado a isto, sua população de 126.279 habitantes faz a densidade demográfica deste município ser uma das menores do país (0,79 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2023).

Desta população, boa parte está localizada na sede do município, em uma mancha urbanizada de 37,74 quilômetros quadrados (IBGE, 2019), trazendo consigo

um percentual maior para a sua densidade populacional, em uma visão mais clara de aglomerado urbano, todavia, tornando-se pouco significativo quando levada em consideração seu vasto território de áreas de preservação e conservação, compondo o que Becker (1982) chama de Floresta Urbanizada, uma “fronteira econômica e tecnoecológica” no contexto territorial brasileiro.

Neste sentido, infere-se que por estar em uma vasta área verde, seus processos de formação urbana são fortes e marcantes, perpetuados inclusive, pelos conflitos de interesses desta região, que é rica em recursos naturais, estando fortemente relacionada com os principais ciclos de “desenvolvimento amazônico”, que são eles: a economia da borracha, a fase dos grandes projetos (com a abertura da Rodovia Transamazônica) e o período dos programas de aceleração do crescimento – PAC (com a instalação da Hidrelétrica de Belo Monte).

Embora de tempos diversos, estes projetos têm em seu cerne o efeito de reestruturação urbana oriundo da instalação de empreendimentos de grande capital, aumento populacional e considerável expansão territorial urbana, e com eles, o surgimento de novas periferias, em áreas afastadas, e existência de um centro urbano cada vez mais moderno e “elitizado”.

A análise espaço-temporal destes projetos sob um prisma capitalista corrobora para o entendimento do processo de dispersão urbana altamirense onde, através de grandes obras, instauram-se dinâmicas expansionistas e segregatícias de valorização da terra como produto econômico. Assim, o espaço urbano passa a se expandir gradual e/ou exponencialmente em nichos de acordo com a classe social e poder aquisitivo de cada indivíduo.

Tal comportamento não se restringe à cidade e passa a figurar como um “padrão” de expansão de cidades médias amazônicas que de forma direta passaram por um crescimento oriundo de surtos industrializantes, conforme intitulado por Bertha Becker (2013), indo de encontro a cidade tradicional ribeirinha e compacta.

É através destes períodos de *boom* econômico que a população, em suas variadas classes, passa a ocupar o espaço dialeticamente de acordo com seu poder de compra. A classe marginalizada passa brutalmente a ser excluída de usufruir dos equipamentos da cidade, existentes em sua maioria, no centro; e a classe abastada passa a ocupar áreas de prestígio e forte interesse visual. O colapso de tal paradigma se dá no momento atual onde a cidade começa a enfrentar problemas de fragmentação social, com bairros murados e/ou isolados e falta de infraestrutura para

a sociedade em um claro alerta quanto à dinâmica de produção de espaço altamirense.

Neste capítulo, busca-se abordar o processo de crescimento altamirense em cada um dos seus ciclos econômicos, fazendo uma correta relação com a tendência de desenvolvimento nacional/ regional da época e evidenciando os reflexos materiais na cidade, enquanto elementos urbanísticos e arquitetônicos, assim como na sua organização enquanto forma-conteúdo, condição e produto da sua sociedade.

## **2.1 Era da Borracha: a corrida pelo ouro branco**

O Ciclo da Borracha foi um período da história brasileira, entre o final do século XIX e o início do século XX, em que a extração do látex na Amazônia se tornou um dos principais produtos comercializados para o exterior, sendo assim, uma das maiores fontes de renda do país. Concomitantemente outros produtos, como o café, fizeram-se presentes na economia brasileira, porém foi com a borracha que tal região vivenciou seu período de maior prosperidade econômica e ascensão urbanística.

A produção da borracha atendeu às necessidades do mercado externo, em especial o norte-americano, que crescia em prol da indústria automobilística. Este ciclo de apogeu do “ouro branco” perdurou por breve período, tendo se destacado em dois momentos distintos: o primeiro, ocorrido ainda no século XIX, motivado pela Segunda Revolução Industrial, e o segundo, durante a Segunda Guerra Mundial, instaurado em decorrência das demandas armamentistas dos países envolvidos.

No Brasil, o Ciclo da Borracha não só promoveu relativo desenvolvimento aos estados nortistas, mas também uma oportunidade de renda para os nordestinos que fugiam da seca em sua terra de origem. O reflexo para as cidades amazônicas foi seu crescimento populacional e a inserção de seus primeiros equipamentos urbanos, como saneamento e luz elétrica. Altamira, dentro deste prisma, cresceu e se desenvolveu fortemente durante os dois ciclos, como será observado a seguir.

### **2.1.1 Surgimento e crescimento da cidade de Altamira**

Embora encravada no meio da Floresta Amazônica em uma região de difícil acesso, cercada por mata e corredeiras de rios, Altamira é uma cidade que foi

“descoberta” ainda na primeira metade do século XVIII. Sua origem se deu como forma de proteção portuguesa às ameaças de invasões estrangeiras, sobretudo dos holandeses no período seiscentista, que colocavam em risco a soberania da colônia.

Na época, o cenário internacional era o de expansão mercantilista europeia, iniciada ainda no século XV, que necessitava incorporar novas áreas ao sistema capitalista emergente, tendo assim grande interesse e disputa no continente americano, e em especial no Brasil e em todas suas regiões (Nascimento; Bastos, 2014).

Como iniciativa de controle deste território se fez instituído as missões jesuíticas de catequização e domínio das terras e povos indígenas, sendo estas não só em Altamira, mas em todo o território brasileiro. Neste período, fundam-se uma rede de pontos de evangelização em aldeamentos, ao longo dos principais rios amazônicos, incluindo os trechos do alto e do médio Xingu (Miranda Neto, 2016).

Essas aldeias constituíram o início da articulação urbana do Pará, formando uma rede comandada por Belém. Sua organização visava catequizar, proteger território e favorecer a exploração das chamadas “drogas do sertão”, um conjunto de especiarias valorizadas na Europa e utilizados como condimento, item farmacêutico, decoração ou como material de construção, a saber: cacau, cravo, canela, salsaparrilha, madeiras e manteiga de peixe, entre outras; sendo estas obtidas através do trabalho indígena (Correa, 1987).

Os índios aldeados, sob hábil controle dos missionários, não apenas cultivavam para subsistência, como também, percorriam sistematicamente os vales visando à obtenção das “drogas do sertão” (Correa, 1987).

Dentro deste contexto, as rotas jesuíticas colocaram Altamira como parte demarcada do território português em 1750, por iniciativa do padre austríaco Rochus de Hunderfund, em uma missão denominada Tavaquara. Foi nesta expedição que se pôde ultrapassar a “grande volta” do Xingu, local curvo do rio de aproximadamente 100 quilômetros, repletos de cachoeiras e barreiras naturais (Miranda Neto, 2016).

Após a missão Tavaquara, pouco se alterou da paisagem altamirense, não sendo instalada nenhum grande ponto de povoamento, uma vez que se tratava de uma área de difícil acesso. Em verdade, as incursões à região foram lentas e possíveis somente pelos nativos que guiavam as expedições. Tal isolamento e estagnação urbana só se alterou no final do século XIX, quando os jesuítas foram expulsos da região, sendo substituídos por coronéis de distinto poder administrativo

e econômico.

As motivações para a expulsão dos jesuítas às terras xingaras não foram um evento isolado, mas sim, um acontecimento ocorrido em todo território amazônico, motivado pela criação da Companhia Geral do Grão-Pará, fundada em 1755, e pelo Marquês de Pombal, primeiro-ministro português.

A companhia pombalina foi criada [...] procurando infiltrar-se nos mercados europeus de produtos tropicais, sobretudo de algodão, arroz, cacau, cuja produção ela incentivou. Internamente, em Portugal, a criação da companhia visava reproduzir, tardiamente, o modelo de acumulação que muito contribuiu para a passagem do capitalismo mercantil para o industrial: a acumulação que era em parte dificultada pelo poderio comercial das ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas (Correa, 1987).

Assim, as ordens cristãs passaram a representar uma ameaça aos interesses de exploração da colônia e por isso, por ela foram desvinculadas. Deu-se início então à exploração expressiva das drogas do sertão, de caráter colonial exploratório, desencadeando o processo de surgimento de novas centralidades paraenses.

Embora dentro de uma área vasta e rica, a região que hoje compreende Altamira, ainda tinha grandes problemas de acesso por seus empecilhos naturais, estes deixavam o aldeamento isolado e dificultavam o seu abastecimento com itens de subsistência da sua população (Miranda Neto, 2016. p. 97). Havia uma rota alternativa por terra, aberta ainda no século XVII pelos padres, porém incipiente, dada à crescente necessidade de circulação. Por este motivo, um grande coronel e investidor escravista, Raimundo José de Souza Gaioso, fez uma estrada de ligação, na mesma região da “picada” jesuítica, entre o alto e baixo curso do rio.

A estrada particular construída por Gaioso ligava o Igarapé Tucuruí (próximo à atual cidade de Vitória do Xingu) até o Forte Ambé, situada em uma colina próxima às margens do Rio Xingu (Coudreau, 1977 *apud* Miranda Neto, 2016). Em suas terras, rio acima, o coronel deixava seus escravos formando um alojamento que por sua localização de fácil acesso à via e às margens do rio, originou o aglomerado humano que anos após foi o núcleo urbano de Altamira.

Contudo, todo o aporte em infraestrutura instaurado por Gaioso, através de seus 70 escravos, logo foi interrompido em virtude da abolição da escravatura assinada em 1888. Assim, o coronel precisou voltar para sua terra natal no Piauí, já que não possuía mais o lucro advindo do trabalho escravo em suas propriedades (Umbuzeiro e Umbuzeiro, 2012).

Dada a época em que se fazia presente, no auge da extração da borracha, e por ter uma vegetação propícia a esta cultura, Altamira, assim como toda a região do Xingu, passam a ser vistas como pontos de interesse e desenvolvimento.

É possível, então, que nos oitocentos, o Xingu tenha conhecido dois momentos: o primeiro, quando a região não havia sido “tocada” pelo auge da economia da borracha (...) e o segundo, nas últimas décadas do século dezenove, a partir de 1870, caracterizado pela expansão dos negócios da borracha que atingia e envolvia cada vez mais a região xinguana (Bezerra Neto, 2008, p. 104).

Todavia, o problema pertinente de circulação de Altamira permanecia e a estrada particular continuava, desde Gaioso, sem aporte financeiro e de melhorias, atravancando o crescimento econômico do local. Tal situação só veio a ser modificada, através da sua readequação, por outro empreendedor de destaque, José Porfírio de Miranda Júnior, grande empresário de borracha e dono de vários entrepostos comerciais ao longo dos rios Iriri, Xingu e Curuá (Junghans, 2009 *apud* Miranda Neto, 2016).

#### *a) Abrindo estrada para o crescimento altamirense*

Com grande porte político, sendo eleito em 1903 como deputado, e um ano após, assumindo a cadeira do senado estadual, José Porfírio foi o governante que pôde unir poderes econômicos e de influência política para explorar largamente a região do Xingu durante o auge da borracha, sendo considerado o maior proprietário no local e levando Altamira a se desenvolver paulatinamente. O que inicialmente ocorria conforme citado por Coudreau em 1896:

Altamira, vilarejo em formação na saída da Estrada Pública do Tucuruí-Ambé, consta apenas de três casas, na margem ocidental (esquerda) do Xingu, rodeadas por extensos terrenos cultivados, que a cada ano mais se espalham para o interior. Altamira e suas roças são uma criação de Gaioso, que aí, mantinha boa parte de seus escravos, senão mesmo a maioria (Coudreau, 1977, p.136).

Logo, o papel da estrada particular, também conhecida como estrada de varação, foi essencial por colocar Altamira como local estratégico e principal entreposto da região, ponto de articulação da economia extrativa entre o médio e o alto Xingu. Criada com a finalidade de permitir o comércio neste trecho dificultoso, serviu também como forma de controle de José Porfírio sobre seus trabalhadores e sobre sua produção, além de significar uma forma de arrecadação e capital, através

de pedágio, mesmo que isso ocorresse em terras devolutas.

Em pouco tempo, o povoamento de Altamira cresceu, dando-lhe características de vila. Sob influência do Ciclo da Borracha, o então “vilarejo” passou a ter significativa incrementação urbana, com construção de equipamentos e melhoramento em infraestrutura, além de crescimento populacional.

No ano de 1910, segundo Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012, p. 120), a população, a atividade comercial e a função de entreposto já superavam a de Souzel, então sede do município. Tão logo a área urbana de Altamira se consolidou, que em 6 de novembro de 1911 passou a ser oficialmente declarada como novo município paraense, desmembrando-se de Souzel e estabelecendo a Vila de Altamira como sua sede. A menção de Campos e Abreu (1909, p. 136) traz de forma clara o crescimento e papel desta cidade para a região:

Alta-Mira já tem pretensões de cidadezinha, vai caminhando para tal e muitas circunstâncias induzem a crer que será a sede, importante, dos médio e alto Xingu. (...) Quanto ao desenvolvimento: Alta-Mira conta mais de cem casas, bem arranjado cemitério, quartel e cadeia; tem auctoridades legalmente constituídas, escola, collectoria, agência do correio e o commercio, que lá se faz, é importantíssimo, girando com centenas de contos.

Durante e logo após a criação do município de Altamira, esta mesma se vê crescer urbana e demograficamente, recebendo um significativo fluxo migratório de populações vindas sobretudo do Nordeste. Tais retirantes tentavam fugir das secas e acreditavam que através da exploração das seringueiras obteriam prosperidade e terras para morar e plantar.

Este padrão migratório ocorreu em toda a Amazônia e fez surgir os primeiros eventos de desmatamento e “urbanização”, sobretudo em seu interior e de forma linear. Seguiu-se às margens dos rios, com o surgimento de cidades, e adentrou-se nas áreas de mata, em terras tidas como “de ninguém” (Nahum, 2012), para exploração dos produtos da natureza (Trindade Jr, 2015).

Como a extração nos seringais era um processo “natural”, na floresta, o crescimento urbano destas cidades embora relevantes, não se deram de forma majoritária ou “desordenada”, comportando-se como um processo mais lento e menos “agressivo”, principalmente por manter o modelo de cidade *da floresta*, de “harmonia” com o meio ambiente, e de padrão demográfico compacto.

Dada a relevância da zona urbana como local que materializa o excedente do capital (Harvey, 1980), Altamira comportou-se como local de fluxo e crescimento

econômico e se desenvolveu enquanto a floresta “produziu”.

Percebe-se que por Altamira estar em uma das últimas fronteiras produtoras de borracha, a cidade se desenvolveu por significativo período, transpondo a crise do primeiro ciclo da borracha, datada de 1912, sendo sentida apenas anos após com seu decréscimo econômico, já nas décadas de 1930 e 1940, e ainda tendo uma posterior ascensão, durante a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com o IBGE (2010a), a população total do município altamirense em 1920 era de 9343 habitantes, sendo estimados que destes 1000 a 1500 residiam na área urbana. Já durante a década de 1940 se percebeu uma redução de 30% da sua população local, que passou a ser de 6428 habitantes, em um claro reflexo à crise do látex. Desta população, fixou-se na zona urbana aproximadamente 1813 habitantes, representando uma singela crescente quanto à taxa de urbanização e/ou a migração de alguma parcela desta população do campo para cidade.

Neste *boom* econômico, ocorrido durante o primeiro ciclo da borracha, fica claro a importância dos acessos e o papel de entreposto, como ponto estratégico, para a prosperidade econômica e para o desenvolvimento regional da cidade, a exemplo do que é colocado por Milton Santos (1996), em seu sistema de fixos e fluxos. Além de dar destaque ao poder de atuação dos agentes detentores de poder, na figura dos jesuítas, coronel Gayoso e senador José Porfírio, para estruturação urbana da cidade capitalista, conforme formulado por Villaça (1998).

Embora com menores efeitos, quando analisado a propulsão que o primeiro Ciclo da Borracha levou a Altamira, saindo da categoria de vila e tornando-se cidade, o seu segundo ciclo também representou um momento de destaque e desenvolvimento por estabelecer a consolidação de suas vias de acesso, a comunicação com esferas internacionais, a continuação do crescimento urbano via migração e a ampliação de mais serviços urbanos.

#### *b) Soldados no front: Altamira e segundo ciclo da borracha*

Entre os anos de 1942 e 1945, no contexto da Segunda Guerra Mundial, tem-se o início do novo Ciclo da Borracha na Amazônia. Esta nova fase de produção se caracterizou pela crescente demanda dos Estados Unidos em meio a guerra, originada pelo bloqueio de seus principais fornecedores, os asiáticos, e, portanto, seu retorno para as antigas áreas produtivas, como as árvores brasileiras.

Para suprir a demanda vertiginosa, o então estagnado fluxo migratório do Nordeste volta a se restabelecer, agora chamando tais imigrantes de “Soldados da Borracha”. Foi um período curto, mas importante para a cidade de Altamira, uma vez que manteve a relevância deste centro urbano no médio Xingu, instalando inclusive mais estradas e novos equipamentos. Neste cenário, o papel do capital norte-americano se fez presente e trouxe relevantes avanços para a interligação urbana da região, como abordado por Miranda Neto (2016):

[...]tem-se a criação de uma rodovia entre a cidade de Altamira e Vitória do Xingu, utilizando-se de alguns trechos da antiga estrada particular. A obra foi desenvolvida pelo órgão americano Rubber Reserve Company (RRC) e, para sua concretização, necessitou aterrar uma grande área entre os igarapés Altamira e Ambé, onde se poderia fazer, finalmente, a ligação com o Forte Ambé. A Rodovia Ernesto Aciolly, como foi denominada, permitiu o tráfego de veículos durante todo o ano naquela área (Miranda Neto, 2016, p. 112).

Tal conexão urbana não se fez valer apenas por meio terrestre, com a criação de vias de acesso, na verdade o cenário da época tornava inviável os grandes trechos a serem implementados até a capital e as longas horas a serem enfrentadas para a produção, principalmente, da borracha com destinação bélica. Assim, foram iniciadas as primeiras operações de aeronaves em Altamira, que em princípio se utilizavam do Rio Xingu para os procedimentos de pousos e decolagens.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o uso de novas fontes de matéria-prima para a obtenção da borracha, como o látex sintético, deu-se fim ao período de desenvolvimento econômico da borracha e com isso instaurou-se um período de relativo declínio econômico na cidade e região.

Em 1950, a população total do município passa a ser de 7.669 habitantes, com maior incremento da população rural, que apresenta um aumento de 24% em relação a década anterior, em um reflexo do fluxo migratório dos “soldados da borracha”. Quanto à população urbana, esta apresenta um crescimento pouco expressivo, de apenas 126 habitantes (IBGE, 2010a). Esses dados, analisados paralelamente, representam os efeitos deixados pelo segundo Ciclo da Borracha na região, com incremento populacional significativo apenas na área rural e maior estruturação de serviços na área urbana, onde residiam os oficiais e pessoas de prestígio econômico.

Para conter o possível afluxo migratório dos migrantes nordestinos, o Estado se viu “pressionado” a fornecer formas de fixar o homem no campo. Assim, foi

implantado políticas com vistas a fortalecer a produção agrícola na região, fato que até então se fazia de forma bastante rarefeita. A esse respeito, Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012, p. 295) afirmam que:

As administrações que se sucederam, de 1959 a 1970, iniciaram a construção de rodovias de penetração, facilitando o transporte da produção e fixando o homem a terra, por meio da doação de Títulos Definitivos de Terra. O aparecimento dessas pequenas rodovias acelerou a ocupação de espaços vazios e ampliou a área cultivada. Numerosas famílias vieram do Nordeste (Ceará, Piauí e Maranhão) com passagens pagas pelo Governo Estadual e Prefeitura Municipal.

Tais rodovias de penetração que partiam de Altamira rumo às zonas rurais, juntamente com a doação de Títulos de Terra, colocaram a cidade como polo regional de seu entorno imediato. O programa de colonização local contribuiu não apenas para a manutenção e fortalecimento das atividades rurais, mas gerou o incremento demográfico na década seguinte. Assim, no ano de 1960, houve o aumento da população do município para 12.090 habitantes. Destes, 8.972 habitantes estando situados na zona rural e 3.118 habitantes se fixando na cidade (IBGE, 2010a).

Tanto a agricultura quanto a pecuária se utilizam de um mesmo sítio produtivo, um corredor situado entre a cidade de Altamira e o porto de Vitória (atual Vitória do Xingu) e também ao longo da Estrada do Pannels, via criada em 1960 pelo Serviço Municipal de Estradas e Rodagem – SMER, com vistas de conectar a cidade às comunidades agrícolas. Para além desses corredores viários, não havia ligação rodoviária com outros núcleos urbanos, fato que representava um dos principais gargalos de sua produção e dificultava seu crescimento urbano, fato este abordado por Tourinho (2011) no papel das cidades médias na Amazônia e a intrínseca relação da articulação interurbana na estruturação e expansão do espaço intraurbano.

Assim, até o fim dos anos 1970, tem-se um município rural, de economia relativamente ativa e com um centro urbano “tímido” e compacto, porém com potencial regional. É através de sua localização e potencialidades que Altamira posteriormente despontaria como uma das cidades-sede dos planos de integração regional do Governo Federal. Fato que irá ser abordado mais adiante. Cabe agora tentar entender os determinantes e principais agentes que em uma esfera maior interferiram, direta ou indiretamente, no seu crescimento urbano.

### 2.1.2 Verde que te quero lucrativo: paradigmas do progresso na Amazônia

O crescimento altamirense não ocorreu de maneira isolada, ele foi resultado de uma conjuntura político-econômica gomífera que favorecia a acumulação de capital internacional e o crescimento econômico de determinados polos regionais em uma estrutura hierárquica de rede urbana macrocefálica, comandadas por Manaus e Belém, que se estendia ao longo da drenagem amazônica, de maneira dendrítica.

Esta conjuntura político-econômica exploratória assim como em outros *booms* econômicos, a saber: a do pau-brasil, da cana de açúcar, do ouro e do café, tinha como objetivo principal o lucro para a colônia. Contudo, nenhum destes processos seria tão intenso na Região Amazônica como foi este “ciclo”, denominado de Ciclo da Borracha. Este movimento embora iniciado por volta da década de 1850, teve seu pico de “explosão” e hegemonização entre os anos de 1870 e 1912, alterando o espaço “natural” amazônico e fazendo-se criar um sistema de rede urbana peculiar de exploração.

Tal ciclo surgiu mediante a grande procura dos países “colonizadores”. Dentre os motivos para sua procura e investimento internacional estava a qualidade da sua borracha. Diversas espécies do mundo tinham potencial comercial gomífero, porém, somente a espécie amazônica produzia com tanta qualidade e elasticidade (DAOU, 2000, p. 868 *apud* Romero, 2023).

No local havia tanta abundância de matéria-prima que fez sua extração ocorrer de forma vertiginosa, o que poderia significar um potencial meio de desenvolvimento para o país como um todo, contudo, dado seu sistema exploratório, este mesmo ciclo concentrou o capital possível em poucas mãos, sendo esta obtida pela sistematização de mecanismos próprios da época, como a superexploração da força de trabalho, em uma organização conhecida como sistema de aviamento. Tal estrutura trabalhista era composta por seringueiros, seringalistas, aviadores, importadores e exportadores, formando uma pirâmide eficaz de exploração (Fig. 8).

**Figura 8** – Pirâmide do comércio da borracha na Amazônia



Fonte: Romero, 2023.

O sistema de aviamento foi um modo de produção baseado em adiantamentos de crédito e dívidas permanentes. Nele, o seringalista fornecia mercadorias necessárias para a subsistência e trabalho do seringueiro, como adiantamento financeiro prévio em uma “conta fiado”, e estabelecia a equivalência entre o capital em espécie e os produtos fornecidos. O pagamento era feito em troca de produtos da floresta, no caso a borracha, e o seringueiro permanecia sempre em dívida com o seringalista, uma vez que ele rebaixava o preço do látex extraído pelo trabalhador e elevava muito o preço das mercadorias que vendia “fiado”. Era assim, uma espécie de prisão do endividamento (Marques, 2019, p. 62).

Dado o uso deste sistema de exploração, a incorporação da Amazônia ao mercado internacional não acelerou o processo de divisão técnica e social do trabalho, tão pouco representou um desenvolvimento social para base trabalhadora da população. Dessa forma, todo o lucro obtido pela borracha ficou concentrado nas indústrias internacionais, restringindo a ascensão econômica apenas aos proprietários e comerciantes de maior destaque, localizados majoritariamente em Belém e Manaus (Cardoso; Muller, 1977, p. 6).

O uso do sistema de aviamento foi justificado por Ruy Mauro Marini (2017), através da sua teoria marxista de dependência, como a maneira com a qual os países emergentes, em especial, os da América Latina, conseguiram obter alguma acumulação de capital, destacando como estes locais estavam integrados ao sistema capitalista global, sempre comportando-se de forma subordinada e dependente a eles.

O resultado dentro da rede urbana foi o desenvolvimento urbano expressivo apenas em polos determinados e estratégicos, tendo a permanência da Região Amazônica como essencialmente rural e com forte exploração de matérias-primas.

Mediados pelo sistema de aviação, os núcleos urbanos se arranjaram em uma cadeia de circulação que partia dos barracões, nos locais de extração, até as casas aviadoras, situadas em Belém e Manaus, tendo como meio de circulação os leitos dos rios, criando-se assim, um sistema dendrítico e macrocefálico.

O significado disto para a região do Xingu foi o surgimento e revigoração de alguns centros localizados no curso do rio, desempenhando a função de sedes seringais, tais como Altamira, Souzel e Porto de Moz.

Nessa relação, Altamira teve o papel de ponto estratégico, desempenhando uma posição intermediária dentro deste sistema. Por ser o local de transporte da produção do alto Xingu (Porto Ambé), passando por uma estrada de varação até a outra ponta do rio (Porto Vitória), para dar o escoamento até Belém, este centro urbano constituiu importante ponto de comércio onde se fazia a concentração provisória e a administração da produção. Desta forma, aos poucos, a elite altamirense conseguiu internalizar seu excedente e fazer da então vila uma cidade moderna e “minimamente” desenvolvida, tendo somente como limitante o próprio sistema que dava maior lucro para o então polo distrital, Belém.

Assim, é durante o Ciclo da Borracha que se inicia o processo de modernização e diversificação dos meios de transporte para escoamento de produtos e para fornecimento de mercadorias para população. Desta forma, desenvolve-se entre outros meios, o sistema de navegação a vapor, constroem-se estradas e cria-se ferrovias para dinamizar a comunicação dentro do estado e com o mercado exterior.

Em suma, tais meios viários foram construídos beneficiando-se do momento de apogeu econômico da borracha e consolidando, na medida do possível, o desenvolvimento econômico brasileiro. Contudo, tal panorama passa a mudar bruscamente, quando em 1912, instala-se uma crise econômica da borracha, e com ela, a perda da soberania brasileira junto ao mercado mundial. A causa desse infortúnio está no contrabando de sementes brasileiras por exploradores ingleses, estes estabelecendo largo plantio “industrial” em terras asiáticas, sobretudo Malásia.

O resultado foi um declínio econômico que só se reverteu, em um curto período, durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que o Brasil passou a firmar acordos na tentativa de reestabelecer seu desenvolvimento econômico, apoiando-se inclusive

em medidas estatais como a criação da Superintendência de Defesa da Borracha e a elaboração do Plano de Valorização da Borracha, ainda em 1912.

O intuito destes mecanismos e acordos era de reinserir a borracha nos mercados internacionais, modernizar sua extração, transporte e comercialização, além de garantir saneamento e assistência técnica (Benchimol, 1990). O que de fato só ocorreu no período de guerra quando o mercado gomífero inglês foi suspenso.

Neste momento, a exploração da borracha, além de atender aos interesses norte-americanos, o principal comprador para fins bélicos, também garantiu a atenuação dos problemas de seca no nordeste do país, assim, grande foi o fluxo de mão de obra nordestina indo para a Amazônia, incluindo a região de Altamira e Xingu, em busca de trabalho, através de órgãos governamentais como o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, a SEMTA (1943) e a criação do Banco de Crédito da Borracha (atual BASA).

Logo, a guerra garantiu o reestabelecimento momentâneo de todo sistema de aviamento, mesmo que durante pouco tempo, com o fim do combate houve o cancelamento do fim deste ciclo econômico, principalmente pela existência de novas matérias-primas, como o látex sintético. Depois do fim do *boom* da borracha, tal região só veio a ter ascensão econômica novamente em meados de 1970, quando o governo militar voltou a apostar na Amazônia e seu potencial como grande “El Dourado”.

Não obstante, o principal legado que este sistema econômico deixou foi o de estruturar o sistema de rede urbano amazônico, com o pleno desenvolvimento, principalmente de Belém, e o surgimento de novos centros regionais “tradicionais”, como Altamira, assim como a criação de cidades empresas internacionais, as *company town*. Tais cidades se desenvolveram enquanto cidade e absorveram influências de seus principais mercados exportadores, em um claro desejo de prosperidade e modernidade *à la* “mundo desenvolvido”. Dentro deste prisma, sua forma destoou e por vezes negou características locais da cidade amazônica, transformando inclusive o modo de vida nativo.

### 2.1.3 Como nossos pais: heranças do urbano de “primeiro mundo”

Conforme dito anteriormente, o período da borracha foi uma fase econômica

de grande prosperidade e acumulação de capital, em especial para a Região Norte. Seu contexto histórico era de ruptura colonial, com o final do segundo reinado, e o início de um novo gerenciamento político-administrativo nos moldes republicanos, isto é, com a divisão em estados (federações) munidos de determinado grau de autonomia, mas unidos e comandados em prol da soberania do governo (Daou, 2000).

Perante a Proclamação da República, as cidades brasileiras, incluindo-se aqui as amazônicas, esforçaram-se para representar esses ideais de mudança e progresso, enfatizando-se, neste sentido, os princípios de modernização.

Tal ideal modernizante propunha uma industrialização imediata de seu território, estimulando a entrada de capitais ingleses e norte-americanos, e não somente isso, espelhando-se neles, cultural e esteticamente para manter-se com “semblante” de país desenvolvido. Seguia-se assim, o rigor de que “um Brasil moderno significava necessariamente um Brasil europeizado” (Santos, 1985, p. 2).

Com efeito, é neste período que as principais cidades nortistas, cada qual à sua maneira, passam a apresentar contrastes sociais característicos da modernidade capitalista, onde passam a conviver, de um lado, com o luxo da burguesia, e do outro, com a miséria dos pobres da época, o que espacialmente fora percebido através da segregação e estratificação social.

Assim, neste tópico se abordará de forma elucidativa sobre as principais mudanças urbanas vividas pela cidade de Altamira, com seu *boom de modernidade alla belle époque interiorana*, trazendo como contraponto e comparativo a principal cidade econômico-política do estado, Belém, e o principal município com maior capital internacional e implementação de formas urbanas internacionais, Fordlândia.

A intenção é mostrar os contrastes entre a capital paraense e os polos citadinos menores, destacando o fato de que ao contrário das demais cidades, Belém era uma cidade vanguardista no quesito urbano, pautando-se, porém, na desigualdade social, o que lhe concedia características similares aos grandes centros desenvolvidos do sudeste brasileiro, inclusive quanto padrões de densidade, expansão urbana e verticalização. Além de contar com significativos arcabouços técnico-urbanísticos, que serviram como “cartazes” de desenvolvimento e ferramentas de higienização social.

Tais nuances modernas e de desenvolvimento se restringiram grandemente, de modo que só ocorreram em cidades interioranas com aporte financeiro internacional e em locais pontuais, onde a implementação fora repentina e brusca, não representando um linear de progresso e trazendo à tona o padrão de

desenvolvimento em *boom-bust*, o qual foi grandemente replicado tempos depois, tendo como exemplo primeiro a cidade de Fordlândia (Browder; Godfrey, 2006).

Altamira neste cenário cresceu como uma cidade de médio padrão, funcionando como entreposto do sistema de aviação, e crescendo e se desenvolvendo em um híbrido de modernidade europeia, norte-americana e vivências culturais locais.

a) *Altamira, exemplo da Amazônia gomífera e ribeirinha*

Altamira é um município paraense que teve através da exploração da borracha a inserção dos seus primeiros equipamentos urbanos, como energia elétrica, prédios para saúde, comércio e educação (Umbuzeiro e Umbuzeiro, 2012). Na época, o município era eminentemente rural, a cidade apresentava pequena dimensão territorial e demográfica, sendo desenvolvidos principalmente por via fluvial seus deslocamentos de mercadorias e de passageiros. Em linhas gerais, a estrutura intraurbana altamirense da época lembrava o modelo de “cidade compacta” proposto por Borsdorf (2003) que embora de tempo-espacos distintos, quando comparado com o período por ele vinculado, de 1580 a 1820, detinham o mesmo tipo de ordenamento de cidade, o colonial latino-americano.

As características postuladas por Borsdorf (2003) para as cidades latino-americanas coloniais eram de uma vida urbana originada na praça pública, contendo ali edificações dos principais órgãos institucionais, como prefeitura e igreja, além das casas das principais figuras de poder econômico da época, ficando para as camadas mais pobres, locais mais distantes deste ponto nodal da cidade.

Tal configuração estava presente em Altamira, e salvo as adequações para as peculiaridades físicas do local, como sua vida de forte relação com o rio, aproximando-se inclusive com a produção urbana das primeiras cidades brasileiras, representou um padrão de malha urbana do tipo centro-periferia, ou melhor dizendo, do tipo lua crescente, onde o centro civil “nascia” na beira do rio e através deste expandia-se em raios com diferentes funções e tipos sociais.

Assim, a posição social de cada um dos cidadãos estava vinculada pela distância de sua casa em relação ao rio e praça principal. Neste aspecto, o padrão das habitações ribeirinhas se dava de forma contígua e alinhada com o curso d’água, sendo edificadas em tijolo semicru ou alvenaria, por vezes, com adornos, e mantendo o padrão visual de uma cidade amazônica em florescer econômico. Na via principal onde existia o núcleo econômico-social com igreja, prefeitura e praça (atual Avenida

Coronel José Porfírio) existia um maior adensamento populacional com casas edificadas também em alvenaria e providas de adornos e calçadas, representando assim, o centro social mais estratificado. E, nos locais mais distante deste centro, onde se instalavam as casas menos adornadas, com materiais de menor prestígio e qualidade, como a argila (pau a pique), de forma “improvisada”, estavam a população mais pobre (Miranda Neto, 2016).

Tal discrepância pode ser percebida conforme as figuras (09, 10 e 11) que representam, cada uma a sua maneira, o uso distinto dos materiais e a organização das vias de Altamira, a saber: na beira do rio, na região afastada do centro urbano e em uma de suas vias mais importantes, respectivamente. É importante salientar a atual Rua Sete de Setembro (Fig. 10) que na época estava nos limites da área urbana e se chamava “rua de palha”, em referência às casas cobertas de palha do tipo anajá ali existente.

**Figura 9** - Vista da orla em 1955



Fonte: Acervo digital IBGE (2024).

**Figura 10** - Avenida 7 de Setembro em 1940



Fonte: Acervo digital IBGE (2024).

**Figura 11**- Avenida José Porfírio em 1940 com destaque para Igreja Matriz e praça do Mathias a frente ainda sem ser construída



Fonte: Acervo digital IBGE (2024).



figuravam toda a região como *idades da floresta*, tendo como exemplos excepcionais somente os polos econômicos: Belém e Manaus, que cresciam com dinâmica urbana diversa.

Belém continha uma forma-conteúdo diferenciada, marcada por ser uma cidade setorizada e expandida através de suas vias com *boulevard*es em semelhança ao estilo europeu, além de conter prédios altos, semelhantes aos arranha-céus norte-americanos, que por muito tempo foi considerado como o maior do país (Fig. 13).

**Figura 13** - Vista aérea de Belém em 1960 junto ao edifício Manoel Pinto da Silva



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva *apud* RIBEIRO; VIDAL, 2018.

Em grande parte, este perfil urbano fora construído para fazer da capital paraense sinônimo de modernidade, destruindo “a imagem da cidade desordenada, feia, promíscua, imunda, insalubre e insegura” e construindo “[...] uma nova estratégia social no sentido de mostrar ao mundo civilizado [...], em que a cidade de Belém era o símbolo do progresso” (Sarges, 2010, p. 14).

Para tanto, fez-se necessário um aparato legal, promulgado primeiramente pelo então intendente Antônio Lemos, contendo normativas pertinentes quanto aos principais aspectos do cotidiano da cidade, a saber: a questão sanitária dos estabelecimentos públicos, os requisitos mínimos para construção e composição de

fachadas de habitações coletivas, além de parâmetros para os equipamentos de lazer, comércio e serviço (Gonçalves, 2022); em um segundo momento foi o Plano Urbanístico da Cidade, criado pelo engenheiro urbanista Jerônimo Cavalcanti, que tornou possível a remodelação da capital em moldes racionais e técnicos, priorizando os eixos viários e a verticalização dos edifícios centrais (Borges, 1986).

Neste contexto, Altamira mantinha-se como um híbrido de espaço-tempos distintos, em um claro reflexo de seu papel de eixo intermediário do sistema de aviação, palco de costumes tradicionais, mas usufruindo dos louros dos novos ares de modernidade. Logo, não sendo palco de nenhum plano urbano robusto ou não contendo edificações monumentais, mas abrigando infraestrutura avançada dentro do contexto regional.

Um claro reflexo deste período de vanguarda quanto aos serviços usufruídos por Altamira está na instalação, ainda nos anos de 1920, da primeira central de eletricidade da cidade, uma realização do terceiro intendente de Altamira, João Alfredo de Mendonça, que usando dos créditos municipais da produção extrativista efetivou a montagem de uma usina termelétrica com caldeira à lenha, sendo um dos poucos núcleos urbanos, com este serviço, no estado do Pará (Umbuzeiro e Umbuzeiro, 2012 *apud* Miranda Neto, 2016).

Outro exemplo, já marcado pelo segundo ciclo de desenvolvimento da borracha, foram as rotas aéreas em solo altamirense. Neste período, os aviões americanos desciam trazendo suprimentos para os seringais, sendo o principal modelo aero o PBY Catalina, uma aeronave anfíbia de 16 lugares, que aterrissava em frente à cidade (Miranda Neto, 2016, p. 112).

Não bastando isto, pouco tempo depois, a partir de 1950, a demanda e importância regional de Altamira trouxeram a linha aérea Altamira-Manaus, sendo a primeira linha regular, operada pela Panair, a fazer esse trecho. Com a necessidade da economia e da população tem-se a construção do aeroporto de Altamira. Cujas utilidades se deu principalmente por taxis aéreos e aeronaves executivas, geralmente a serviço dos seringalistas e que serviu também como elemento estrutural urbano de expansão da cidade, no sentido atual Avenida Brigadeiro.

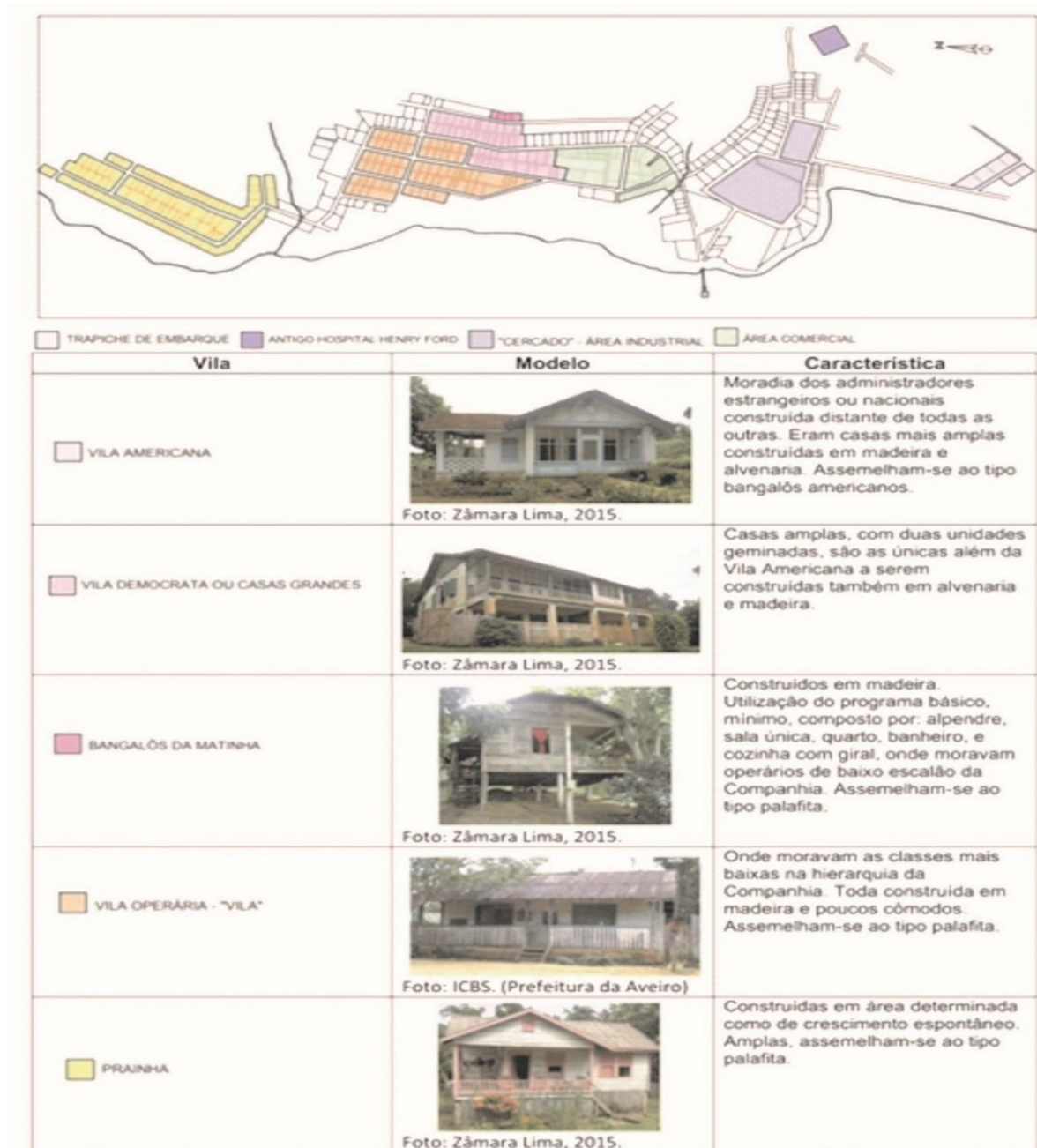
Este híbrido de prosperidade e crescimento mais tímido se dava pelos limitantes do sistema de aviação e pela produção quase exclusiva da borracha que

embora possibilitasse a expansão da atividade comercial também gerava dificuldades para captação do excedente em cada lugar (Machado, 1999).

É interessante perceber que somente na década de 1960, Altamira vai experimentar um processo de desenvolvimento econômico-urbano orientado por diretrizes projetuais urbanas, sendo elas racionalistas, e orientadas pelo investimento estatal no qual irá acarretar em um crescimento, tido como acelerado.

Tais diretrizes projetuais surgem como heranças do modernismo norte-americano que fora instaurado na cidade de Fordlândia, com seus usos e funções bem delimitadas dentro do traçado urbano (Fig. 14), e que assim como tal, marcados pelo descompasso entre plano urbano e realidade local, pautando-se grandemente no lucro e menosprezando os anseios da população.

**Figura 14 - Zoneamento e Tipologia Urbana de Fordlândia**



Fonte: Lima; Miranda, 2021.

\*\*Salienta-se que embora contassem com casas de tipologia similar as amazônicas, como as palafitas, também se orientavam por habitações estilo Cape Cod, próprio do povo norte-americano

É consternante que este parâmetro de desenvolvimento, marcado por grandes objetos capitalistas, como foi o caso da Fordlândia, ou melhor, esta promessa de crescimento econômico alcançada apenas sob este sistema, seja a marca registrada de quase todos os *booms* econômicos experienciados pela Amazônia. Fato percebido de maneira expressiva durante o governo militar, quando a maioria das médias e pequenas cidades crescem de forma vertiginosa a partir de grandes projetos estatais,

conforme irá se discorrer no subtópico seguinte.

## **2.2 Grandes projetos para grandes “problemas”**

Após a “extinção” da economia da borracha, ao fim da Segunda Guerra Mundial, instaurou-se um período de estagnação de crescimento em grande parte das cidades amazônicas, gerado principalmente pela desvinculação delas como potência do mercado internacional, consistindo assim, em um momento de relativo declínio econômico não só da Região Norte, como também de todo o território brasileiro. Somado a isto, as tensões por disputas territoriais e de poder, em nível internacional, e o crescimento dos grandes centros urbanos pautado no desenvolvimento industrial e na migração populacional campo-cidade, em nível nacional, gerou no Estado o anseio de se criar novas frentes de desenvolvimento, geradas a partir da expansão de suas áreas de fronteira, sendo estas situadas especificadamente no Norte e Centro-Oeste do país.

O primeiro governante a ver tal potencial expansionista foi o então presidente Getúlio Vargas (1930-1945), que através de seus investimentos, principalmente de viés ideológico, fez instaurar uma expressiva “Marcha para o Oeste”, em uma clara alusão aos ideais fixados no processo de expansão territorial norte-americano (Browder; Godfrey, 2006).

Contudo, conforme Velho (1976), ocorrendo de maneira diferente do caso norte-americano, principalmente no tocante à qualidade de vida usufruída pela população, exercendo assim uma imagem de fronteira desigual e instrumento legitimador das formas políticas de dominação social.

Enquanto para Turner a fronteira é o lócus do desenvolvimento da democracia norte-americana, para Ricardo a experiência de fronteira levou ao desenvolvimento do autoritarismo brasileiro. Em ambos os casos a fronteira é utilizada como recurso fundamental na criação de mitos de origem (Velho, 1976, p. 146 *apud* Browder.; Godfrey, 2006, p. 47)

A Marcha para o Oeste objetivava garantir o incentivo à migração para o interior do Brasil, o desenvolvimento da agricultura, o fortalecimento das fronteiras e a consolidação da soberania territorial nacional. Para tanto, pregava, através de campanhas publicitárias, o recrutamento de pessoas do Nordeste para áreas pouco povoadas e/ou desenvolvidas, principalmente na Amazônia, que durante este período passou a ser reconhecida como “Novo Eldorado”.

Todavia, estes investimentos ainda se portavam de forma tímida, sem ter um investimento direto e planejamento real do ente público. Foi no período ditatorial, durante a década de 1960, que o Estado passou a priorizar e investir na “colonização” da Amazônia, objetivando seu domínio estratégico e impulsionando seu processo de exploração dentro do circuito internacional capitalista.

A fronteira amazônica só pode, portanto, ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global pós-Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo a agentes primordiais na produção do novo espaço. Na verdade, o povoamento da Amazônia a partir da colonização se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial (Becker, 1998. p. 11)

Para tanto, órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento Urbano da Amazônia (SUDAM) e Banco da Amazônia (BASA) foram criados para proporcionar apoio institucional e gerar incentivos fiscais para fazendeiros e latifundiários, atraindo capital produtivo e especuladores para a região. Assim, o governo Vargas preparou o terreno para a real expansão da fronteira amazônica, alavancada durante as décadas de 1970 e 1980, no período da ditadura militar.

Os investimentos do período ditatorial foram diversos e representavam um momento particular em que o governo injetava dinheiro massivamente a fim de tentar solucionar as atribuições do sistema capitalista, que ocorria tanto em nível interno como externo, vide crises do petróleo. Assim, apostava-se na expansão e ocupação da Região Amazônica como provedora do novo alvorecer econômico do país, constituindo a última fronteira agrícola brasileira, além de ser o local com vastos recursos minerais e grande potencial hídrico que também geravam renda e “desenvolvimento” para o país (Nascimento, 2009).

Neste sentido, Altamira comporta-se como um dos locais polo deste investimento. Consolidada como um núcleo regional ainda durante a economia da Borracha, a cidade recebeu programas como o Plano de Integração Nacional – PIN, o Projeto Integrado de Colonização – PIC e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA que pela propulsão em investimentos e rápida implementação acarretaram em um vertiginoso contingente populacional que superou a estrutura existente e mesmo com intervenções urbanísticas posteriores não foi capaz de suprir as demandas socioespaciais da época.

### 2.2.1 Integrar para não entregar: Altamira como marco da Transamazônica

Altamira foi e é um lugar estratégico, principalmente por possibilitar a interligação do Xingu e da Amazônia como um todo. Sua integração ao sistema mundial capitalista se deu de forma tardia, em função da dificuldade de navegação na volta grande do Rio Xingu, seu essencial meio de mobilidade, representando sua principal potencialidade e limitação de desenvolvimento, de forma única e paradoxal.

Ao longo de sua história, a cidade sempre esteve submetida aos interesses econômicos que marcavam cada época, mas comumente figurava como mero ponto de exploração e lucro para agentes externos, por isso sofrendo com patologias urbanas simplórias como a falta de meios de circulação e transporte.

Este panorama de atraso ao “mundo globalizado” chegou ao fim com a construção da Rodovia Transamazônica, um dos principais marcos do regime militar no Brasil e grande objeto capitalista a ser instalado na Amazônia em um período conhecido como de “milagre brasileiro”.

Com forte apelo ideológico a rodovia tinha como discurso integrar o país, amenizando problemas econômico-sociais pertinentes como a pobreza e falta de reforma agrária nordestina que se somavam às rigorosas secas do seu sertão, além de representar a solução para a “necessidade” de colonização do Norte, considerado naquela época um “deserto demográfico”, fazendo surgir, conforme o slogan governamental, *homens sem-terra para terras sem homens*. Logo, perante o decreto-lei nº 1106 de 1970, criou-se o Programa de Integração Nacional (PIN), e com ele, iniciou-se a construção da BR-230 em seus 4.260 quilômetros, passando por sete estados e 63 cidades brasileiras que cortavam o Nordeste ao Norte do país.

A rodovia cuja construção foi iniciada ainda no ano de 1970, a 6 quilômetros da cidade de Altamira, marcou um período em que a Amazônia simbolizava a esperança de um Brasil grande e integrado. A BR-230 representou a retomada do crescimento econômico da região que outrora havia sido cessada com o fim da extração da borracha, como também serviu ao lema ditatorial que expressava o ideário desenvolvimentista e que pretendia unificar o país e proteger a floresta da “internacionalização”.

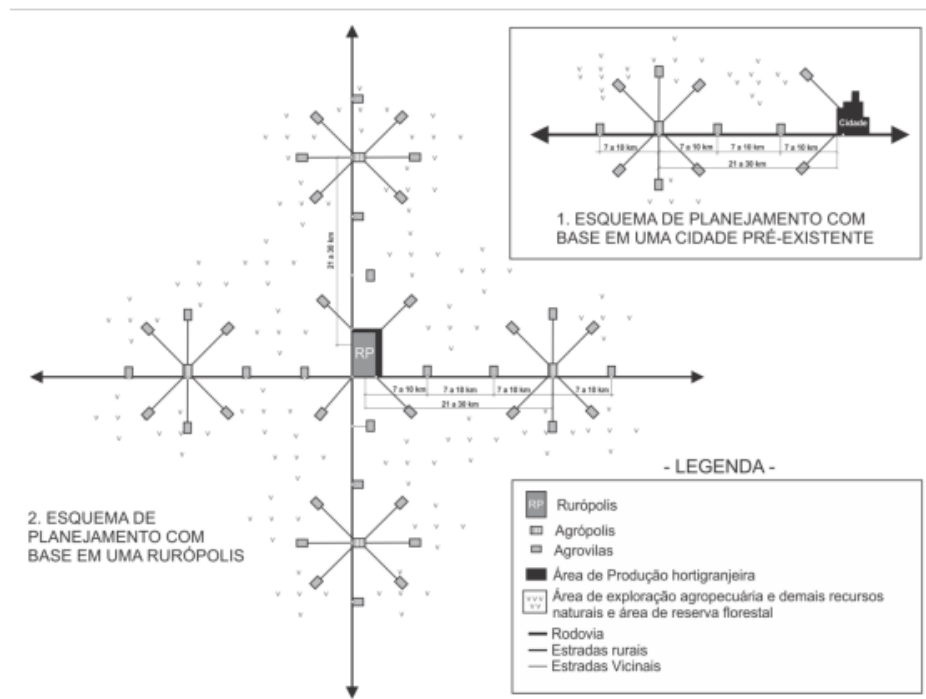
Dada a grandiosidade deste e outros objetos, a cidade de Altamira, assim como outras cidades em que o eixo viário alcançou, passaram a crescer de forma acentuada

e por vezes desordenada, em uma taxa que chegou à média de 250 pessoas por dia (Lobo; Tourinho; Costa, 2017). Isto porque, atrelado à construção da Rodovia Transamazônica, existiram projetos paralelos que fomentavam o fluxo migratório e o desenvolvimento das cidades, em especial o PIC e posteriormente a POLAMAZÔNIA. Estes dois programas se baseavam na colonização agrícola e acreditavam que por meio desta o país iria crescer economicamente.

Inicialmente, o Programa Integrado de Colonização – PIC visou a expansão da fronteira urbana a partir da habitação de produtores de pequeno porte, vindo sobremaneira do Nordeste (Becker, 1985). Sua ocupação se deu de maneira dirigida, ou seja, através de projetos urbanísticos de habitação e produção agrária, com fornecimento de lotes de 100 hectares para cada colono (Altamira; Projectus, 2003). “O plano de assentamento nas margens da Rodovia Transamazônica [...] baseou-se numa estrutura conceitual chamada de ‘urbanismo rural’, que representa a junção das ideias de Lugar Central e Difusão” (Browder.; Godfrey, 2006, p. 52).

Tal projeto de colonização foi conduzido e idealizado pelo INCRA que estruturou um sistema urbano hierarquicamente definido, composto de três níveis (Fig. 15): as Agrovilas (menor unidade urbana, essencialmente residencial), as Agrópolis (pequeno centro-urbano e administrativo) e as Rurópolis (o centro principal de uma comunidade rural). Para tanto, planejou-se que tais centros urbanos seriam equipados com infraestrutura básica, composta por acesso a água, equipamentos urbanos como postos de saúde, e sistemas de armazenamento e beneficiamento da produção (Brasil, 1972 *apud* Miranda Neto, 2016).

**Figura 15** - Esquema do módulo de colonização existente no urbanismo rural amazônico



Fonte: acervo INCRA (1972). Material adaptado Miranda Neto (2016).

O PIC se consolidou como o primeiro projeto de planejamento urbano e racionalização estatal do território amazônico, o que outrora só havia sido experienciado em pequena escala pelo capital particular nas cidades de Belterra e Fordlândia, em sua matriz “modernista” e funcional. O discurso aplicado para a implantação desta lógica urbana tão distinta ao perfil ribeirinho era a de que a região estaria em um estágio atrasado de avanço civilizatório e que dado ao seu potencial subaproveitado deveria ser estimulado, via reestruturação, para assim usufruir e alcançar o ideal de nação desenvolvida.

Neste contexto, a cidade de Altamira funcionou como centro financeiro e comercial, além de núcleo para concentração das atividades de gestão, com a instalação das instituições públicas de Estado que se faziam necessárias, funcionando no que dentro dos padrões estabelecidos pelo INCRA seria uma Rurópolis. Até este momento, entre 1970 e 1974, a cidade comportou-se como centro urbano, mas sem absorver significativa massa de fluxos populacionais, uma vez que a fronteira agrícola jazia em plena expansão e era pra lá que a maioria dos migrantes se fixavam.

A primeira fase do PIC Altamira, denominado Altamira-1, tinha como objetivo o assentamento em três módulos de mil colonos cada, através de um

sistema pautado no urbanismo rural, onde o colono poderia trabalhar no lote e residir na área urbana ou trabalhar e residir no próprio lote. Os módulos de colonização, denominados “MOC”, se estendem, cada um, por 50 km ao longo da Transamazônica, com estradas vicinais a cada 5 km e penetração de 10 a 12 km. As unidades seriam, em primeiro nível, nucleadas por agrovilas e, em segundo nível, centralizadas por uma cidade-suporte (Agrópolis ou centro urbano de apoio) (Miranda Neto, 2016, p.118).

Embora representando um programa de robusto investimento e tendo Altamira como o local com maior área de influência, com 3.759.500 milhões de hectares, os quais absorveu o maior número de migrantes, em torno 6.300 famílias (Altamira; Projectus, 2003), não foram capazes de suprir as expectativas colocadas pelos militares. Dentre as causas para seu fracasso estavam a falta de coordenação entre os órgãos responsáveis pela emissão de títulos de terra e os responsáveis pelo fornecimento de créditos bancários, como sugere Milder (1987 apud Miranda Neto, 2016). O que somado ao estudo, ou inexistência, da análise da qualidade das terras em toda a extensão da BR-230 custou investimentos adicionais arcados pelo próprio colono que não tinha recursos para tal feito. Assim, a maioria dos “MOC” planejados pelo governo não prosperou economicamente na propulsão e velocidade objetivada.

No ano de 1973, com a crise do petróleo, o Brasil sofreu com o aumento do seu déficit na balança comercial internacional, acentuando os problemas de gestão do PIC e expondo a necessidade de mudanças nas estratégias econômicas para a Amazônia. Assim, como resultado, houve o “abandono” do PIC e a inserção de novos programas, como o da POLAMAZÔNIA (1974).

Desta forma, o colono foi deixado à sorte, sem investimentos para o escoamento de sua pequena produção ou incentivos para sua fixação no local com qualidade, expressa aqui como os serviços e equipamentos urbanos e que outrora, no período de instalação da PIC, foram estabelecidos como básicos. A postura do governo foi a de priorizar a ocupação de grandes e médias empresas, de capital nacional ou internacional, em vastas áreas, em um claro monopólio de terras e estabelecimento da propriedade privada em solo nortista, notadamente em setores comerciais de exportação, como a pecuária extensiva, a agricultura do cacau, da cana-de-açúcar e do milho, bem como o estímulo à extração madeireira, desvinculando-se assim de produtos e culturas locais (Miranda Neto, 2016).

O Governo Federal promoveu uma política direcionada à empresa agropecuária e selecionou, no âmbito regional, espaços que iriam concentrar os investimentos. [...] Dos 15 polos projetados para o Estado do Pará, um foi para a região de Altamira. Este polo iniciou com um processo de concentração de proprietários de terras por meio da expropriação de

colonos assentados nos anos 70. A adoção de novas medidas pela administração do projeto foi direcionada pela nova política do Estado. Entre elas, a permissão de que, em certas áreas, fossem criados lotes de 500 ha, a liberação de glebas para lotes de 1.000 a 3.000 ha, dentro do polígono de desapropriação - previstas para a expansão futura do projeto de colonização. Tais medidas contrariaram o espírito pelo qual foram desapropriadas as terras, e o objetivo da colonização no início da década de 70. Isto implicou na ampliação da mobilidade da população intra-regionalmente, proporcionando o deslocamento rural-urbano – um êxodo rural (Altamira; Projectus, 2003).

Este comportamento a longo prazo justificou a fuga dos camponeses para a cidade e os posteriores conflitos de terra, desmatamento e violência no campo que atualmente são “marcas” da imagem da Amazônia e especialmente do Pará.

Percebe-se que os hábitos e economia ribeirinha de forte relação com a natureza e de menor impacto para o meio ambiente, ancoradas no pequeno produtor tradicional, foram substituídas drasticamente pela produção de caráter capitalista e de foco no mercado externo, seja ele para as demandas de outras regiões do país ou para o mercado estrangeiro.

Logo, a reorientação governamental, instaurada pelo decreto nº 74.607/1974 que instituiu a POLAMAZÔNIA, fez desencadear uma segunda onda migratória dos colonos, desta vez compulsória, para as cidades já estabelecidas durante *booms* econômicos anteriores ou no decorrer da recém-construída rodovia. Assim, em pouco tempo a cidade de Altamira cresceu de maneira nunca antes vista.

Segundo o IBGE (2010) o município de Altamira saltou de 15345 habitantes em 1970, época da instalação da transamazônica e PIC, para 46496 em 1980, período já marcado pelos incentivos da POLAMAZÔNIA, em um incremento populacional de mais de 30 mil pessoas em apenas uma década, sendo este majoritariamente urbano, estipulado em certa de 21 mil pessoas. Neste período, percebe-se não só a migração de outros estados, mas a própria fuga do interior do município para a sua sede urbana, assim, passou-se de 5905 habitantes na cidade para 26905 na década posterior, o que representou um incremento populacional urbano de 355,63%, taxa bem superior ao já crescente índice urbano experienciado pelo país.

Em números totais, neste período, a população de Altamira deixou de ser rural e passou a ser reconhecida como essencialmente urbana (tabela 1), acompanhando o padrão de crescimento da época, e não apenas isto, reestruturando-se de forma desordenada, trazendo à tona problemas socioespaciais pertinentes.

**Tabela 1 - Crescimento populacional e urbanização no Brasil, Norte e Altamira, 1970-1980**

	Brasil		Região Norte		Altamira	
	População	% urbano	População	% urbano	População	% urbano
1970	93.139.037	55,9	3.603.866	45,10	15.345	38,48
1980	119.002.706	67,6	5.880.268	51,70	46.496	57,87
<b>Aumento taxa Urbano (%)</b>		+11,7		+6,6		+19,39

Fonte:

Para amenizar o crescente fluxo migratório e a ocupação espontânea, não só de Altamira, mas de outras cidades “na floresta” o novo programa de desenvolvimento instaurado visou trazer alguma infraestrutura de suporte para suas cidades polo, de forma seletiva e visando o essencial para tais cidades, já que o objetivo principal estava em dar respaldo fiscal às manufaturas e à exploração de recursos naturais.

Dentre os principais investimentos financiados pela POLAMAZÔNIA estavam a construção e melhoramento de estradas, ferrovias e redes de energia elétrica, além de equipamentos urbanos como instituições de apoio técnico agrícola e social, obras de saúde, saneamento, drenagem, pavimentação e construção de escolas de ensino fundamental e médio. No prisma dos incrementos do sistema de circulação, no caso de Altamira, houve obras relevantes como a orla do cais, novo aeroporto e terminal rodoviário. Tudo para garantir a permanência dos negócios na região e as aproximações de mais investidores ao local. Fato assegurado por intermédio do BASA e sua linha de créditos com juros mais baixos e prazos elevados (Altamira; Projectus, 2003).

Neste período, os únicos produtores agrícolas que permaneceram no campo foram aqueles que possuíam mais recursos financeiros ou que se curvaram aos trâmites e prioridades do estado. O que expressivamente ocorreu foi o crescimento das cidades ao longo da rodovia, em uma busca por melhores condições de vida, representando a reestruturação urbana marcada não mais pelo ritmo lento e atrelado à urbanização junto ao leito dos rios, mas sim, à dinâmica e fluidez da globalização e seus meios de circulação rápidos, tal fluidez foi o catalizador do movimento de expansão urbana, majoritariamente “desordenado”, vivido pelas cidades “rodovia-terra firme-subsolo” (Porto-Gonçalves, 2001) que, somada à falta de planejamento urbano, fez as cidades amazônicas terem péssimos padrões de qualidade de vida.

Altamira como cidade que já era antes da BR-230, comportando-se como centro regional, foi um dos municípios que mais sofreram com seu crescimento urbano

desmedido e acelerado. O mesmo fez da cidade palco de desigualdades sociais significativas que evidenciaram a mudança de sua forma-conteúdo que passou do caráter colonial compacto saltando para o polarizado segregado, pautado no grande capital (Borsdorf, 2003).

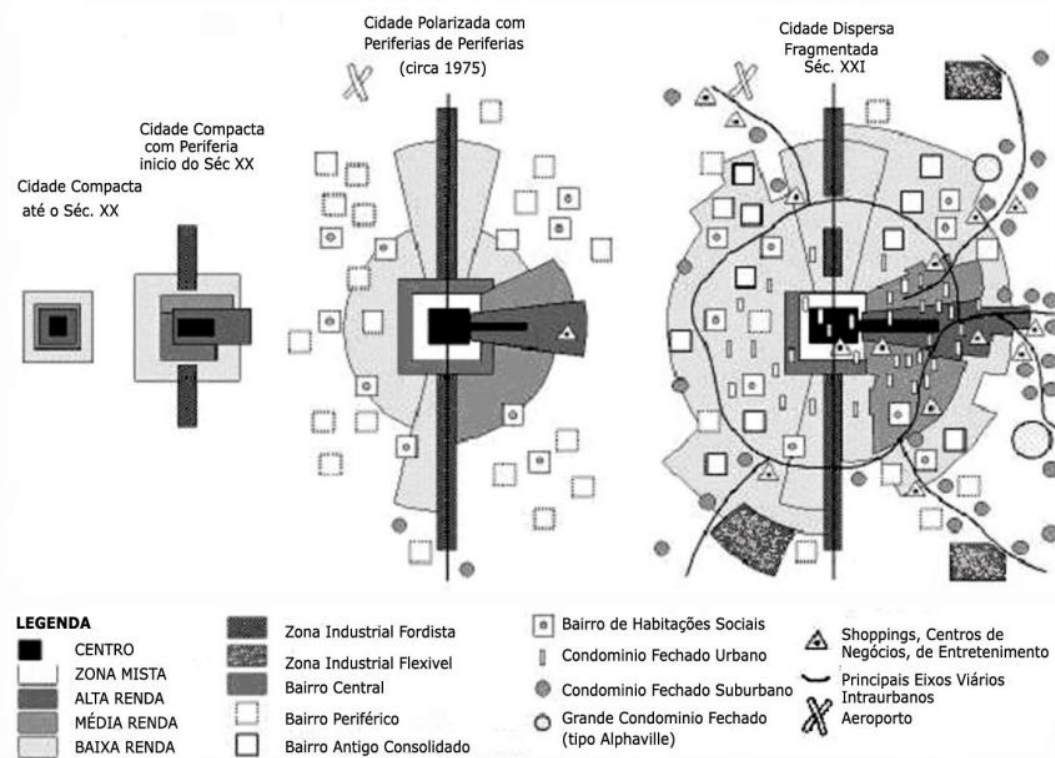
### 2.2.2 O processo de dispersão urbana: discrepâncias globalizantes

Os reflexos intraurbanos sofridos por Altamira durante o período dos grandes projetos de colonização na Amazônia foram diversos. Percebe-se que a cidade que era essencialmente ribeirinha passou por um grande “festival” de modernização, *alla* globalização e capitalismo, que fizeram de seu território um bem escasso e supervalorizado, refletindo assim em sua malha urbana que se tornou maior, orientada pelos eixos viários e “setorizada” por segmentos socioeconômicos distintos.

Conforme Borsdorf (2003), as cidades latino-americanas passaram por determinadas semelhanças em sua forma urbana, principalmente por virem de contextos histórico-exploratórios semelhantes. Neste sentido, coloca que inicialmente as cidades eram compactas, em um molde tipológico colonial; em seguida (entre 1820 e 1920) comportaram-se de maneira setorizada, mas ainda densificada, refletindo os efeitos da primeira onda de urbanização. E não obstante, na segunda onda de urbanização (1920-1970), começaram a se portar de maneira polarizada e já dispersa, contudo, ainda contando com um núcleo econômico e político, o centro da cidade.

Neste sentido, Altamira se apresenta como um exemplo atípico de forma urbana, uma vez que retratou uma escalada diferenciada, indo do padrão colonial, estabelecido no período da borracha, para as nuances da cidade polarizada, vivenciada a partir da Transamazônica e de seus projetos de infraestrutura e colonização; Fig. 16. Tal salto se deu, sobretudo, por sua formação urbana de espaço-tempo reduzido inseridos em um ambiente peculiar, a Floresta Amazônica, formando assim, um híbrido de culturas, costumes e padrões urbanos que fizeram do local um ambiente compacto com pontos dispersos, com pluralidade socioespacial, mas com nítida segregação em ambientes.

**Figura 16** - Tipologia das cidades nos séculos XX-XXI e comparativos com Altamira



Fonte: Limonad, 2011 *apud* Borsdorf, 2003.

O comparativo com outras realidades brasileiras e até mesmo amazônicas, como sua capital Belém, que experienciou as “etapas” urbanas típicas das cidades latino-americanas, mostra que os parâmetros de dispersão altamirense eram pouco expressivos e quase imperceptíveis para um real enquadramento dela mesma no conceito de cidade dispersa, tema abordado no primeiro capítulo desta dissertação.

A cidade nesta época fugia à regra, mas não se desprendia totalmente ao padrão mundial, originado nos Estados Unidos com o título de *urban sprawl*, e sofrido pelos grandes centros urbanos do Brasil, que era a de crescer territorialmente em níveis superiores ao seu aumento populacional, levando principalmente a maiores índices de desigualdade social e valorização da terra urbana.

Altamira não cresceu exorbitantemente seu território, mas teve sim áreas com densidades demográficas distintas, fatos estes que comprovam a mudança de sua forma urbana para uma menos compacta, fugindo do centro urbano e ultrapassando os limitantes físicos presentes nos igarapés. Fatos principalmente motivados pela ineficiência do poder público em fornecer amparo social com residências, ao

crescimento da especulação imobiliária, e à existência de áreas superpovoadas (irregulares e alagadiças) próximo ao centro urbano.

Com este panorama, percebe-se que houve um crescimento qualiquantitativo “concentrado”, onde as áreas de baixada foram as mais ocupadas, originando um tipo próprio de expansão urbana que atualmente representa a realidade cultural amazônica em muitos locais, as palafitas.

Logo, embora diferente das demais cidades brasileiras e ao crescimento urbano de cidades como Belém, a expansão urbana em *boom* vertiginoso durante o período ditatorial, o período dos grandes projetos foi algo expressivo na maior parte das cidades com investimento econômico massivo, o que atualmente faz destes locais espaços com tipologia urbana similar, como irá se abordar a seguir.

### 2.2.3 As consequências intraurbanas dos grandes projetos: o caso de Altamira-PA e demais cidades médias paraenses

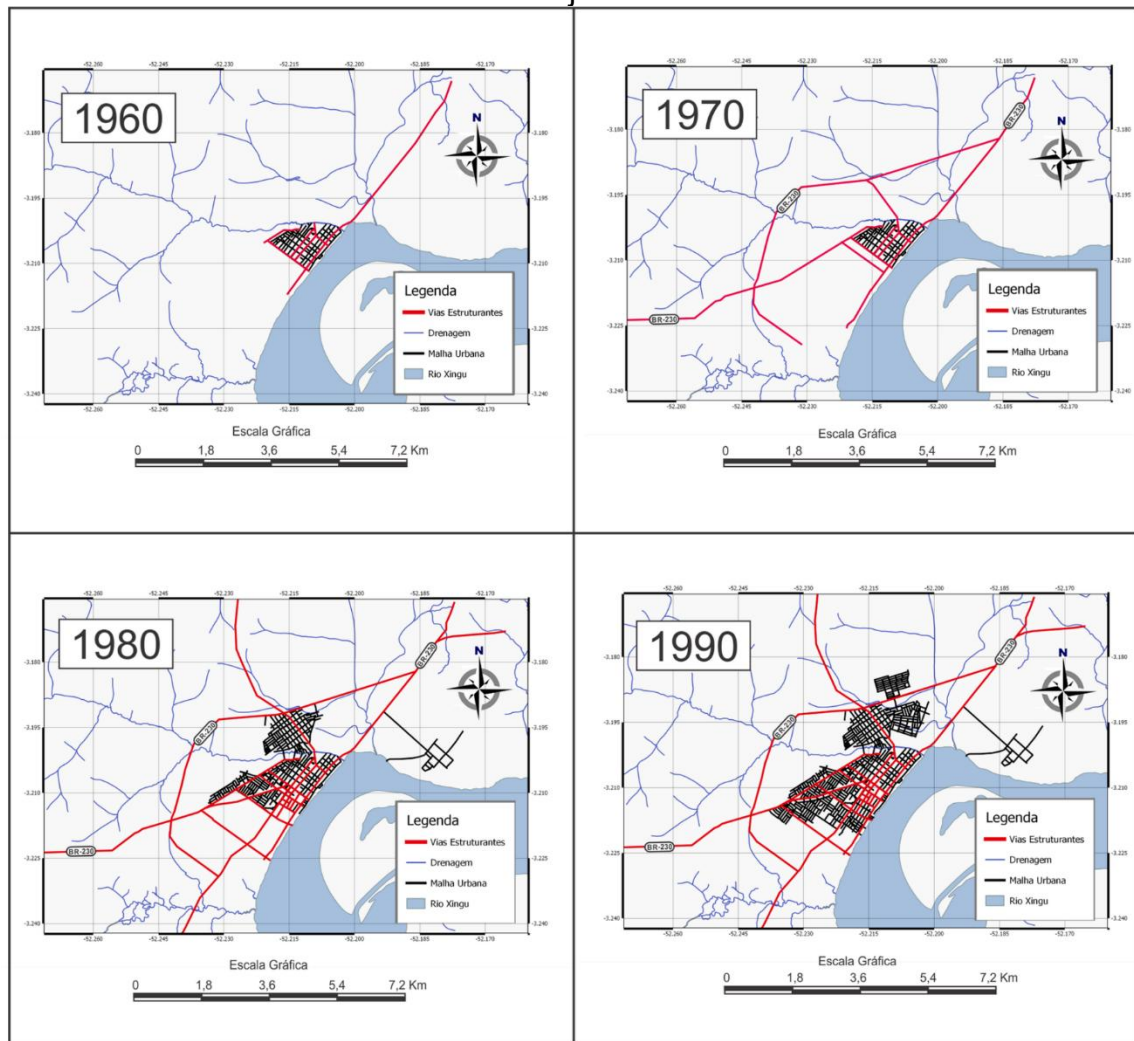
Uma análise na estrutura intraurbana de Altamira deixa claro que esta cidade sofreu relevantes modificações devido aos incentivos estatais de colonização que ocasionaram uma grande migração para sua sede urbana e conseqüente necessidade de maior aporte em habitações, equipamentos e serviços urbanos.

Era sabido, desde os primórdios de seu “planejamento”, fundamentados pelo PIC Altamira, que a cidade iria crescer de forma alarmante, e que sua estrutura, embora mais equipada do que outros centros urbanos paraenses, não seria suficiente para suprir as demandas cada vez maiores na região. Documentos e relatórios apontavam a necessidade da elaboração de um plano diretor para tentar conter a ocupação espontânea de migrantes para o centro da cidade (Serphau, 1970).

Entretanto, nada foi feito e assim a cidade padeceu com os efeitos negativos de sua urbanização e crescimento acelerado. A figura 17 mostra tal evolução urbana, evidenciando sobremaneira, a perda da circulação restrita ao rio em sua trama ortogonal pombalina e a construção de novos meios de locomoção, as rodovias, de forma linear e sem padrão definido. Não apenas isto, releva o crescimento da malha urbana, inclusive em locais impróprios, junto aos corpos d’água e de drenagem, processo que se estendeu durante, pelo menos, as três décadas seguintes.

**Figura 17-** Evolução do Crescimento Urbano de Altamira sob influência dos Grandes

## Projetos



Fonte: Lepurb, 2016.

Nesta conjuntura, o papel dos agentes produtores do espaço altamirense, a saber: Estado, Igreja (com a Prelazia do Xingu), proprietários de terra e comunidade carente foram primordiais. Percebe-se que o Estado se portou de maneira parca e estruturou uma cidade com pouca função social, onde o mercado mesmo prematuro, fez-se preponderante e ditou as regras e orientações da cidade.

Mesmo com sua expansão e custo de vida crescendo o dobro em apenas um ano, de 1970 a 1971, conforme Gomez (1972, p. 61 *apud* Miranda Neto, 2016, p.134) ações para sanar o déficit habitacional gerado só ocorreram em 1978, através da construção dos loteamentos Sudam I e II, com 848 lotes dos 2908 implantados na cidade durante a década de 70. Vale destacar que o primeiro loteamento credenciado no Tabelionato de Notas de Altamira foi o do Tufi, em 1973, mostrando a ação do ente privado como pioneiro no setor da construção civil residencial (Dias, 2022).

Ademais, não só o setor privado, mas a instituição religiosa também se fez

presente na implementação de residências para os novos habitantes de Altamira. Nesse sentido, a igreja teve função social no que deveria estar a cargo de órgãos estatais, já que foram esses os idealizadores dos programas de colonização da região. Os primeiros loteamentos construídos pela Prelazia do Xingu, circunscrição territorial da igreja católica, foram o Nossa Senhora Aparecida I e II, respectivamente em 1977 e 1978, contanto com 558 lotes.

A existência de considerável território da igreja, que originou este e outros loteamentos regulares, deu-se pela imposição de Roma, “sua matriz”, em possuir terras legais para construção da sua ordem religiosa, ainda na década de 1940. Como a intenção era a compra de terrenos baratos, já que não se esperava construir em toda extensão da terra, parte das glebas adquiridas pelos padres estavam em áreas periodicamente alagadas e “sem utilidade”.

A atitude da Prelazia do Xingu foi a de lotear apenas as áreas próprias para habitação e garantir acesso à comunidade pobre à moradia, cobrando da população apenas o valor dos trâmites para loteamento e construção das residências. Contudo, devido à escassez de recursos dos migrantes para custear o valor mínimo do empreendimento e a alta demanda habitacional vigente na época, tais locais impróprios, próximo aos loteamentos oficiais e de posse eclesiástica, tornaram-se posteriormente (aproximadamente na década de 1980 e 1990) palco da ocupação clandestina, no que ficou conhecido como Invasão dos Padres (Miranda Neto, 2016).

Por mais que o empenho da ordem católica para com seus féis fosse louvável fica claro, em virtude da ocupação ilegal de parte de suas terras, que seu papel, junto com o Estado, foi secundário na construção da cidade e que foi através dos proprietários fundiários, pessoas físicas que dividiram suas terras para obter lucro dentro do mercado imobiliário, assim como, da comunidade carente composta por pessoas que invadiram e autoconstruíram suas habitações, que ocorreu a verdadeira expansão da malha urbana altamirense.

Instaurou-se em Altamira a dinâmica dialética da cidade capitalista em que a burguesia teve o privilégio de “escolher o uso e local” do seu território (Lefebvre, 2001). Assim, um grupo seletivo de proprietários, de apenas 10 pessoas, venderam 51,65% das terras loteadas na década de 1970, o que territorialmente contabilizou 1502 lotes e 858.312,05 metros quadrados da malha urbana (Dias, 2022).

Além do lucro obtido pela venda, garantido pelos fundiários, a não utilização dos terrenos trouxe à tona outro advento do capitalismo, a especulação imobiliária,

em que a obtenção da terra serviu como um investimento futuro dos seus compradores, a médio ou longo prazo. Como resultado, houve a posse de terras por grupos abastados e o aumento do déficit habitacional em camadas mais pobres.

Neste período muitos loteamentos produzidos permaneceram durante vários anos sem qualquer ocupação, o que conduz a hipótese de que serviriam como reserva de valor para os compradores, que garantiriam uma negociação mais vantajosa no futuro visando um desmembramento ou posterior reparcelamento. As características mais predominantes de uso a que se destinavam os loteamentos, as distâncias daquela época e as carências existentes nas infraestruturas dos próprios empreendimentos e dos seus acessos podem ser apontadas como fatores determinantes para pouca atração para ocupação (Dias, 2021, p. 58).

Como os loteamentos não continham a infraestrutura básica, já que não havia sequer normativa própria para a implementação desta, como a Lei Federal nº 6.766/79 – Parcelamento do Solo, e como a maioria das pessoas recém-chegadas na cidade tinham pouco ou nenhum recurso, o processo de periferização em áreas impróprias como os leitos de cursos d'água, foi mais rápido e agressivo do que qualquer outro processo de habitação da cidade.

Na década seguinte (1980), o fluxo migratório só aumentou e a oferta de loteamentos em nome de pessoas físicas e jurídicas, que inferem a concepção de um segmento empresarial imobiliário, também. Novamente, o Estado se colocou de maneira “omissa”, sem se fazer presente para que forças alheias se destacassem. Nessa década são implantados 16 novos loteamentos, sendo apenas um, não destinado ao mercado imobiliário.

Este loteamento foi o Ilvalândia, construído pela Prefeitura Municipal de Altamira em 1985 com apenas 97 lotes de 150 metros quadrados cada, o menor em dimensão e quantidade do período. O descompasso entre o número de lotes produzidos pelo setor habitacional privado, de 6614 glebas, em comparativo ao número de terrenos concedidos pelo setor público no loteamento Ilvalândia estancara o problema social vivido não só em Altamira, mas em grande parte dos centros urbanos no presente período, principalmente no interior do estado do Pará, que era a da falta de políticas públicas para a população carente, o crescente êxodo rural e o aumento de mazelas como a desigualdade social e periferização.

É nesta época que se inicia o processo de dispersão urbana nas grandes metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, movidos por tendências de autoisolamento motivados pela violência, via casas muradas e situadas no “subúrbio”, construção de habitações sociais distantes, como COHAB, e intensificação do uso de

automóveis individuais ou públicos, como carros e metrô, além da inserção de hábitos e costumes pautados no consumo do mundo globalizado, como os shoppings centers e centros de negócios (Limonad, 2011).

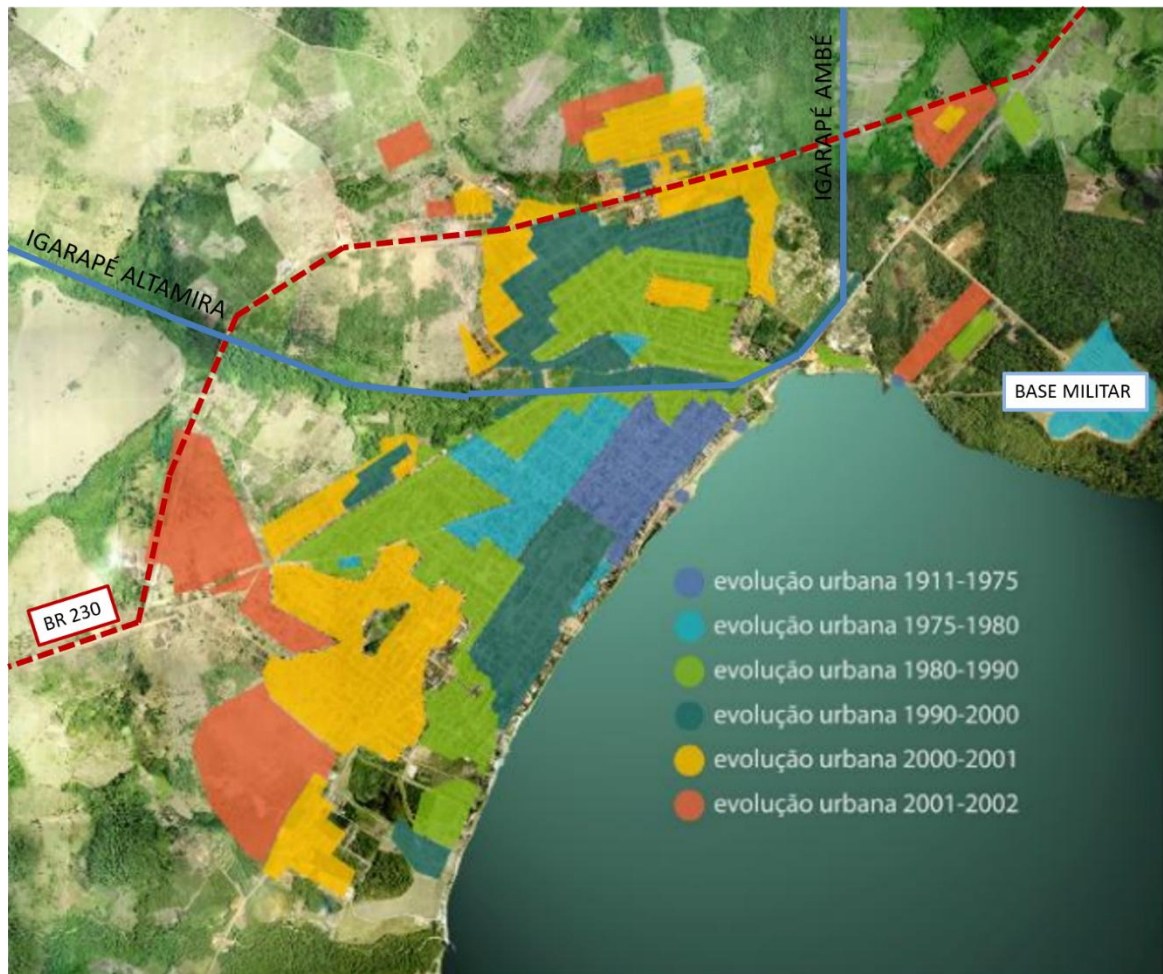
Durante este período houve também o aumento do número de incorporadoras imobiliárias locais, inferindo sua relevância na produção do espaço e no estabelecimento de maior valorização da terra urbana, podendo ser comprovada pouco antes perante a Lei nº 4591 de 1964, que dispunha sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Segundo Harvey (1980, p. 141):

Os incorporadores e a indústria da construção de moradias estão envolvidos no processo de criar novos valores de uso para outros, a fim de realizar valores de troca para si próprios. A compra do solo, sua preparação (particularmente a provisão de utilidades públicas) e a construção de moradia requerem considerável desembolso de capital em adiantamento à troca. As firmas envolvidas nesse processo estão sujeitas à pressão competitiva e devem realizar lucro. Elas têm, por isso, forte interesse empregado em proporcionar os valores de uso necessários para obter benefícios em valor de troca. Há numerosas maneiras (legais e ilegais) para atingir isso, e certamente esse grupo no mercado de moradia tem forte interesse no processo de **suburbanização** e, em menor grau, no processo de reabilitação e redensolvimento [grifo nosso].

Dentre os motivos para a diferenciação da forma urbana altamirense em comparação aos grandes centros está a menor infraestrutura de seus bairros, a menor renda per capita de seus habitantes e de seu mercado, que faziam deste um local sem grandes incorporadores imobiliários ou relevante setor financeiro habitacional, além da falta de modais de transporte, como linhas de ônibus ou metrô, que fizeram a cidade se expandir horizontalmente, mas de forma coesa, com o amontoamento em suas favelas de palafitas.

Percebe-se que os mecanismos de diferenciação foram outros e mais “adequados” à realidade nortista. Assim, a periferização não se deu através de vazios urbanos, salvaguardando a construção do quartel e vila militar, mas sim, com a segregação e adensamento exclusivo nos locais alagadiços, principalmente na área, e adjacências, resultante da bifurcação entre os igarapés Ambé e Altamira, que ainda hoje se comporta como centro secundário e segregado da cidade, onde habitam pessoas com menor recurso financeiro (Fig. 18).

**Figura 18 - Evolução da Ocupação Urbana de Altamira – 1911 a 2002**



Fonte: Altamira; Projectus, 2003 adaptado pela autora.

Como em outras cidades brasileiras, o Estado agiu de maneira tardia, o que no caso de Altamira ocorreu na década de 1990, quando o fluxo migratório diminuiu e esfriou-se o mercado imobiliário, fato comprovado pelo menor número de loteamentos particulares construídos, a saber: Independente I (1991), com 670 lotes, e Lotap 4 (1991), com 133 lotes (Costa, 2018); e maior intermédio do Estado e da Prelazia do Xingu na inauguração de seus 4 loteamentos: Mutirão (1990), Nossa Senhora Aparecida III e IV (1991) e Irmão Sol (1991), contabilizando 1036 lotes (Dias, 2022).

Decorridas duas décadas de expressiva negligência estatal com sua ação insuficiente para tamanho déficit habitacional, a imagem e “cartão” postal da cidade se tornaram a das habitações subnormais. Grande parte dessas habitações estavam situadas bem próximas à área central de Altamira, em ocupações informalmente conhecidas como Baixão do Tufi, Açaizal, Invasão do Padres, Chifre de Ouro, dentre outras (Miranda Neto, 2016). Os estudos da Norte Energia para a instalação da

Hidrelétrica Belo Monte dão conta de 7790 lotes e uma densidade média habitacional de 20,07 habitantes por hectare (2013 *apud* Miranda Neto, 2016).

A tabela a seguir, tabela 2, mostra em números, a quantidade de loteamentos particulares, assim como quais e quando foram construídos os loteamentos instituídos por cooperativas e pela igreja junto ao Estado até a década dos anos 2000. A intenção foi fazer um comparativo da ação privada e pública na cidade e como isso interfere quanto aos reflexos sociais de desigualdade social e perpetuação do déficit habitacional pela população pobre.

**Tabela 2** - \*Empreendimentos Privados e Públicos em Altamira até os anos 2000

Setor Privado e Cooperativas		
Nº de Empreendimentos	Quant. De Lotes	%
** Cooperfron II (1985)	353	
** Bela Vista (2004)	630	
Demais Loteamentos: 30	11.744	
<b>Total: 32</b>	<b>12.727</b>	
Prefeitura Municipal de Altamira		
Nome do Loteamento	Quant. De Lotes	%
Sudam I (1978)	372	
Sudam II (1978)	476	
Ilvalandia (1985)	97	
Mutirão (1990)	734	
Irmão Sol (1991)	87	
<b>Total: 5</b>	<b>1.766</b>	
Setor "Social" Religioso - Prelazia do Xingu		
Nossa Senhora Aparecida I (1978)	451	
Nossa Senhora Aparecida II (1978)	107	
Nossa Senhora Aparecida III (1991)	82	
Nossa Senhora Aparecida IV (1991)	133	
Jardim Santa Ana (2002)	440	
<b>Total: 5</b>	<b>1.213</b>	<b>7,72</b>

\*Dados que podem estar incompletos pela dificuldade de acesso às informações em que parcelamentos com informações incompletas ou inconclusivas não foram considerados.

\*\*Loteamentos da Cooperativa Agropecuária Mista Nova Fronteira – Cooperfron que se estabeleceu como forma de "driblar" o mercado imobiliário, unindo trabalhadores agrícolas

Fonte: Dias, 2022; Costa, 2018 adaptado pela autora.

Não se limitando aos dados anteriores, a tabela 3 correlacionou de maneira mais pormenorizada as décadas, para assim, evidenciar os períodos de maior fluxo habitacional em que se mostraram também os momentos de maior produção do mercado imobiliário, assim como a presença mais efetiva do Estado após tal

dinamicidade populacional, demonstrando sua morosidade e permissividade para como o sistema capitalista imobiliário.

**Tabela 3 - Loteamentos em Altamira 1970/2000**

Períodos	Nº Lotes Privados	% Lotes Privados	Nº Lotes Públicos**	% Lotes Públicos	Nº Lotes Total década
1970	1.502	51,65	1.406	48,35	2.908
1980	6.614*	98,55	97	1,45	6.711
1990	803	43,66	1.036	56,44	1.839
2000	3.808	89,64	440	10,36	4.248
<b>Total</b>	<b>12.727</b>		<b>2.979</b>		<b>15706</b>

\* valor considerando loteamentos privados e cooperativas.

\*\* valores considerando os loteamentos municipais e religiosos (Prelazia do Xingu) pelo seu apelo social e visando garantir a função social da cidade.

Fonte: Dias, 2021; Costa, 2018, adaptado pela autora.

Percebe-se que o efeito desta conjuntura foi danoso para a camada carente, principalmente por não atender direitos básicos como a moradia digna, contudo “oportunizando” a esta mesma camada a ter acesso rápido ao Centro, por sua forma urbana coesa em meio às palafitas. Na década de 1990, houve a retração econômica que logo em seguida foi alavancada, nos anos 2000, mediante os preparativos para o asfaltamento da BR-230, incentivos financeiros para compra da casa própria e do veículo próprio e anúncio e organização para a instalação da UHE Belo Monte.

É importante destacar que paralelamente ao crescimento altamirense, outras cidades espalhadas em regiões diversas da Amazônia também enfrentaram problemas relacionados à migração populacional oriunda de grandes objetos capitalistas, e que cada qual à sua maneira, com níveis de expansão consideráveis, teve como resultado, a longo prazo, a discriminação de mazelas sociais diversas e a consolidação de um padrão territorial urbano disperso.

Cidades como Marabá (PA), que cresceu mediante a instalação das rodovias, Tucuruí (PA), que teve seu desenvolvimento através do ramo hidrelétrico, e Laranjal do Jari (AP), que surgiu mediante a construção de um complexo de celulose, tiveram, pós-inserção destes empreendimentos, elevado crescimento populacional e territorial que acarretaram, entre outras problemáticas, na favelização com autoconstrução de palafitas, e falta de infraestrutura básica.

No caso de Tucuruí, o contingente populacional expressivo para a construção da barragem, levou a processos de autoconstrução, com criação de bairros sem infraestrutura, e dialeticamente no fomento estatal de bairros planejados em zonas

periféricas (no subúrbio), *as city company*, trazendo à tona a face capitalista de distinção e separação, social e territorial (Pompeu, 2020; Rocha, 2002, 2008, 2015).

Já no contexto amapaense, levou a cidade a se desenvolver sobre o rio, em uma área de várzea, sem qualquer amparo social ou ambiental, o que acarretou no estabelecimento do local como a maior favela fluvial do Brasil por significativo período, além de trazer constantes desastres decorrentes de inundações (G1, 2022).

Analisando a estrutura intraurbana destes municípios, percebem-se grandes similaridades a ponto de inferir que haja uma dinâmica própria de produção do espaço, algo como uma dispersão urbana amazônica. Tal constatação pode ser corroborada através da tabela comparativa abaixo (tabela 7) que expõe as semelhanças e singularidades entre Altamira e Marabá, duas cidades amazônicas médias, de conjuntura histórica similar.

**Quadro 4 – Comparativo do processo de urbanização de Marabá e Altamira**

<b>CIDADE</b>	<b>1° Boom Econômico (era da borracha) - final do séc. XIX e início do sec. XX</b>	<b>Pós-Boom Econômico</b>	<b>2° Boom Econômico (grandes projetos) - 1960 a 1980</b>	<b>Pós-grandes projetos (1990)</b>	<b>Anos 2000</b>
ALTAMIRA	Desenvolvimento progressivo até 1945*, via produção de látex. Criação do Município (1911)	Estagnação Econômica e urbana - Produção agrícola e exportação de peles animais	Expansão urbana, surgimento de palafitas (nos igarapés) com núcleo urbano <i>secundário e espontâneo</i> (localizado na região da atual Brasília)	Estagnação Econômica e urbana com crescimento especialmente nas áreas irregulares de palafitas, via déficit habitacional do BR-230	Estímulo do programa PMCMV e crescimento urbano via especulação imobiliária pelo asfaltamento da BR-230 e instalação UHE Belo Monte
MARABÁ	Desenvolvimento progressivo até 1920, via produção de látex, através do caucho. Criação do Município (1913)	Extração da castanha – contínuo crescimento econômico e urbano com Consolidação da região da Velha Marabá	Expansão urbana, surgimento de dois novos núcleos urbanos: Nova Marabá (planejado e com inspiração na castanheira) e Cidade Nova (constituído a partir do PDU e posteriormente absorvendo	Criação do Distrito Industrial (1986) e sua expansão (2005). Crescimento das periferias e ocupações urbanas, via déficit habitacional (fluxo migratório dos <i>booms</i>	Estímulo do programa PMCMV e crescimento urbano via especulação imobiliária pelo anúncio da instalação do PROJETO ALPA – Aços Laminados do Pará (Vale S.A)

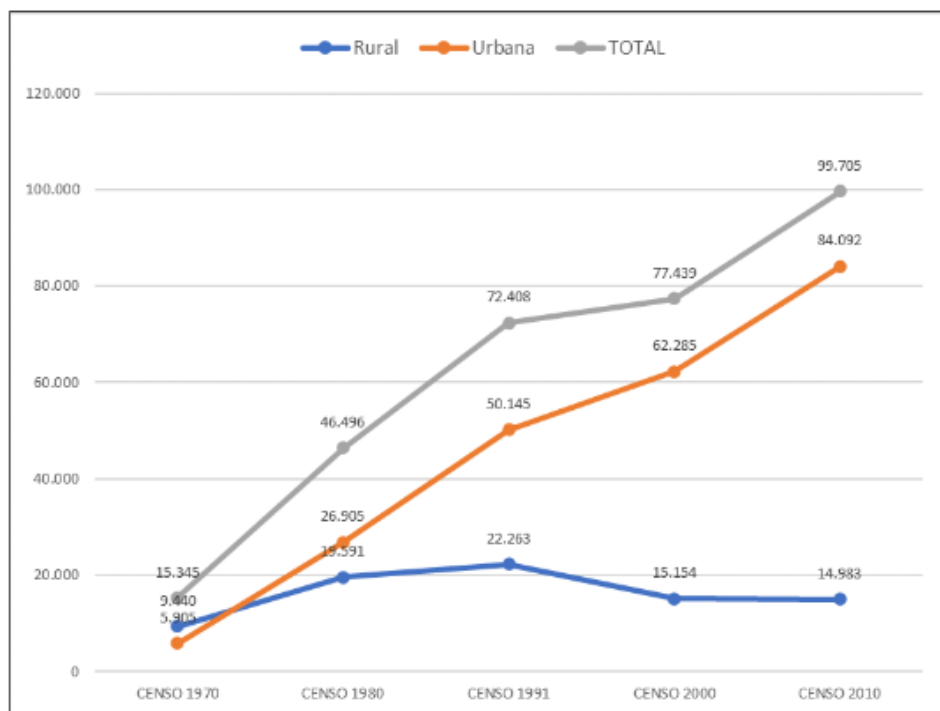
			áreas de movimento espontâneo de ocupação, do tipo subnormal)	anteriores)	
--	--	--	---	-------------	--

Fonte: Morcuende; Legroux, 2023 (elaborado e adaptado pela autora).

### 2.3 Precedentes da UHE Belo Monte em Altamira

Durante a década de 1990, o ritmo de crescimento populacional de Altamira passou por uma fase de estagnação decorrente do fim das obras na Transamazônica e o decréscimo no fluxo migratório regional; Fig. 19. Tais eventos se refletiram também no mercado imobiliário que diminuiu seu número de investimentos, conforme Tab. 03. Estes efeitos foram latentes na realidade altamirense e só se alteraram nos anos 2000 quando os investimentos governamentais para o financiamento da casa própria e a aquisição do automóvel individual trouxeram para a população a oportunidade de conquistarem seus bens de uso e consumo geral.

**Figura 19 - Crescimento Populacional de Altamira**



Fonte: IBGE (2010).

Somado a isto, investimentos federais para o desenvolvimento do país, como o Programa Nacional de Crescimento – PAC, viabilizaram o asfaltamento da BR-230 até Altamira e aumentaram as especulações sobre a instalação da UHE Belo Monte. Diante desse cenário, criou-se um ambiente favorável para investimentos imobiliários,

tais como aluguéis e vendas de imóveis, uma vez que a expectativa era de intensa valorização dos preços.

O crescimento da especulação imobiliária levou a uma desigualdade social, ainda que branda, da população, já que forçou mais uma vez pessoas a se alojarem em áreas ainda mais periféricas ou propensas a inundações.

A compra do imóvel próprio não era uma conquista fácil e as implicações bancárias eram muitas, tornando-se um limitante. Em verdade, muitos eram os loteamentos e sistemas de financiamento que tinham como líderes pessoas físicas ou jurídicas, sem intermédio de crédito bancário, sendo compostas em sua maioria por grandes latifundiários, que viam neste panorama econômico um momento oportuno para usarem das suas terras que outrora eram rurais como meio de adquirir mais lucro.

Logo, as incorporadoras nacionais não exerciam intensa ou nenhuma atuação no mercado, até então a ocupação era por loteamentos de construtoras locais ou de maneira espontânea. O resultado era de uma cidade que crescia, já detendo de loteamentos dispersos, mas ainda mantendo um traçado denso e com forte relação com o Centro:

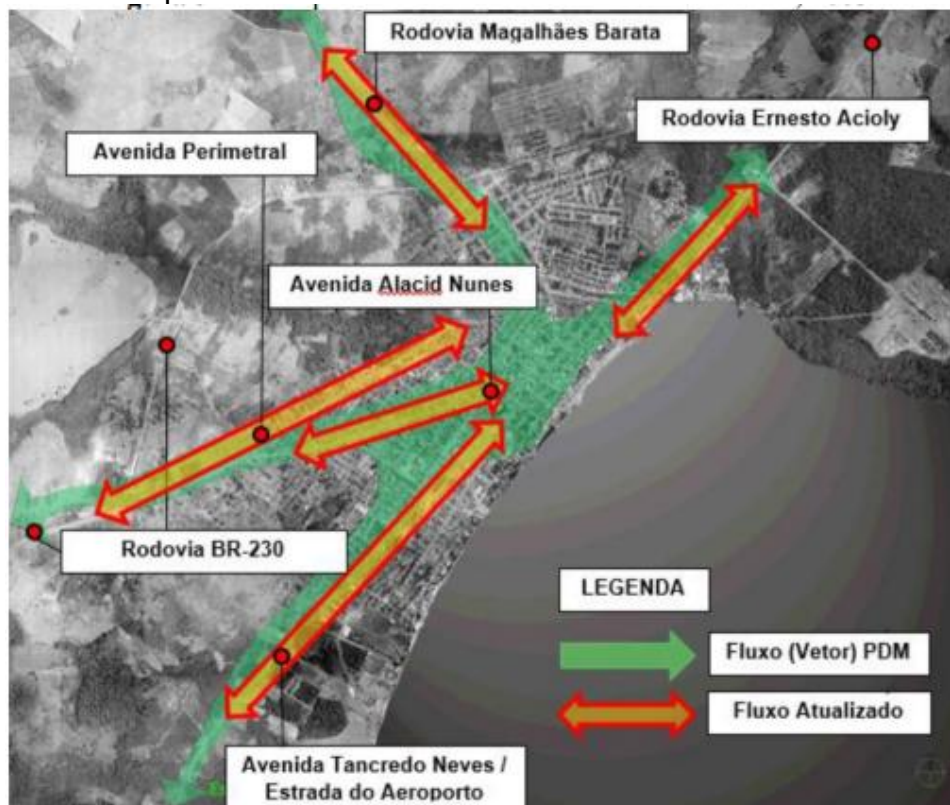
Como observado, até o ano de 2005, a área urbana de Altamira apresentava um adensamento de domicílios de maneira mais centralizada nos parcelamentos antigos, concentrando-se majoritariamente nos dois núcleos urbanos separados pelo Igarapé Altamira, na porção mais ao norte e sudoeste da sede. A ocupação nos leitos dos igarapés urbanos Ambé e Altamira também era bem preponderante à época, ainda que a população local sofresse pela influência das cheias sazonais ocorridas na região, sobretudo no inverno amazônico que ocorre todos os anos de dezembro a maio, a acessibilidade dessas habitações (mobilidade urbana) ao centro comercial e de prestação de serviços gerais e comunitários, como acesso unidades de ensino e postos de saúde tornaram a localização geográfica dessas habitações privilegiadas sobre o ponto de vista geográfico [...] (Dias, 2022, p. 69-70).

Contudo, coincidindo com o movimento de dispersão presenciado no restante do país, Altamira também passou a sofrer, principalmente no final dos anos 2000, com o abandono de parte de sua população da região central da cidade e do crescimento urbano, através destas pessoas, para os loteamentos situados junto aos eixos viários. Desconectando-se, assim, do Centro, e por vezes deixando claro seu desejo de se “isolar” do meio urbano e/ou buscar por habitações com valor mais acessível. Dado seu porte e o próprio capital local restrito, essa expansão não ocorreu de maneira alarmante, mas representou uma mudança da malha urbana e um sinal quanto aos rumos da cidade pós-Belo Monte.

[...] esses novos loteamentos não têm qualquer relação de continuidade visto que estão de maneira dispersa dentro do perímetro urbano, porém é possível notar uma pequena articulação com os principais eixos viários, tais como a Rodovia transamazônica, Rodovia Presidente Médice, Rodovia Magalhaes Barata, além de um certo distanciamento do centro histórico (Dias, 2022, p. 67).

Em resumo, o crescimento de Altamira, antes da inserção da barragem, estava ordenado pela expansão em dois núcleos urbanos: o principal, com origem no centro histórico, e o secundário, na região ocupada durante o fluxo migratório da borracha, nas intermediações do atual bairro da Brasília. Os dois núcleos foram se consolidando e se orientando através dos principais eixos viários da cidade; Fig. 20.

**Figura 20** - Principais eixos viários da cidade de Altamira década dos anos 2000



Fonte: Altamira e Projectus (2003) adaptado por COSTA, 2018.

O centro urbano principal crescia no sentido noroeste/sudoeste, partindo do centro histórico e se propagando até os limites naturais dos igarapés Altamira e Panelas, nestes locais habitavam pessoas com algum acúmulo de capital ou relativa estabilidade financeira (Fig. 21).

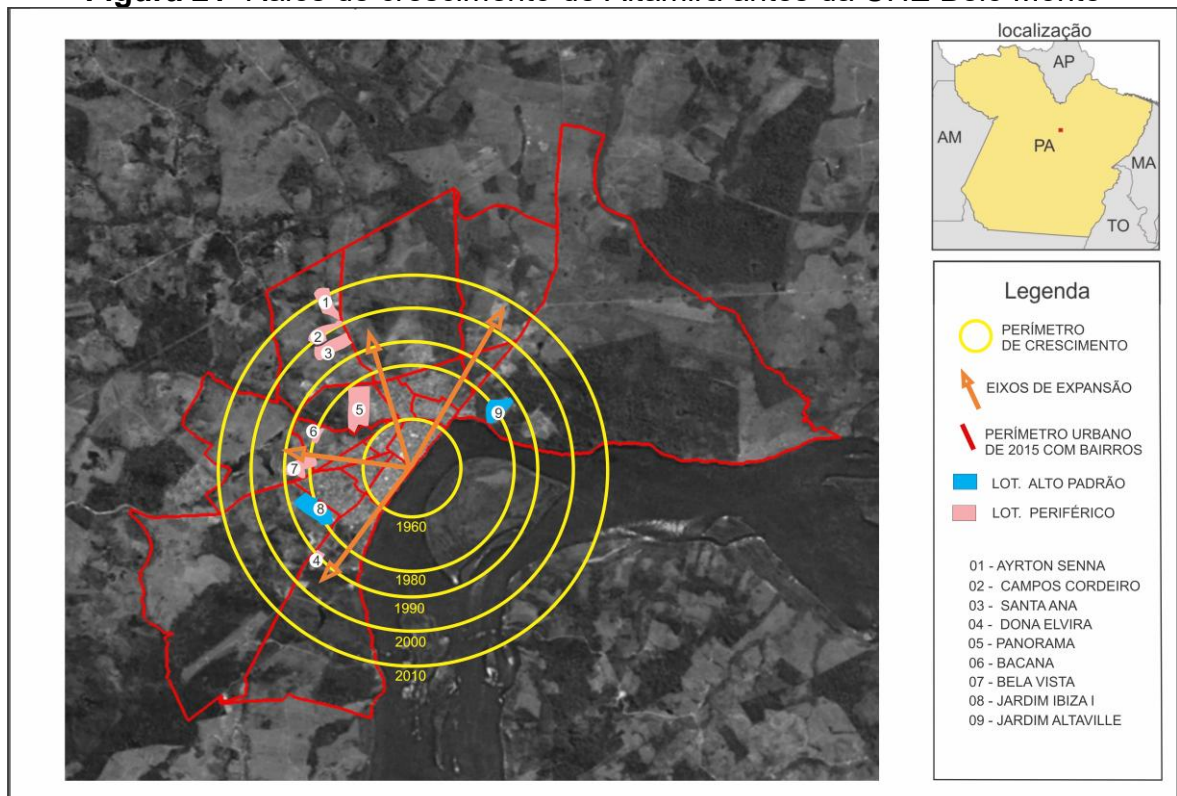
Já no segundo centro urbano residiam pessoas de classes sociais mais modestas, caracterizando-se como uma zona popular. Desde seu surgimento com o loteamento da Prelazia do Xingu e as invasões sob palafitas (já explanadas nesta

dissertação), e posteriormente, com loteamentos diversos, tal região crescia de maneira acentuada sendo por este motivo reconhecida como centro secundário.

É importante destacar que foi o centro secundário que comportou grande parte dos loteamentos na década precedente à inserção da barragem, em que houve relativa especulação imobiliária e dispersão, inferindo que este era o polo que os habitantes conseguiam ter acesso econômico à sua moradia (Fig. 21)

Não obstante, ressalta-se dentro deste prisma de expansão linear e delimitação por zonas a criação de dois loteamentos: o residencial Ibiza e o atual condomínio Altaville, como os primeiros voltados para habitações de alto padrão e preocupados em proporcionar visuais de interesse e “isolamento” social, alcançados pela sua localização e vista privilegiada ao rio. Todos os dois se localizando em áreas de cota mais acentuada e em regiões diferentes das já consolidadas, justamente por seus limitantes topográficos, representando o início de um processo novo de produção de espaço com fragmentação e expansão dispersa da cidade; Fig. 21.

**Figura 21**–Raios de crescimento de Altamira antes da UHE Belo Monte



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Como forma didática, para maior compreensão, somando a figura resumo da expansão urbana altamirense, apresenta-se também uma tabela síntese que explana de forma sucinta o processo de crescimento urbano de Altamira, destacando-se nesta,

os períodos históricos e as principais características urbanas atribuídas a cidade. Tudo para dar aporte teórico-histórico para a análise do capítulo posterior que trata da inserção, percepção e efeitos da UHE Belo Monte em Altamira.

**Quadro 5** - síntese dos períodos econômicos e formas urbanas em Altamira

<b>Fase Econômica</b>	<b>Características</b>	<b>Forma Urbana</b>
<b>Período da Borracha (final séc. XIX até 1950)</b>	Período com uso de produtos tradicionais e para exportação internacional. Sistema exploratório de aviamento com circulação fluvial, estrutura de rede urbana <b>dendrítica</b> com concentração econômica em sua cidade primaz, Belém. Pouco destaque para demais cidades, incluindo Altamira.	Híbrido de colonial português compacto (malha ortogonal pombalina) com elementos amazônidas, a saber: rio como marco de crescimento (formato lua crescente) e elementos regionais, arruamento de chão batido e vegetação penetrante no traçado urbano.
<b>Período dos Grandes Projetos (1960 – 2000)</b>	Período com investimento estatal para formação de novas frentes econômicas e de modernização via projetos nacionais de integração. Ênfase para criação de novos modais de circulação, principalmente rodovias. Desconcentração econômica e relevância para as cidades médias. Fluxo populacional do campo para a cidade. Criação dos primeiros loteamentos. Primeiro <i>boom</i> populacional e problemas de déficit habitacional enfrentado por Altamira	Cidade Polarizada com periferias de periferias (BORSORF, 2003), contudo mantendo-se compacta, sem a criação de vazios urbanos, e apresentando modelo segregatório próprio, adensando-se nas áreas alagadiças de baixada com padrão habitacional tipo palafita. Apresentando movimentos de especulação imobiliária nas zonas centrais, com criação de loteamentos. Espaço-tempo distinto aos grandes centros que já se compunham como dispersos.
<b>Precedentes da instalação da UHE Belo Monte (2000-2010)</b>	Período de facilitação do crédito bancário para diversos fins, inclusive de moradia e transporte individual, aliada ao anúncio do asfaltamento da BR-230, bem como os movimentos locais pró-implantação da UHE Belo Monte, centralizados em Altamira, projeto parte do PAC do Governo Federal. Agentes imobiliários locais.	Cidade Fragmentada, porém, ainda compacta. Evidências do início do processo de dispersão da cidade fundamentadas pela crescente marginalização das camadas pobres nas áreas de baixadas ou núcleo secundário, eixo “Brasília” e adjacências. Assim como, implantação de loteamentos de alto padrão desconexos da malha consolidada e com fácil acesso, tendo como atrativos seus visuais de interesse: Altaville e Ibiza

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

### **CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DE DISPERSÃO URBANA ALTAMIRENSE: UHE BELO MONTE SENDO O OBJETO CATALISADOR DA EXPANSÃO URBANA DESORDENADA**

Um dos maiores projetos hidrelétricos do mundo, a Usina de Belo Monte é o ponto culminante de uma trajetória de mais de 30 anos de conflitos, resistências e estudos técnicos para execução desta grande obra capitalista de desenvolvimento.

Com capacidade instalada de 11 mil MW, a obra consiste em um barramento na região conhecida como Volta Grande do Rio Xingu, nas proximidades do município de Altamira (Pará), com mais de duas casas de força ligadas por um canal de derivação, formando um grande complexo de barragem hidrelétrica do tipo Fio d'água, em que o custo total estimado da obra foi de 28,9 bilhões de reais. Deste montante, sendo inicialmente destinados cerca de 3,2 bilhões apenas para a mitigação das regiões impactadas (FGV, 2016). O que ao final da construção representou um investimento na ordem de 8 bilhões de reais (Folha de São Paulo *apud* Samaúna, 2025).

Tamanho aplicação financeira fez e é parte das condicionantes impostas pelas licenças ambientais e Projeto Básico Ambiental (PBA) que almejavam garantir maior controle e proteção socioambiental sobre a Área de Influência Direta (AID) formada pelos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio e Brasil Novo (FGV, 2016).

Percebe-se que este objeto com carga informacional e técnica divergente do contexto regional da época se alterou de maneira proporcional ao seu tamanho colossal, a dinâmica intra e interurbana experienciadas até então. Antes, durante e após a construção da barragem, sua principal cidade de apoio logístico, Altamira, sofreu com movimentos migratórios populacionais, deslocamentos compulsórios das famílias e especulação imobiliária latente que causaram a completa reestruturação urbana da cidade. O resultado foi uma cidade que abandonou seu perfil mais pacato e coeso em si, com estrutura intraurbana “compacta”, passando a ter características de cidade “globalizada” com segregação social, dispersão urbana e fragmentação socioespacial com o surgimento de condomínios residenciais fechados, áreas de reassentamento urbano, os RUCs, e instalação de grandes incorporadoras nacionais de loteamentos.

Dada a dinâmica veloz que este processo de dispersão fragmentada ocorreu, em menos de uma década, a intenção do presente capítulo é deixar claro quais

foram as percepções, os agentes e as consequências dessa reestruturação urbana, usando como mecanismo a tríade Lefebvriana de produção do espaço: concebido, percebido e vivido. Logo, buscar-se-á explicar sobre as alterações das formas-conteúdo e o reflexo destas na dinâmica social da comunidade altamirense.

### **3.1 Altamira planejada: condicionantes e leis municipais para a instalação da UHE Belo Monte**

Para a instalação de um grande objeto como a UHE Belo Monte se faz necessário um aporte legislativo que garanta, dentre outros aspectos, a perpetuação do sistema capitalista ao qual o empreendimento se propõe. É o que Maricato (1995) coloca como o estabelecimento da cidade formal, aquela legitimada pelo Estado e grandes proprietários que de alguma maneira colabora e dá lucro.

Neste linear de aplicação de leis cabe à população, em especial a mais carente, lutar e/ou suportar seus efeitos. No caso altamirense, estas leis trouxeram um misto de esperança de progresso e sentimento de invisibilidade, justamente por impor diversas mudanças na vida e cotidiano da cidade e das terras indígenas, transformando-os em um grande canteiro de obras.

O argumento era de que após a requalificação urbana na cidade e reordenamento rural indígena, necessários para a implantação da barragem, seria possível sanar as mazelas da população, garantindo direitos essenciais como a moradia, equipamentos públicos de educação, lazer e saúde, assim como saneamento básico de qualidade.

Os trâmites para a construção e operação da hidrelétrica contaram primeiramente com a averiguação de órgãos competentes, como Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que deram respaldo legal em um processo denominado como licenciamento ambiental, estabelecendo assim condições, restrições e medidas para proteger o meio ambiente em três etapas distintas: (I) Licença Prévia – LP; (II) Licença de Instalação – LI; e (III) Licença de Operação (LO). A tabela a seguir (quadro 6) mostra o processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte e suas respectivas etapas:

**Quadro 6 - Processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte**

Etapas	Datas
Licença Prévia	Fevereiro de 2010
Licença de Instalação Parcial	Fevereiro de 2011
Licença de Instalação	Junho de 2011
Licença de Operação	Novembro de 2015

Fonte: Fainguelernt, 2016.

Antes mesmo das licenças, ainda nos anos 2000, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) foi contratada a mando da Eletronorte para fazer o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da barragem. Sendo este parecer o instrumento utilizado para fundamentar as licenças mencionadas anteriormente.

Tal processo de estudo foi tenso e com conflitos de interesses entre atingidos, (populações indígenas, ribeirinhos e cidadãos em áreas de inundação) e representantes do governo, defensores do “desenvolvimento sustentável” com suas agências multilaterais de investimento privado. Vários foram os pontos socioambientais levantados, e muitos não solucionados, durante as tratativas da viabilidade que remontavam períodos anteriores, ainda da década de 1970, mostrando o interesse político e econômico no local, conforme quadro 7.

<b>Quadro 7 - Principais eventos do Licenciamento UHE Belo Monte</b>	
Data	Evento
1975	Início dos estudos de aproveitamento hidroelétrico da Bacia do Rio Xingu.
1980	Início dos estudos de viabilidade técnica da Usina Kararaô, pela Eletronorte.
1989	1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em oposição ao projeto, que posteriormente tem seu nome trocado para “Belo Monte”.
1994	Readequação do projeto para reduzir área do reservatório e evitar a inundação de terras indígenas.
2001	Anúncio do plano emergencial para solucionar crise energética que inclui a construção de 15 hidrelétricas, entre elas Belo Monte. Justiça Federal determina a suspensão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
2005	Decreto Legislativo nº 1785/05 autoriza a retomada do Estudo de Impacto Ambiental.
2010	Fevereiro – Licença Prévia/ Abril – Leilão com ganhadora Norte Energia
2011	Junho – Início das obras

Fonte: FGV, 2016.

Assim, mesmo que de maneira custosa e falha, averiguando as reivindicações não atendidas dos movimentos de resistência dos atingidos, como a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), que reunia cerca de cento e treze organizações sociais (Fainguelernt, 2016). Em fevereiro de 2010, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Belo Monte foi aprovado e a primeira licença prévia (LP) concedida para a construção do empreendimento. No mês seguinte, o Tribunal de Contas da União - TCU divulgou a estimativa de custos para construção da usina e o MME marcou o leilão que garantiu

a empresa Norte Energia S.A. (NESA) como a concessionária responsável pela construção e operação da barragem.

Coube a então empreendedora submeter seus projetos as condicionantes para assim conseguir suas Licenças de Instalação e Operação em um arcabouço técnico que fez surgir o Plano Básico Ambiental (PBA), instrumento utilizado para orientar e planejar a execução de tais medidas (Fainguelernt, 2016).

O PBA-Geral foi composto por 117 planos, programas e projetos, também chamados de “pacotes de trabalho”, agrupados nos meios físico, biótico, socioeconômico e cultural. Tais grupos contemplavam ações relativas ao meio ambiente, infraestrutura, desenvolvimento social, economia, saúde, educação, turismo, lazer, cultura e comunicação. Sendo, de forma geral, distribuídos em 47 programas de caráter socioeconômico; oito programas de caráter fundiário (com remanejamento de pessoas); e 62 ações de caráter físico-biótico, servindo como instrumento garantidor do planejamento e proteção ambientais presentes nas licenças ambientais de instalação (LI nº 795/2011) e de Operação (LO nº 1317/2015). O PBA agiu, ou deveria agir, como cláusula primordial para o cumprimento da viabilidade socioambiental (Norte Energia, 2011, 2015; Sumaúma, 2025).

No caso do meio urbano altamirense, as ações do PBA que mais se enquadraram e afetaram a cidade foram aquelas relacionadas à promoção da qualidade de vida da comunidade. O quadro abaixo lista os impactos sofridos com a instalação do empreendimento, destacando aquelas que trouxeram aumento da expansão/dispersão urbana altamirense, ou que mesmo de maneira indireta representaram causas para os citados processos, e suas respectivas condicionantes criadas como solução de tais problemáticas.

<b>Quadro 8 - Quadro síntese dos impactos e condicionantes na cidade de Altamira</b>	
<b>Impacto e Contexto Social</b>	<b>Condicionante</b>
<i>Educação</i> – Conforme o EIA Belo Monte as primeiras estimativas populacionais davam conta de um acréscimo da ordem de 100 mil pessoas na região. Assim, inferiu-se que poderia haver o risco de esvaziamento do Ensino Médio, principalmente com a queda de qualidade do ensino, e de <i>migrações internas, do campo para a cidade</i> , o que poderia representar inchaço de alunos na cidade.	<i>As condicionantes 2.11, 2.12 e 2.13 da Licença de Instalação (LI) determinam a construção de equipamentos escolares de modo a garantir suficiência de vagas.</i>
<i>Saúde</i> - Tendo em vista a perspectiva de aumento populacional, havia o risco de saturação do sistema público de saúde. Constatava-se, assim, a necessidade de aprimorar a estrutura de saúde, para que fosse possível dar conta do afluxo migratório, principalmente nas regiões a serem construídas/ expandidas no meio urbano.	<i>As condicionantes 2.11, 2.12 e 2.13 da Licença de Instalação (LI) determinam a construção de equipamentos para garantir suficiência no atendimento.</i>
<i>Saneamento Básico</i> – Segundo o EIA a chegada de um	<i>A condicionante 2.10 da Licença de</i>

<p>grande número de migrantes poderia agravar condições precárias preexistentes de falta de serviços como água e esgoto, que eram prevalentemente de poços artesianos e fossas rudimentares. Observou-se ainda o receio de que o barramento reduziria a capacidade do Rio Xingu de dispersar poluentes, com possíveis efeitos sobre os igarapés, levando a desastres como enchentes, poluição da água e proliferação de doenças.</p>	<p><i>Instalação (LI)</i> determina a implantação de infraestrutura de saneamento básico com fornecimento de água encanada, esgotamento sanitário, aterro sanitário e remediação do lixão, projeto básico de remoção de lixo e drenagem urbana.</p>
<p><i>Deslocamentos compulsórios no meio Urbano -Inundações (cota 100)</i> - Segundo o EIA a construção da barragem levaria as margens dos cursos d'água com cota de 100 metros a serem inundadas permanentemente. Assim inicialmente, 7.790 famílias seriam afetadas e deveriam ser realocadas para <i>novos</i> locais seguros, em função do enchimento do Reservatório Xingu.</p>	<p>As condicionantes 2.14, 2.15, 2.16 e 2.17 referentes à necessidade de cadastro socioeconômico, a determinação de livre acesso ao caderno de preços e laudos de avaliação. Além da liberdade de escolha quanto aos diversos tipos de tratamento indenizatório previstos no PBA.</p>
<p><i>Deslocamentos compulsórios no meio Rural</i> - Para dar lugar aos canteiros de obras e aos reservatórios do entorno da Volta Grande do Xingu, 1.934 famílias foram cadastradas para sua remoção. Embora aparentemente alheio a realidade altamirense tal eixo interfere indiretamente na cidade por representar uma possível onda de <i>fluxo migratório do campo para a cidade</i>, pós indenização. Já que das 1.934 famílias indenizadas, 1.358 (75,5%) se utilizaram da indenização do tipo dinheiro em espécie.</p>	<p>A condicionante 2.20 da Licença de Instalação (LI), que demanda consultas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa) referentes a negociações sobre reassentamentos agrários. Abrangendo também as condicionantes 2.14, 2.15, 2.16 e 2.17</p>
<p><i>Requalificação Urbana</i> – Com a remoção das famílias nas áreas suscetíveis a inundações, locais ambientalmente vulneráveis próximos aos igarapés e orla do Rio Xingu, foram necessárias propostas com novos usos para os estes locais, assim como seu devido saneamento básico, já que outrora se tratavam de locais com descarte de lixo e esgoto, sendo atualmente desabitados</p>	<p>A condicionante 2.1, da Licença de Instalação (LI), item d, apresentando um Programa de Intervenção composto por Projeto de Parques e Reurbanização da Orla, além de saneamento.</p>
<p>Fonte: FGV, 2016; Norte Energia, 2011 (adaptado pela autora).</p>	

É importante notar que dado os eixos de ação, diagnóstico e condicionantes propostas, a percepção do senso comum era que o empreendimento traria progresso e mudança de vida para toda a população, principalmente quando analisados as obras e equipamentos urbanos propostos para o local como um todo. A cidade vinha de um quadro de infraestrutura urbana onde os serviços públicos eram escassos, e por este motivo, essenciais e fortemente almejados pela população.

A imagem midiática fomentada pelo governo e pela empresa Norte Energia era, e ainda é, de uma nova cidade construída através da UHE Belo Monte, servindo de modelo para os demais municípios da região. O quadro 9, a seguir, exemplifica os quantitativos das obras referentes aos condicionantes que mais afetaram Altamira, fornecendo assim um parâmetro do investimento injetado e seu grau de eficácia perante os problemas urbanos e sociais da barragem.

**Quadro 9** - Quadro síntese quantitativo de obras na cidade de Altamira

<b>Ação e Quantitativos</b>	<b>Características/ Localização**</b>
Educação	EEEM Profº Odila de Souza, EMEIF Ideal, EMEIF João e Maria, EMEIF Getúlio Vargas, Creche Vovô Bezerra, EMEIF Rui Barbosa
Saúde	Construção com ampliação da antiga UPA e atual Hospital Geral de Altamira (HGA), Construção da UBS RUC Jatobá, UBS RUC São Joaquim, UBS RUC Laranjeiras, UBS Brasília, CRAS São Joaquim
Saneamento Básico	Construção de Aterro Sanitário, Estação de Tratamento de Esgoto e Ponto de Captação com Tratamento de água. Ligação das casas ao sistema de saneamento público custeado pela empreendedora
Deslocamentos compulsórios no meio Urbano – Construção RUC	Construção de 5 Reassentamentos Urbanos Coletivos, a saber: Jatobá (1230 unid.), São Joaquim (932 unid.), Casa Nova (452 unid), Água Azul (806 unid), Laranjeiras (599 unid) e Tavaquara (64 unid)
Requalificação Urbana	Requalificação da Orla de Altamira, Requalificação Praia Massanori, Reestruturação de Vias principais (instalação de semáforos e ciclovias), Construção de Parque Linear e Praça nas áreas dos Igarapés Altamira e Independente II respectivamente. Além de quadras esportivas nos RUC e academias ao ar livre

\*\*considera-se que Altamira apreendeu cifra de mais de 2,5 bilhões de reais em seus espaços urbanos (bairros planejados, obras de saneamento, escolas e hospitais) além das suas indenizações rurais.

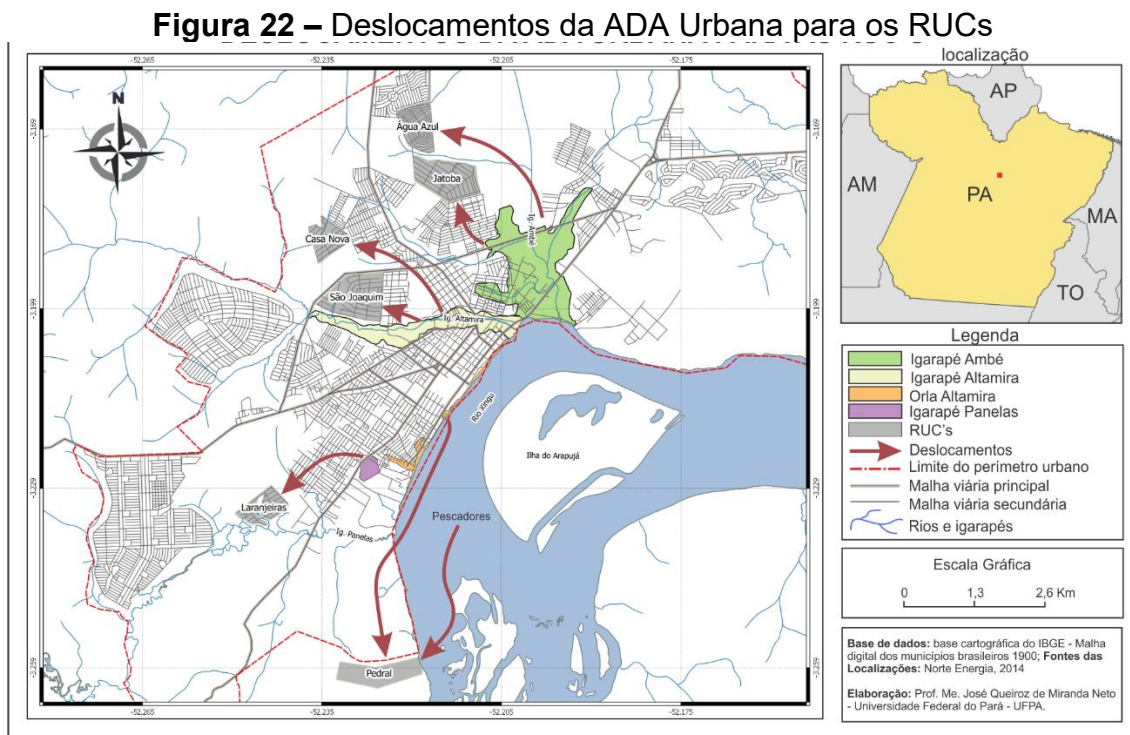
Fonte: Autora, baseado em Miranda Neto, 2016; SEMED-PMA (2025); Norte Energia, 2015.

Com tamanho investimento entre os atingidos, aqueles que moravam nas áreas de inundação em palafitas e que seriam despejados, pairava uma esperança de melhora apresentada com a aquisição da casa própria em um bairro planejado, sortido de todo tipo de infraestrutura como água encanada, tratamento de esgoto, acesso à escolas, quadras e Unidades Básicas de Saúde - UBS, nos chamados Reassentamentos Urbanos Coletivos - RUCs.

Este sentimento de ânimo era reflexo da realidade altamirense da época, quando significativa percentagem da população vivia em palafitas e/ou outra tipologia habitacional subnormal, segundo a Norte Energia (2015) correspondendo a 3.704 famílias sendo dispostas em um número superior a 18 mil pessoas, ou aproximadamente 21% da população. Esta camada da população tinha casas em estado questionável, sendo construídas com materiais como madeira, sendo exemplos claros de autoconstrução e sobrevivência, fato salientado por seu rendimento médio que era entre um e três salários mínimos.

O único fator positivo dentro do prisma urbano para os então atingidos era sua localização privilegiada, próxima do centro altamirense com seus serviços, o que

mediante a especulação imobiliária e sua consequente escassez de terrenos acessíveis financeiramente, não foi possível para a instalação dos RUCs. A grande maioria destes moradores ficaram de 2 a 3 km, chegando, contudo, a 5 km, mais afastados do que outrora estavam habituados. Logo, o efeito gerado pela UHE foi o de afastamento, em uma segregação planejada, das suas camadas mais vulneráveis (Rodrigues; Cavalcante, 2022), figura 22.



A tabela 4, traz um panorama do número de pessoas indenizadas e sujeitas à realocação no meio urbano e rural da cidade de Altamira, assim como na região da influência da Volta Grande do Xingu. Trazendo assim, justificativas para tamanha alteração intra e interurbana percebidas em um curto espaço de tempo na cidade. Infere-se que o grande número de habitantes que optaram por receber dinheiro como medida compensatória favoreceu as realocações em movimentos diversos, o que somado ao fluxo migratório advindo de outras regiões, que buscavam emprego e melhores condições de vida, geraram desordem e propensão para o movimento de dispersão da cidade.

**Tabela 4 - Deslocamentos compulsórios em Altamira e Região**

<b>Ambiente Urbano</b>	<b>Nº de famílias**</b>
Indenização através de reassentamento urbano coletivo – RUCs	4029
Indenização via carta de crédito e/ou dinheiro	3761
<b>Total</b>	<b>7790</b>
<b>Ambiente Rural</b>	
<b>Nº de famílias**</b>	
Indenização através de reassentamento rural coletivo – RRC ou em área Remanescente – RAR	61
Indenização via carta de crédito	379
Indenização via dinheiro	1358
<b>Total</b>	<b>1798</b>

\*\*Total de famílias interferidas até de jan. 2025 foi de 9588, com alterações a *posteriori*.  
Fonte: FGV, 2015.

Somada ao processo de desterritorialização que já necessitava de planejamento e responsabilidade administrativa para assim não representar o “caos” urbano, o qual não estava sendo bem solucionado, o cumprimento das demais condicionantes também passou a ser um tema delicado. Conforme o trâmite processual passava e as obras corriam, incoerências se tornavam evidentes. As obras não aconteciam no prazo estipulado e muitas vezes não atendiam as exigências das licenças, deixando Altamira padecendo por melhorias, e mostrando com isto, o abismo presente nas obras governamentais brasileiras, principalmente as amazônicas, que é o seu descolamento entre legislação e prática, expressa aqui nas obras que deveriam ser entregues para somente depois legitimar seu uso comercial, via licença de operação, da barragem.

Com o não cumprimento das medidas de saúde, educação e saneamento, somadas às realocações dos atingidos pela barragem em locais distantes houve um claro movimento higienista e fomentador de segregação, evidenciando a negligência para com a população carente que agora necessitava alçar maiores distâncias para terem acesso ao centro urbano comercial e também para fazerem uso de equipamentos urbanos básicos que se encontravam superocupados.

Em uma análise histórica, Altamira e região já haviam vivido situação semelhante durante a perpetuação dos grandes projetos na década de 1970. O que foi apresentado como ideologia de projeto, com a construção da rodovia Transamazônica e instalação do urbanismo rural das Agrovilas, não vingou e a cidade amargurou um crescimento pautado na miséria do seu povo, mesmo tendo fácil acesso aos serviços urbanos do centro urbano.

Agora, com a falha da empresa Norte Energia, respaldados pela permissibilidade da gestão pública municipal, reforçou-se o mesmo estereótipo de desenvolvimento alheio à realidade local, desta vez contando com o elemento de distanciamento territorial sem amparo social, fazendo surgir uma nova dinâmica neste mosaico de desigualdades. A concessionária não cumpriu com as condicionantes de instalação, e mesmo assim, em desacordo ao que estava estipulado na lei, teve sua licença de operação assinada. Deixando claro que o bem-estar social não estava sendo levado em consideração e que a atitude dos órgãos competentes era de “assinar o pacto” em favor da empresa.

Tal padrão de favorecimento é típico em cidades capitalista e como discute Lefebvre (2021, p. 143), representa o *modus operandi* deste sistema que necessita da separação, seja ela física, de pessoas ou de “funções”, para se desenvolver:

a sociedade capitalista tende a separar umas das outras suas próprias condições. O efeito de separação é inerente a essa sociedade, à sua eficácia; ela se funda, praticamente, na divisão social do trabalho, levada ao extremo pelo intelecto analítico. [...] Quando separa os elementos da população, tal segregação pode ter vantagens para o capitalismo.

É por este descompasso entre promessas, assinaladas perante leis, e a execução de medidas em favor da sociedade, que houve o processo de dispersão urbana em Altamira. No tópico seguinte, pretende-se abordar quanto aos principais itens que fomentaram o processo de expansão desordenada na cidade.

### 3.1.1 Entre o Real e o Papel: incongruências no atendimento das condicionantes e execução do planejamento urbano altamirense

Dentre as problemáticas não atendidas até o ano de 2015, indo contra as condicionantes da cidade, estavam a falta de saneamento básico em toda a sede urbana (fato percebido principalmente nos RUCs), a superlotação do sistema público hospitalar, o quantitativo de escolas com localização e números insuficientes, a precariedade construtiva nos reassentamentos urbanos e a inconclusão dos parques e orla de Altamira.

Com este padrão de “desorganização”, a cidade passou a se desenvolver de forma autônoma, sem seguir de forma integral as condicionantes ou se atendo aos parâmetros urbanos almejados nos dispositivos do plano diretor (o qual irá se abordar mais à frente). Logo, rompeu-se com seu padrão de crescimento mais compacto preconizado pelas leis municipais e migrou-se para uma forma urbana mais dispersa.

É importante destacar que este movimento de cidade “sem planejamento” é sim um modo de se planejar a cidade. Principalmente por tornar possível o estabelecimento de exceções e brechas na lei em favor do capital. Rolnik (1997) aborda este tema afirmando que a legislação urbana brasileira é moldada para legitimar e perpetuar desigualdades, promovendo a informalidade dos pobres e garantindo legalidade aos interesses do mercado.

Passados quase 15 anos desde a licença de instalação os problemas enfrentados pelo município ainda no momento de construção da barragem continuam a se perpetuar. Os mesmos eixos conflitantes apresentam falhas que comprovam a indiferença para com as mazelas sociais enfrentadas na cidade, assim como evidenciam o discurso falso de desenvolvimento proferido pela concessionária que ainda hoje opera sem atender as exigências impostas, e que se diz *quites* com seus deveres para assim conquistar a sua renovação de operação.

Dado a complexidade e importância dos fatos, a presente dissertação pormenorizou as falhas da infraestrutura fornecida, destacando os principais gargalhos sociais altamirenses que se relacionaram com o processo de dispersão urbana na cidade:

#### A) SANEAMENTO

Um dos eixos que a concessionária Norte Energia (NESA) usa como pontos entregues com êxito durante sua gestão é o sistema de saneamento básico. Em seu site oficial, a concessionária aponta que a cidade de Altamira conta com 92% da rede provedora de saneamento em seu perímetro urbano (Norte Energia, 2025).

Tais números são audaciosos e mentirosos, sendo facilmente refutados por publicações municipais e de órgãos de renome social. Conforme dados da gestão pública “o índice atual de cobertura do Sistema de Abastecimento de água altamirense é de 63,37% da população” (Altamira, 2022, p. 121). Destas, tendo número considerável de forma deficitária, fato evidenciado na nota técnica de Panorama sobre o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Altamira (PA), formulado pelo Movimento de Atingidos por barragens juntamente com o Instituto Socioambiental no qual salienta:

O diagnóstico realizado pela prefeitura, em 2021 classificou a situação do abastecimento de água na rede entre "abastecimento constante", deficitário e sem abastecimento, sendo 162,91 km (53,7%) de rede de abastecimento

constante, 82,90 km (27,3%) deficitário e 57,52 km (18,9%) sem abastecimento, do total de 303,33 km de extensão (ISA; MAB, 2022, p. 24).

Quanto ao sistema de esgotamento sanitário, o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico aponta que o sistema de esgoto altamirense se encontra subdimensionado e com falhas, oriundas sobremaneira pelo aumento da população e da delimitação da zona urbana que se remete ao perímetro urbano de 2009, citado no Plano Diretor, sendo por este motivo, bem inferior a atual malha urbana.

Uma vez que a população total estimada para a Sede de Altamira era de 98.398 habitantes, em 2021, o índice atual de atendimento do Sistema de Esgotamento Sanitário é de 61,17% da população (Altamira, 2022, p. 140).

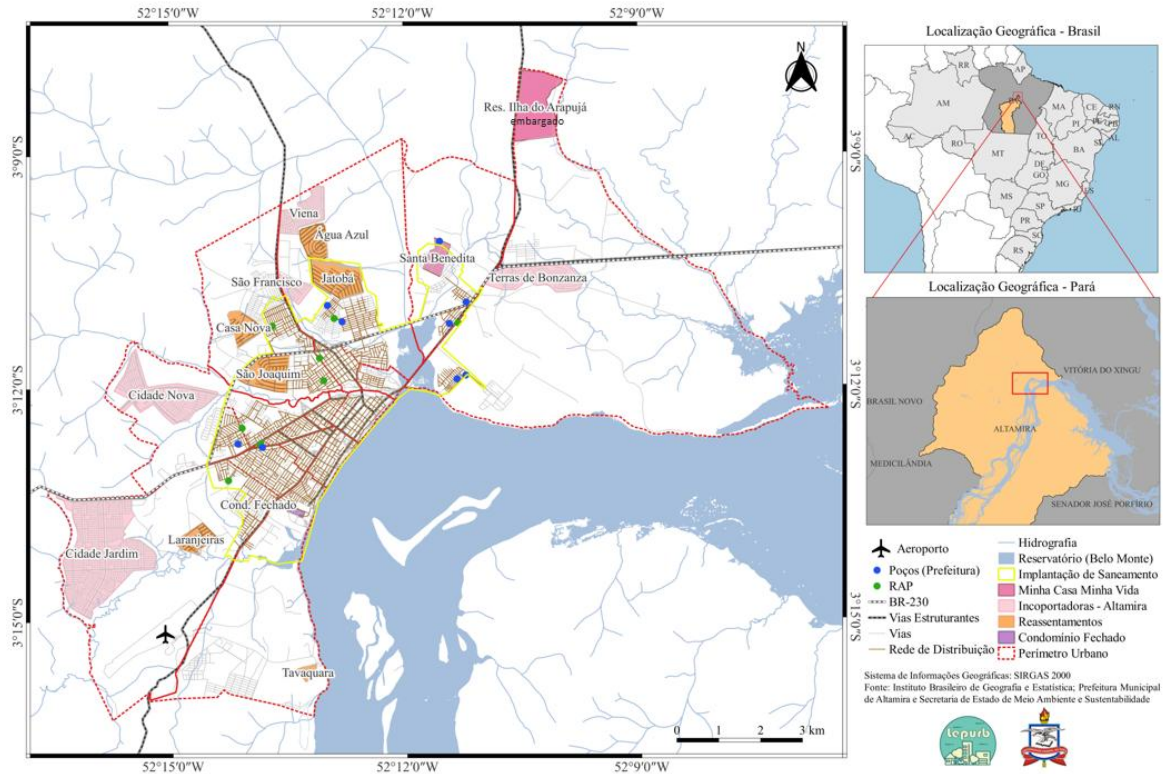
A problemática é alarmante e traz à tona que tal panorama já esteve pior principalmente quando analisado o número de pessoas durante a construção da barragem, assim como a demora para entrega de tais sistemas sanitários, ocorrendo pós-assinatura da licença de operação em 2015.

Como justificativa da empreendedora, há a suposição de que no momento da assinatura da licença-prévia existia um perímetro urbano vigente, imposto por lei, e foi a partir dele que se estabeleceu a poligonal de saneamento (figura 23). Esta problemática e “brecha” na lei será abordada em um tópico específico.

O resultado é uma vasta área urbana, principalmente em regiões que atualmente existem loteamentos residenciais, sem qualquer sistema sanitário (figura 23), estando refém dos sistemas de abastecimento: poço artesiano e fossa séptica, os quais é sabido, trazem riscos à saúde, bem-estar e proteção do meio ambiente, principalmente na situação da cidade de Altamira em que o barramento reduziu a capacidade do Rio Xingu de dispersar poluentes, tendo assim maior propensão de enfrentar possíveis efeitos da poluição sobre os igarapés da cidade, fatos mencionados na própria PBA Belo Monte.

**Figura 23 – Perímetro Urbano de Altamira e com poligonal de saneamento**

**COBERTURA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA - PARÁ**



Fonte: Autora, 2025.

No quesito segurança social, ainda escancara a irresponsabilidade em atualizar o sistema de tubulação de água existente, utilizando-se de tubulação obsoleta na área central da cidade, em amianto, indo contra, assim, as recomendações que levaram à medida de proibição do uso deste material cancerígeno, conforme Supremo Tribunal Federal (STF) nº 3937 de 29 de novembro de 2017.

Não há registros oficiais, mas segundo informações dos técnicos que trabalharam na implantação do sistema e daqueles que operam, ainda há cerca de 5 km de rede de distribuição em tubulação de cimento amianto. Este tipo de material é obsoleto, devendo ser substituído o mais breve possível. (Altamira, 2022, pag. 113)

Com o diagnóstico apresentado, fica claro que, embora sendo investidos valores significativos no sistema de saneamento básico, estes ainda foram aquém da necessidade altamirense, principalmente por não abarcar boa parte da zona urbana do local. Logo, ainda hoje, grande parte da população enfrenta problemas de saúde e qualidade de vida vinculado ao fornecimento básico de saneamento. Não suprindo inclusive a parcela da população afetada diretamente pela hidrelétrica, os reassentados e atuais moradores dos RUCs.

## B) DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS - RUCs

As obras dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) são emblemáticas por trazerem à tona as diferenças entre as políticas públicas prometidas e a realidade enfrentada pelas classes sociais mais pobres.

Embora cumpridas, perante a construção das casas e das obras incompletas de equipamentos públicos de saúde, educação e lazer, a qualidade e eficiência de tais serviços são questionáveis. Principalmente, por terem problemas constantes quanto ao fornecimento de água, qualidade do sistema de esgoto (com alegações de retorno e mau cheiro) e escolha de materiais construtivos impróprios para as habitações.

Atualmente, segundo o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico, a maior parte dos bairros que não contam com um fornecimento constante de água são justamente aqueles entregues pela empresa Norte Energia e que deveriam, segundo condicionantes categóricas, fornecer saneamento de qualidade. Há inclusive casos de bairros pertencentes aos RUCs, como o Casa Nova, em que não existe fornecimento de água tratada e canalizada algum, sendo necessárias medidas paliativas como abastecimento com perfuração de poços ou transporte de carros pipa para sanar tal situação. No caso dos locais com sistema falho, percebe-se que:

[..] há necessidade da realização de manobras de racionamento no sistema de abastecimento, com extensão de 82,90 km de rede e abrangendo as áreas do RUC Laranjeiras, RUC São Joaquim, RUC Jatobá, RUC Água Azul, Paixão de Cristo, nos bairros Ibiza, Brasília, Jardim Altamira e Mutirão (Altamira, 2022, pag. 112).

Quanto à qualidade das habitações, Rodrigues e Cavalcante (2022) constatam, a partir da aplicação de questionários nos RUCs, que os moradores se queixam dos custos adicionais adquiridos para conseguir determinado conforto térmico em suas residências. A tipologia e as técnicas construtivas parecem ter se baseado em mera economia financeira, estando desconectas aos hábitos e clima típico na região. Levando muitos moradores a se endividarem e/ou abandonarem estes locais.

Uma característica que chama atenção, marcante, foi considerar a casa antiga mais arejada, em suas palavras, “mais fresquinha”, tanto por ser de madeira, como por estar em uma área alagada ou próximo dela, resultando em uma maior amenidade, dotada de relativo conforto térmico. Já as casas entregues [..] foram feitas em alvenaria, em sua totalidade, consideradas mais espaçosas que as anteriores. Uma característica de destaque: os entrevistados consideram que a nova casa é quente, isso, além de causar queixas relativas ao conforto térmico, interfere no custo de manutenção da casa, uma vez que é necessário o uso de ventiladores, durante o dia e a noite, mesmo aparelhos de climatização, uma prática não costumeira na

habitação anterior (Rodrigues; Cavalcante, 2022, pág. 516-517).

A promessa não cumprida de saneamento de qualidade e a própria estrutura das casas, que requerem maior investimento energético, o que anteriormente não ocorria pelo maior número de instalações irregulares (gatos), tornam o habitar desta população carente mais oneroso e segregador, propiciando o abandono com consequente dispersão para locais mais acessíveis financeiramente, nas periferias.

O fato de lhes serem tirado o direito de usufruir dos serviços do centro urbano, através das distâncias agora a serem percorridas, e o aumento do custo de vida, com a própria manutenção da residência e o pagamento de impostos outrora inexistentes (taxa de resíduos sólidos e IPTU), fazem com que os realocados vivam de forma mais precária do que outrora, em vários aspectos, os deixando suscetíveis a novos movimentos migratórios intraurbanos.

### C) REQUALIFICAÇÃO URBANA

O processo de requalificação urbana altamirense ocorreu se baseando em projetos urbanos de fomento econômico em que a imagem da cidade foi “limpa”, ou melhor, seu povo mais pobre foi apagado via remoção para locais periféricos. Tal panorama em muito se assemelhou aos projetos de requalificações urbanas passados, como as Medidas do intendente Antônio Lemos em Belém, principalmente por serem de caráter higienista e por almejarem a expansão urbana com elitização do centro administrativo e financeiro da cidade, embora, usando-se do discurso de empenho em proporcionar melhores condições de moradia para a comunidade.

Não bastasse o efeito social, a requalificação urbana de Altamira foi também marcada por atrasos seguidos e arquitetura/paisagismo nitidamente incoerentes com o bioma e hábitos locais, da Amazônia. Apresentando assim, ou arborização “padrão” sem qualquer estudo de massa, sendo percebidos dentro da cidade como terrenos baldios, ou com uma tímida massa arbórea e predominância de forração gramínea. Em todos os casos, não sendo atrativas para o lazer da população e tornando-se agentes facilitadores para ocupação irregular, desta vez, por pessoas com alto poder aquisitivo e não mais moradores de palafitas.

É o que se percebe nas intermediações da Avenida Jader Barbalho, onde se retiraram moradores irregulares em palafitas, durante a construção da barragem, para agora abrigarem novos proprietários comerciais com seus galpões. Tratou-se de um

processo de gentrificação às avessas, com apoio e conivência da gestão municipal, onde as palafitas outrora existentes deram lugar a pontos comerciais. A figura 24, mostra os novos edifícios e localização destes na área inapropriada, cota 100, que constam como área de interesse paisagístico no plano diretor da cidade, sendo assim proibidas para fins comerciais e/ou residenciais (tom arroxeadado nas figuras).

**Figura 24** - Uso inapropriado de área Cota 100 – APP. Recorte temporal 2014 e 2025



Fonte: Google Earth<sup>1</sup>, 2025 (adaptado pela autora).

A figura 25, por sua vez aborda quanto à falta de vegetação e equipamentos urbanos condizentes para a população fazendo com que o Parque Linear Altamira, maior intervenção urbana paisagística executada pela Norte Energia e que antes abrigava moradores de palafitas, seja atualmente um local obsoleto e mal frequentado. Em grande parte, por se tratar de um parque de inspiração modernista, com praças “secas” que se mostram belas e úteis somente no papel, mas não se atém aos desejos da população (Jan Gehl, 2010).

**Figura 25** - Parque Igarapé Altamira e sua vegetação



Fonte: Google Earth<sup>2</sup> (2025).

### 3.1.2 Normativas Municipais: Plano diretor e Lei de perímetro urbano

Analisando a conjuntura altamirense e as condicionantes da UHE Belo Monte que não foram atendidas, principalmente as que dão conta do sistema de saneamento básico, questionam-se os motivos para que uma área tão restrita de intervenção fosse considerada ou quais foram os parâmetros para se estabelecer tal poligonal que não cobriu todo o perímetro urbano da cidade. O fato é que as condicionantes estabelecidas para a AID Belo Monte se vincularam a uma lei obrigatória para todas as cidades acima de 20 mil habitantes e/ou que enfrentam processos com significativo impacto ambiental, como é o caso de Altamira que fora afetada pela barragem. Esta lei é tida como basilar no processo de planejamento urbano, sendo reconhecida nacionalmente como a Lei de Plano Diretor Municipal.

Embora seja notório a importância das condicionantes e da fiscalização por seus órgãos competentes, é através do plano diretor que se garante a regulamentação das cidades e é a sua aplicação, principalmente no caso de Altamira, que propicia, ou propiciaria, menos efeitos negativos para a cidade.

Esta normativa é um documento técnico legal que estabelece diretrizes, metas e políticas para o crescimento e uso do solo urbano, sendo fundamentada pelo marco legal da Constituição Federal de 1988, Art. 182, e pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001 (Brasil, 2001).

Com relevância e projeção política, o plano diretor acaba sendo alvo das tensões dos agentes produtores do espaço. Segundo Souza (2003), antes mesmo de sua criação efetiva, tal lei serviu de palco para discursos e interesses nos quais

fizeram transcorrer onze anos de tramitação no Congresso Nacional, demonstrando assim, a dificuldade histórica de se gerar certas concordâncias quanto às diretrizes do desenvolvimento urbano, principalmente para distintas classes socioeconômicas.

No caso de Altamira, o Plano Diretor se tornou uma obrigação para que se recebesse os investimentos de infraestrutura exigidos para a instalação da UHE Belo Monte. Como seu último plano diretor estava prestes a vencer, conforme Lei 1.518/2003, houve a necessidade de uma atualização que gerou em abril de 2011 a nova lei municipal nº 2.178, Lei de Revisão do Plano Diretor de Altamira. Estando esta pautada no diagnóstico, supostos impactos e medidas a serem aplicadas para mitigar os efeitos negativos UHE e fomentar o desenvolvimento regional do local.

No relatório final da revisão do Plano Diretor, elaborado pela Consultoria Technun, houve um quadro de mudanças projetados a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Desta maneira, apresentou-se uma avaliação da legislação urbanística vigente na época, uma leitura da realidade municipal, uma caracterização da situação desejada para o desenvolvimento municipal, assim como, os eixos ou linhas estratégicas, diretrizes e considerações sobre a organização proposta para tal território. Para tanto, a área urbana foi dividida em diferentes zonas de uso e ocupação do solo, contando assim com onze macrozonas urbanas. O quadro 10 define cada zona e suas respectivas categorias.

**Quadro 10 - Zoneamento de Altamira com respectivas categorias de atividades**

ZONAS DE USO		CATEGORIAS DE ATIVIDADES PERMITIDAS
SIGLA	DENOMINAÇÃO	
ZOR	Zona da Orla	Unidade Habitacional, Comércio e Serviços de Centralidade.
ZCH	Zona Central Histórica	Unidade Habitacional, Comércio e Serviços de Centralidade.
ZC	Zona Central	Unidade Habitacional, edificações pluri-habitacionais, Comércio e Serviços de Centralidade, Comércio e Serviços Especiais
ZM 1	Zona Mista 1	Comércio e Serviços de Centralidade, Comércio e Serviços Especiais, edificações pluri-habitacionais, Unidade Habitacional
ZM 2	Zona Mista 2	Comércio e Serviços de Centralidade, Comércio e Serviços de Bairro, Unidade Habitacional
ZH 1	Zona Habitacional 1	Unidade Habitacional, edificações pluri-habitacionais, Comércio e Serviços de Centralidade, Comércio e Serviços Especiais
ZH 2	Zona Habitacional 2	Unidade Habitacional e de interesse social, Comércio e Serviços de Centralidade, Comércio e Serviços de Bairro
ZIP	Zona de Interesse Paisagístico Ambiental	Interesse ambiental
ZIA 1	Zona de Indústria e Abastecimento 1	Indústrias perigosas
ZIA 2	Zona de Indústria e Abastecimento 2	Indústrias de uso incômodo
ZEE	Zona de Equipamentos Estruturantes	Usos Institucionais e de interesse público

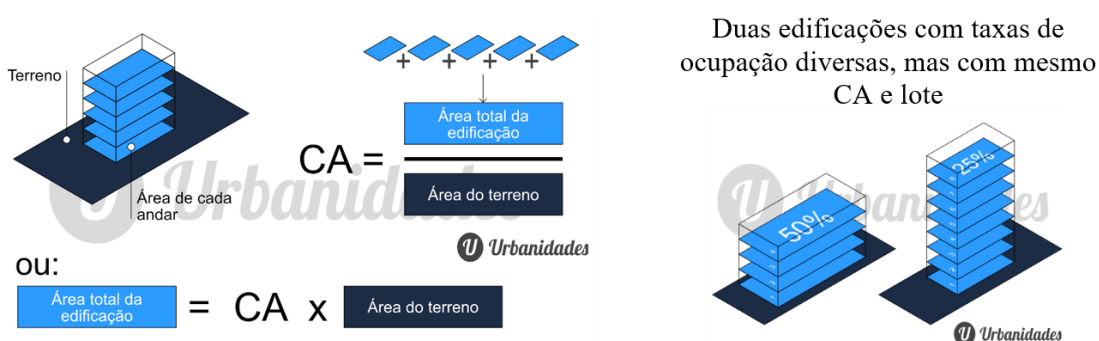
Fonte: Relatório do Plano Diretor de Altamira, Vol. 2 (Altamira, 2011, p. 216).

Embora com rica análise quanto à realidade e história da cidade, expressa no Volume II da Revisão do Plano Diretor de Altamira, percebe-se que as medidas e normas de uso e ocupação do solo deixaram a desejar, sendo muito generalistas. Fato intrigante, principalmente, quando analisado a mudança urbanística que estava prestes a acontecer em 2011, momento do começo das obras da barragem, quando se esperava grande afluxo populacional, e com ele, o uso intensificado do solo.

Em todas as zonas estabelecidas, definidas no plano como Macrozonas Urbanas (MZU), aplicou-se os mesmos parâmetros urbanísticos de Coeficiente de Aproveitamento (CA), com valor de 1,5; e taxa de permeabilização, com percentagem mínima de 10% do lote. Ou seja, determinou-se que a percentagem de área construída máxima por lote seria a mesma em toda a zona urbana, 90%, e que o índice de verticalização e/ou área construída máxima também se comportaria de maneira semelhante em toda sua sede administrativa.

A figura (26) exemplifica de maneira didática como se aplica tal Coeficiente de Aproveitamento, mostrando sobremaneira, como a taxa de ocupação do lote interfere na área máxima possível de ser construída, podendo esta ser de um ou mais pavimentos, favorecendo assim ou a dispersão ou a densificação urbana de um local.

**Figura 26 - Cálculo do Coeficiente de Aproveitamento (CA)**

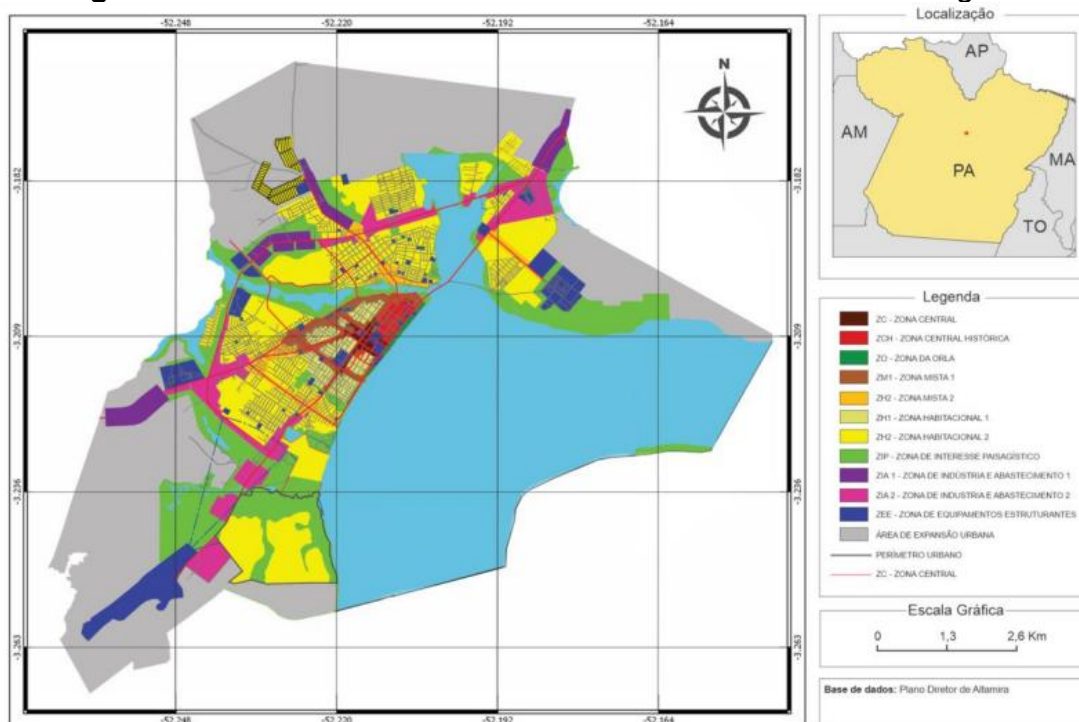


Fonte: Urbanidades, 2020.

Quando se observa a localização das citadas MZU de Altamira (figura 27) e seus respectivos usos (tabela 14), percebe-se um afastamento do que foi proposto ao que foi possível de se aplicar na cidade. O uso do coeficiente de aproveitamento com valor de 1,5 não foi coerente, pois considerou o mesmo parâmetro urbanístico para

zonas comerciais, residenciais, industriais ou estruturantes, sendo sabido que tais usos tinham localizações e dinâmicas territoriais diversas, principalmente em locais de malha urbana consolidada no centro urbano.

**Figura 27 - Zoneamento de Altamira conforme Plano Diretor Vigente**



Fonte: Adaptado da Revisão do Plano Diretor de Altamira de 2013 (Altamira, 2013).

Infere-se que pela padronização de tal índice a intencionalidade do instrumento de ordenamento urbano, Plano Diretor, era de uma forma urbana pouco verticalizada e com amplo uso de seus lotes. O que daria como resultado uma malha urbana densa e linear. Contudo, quando averiguado os locais consolidados, principalmente as Zonas Central (ZC), Central Histórica (ZCH) e da Orla (ZO), o planejamento urbano proposto no Plano Diretor caiu em contradições que o levaram a ser pouco seguido. Servindo inclusive como justificativa para seu total abandono durante sua vigência (2011-2021).

Por sua configuração de lote mais estreita, grande valorização imobiliária e poucos terrenos disponíveis, a maioria dos lotes urbanos do Centro foram construídos em sua totalidade (com T.O. Alta) e exercendo a função comercial e/ou comercial/residencial na qual só foi possibilitada via verticalização em 3, 4 ou até 5 pavimentos. A combinação da alta taxa de ocupação e verticalização relativamente expressiva fez com que nestes locais os coeficientes de aproveitamento superassem o previsto em plano diretor, apontando assim, erros legais e administrativos da gestão.

A aprovação e construção, via habite-se, revelou o “apoio a tais irregularidades” e o rompimento a promulgação legal do Plano Diretor, principalmente, caso for desmascarar um ponto que deveria ter sido melhor avaliado nesta lei, que era sua melhor descrição e pormenorização de exigências quanto ao uso do espaço urbano, incluindo aqui, outros aspectos como os recuos mínimos exigidos para estas zonas.

Logo, a ineficiência do Plano Diretor se deu, assim como nas condicionantes, pelo seu não cumprimento e “falta de planejamento” durante a construção da barragem. Embora, com plano diretor atualizado, as leis vinculadas a este instrumento não foram revisadas e se quer mencionadas, deixando o plano vago e ineficiente.

Das três leis que serviriam de apoio ao Plano Diretor, a saber: Lei de Parcelamento do Solo Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Lei de Código de Obras, somente a última fora instituída após o Plano Diretor, para assim lhe dar base (Lei nº 3.195/2014). Com isto, fica evidente uma falta de instrumentos para a efetivação do citado Plano, e depreende-se como este plano fora usado apenas como objeto legal, sem efetivação concreta na vida altamirense.

No caso específico da Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei nº 1.517/2003, houve uma significativa lacuna já que seria por esta lei que se estabeleceria a taxa de ocupação dos terrenos e os recuos em cada tipo de Macrozona Urbana. Atualmente, ainda é usado, a citada lei desatualizada que tem como taxa de ocupação a percentagem de 60% para toda cidade, revelando seu caráter obsoleto, de momentos bem anteriores à chegada da barragem. Assim, não é surpresa que tal parâmetro atualmente é pouco ou não mais utilizado na cidade.

A confirmação do “padrão” de esvaziamento técnico presente nas leis instituídas durante a construção da barragem pode ser constatada com a menção do Código de Posturas de 2014, citando a lei controversa de Parcelamento do Solo de 2003, como instrumento urbanístico base, indo contra aos parâmetros definidos no Plano Diretor de 2011 e que deveriam ser a real lei basilar de ordenamento urbano.

**§ 5º.** Ao Município cabe a indicação das normas urbanísticas incidentes sobre o lote, contendo informações sobre zoneamento, usos permitidos, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, taxa de permeabilidade, altura máxima da edificação, recuos e afastamentos mínimos, de acordo com a **Lei de Uso e Ocupação do Solo**, bem como indicação de quais órgãos deverão ser consultados, de acordo com a natureza do empreendimento (Altamira, 2014, p. 13, *grifo nosso*).

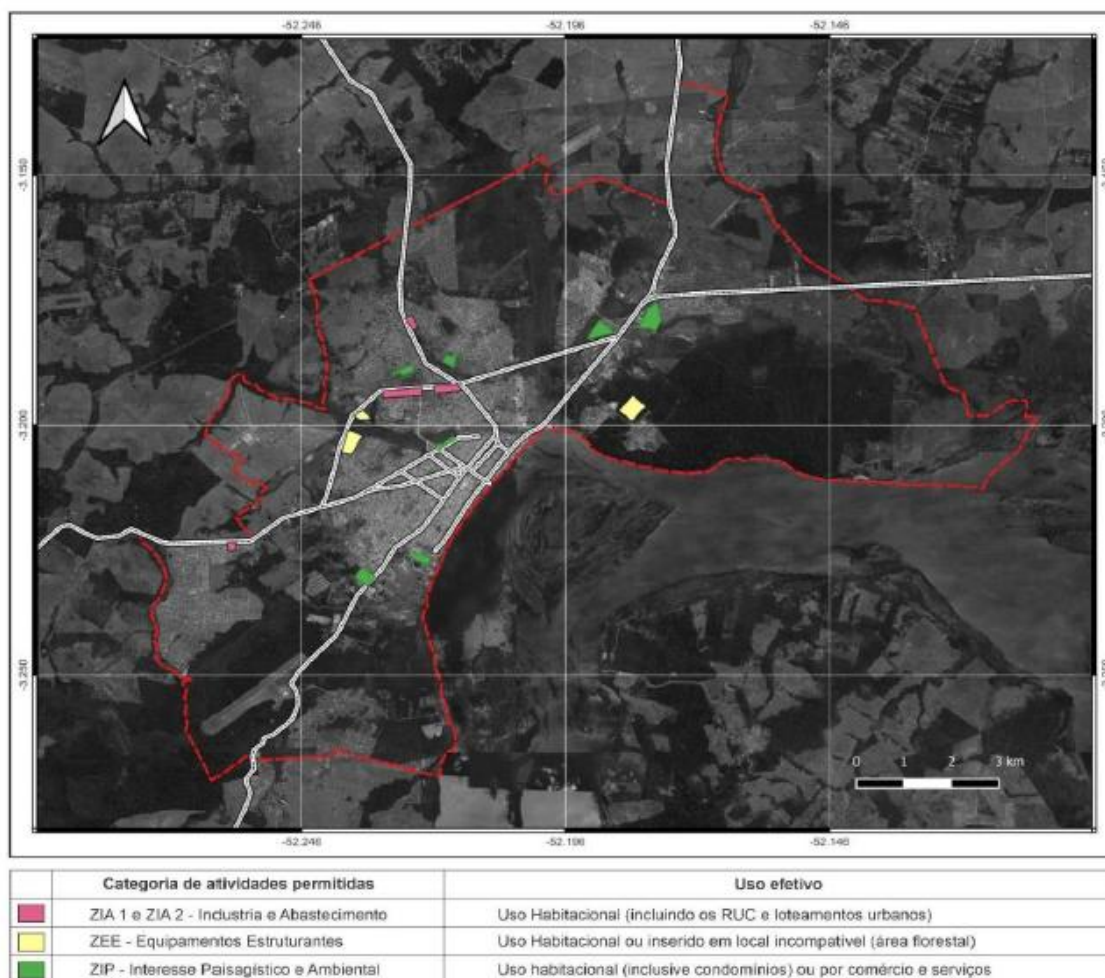
Nota-se que embora citada e com clara necessidade de atualização a ausência do poder público em promulgar a atualização das leis, como o caso da Lei de Uso e

Ocupação do Solo, foi um artifício conveniente para alegar “Falta de Planejamento” e agir de modo especial, com clara diferenciação, para agentes e locais distintos da cidade, formando nichos de cidades formais, embora contrárias a várias cláusulas da lei, e “informais”, aquelas de proprietários com menor poder econômico/social.

O resultado foi um plano diretor que logo publicado, caiu no esquecimento, ficando a cargo da gestão pública, através de seus gestores e analistas, conceder ou não o uso e ocupação do solo aos seus proprietários, de maneira particularizada e por vezes pouco ética e eficiente. Dando margem a usos indevidos ou inapropriados, em favor de agentes economicamente bem estabelecidos, como o mostrado anteriormente na figura 24, sobre as novas construções da Avenida Jader Barbalho.

A figura 28 exemplifica outros usos que divergiram do previsto em plano diretor, retratando sobremaneira como tal instrumento fora “corrompido” para atender anseios imobiliários. Embora mencionado a necessidade de se estabelecer Zonas de Interesse Social (ZEIS) para construção de habitações sociais, o Plano Diretor de Altamira deixou a cargo da gestão pública mapear e delimitar as áreas próprias para habitação de baixa renda, o que de fato nunca ocorreu, tornando-se apenas uma cláusula esvaziada na lei. Assim, a realidade sofrida pela população carente foi a da expulsão e realojamento para locais com uso restrito e distante da sede urbana.

**Figura 28**– Uso efetivo em divergência com o plano diretor de Altamira



Fonte: Miranda Neto; Da Silva; Pinheiro, 2023.

Percebe-se que se houvesse dentro das 11 macrozonas delimitadas, mais uma específica para ZEIS, parte de alguns Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), como o São Joaquim, e de outros residenciais clandestinos, como da rua Monte Sião, não se acomodariam em regiões definidas previamente para a Indústria e Abastecimento. Esta divergência de uso infere que os RUCs e habitações clandestinas estavam distantes do centro urbano previsto em Plano Diretor, representando assim, a dispersão e segregação planejada de uma população majoritariamente carente e que deveria ter sido priorizada.

Paralelamente, o uso de áreas de interesse público e paisagístico (APP) para construção de comércio, serviços e habitações de alto padrão mostram que a lei só se aplicou em favorecimento das altas camadas sociais. A construção do primeiro condomínio fechado de Altamira, nomeado de Jardim Tropical em 2014, localizado em uma área de manancial, ao lado de vegetação e curso d'água nativo, além da sua

proximidade ao centro urbano, com vista e fácil acesso ao rio, é prova de que as incongruências do Plano Diretor foram de caráter higienista e em favor do capital.

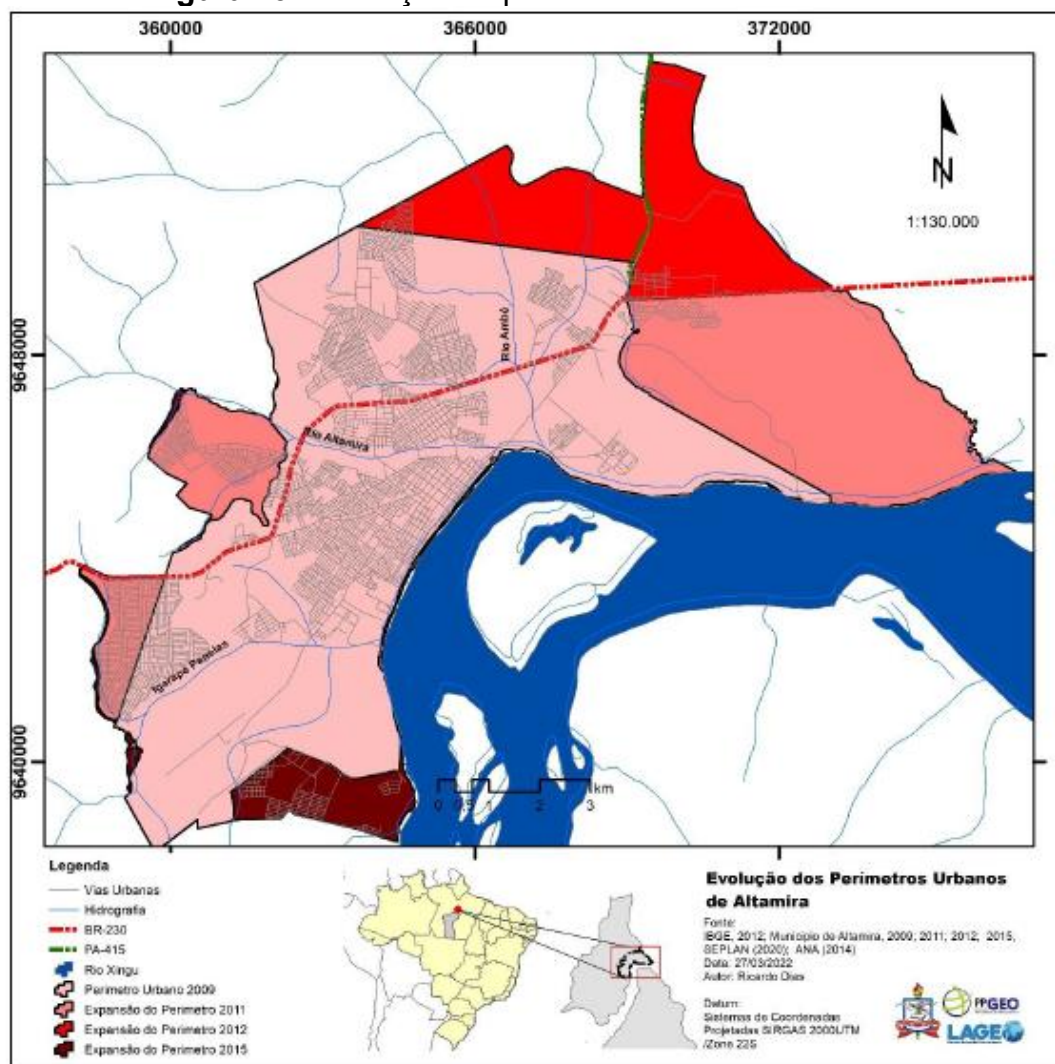
Por fim, o uso incompatível das Zonas de Equipamentos Estruturantes revelam a fuga da população carente para áreas mais afastadas do Centro como mecanismo de sobrevivência, assim como evidenciam novamente o uso indevido de terras para a construção de apoio logístico de determinados órgãos, como o caso da área florestal para o exército militar, além da delimitação incorreta de reassentamentos para os atingidos da barragem, como o caso do RUC São Joaquim, reafirmando a exclusão de parte da população de maneira premeditada pela gestão pública, cientes de que estariam ceifando tal população de serviços e qualidade de vida no meio urbano.

Não se limitando ao tipo e uso do solo, outro parâmetro violado no Plano Diretor foi o da sua malha urbana, com alteração da área e perímetro de expansão. Quando analisados o diagnóstico e o zoneamento proposto em lei, nota-se que a intenção para os 10 anos seguintes na cidade era de um local com relativa densificação urbana, assim não se estabelecendo aumento do perímetro urbano, mas a permanência da malha urbana estipulada ainda em 2009, mediante a lei nº 2.047.

Contudo, no mesmo ano da criação da Lei de Revisão do Plano Diretor, em 2011, este parâmetro mudou. Ao final de 2011 foi criada uma nova lei de delimitação de perímetro urbano que aumentava as zonas de expansão do território, lei nº 2.269 de 16 de dezembro de 2011. A intenção era atender os novos anseios do mercado imobiliário, o qual grandes incorporadoras nacionais buscavam se instalar, não se levando em consideração os efeitos adversos a serem enfrentados *a posteriori*, já que o aumento do perímetro urbano também representaria, após a aprovação destes lotes, em aumento nos gastos com infraestrutura pagos pela administração pública.

Não obstante, em cinco anos, coincidentemente, os mesmos anos de *boom* econômico gerados pela barragem, o perímetro urbano altamirense sofreu mais 2 alterações (figura 29) para suprir as demandas de políticas públicas de habitação federal – Programa Minha Casa, Minha Vida (2012) e para amparar a Concessionária NESAs, com a ampliação da malha urbana para construção do RUC Tavaquara (2015).

**Figura 29 - Evolução do perímetro urbano altamirense**



Fonte: Dias, 2022.

É importante frisar que naquele momento ainda haviam lotes que poderiam ser utilizados em favor da função social da cidade, para construção de habitações sociais (MCMV) e RUCs, principalmente porque o Plano Diretor vigente dava amparo legal para o uso dos instrumentos urbanísticos previstos no estatuto da cidade, como IPTU Progressivo no tempo, desapropriação com Pagamentos de Título da Dívida Pública, direito de preempção, entre outros. Sendo inclusive mencionados em seu Volume I, que abordava quanto aos artigos e leis criadas. Porém, a escolha da gestão pública vigente na época foi a de priorizar o mercado imobiliário, corroborando para o aumento da especulação imobiliária. Tal fato, pode ser comprovado pelo número de terrenos sem uso existentes no perímetro consolidado da cidade, ainda hoje sob especulação, e que já se estabeleciam desta forma antes do processo de construção da barragem,



O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideais fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias (Maricato, 2012, p. 121-122).

Logo, o caráter facilitador e permissivo do Estado se mostrou, em âmbito federal, principalmente na não obrigação do cumprimento das condicionantes, levando-se em consideração a malha urbana resultante do fim da construção da barragem, e em âmbito municipal, no não comprometimento do ente público em se ater e fortalecer o plano diretor e suas leis correlatas, causando a dispersão da malha urbana da cidade e aumento da desigualdade social.

Tais medidas seriam justificadas, tanto em nível federal quanto municipal, pois, era evidente o crescimento urbano após a inserção de um objeto técnico de tamanha magnitude. Revela-se assim, que tanto em nível federal quanto municipal se curvou a uma forma político-administrativa capitalista em que as leis feitas ficaram implementadas apenas no aspecto legal e em favor do mercado, portanto, sem se importar quanto à efetividade de suas medidas, e efeitos na população atingida.

Dada a importância da mobilização social no cumprimento das leis, tanto das licenças como do plano diretor, é importante destacar a esperança existente nos tempos áureos, embora que curtos, da barragem que causaram relativa alienação na população. A ideia era de que tanto plano diretor quanto condicionantes seriam executados em sua plenitude, mesmo que tardiamente ou com intercorrências, refletindo-se em ascensão social e aumento da qualidade de vida. É o que irá se explorar no tópico seguinte evidenciando sobremaneira as construções erguidas pela população, o fluxo populacional e a janela imobiliária aberta pelas grandes incorporadoras.

### 3.2 Altamira percebida: o *boom* econômico e populacional da UHE

O processo de urbanização vivenciado em Altamira durante a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte representou um marco de intensas transformações sociais, econômicas e territoriais. A cidade foi tomada por um crescimento acelerado, sustentado por um discurso de progresso permanente que se consolidou, mesmo que repentina e momentaneamente, como um senso comum de que haveria uma nova realidade, com mudanças significativas na qualidade de vida, produzida principalmente pela ascensão econômica de seus cidadãos. Esse imaginário, revelou-se como alienador já que “cegou” sua população das incoerências existentes entre o discurso de desenvolvimento pregado pelo Estado e grandes empreendedores e as reais medidas produzidas em prol da população.

Nesta nova perspectiva milhares de pessoas de outras regiões do país, assim como de outras zonas territoriais do estado se fixaram na cidade por acreditarem que ali seria possível melhorar de cidade. Já que seriam investimentos significativos montantes para construção de uma nova Altamira, com loteamentos planejados, novas escolas, maior suporte hospitalar e alta empregabilidade, inclusive, havendo média salarial superior à região.

Nesse sentido, a barragem pôde ser compreendida não apenas como um empreendimento energético, mas como uma estratégia ideológica voltada a criar aceitação social para a implementação de um modelo de desenvolvimento que posteriormente mostrou-se essencialmente capitalista e explorador, contudo, sendo exposto inicialmente como originado e alinhado às demandas sociais.

#### 3.2.1 Percepções durante a construção

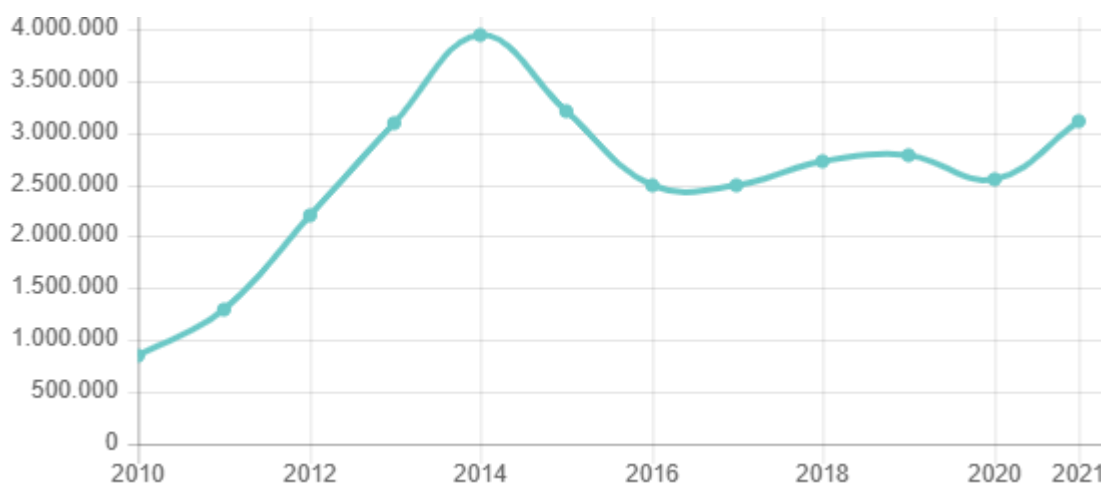
Entre 2010 e 2015 a percepção de progresso tomava conta de todo solo altamirense. Neste período a cidade era um grande canteiro de obras onde não existia um cidadão que não tivesse ao menos uma oportunidade de trabalho.

De acordo com o Ministro de Minas e Energia da época, Bento Albuquerque, durante a obra, foram gerados mais de 30 mil empregos diretos ou, em analogia simples, oportunizados empregos que superaram o número de habitantes em mais de 4.000 municípios brasileiros (ANAEEL, 2016).

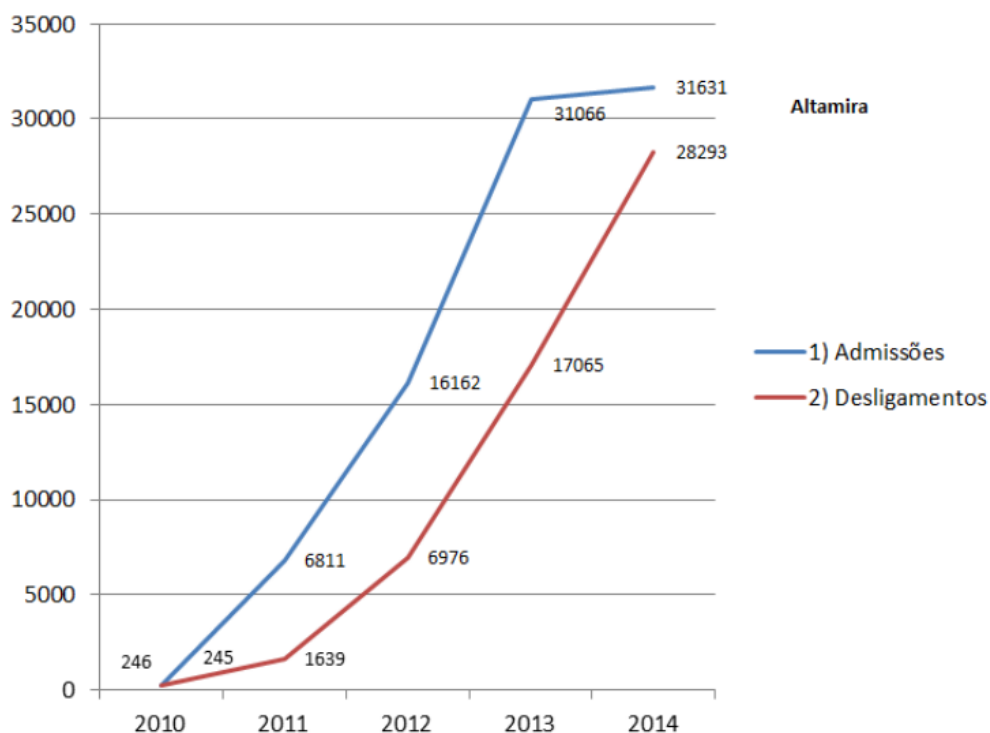
A cidade se desenvolvia e embora com seus contratemplos, como o atraso das obras executadas pela NESA e as incongruências no planejamento urbano municipal, acreditava-se que o quadro econômico iniciado superaria tais adversidades e que o desenvolvimento social iria se perpetuar, significando assim, uma nova era para a região do Xingu.

O aumento do PIB na cidade de Altamira (gráfico 1) e o crescimento no número de oportunidades de emprego (gráfico 2) são fatos que corroboraram e trouxeram a sensação de que mesmo com o fim da construção da barragem, a cidade continuaria a se desenvolver economicamente, e com isso, sua população também conquistaria sua tão sonhada ascensão social.

**Gráfico 1 - Evolução do PIB per capita de Altamira**



Fonte: IBGE, 2021.

**Gráfico 2– Admissões e desligamentos entre 2010 e 2014**

\*\*é importante observar que entre os anos de 2013 e 2014, o nível de admissões se estagnou, refletindo o prelúdio do que viria ocorrer no ano posterior que foi a chegada da fase final das obras da barragem e com isso, maior número de desligamentos empregatícios

Fonte: CAGED/MTE, 2015 *apud* Da Trindade, 2022.

Com este panorama promissor, muitos foram os que se deslocaram para Altamira, polo de apoio da barragem, em busca de melhores condições de vida. De acordo com as projeções e relatórios publicados pela concessionária em 2014, no auge da barragem, a projeção demográfica para a cidade era de 140.808 habitantes (Norte Energia, 2012 *apud* Silva, 2020), significando um aumento populacional na casa dos 41 mil, quando comparados com o censo IBGE 2010 que delimitava 99.705 pessoas na sede altamirense.

Tal crescimento populacional estava previsto já no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o qual estipulava que, “ao todo e ao longo do período de obras, 96 mil pessoas chegariam à região, incluindo aquelas que estariam trabalhando nas obras” (ELETROBRÁS, 2009, p. 85).

É possível deduzir que 40 mil pessoas se instalando em uma cidade média amazônica, com suas diversas mazelas estruturais, traria como efeitos, a maior desigualdade social para a população. Portanto, assim que a hidrelétrica começou a

ser construída o primeiro efeito percebido foi o aumento do custo de vida, refletido principalmente na especulação do imóvel urbano.

O valor dos imóveis, principalmente das habitações nas áreas consolidadas, disparou. De acordo com entidades de empresários do ramo imobiliário, os preços dos aluguéis triplicaram na cidade (G1, 2011). Assim, parte da população local se viu obrigada a procurar locais com valores mais acessíveis, na periferia. Paralelamente, outra parcela da sociedade, mais rica, viu no cenário de escassez habitacional uma oportunidade para investir em imóveis, comprando novos terrenos e construindo edificações, para assim conseguir atingir mais lucro. Em ambos os casos, o consenso geral era de que a usina hidrelétrica traria progresso para todo o município.

Com o valor e “renda virtual” em alta (Abramo, 1989), aquela prevista com base nas alterações projetadas no futuro, muitos foram os moradores do centro altamirense que alugaram seus imóveis para os empregados da barragem e se deslocaram para as áreas mais afastadas da cidade, com custos de aluguel menos significativos, também almejando obter renda extra.

Assim, foi o afluxo populacional promovido pela UHE Belo Monte que também catalisou um processo de expansão urbana da cidade. A gentrificação neste período era latente, e todos, sem exceção, buscavam de alguma maneira sobreviver e conquistar estabilidade.

Neste contexto, a venda de imóveis e terrenos para a classe média e média baixa se tornou uma jogada midiática intensa. As estratégias utilizadas foram propagandas que usavam veículos de rádio, tevê, *sites*, redes sociais e panfletagem de rua para instigar e convencer pessoas a se tornarem clientes destes novos empreendimentos imobiliários, pautando-se sobretudo na promessa de investimento com retorno garantido, gerado com a compra de imóveis, ancorado, sobretudo, na ideia de valorização imobiliária crescente a partir do desenvolvimento econômico local.

O uso de robusta propaganda e marketing se dava pelo padrão cultural e social existente até então. A população estava habituada a morar próximo ao centro urbano e a ter poucos deslocamentos intraurbanos, tendo como principais reclamações a falta de equipamentos públicos. Logo, o papel das grandes incorporadoras e dos investidores de habitações verticalizadas foi o de mostrar um novo modo de viver e de se ter relação com o urbano na cidade. A estratégia era apresentar imóveis com infraestrutura de qualidade e servidos com equipamentos do mundo “globalizado”

como shoppings centers e ambientes de lazer privados, como o caso do loteamento Cidade Nova que foi inaugurado com a promessa de shopping, hipermercado e faculdade particular ou o loteamento Viena que propunha saneamento e escola prontos a serem entregues a serviço da população (figura 31)

**Figura 31** - Shopping Serra Dourada e seu complexo de serviços



Fonte: Facebook, 2018.

O reflexo deste movimento de propaganda e alienação foi um contingente significativo de pessoas investindo suas economias em terrenos nestes loteamentos ou em prédios recém criados como maneira de “poupar e garantir renda futura”.

Como exemplo de um dos grandes empreendimentos imobiliários deste período próspero e que inclusive rompiam com a tipologia habitacional típica na região está o prédio residencial Arte Xingu Altamira. Tal edificação, de posse da construtora Artplan, estava situada no centro urbano, entre as ruas Luiz Né da Silva e Pedro Gomes, tendo como diferencial suas três torres residenciais de 12 pavimentos cada e sua área térrea repleta de atividades para bem-estar e lazer (Fig. 32).

**Figura 32**– Localização e Perspectiva do Edifício Residencial Arte Xingu Altamira



O edifício contava com amplo programa de necessidades que englobava *hall* de entrada, portaria, *lan house*, academia, *playground*, salão de jogos, sauna, pista de *cooper*, praça particular, churrasqueiras individuais e gourmet, piscina, espaço pesca, *home cine*, espaço mulher (com massagem, cabelo, unha e depilação), ateliê, espaço estudo, quadra de esportes e salão de festas (Arte Plan, 2014).

O Arte Viver Xingu representou um dos primeiros passos rumo à verticalização, autossegregação e adensamento populacional do Centro, mesmo que não representando o padrão tipológico predominante da época. Tal empreendimento trouxe à tona uma das facetas do desenvolvimento capitalista que é o florescer da desigualdade de distintas vertentes sociais, sendo esta última seletiva, para os mais abastados, e havendo uma outra compulsiva, para os vulneráveis economicamente.

É importante salientar que pela área do terreno construído e quantidade de pavimentos previstos, este complexo não estava condizente com as leis municipais, contudo, sendo edificado em favor do capital imobiliário. Tal residencial ia contra a lei de uso e ocupação do solo (nº 1.517/2003) e do plano diretor municipal, aspectos já abordados anteriormente, que previam taxa de ocupação (T.O) máxima de 60% e coeficiente de aproveitamento (C.A) de 1,5. Logo, seguindo a lei, tais edificações só poderiam ter sido construídas se tivessem no máximo 5 pavimentos e se tivessem deixado metade de seu terreno “livre”, sem construções, para que assim, possibilitassem uma área suscetível a drenagem (Altamira, 2011; 2003).

Favorecidos pela gestão municipal, os empreendedores desses edifícios verticalizados eram de forma geral incorporadores locais, ou regionais, como a construtora do edifício Arte Xingu Altamira, de abrangência estadual, portanto,

aparentemente menos envolvidos e/ou cientes das projeções futuras da cidade. Fato comprovado pelos seus investimentos em imóveis que necessitavam de maior tempo para retorno econômico e aceitação popular, principalmente por se fixarem em terrenos bem valorizados e com necessidade de maior período para início e conclusão de suas obras.

Diferentemente, as incorporadoras de loteamentos com abrangência nacional tinham ciência da perspectiva de crescimento e estagnação econômica a ser enfrentada pelo município futuramente, assim, o seu posicionamento foi de criar e se aproveitar da *janela imobiliária* existente durante a construção da UHE Belo Monte para assim lucrar o máximo possível.

É perceptível esta intencionalidade, pois foram estas incorporadoras que mais se utilizaram da propaganda para se instalar na cidade, como também, foram elas que se fundamentaram de uma dinâmica própria para retorno financeiro rápido, praticando a compra com posterior venda de glebas periféricas, outrora rurais, e por este motivo com menor valor de mercado. Como justificativa para esta afirmação, está o fato de grande parte dos empreendimentos construídos não vislumbrarem a entrega de casas prontas. Conforme Miranda Neto (2023, pág. 13):

Acredita-se que tal estratégia se relacione ao menor tempo para a comercialização do produto, ao contrário do que seria caso os terrenos fossem dotados de edificações. O tempo das empresas se ajusta, pois, aos estágios de ascensão e declínio das atividades do grande empreendimento, pois se os preços dos lotes urbanos dependem de uma valorização futura com o objetivo de se extrair uma “renda virtual” (Abramo, 1989), os ganhos podem se tornar decrescentes caso essa perspectiva fosse freada pela decadência esperada ao final das obras de Belo Monte. Em Altamira, o capital incorporador se valeu, portanto, de uma “janela aberta” no momento de maior otimismo em relação aos fatores de emprego e renda ainda positivos até meados de 2014.

Desta maneira, nos 5 anos de construção latente da barragem foram aprovadas junto a gestão pública municipal mais de 28 mil lotes para compra (Miranda Neto, 2016). A distribuição destes lotes era diversa, seguindo vários eixos de expansão, contudo, sempre priorizando a proximidade com vias coletoras ou arteriais da cidade. Este fato, juntamente com a ação de construção dos RUCs e fomento de habitações do Programa Minha Casa, Minha Vida, gerou o acréscimo urbano de mais de 1.600 hectares, o que correspondeu a mais de 70% da malha urbana medida em 2010, que era de 2.200 hectares (Miranda Neto, 2023).

Assim, embora tendo empreendedores locais almejando a valorização e adensamento do centro urbano, através de suas construções verticalizadas, foi através do impulso conseguido principalmente pelas incorporadoras que se gerou a expansão vertiginosa de Altamira, formando diversos vazios urbanos.

Em um comparativo rápido dos hectares “produzidos” pelos segmentos habitacionais mais expressivos, a saber: governo federal com programas de habitação, incorporadoras com provimento de lotes, e concessionária NESAs com produção de reassentamentos urbanos, constatou-se que as incorporadoras, mais que qualquer outro vetor, levaram à dispersão urbana da cidade (tabela 5).

**Tabela 5– Produção imobiliária durante a construção da barragem de Belo Monte**

<b>Principais agentes produtores do espaço</b>	<b>Quant. De Lotes/ hectares</b>	<b>Porcentagem dos lotes (%)</b>
Principais Incorporadoras	28.160 lotes/ 1.259 hectares	80,48
Concessionária NESAs (RUCs)	4.428 lotes/ 365,47 hectares	12,66
Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)	2.402 lotes/ 72,06 hectares*	6,86
Total**	34.990 lotes/ 1.696,53 hectares	100

\*das 2402 habitações previstas, 1444 residências, dispostas em 43,32 hectares, pertencentes ao residencial Ilha do Arapujá não foram concluídos em consequência do embargo de sua obra no ano de 2015. Acentuando o déficit habitacional local

\*\*o valor total apresentado não leva em consideração pequenos e médios proprietários e por isso não podem ser considerados como a área total absoluta da produção imobiliária de 2010 a 2015.

Fonte: Dias, 2022; Miranda Neto, 2016 adaptado pela autora.

De forma geral, mais de 80 por cento dos lotes gerados na cidade foram produzidos na região periférica, distantes e desconexos com a malha urbana consolidada, sendo promovidos pelo capital privado. Era uma dinâmica territorial nova e jamais experienciada pela região que mesmo durante *booms econômicos* passados tinha em seu mercado imobiliário uma produção contida e gerada a partir da demanda habitacional existente.

O quadro mostra de forma elucidativa tal mudança estrutural imobiliária evidenciando os loteamentos criados no momento de construção da barragem, seu ano de aprovação junto à prefeitura e o respectivo perímetro urbano vigente, assim como, o nome da sua incorporadora, a abrangência nacional desta e o número de lotes ofertados no respectivo período.

**Quadro 11 - Incorporadoras atuantes em Altamira entre 2010 e 2015**

<b>Nome Loteamento e Incorporadora</b>	<b>Ano de aprovação e perímetro urbano vigente</b>	<b>Abrangência Nacional</b>	<b>Número de Lotes e hectares</b>
--	--	-----------------------------	-----------------------------------

Terras de Bonanza - Direção norte incorporadora	Decreto n° 2.784 (18/06/2012) e perímetro urbano da Lei n° 2.269 (16/12/2011)	O Grupo atua nos estados do Maranhão, Pará, Amazonas, Macapá e Roraima especialmente nos ramos automotivo, agropecuário e imobiliário	6.615 lotes em 471 hectares
Residencial Viena– Brasil Desenvolvimento Urbano (BRDU)	Decreto n° 322 (23/10/2013) e perímetro urbano da Lei n° 3.091 (17/09/2012)	Sediada em Goiânia-GO, atualmente consolida suas atividades nos estados do Pará, Maranhão, Bahia, Mato Grosso, Goiás e Espírito Santo.	2.458 lotes em 70 hectares
Cidade Jardim- Burity empreendimentos Imobiliários	Decretos n° 2.833, 2.843; 2.844; 2.845; 2.846 (18/12/2012) e perímetro urbano da Lei n° 2.269 (16/12/2011)	Está presente em 37 cidades dos estados do Pará, Tocantins, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Mato Grosso, Rondônia e Acre, onde já comercializou mais de 126 mil terrenos.	11.378 lotes em 382 hectares
Cidade Nova-Nova bairros planejados	Decreto n° 2.857 (17/10/2012) e perímetro urbano da Lei n° 2.269 (16/12/2011)	Associação empresarial que atua no ramo de supermercados, shopping centers e comercialização de imóveis em cidades do interior, com abrangência no Pará, Goiás e Tocantins. Até 2015 já haviam lançado mais de 24 mil terrenos	7000 lotes em 304 hectares
Residencial São Francisco - Mac Empreendimentos	Decreto n° 2.842 (01/10/2012) e perímetro urbano da Lei n° 2.047 (28/08/2009)	Grupo imobiliário que atua no mercado desde 1978, com mais de 30 empreendimentos e 20.000 lotes comercializados nos estados de Goiás e Pará.	709 lotes e 32 hectares

Fonte: Dias, 2022; Miranda Neto, 2016 adaptado pela autora.

Analisando a tabela acima, prova-se a intencionalidade da gestão pública em favorecer a lógica imobiliária capitalista, fomentando com isso, a dinâmica intraurbana de uma cidade dispersa, o que *a posteriori*, faria surgir mazelas latentes na sociedade.

Percebe-se que fora o caso do Loteamento Residencial São Francisco, todos os outros empreendimentos foram instalados no perímetro rural de Altamira, sendo absorvidos posteriormente perante a atualização da lei de perímetro urbano. Levando-se em consideração que os decretos de aprovação ocorreram um ano após, em média, as alterações do perímetro urbano e que este é o tempo esperado para se fazer toda a documentação e trâmite legal junto à gestão municipal, constata-se que o perímetro urbano altamirense só foi alterado para “abraçar” tais glebas.

Além disso, a tabela 6 corrobora para este pensamento evidenciando a discrepância quanto ao histórico imobiliário altamirense e seu incremento

populacional. Em um curtíssimo período de tempo, produziu-se muitos lotes habitacionais, em uma proporção desmedida em relação à sua realidade populacional, servindo assim, apenas para gerar lucro a sujeitos alheios à região do Xingu.

<b>Tabela 6 - Relação da População e dos Loteamentos ATM (1970 - 2020)</b>						
Década	N° de Loteamentos	%	N° de Lotes	%	Pop. Urbana	Incremento populacional e %
1970 – 2010	40	58%	14.903	28,5%	5905-84.092	78.187 (1324 %)
2010 - 2020	29	42%	37.388	71,5%	84.092 - 107.000	22.908 (27,24 %)
Total	69		52291			

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira (SEPLAN) e 1ª Ofício de Notas de Altamira. IBGE (1970 -2020) *apud* Dias, 2022.  
 \*\*Estimativa para a população urbana de Altamira obtida através da população total do município, segundo o IBGE 2022, de 126.279 e que segundo estudos é de aproximadamente de 85%

Com este panorama, nota-se que o número de habitações oportunizadas por estas incorporadoras foi bem superior à demanda local, mesmo levando em consideração a estimativa populacional do auge da barragem. Dias (2022) aponta que o total de domicílios existente atualmente em toda a sede urbana altamirense fica pouco abaixo do quantitativo de terrenos disponibilizados apenas na última década, mais especificadamente durante a construção da barragem, traduzindo assim o descompasso entre a oferta imobiliária oportunizada por estes empreendimentos e a demanda fundiária real da cidade. Entende-se que muitos dos lotes produzidos nessa época ainda não foram construídos ou permanecem em processo de especulação, fazendo da cidade um ambiente que tende a permanecer disperso.

### **3.3 Altamira vivida: mazelas estabelecidas com o final da construção da UHE Belo Monte**

Com o encerramento da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, emergiram de forma mais evidente as mazelas sociais e espaciais que tal processo de desenvolvimento deixou na cidade. Os projetos de requalificação urbana anunciados dentro das diretrizes e condicionantes da EIA, assim como os itens definidos no plano diretor altamirense não foram efetivamente executados. Além disso, os inúmeros loteamentos implantados durante o período de construção da barragem não contaram com a infraestrutura mínima estabelecida nos decretos e contratos firmados entre prefeitura e compradores, respectivamente.

O resultado foi o comprometimento e deficiência na qualidade de vida dos seus cidadãos. Grande parte da população que chegou à cidade no chamado boom da barragem, acabou retornando aos seus locais de origem, restando em Altamira apenas aqueles que, gradativamente, passaram a conviver com o aumento precariedade urbana e a necessidade de luta social pelo mínimo.

Somente após o término das obras, consolidou-se na consciência popular altamirense o fato de que o discurso de progresso introduzido na cidade não fora acompanhado de ação concreta, revelando-se assim, esvaziado e ilusório. A maneira como foi empregado tal desenvolvimento se revelou como um mecanismo eficaz para garantir a aceitação das grandes massas a um modelo de desenvolvimento essencialmente capitalista e explorador, que, em vez de promover inclusão, reforçou desigualdades e intensificou a mercantilização do território.

### 3.3.1 Percepções após a construção

As percepções quanto a real demanda habitacional da cidade e os questionamentos quanto à infraestrutura prometida pelas incorporadoras e também gestores do grupo NESA se tornaram pertinentes, com pressão popular, no momento que a população começou a enfrentar os infortúnios do desemprego, na fase final de construção da barragem.

A partir de 2015, as demissões foram se intensificando e o número de desempregados disparou, em uma proporção que fez com que Altamira, no ano de 2016, fosse considerada uma das cidades paraenses com maior nível de desemprego, perdendo apenas para a capital Belém. Estima-se que no final do ano de 2015, mais de 20 mil pessoas tenham sido demitidas na sede do município, conforme quadro 12 (Da Trindade, 2022).

<b>Quadro 12 - Ranking de desemprego no estado do Pará em 2016</b>					
Posição no Ranking	Município	ADM	DESL	Saldo	VAR Rel %
58°	Barcarena	890	1025	-135	-0,76
59°	Castanhal	492	761	-269	-0,99
60°	Marabá	965	1598	-333	-0,86
61°	Ulianópolis	89	461	-372	-10,18
62°	Parauapebas	1169	1728	-559	1,35
63°	Altamira	806	1590	-784	-2,88
64°	Belém	6173	6990	-817	-0,3

Fonte: CAGED-TEM/ DES/CGET, 2016 *apud* Da Trindade, 2022.

O resultado para Altamira que sempre foi uma cidade essencialmente comercial e de serviços, foi a sua retração econômica e consequente queda no seu processo de vendas imobiliárias. Neste período, a prefeitura do município também se pronunciou, dizendo que houve uma queda de 52% na economia. É interessante expor a declaração do prefeito de Altamira à época para a mídia:

Nós estamos fazendo o possível e não estamos diminuindo os investimentos para que se mantenha a mão de obra, mas não temos como absorver toda a mão de obra que trabalhava na barragem de Belo Monte (G1, 2016).

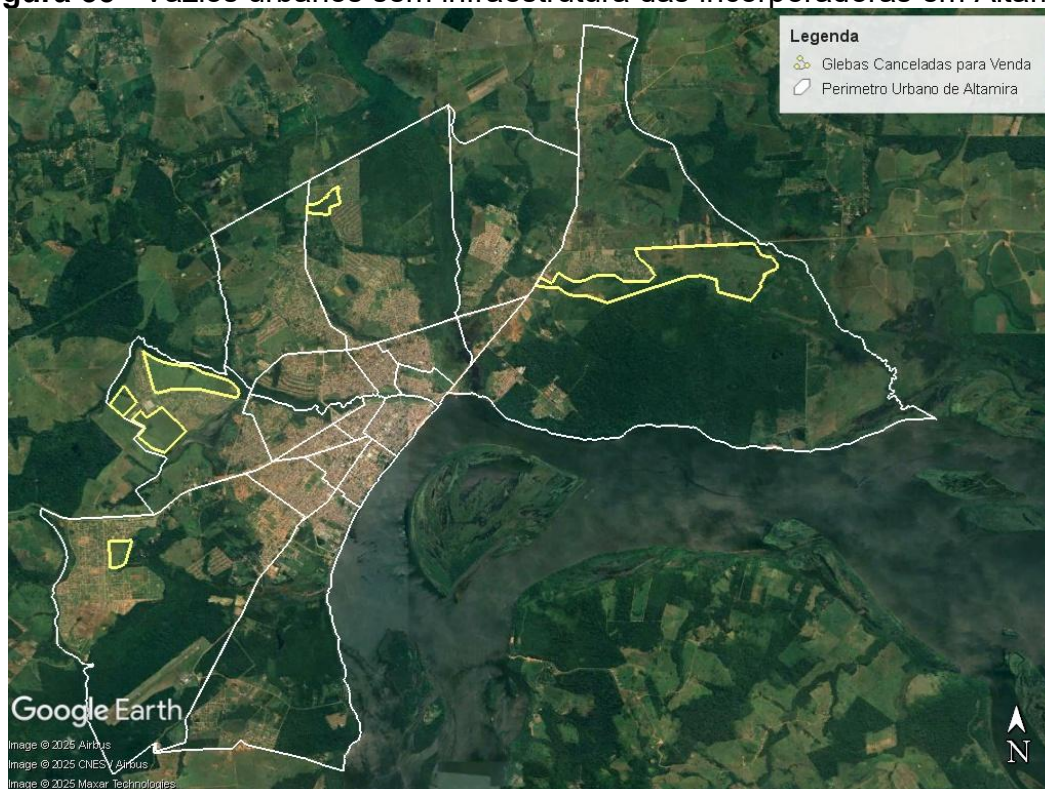
Nota-se que foi este o primeiro momento que a permissibilidade estatal acabou prejudicando o modo e eficiência da gestão pública. A cidade se viu abandonada pelo governo federal depois de concluídas as obras da barragem. Fainguelernt (2016) aduziu que não houve, até aquele momento, investimentos federais ou estaduais capazes de conter os prejuízos sociais sofridos e as expectativas futuras, mostrando que não houve repasses governamentais capazes de amparar a população recém-desempregada, assim como os atingidos pelo aumento do custo de vida.

A primeira reação por parte das incorporadoras foi a de se “conter”, inclusive “cancelando” parte dos seus empreendimentos para venda, pois com o aumento do número de desempregados houve também menor busca por investimentos imobiliários e aumento da inadimplência.

É notório que nos maiores conjuntos de loteamentos, tais como Cidade Nova, Cidade Jardim, Terras de Bonanza, e Residencial Viena, loteamentos estes mais distantes do centro urbano consolidado e com maior oferta de terrenos, houve o abandono e não instalação de todas as fases previstas junto à prefeitura. A intenção foi a de reduzir os gastos com infraestrutura, como pavimentação de vias e iluminação, garantindo contenção de gastos.

Nota-se que como reflexo deste movimento, houve o surgimento de grandes manchas desabitadas e sem infraestrutura urbana, formando vazios urbanos dispersos, nos quais ainda se aguarda a valorização imobiliária para assim serem colocados à venda novamente. Como nem os lotes inicialmente ofertados foram construídos em sua plenitude, o resultado foi o estabelecimento de uma cidade visivelmente dispersa, principalmente nas suas zonas periféricas (figura 33).

**Figura 33** - Vazios urbanos sem infraestrutura das incorporadoras em Altamira



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira (SEPLAN), 1ª Ofício de Notas de Altamira e Google Earth, 2025.

Outro movimento dos grandes empresários imobiliários, incluindo aqui os investidores de apartamentos do Centro, foi quanto à infraestrutura entregue à população. Como muitos lotes e apartamentos produzidos não foram vendidos, os empreendedores imobiliários não conseguiram executar as infraestruturas previstas de forma exitosa, logo, problemas como a desistência ou qualidade dos serviços fornecidos se tornaram recorrentes.

É o caso dos edifícios residenciais do Arte Xingu Altamira que foram abandonados logo após a sua fase de fundação, sendo construídos somente seus dois primeiros pavimentos. Infere-se que as causas desse abandono sejam justamente o fim da *janela imobiliária* instaurada na cidade. Como o começo das obras do empreendimento ocorreu em 2014 e já em 2015 houve o declínio econômico, não foram muitos aqueles que se “ludibriaram” com o discurso e mídia de investimento fomentado pela empresa. Ainda hoje é possível ver a estrutura do que seria o primeiro imóvel de considerável gabarito e discurso destinado para a elite, com áreas restritas para lazer e socialização dos seus (Fig. 34).

**Figura 34** – Estrutura Inacabada do Prédio Arte Xingu Altamira



Fonte: Autora, 2025.

No caso das edificações bem verticalizadas de Altamira foram poucas aquelas que conseguiram concluir suas obras. No centro da cidade instaurou-se ainda hoje número significativo de obras inacabadas o que destoou em muito do padrão esperado de cidade prospera “pintada” pela UHE Belo Monte.

A aparência e a tipologia das habitações nas principais vias do centro urbano com cômodos sem iluminação ou ventilação, usando-se totalmente do terreno, assim como as ampliações visivelmente destoantes ou inacabadas, deixam claro que a pressa por habitações durante a construção da barragem era enorme e que só se beneficiaram economicamente aqueles que conseguiram construir, vender ou alugar seus imóveis durante a construção da barragem (figuras 35 e 36).

**Figura 35** - Edifício Inacabado em via comercial relevante, Av. Brigadeiro



Fonte: Autora, 2025.

**Figura 36** - Edificações sem recuo (a esquerda) e estrutura construtiva inacabada (a direita), Av. José Porfirio



Fonte: Autora, 2025.

Em paralelo, nas áreas periféricas, onde prevaleciam os grandes loteamentos, percebeu-se o mesmo padrão inacabado das obras. Enquanto no Centro se construía às pressas, pra uma população com mais recursos, almejando aluguel dos funcionários da barragem, nas periferias, lutava-se para construir o imóvel para si.

Embora contando com casas bem avaliadas, de pessoas que escolheram se afastar do centro e construir seu imóvel, é notório que a predominância foi e é de casas compostas por famílias de baixa ou média renda que foram compulsoriamente levadas para as periferias da cidade, ainda que vislumbradas pelo padrão urbanístico e promessas desses empreendimentos em um momento que elas tinham recursos para arcar com a compra de um lote. Com o curto período de empregabilidade formal, pouco também foram os recursos para construir de forma satisfatória habitações para o bem-estar familiar de boa parte destes moradores. As figuras 37 e 38 mostram como é o padrão destes bairros, repletos de casas ainda por fazer, faltando principalmente a fase final de acabamentos.

**Figura 37** - Habitações do loteamento Cidade Jardim - Buriti



Fonte: Autora, 2025.

**Figura 38** - Habitações do loteamento Cidade Nova



Fonte: Autora, 2025.

Somando-se as dificuldades econômicas que prejudicavam o término da casa própria, esteve outro problema que a população teve que arcar que foram as cláusulas contratuais injustas que resguardaram os empreendedores do não cumprimento de várias responsabilidades que perante a lei seriam deles.

A lei de Parcelamento do Solo de Altamira, embora obsoleta, era eficaz em listar as responsabilidades que deveriam ser atendidas pelo empreendedor para que este pudesse fazer uso e venda de seus lotes. Dentre as responsabilidades estava o fornecimento, perante o seu artigo 29, de:

- I - demarcação dos lotes, das vias, dos terrenos a serem transferidos ao domínio do Município e das áreas não edificáveis;
- II - abertura das vias de circulação e respectiva terraplenagem;
- III - rede de drenagem superficial e profunda de água pluvial e suas conexões com os sistemas existentes, inclusive do terreno a parcelar, IV - rede de distribuição de água potável;
- V - rede de distribuição de energia elétrica com iluminação pública;
- VI - pavimentação e meio-fio com sarjeta;
- VII – passeios (Altamira, 2003, p. 13).

Contudo, em outro ato permissivo e preocupante, a gestão pública autorizou perante cláusulas no decreto de aprovação, que itens como a construção de sarjetas, passeios e meio fio, além da instalação do esgotamento sanitário, que embora não fosse obrigatória é quesito base para proteção do meio ambiente, fossem transferidos para os compradores dos imóveis. Assim, além das falhas e cortes orçamentários, a sociedade ainda se viu obrigada a arcar com aspectos que em lei não seriam delas.

O discurso e propaganda das incorporadoras foi tamanha e a esperança de melhora econômica da população desmedida que muitos foram aqueles que não se atentaram para as cláusulas contratuais e logo depois amarguraram despesas e intercorrências com as falhas estruturais destes empreendimentos.

Não obstante, com a falta de fiscalização do ente público para com os termos expressos no decreto de aprovação, de responsabilidade do empreendedor e da comunidade, e a falta de empenho destas empresas por não verem mais lucro na cidade, a julgar pelos altos índices de inadimplência e baixa no número de novos compradores, instaurou-se um abandono social que fez com que nenhum destes locais oportunizassem um direito à cidade pleno e digno para seus habitantes.

O Loteamento Residencial Viena serve como exemplo para mostrar o comportamento presenciado em todos os empreendimentos de incorporadoras que em menor ou maior grau se ausentaram dos seus deveres e cobraram a duras penas, com multas e desapropriação, a população da cidade que enfrentava problemas econômicos, via desemprego, e que tiveram que arcar com suas dívidas mesmo com um serviço aquém do estabelecido em contrato.

O atual presidente da Associação de Moradores do loteamento Viena, Arivalto Santos Teles, conta que a maioria dos moradores compraram os seus lotes no momento de *boom* da barragem. Eles eram pessoas que outrora residiam em áreas de inundação da barragem, como o Baixão do Tufi, e que não aceitaram as casas de reassentamento como forma de indenização, escolhendo assim o dinheiro como mecanismo compensatório. A propaganda divulgada pelo empreendimento e a

mudança de vida, vinculada à obtenção de emprego nas obras da barragem, fizeram com que muitos desses moradores comprassem terrenos no local. Contudo, anos depois, com o fim da barragem, os problemas começaram a aparecer e serem recorrentes como a falta de asfalto, deficiência no fornecimento de água, além do não cumprimento de requisitos mínimos, expressos em lei, como a construção de passeios (calçadas), escola e posto de saúde.

É importante destacar que a situação atual do empreendimento é lamentável, sendo tipo como um dos piores loteamentos na cidade, com ruas intrafegáveis e problemas no abastecimento de água, e que passados os anos o contingente populacional nunca aumentou, tendendo inclusive a diminuir com a busca crescente da comunidade por locais com melhores condições de habitabilidade.

De acordo com estimativas relatadas em autos processuais, como a minuta de reunião do Ministério Público, dos 1795 lotes disponíveis, metade, entre 400 e 450, possuem proprietários (MP PA, 2023). O que representa, segundo o presidente da associação do bairro, mais de 300 residências edificadas, ou no mínimo, 1200 pessoas residindo no local (Teles, 2025).

Assim, em geral, percebe-se que em todos os loteamentos houveram ou ainda existem deficiências na infraestrutura fornecida, principalmente com casos de: 1) falta ou problemas na qualidade da água, com casos no Loteamento Cidade Jardim, São Francisco e Viena; 2) deficiências no asfalto, com casos nos loteamentos São Francisco, Cidade Nova e Viena; 3) suspeita de poluição de meio ambiente pelo descarte incorreto do esgoto, com casos no loteamento Cidade Jardim e Viena; e 4) falta de construção de equipamentos urbanos, com casos no Loteamento Viena e São Francisco. Por todas estas falhas, Altamira se dispersou acentuando o que tinha de mais preocupante: a sua falta de infraestrutura e serviços, estabelecendo o descontentamento que levou as pessoas a procurarem novos locais para residir, abandonando estes nichos dispersos e povoando outros tantos.

Conclui-se que o papel das incorporadoras foi de vender sonhos para a população até o momento que obtivesse retorno econômico com a mesma. O *modus operandi* dessas empresas foi o de construir e conseguir recurso suficiente para atuar em outras regiões, em um movimento cíclico, não se importando com a qualidade de vida a ser oferecida para seus clientes. Pela sua má qualidade da infraestrutura entregue, a prefeitura se negou a dar como aceito os loteamentos construídos. Em todos os casos tais empreendimentos se encontram com os processos caducados,

havendo casos isolados de decretos de aceite que se restringem a uma pequena parte do loteamento Terras de Bonanza, em 2016, e a uma gleba intitulada de Lagoa Dourada (do complexo do loteamento Cidade Nova) com datação recente, de 2023. Assim, o cenário geral é de irregularidade, havendo alguns casos de luta judicial, por intermédio do Ministério Público, para estabelecer de quem será a responsabilidade quanto aos reparos a serem estabelecidos para garantir bem estar da população (Altamira, 2016; 2023; MP, 2019)

Por este quadro de incertezas em que se paga muito para se ter pouco, um número significativo de lotes se encontram abandonados ou postos à venda, pois tornou-se inviável aguardar melhora de infraestrutura, ascensão da especulação imobiliária ou se ter recursos para construir (figuras 39 e 40).

**Figura 39** - Edificação colocada à venda no loteamento Viena



Fonte: Autora, 2025.

**Figura 40** - Edificação abandonada no loteamento Buriti



Fonte: Autora, 2025.

Por se tratar de lotes que mesmo com problemas, representam um aparato urbanístico superior a vários locais de posse do município, o que gera um valor agregado significativo, muitos cidadãos não puderam investir em tais locais. Assim, embora com grande reserva de lotes em loteamentos periféricos, que tendem a um aumento pelo abandono de seus atuais compradores, seja pela inadimplência, seja pela busca por melhorias urbanísticas, parcelas da população se somaram migrando para novos focos e eixos de expansão da cidade, em um novo e paralelo movimento de periferização dispersa, causado pela falta de acesso à moradia digna, seja dos mais pobres em busca de acesso à moradia mais baratos, seja dos mais economicamente estáveis em busca de infraestrutura mínima na cidade.

Neste cenário, não por acaso, somam-se também os moradores dos RUCs que com o término da barragem passaram a enfrentar problemas recorrentes com a falta de água e também presenciaram o abandono estatal que deu brecha para a sensação de insegurança e/ou a dificuldade de arcar com suas moradias. Os altos valores a serem pagos em taxas municipais, como IPTU e resíduos sólidos, ou as altas taxas de energia elétrica levaram muitos a venderem suas casas.

A líder da associação de moradores do RUC Laranjeiras e atual vice-presidente do Movimento de Atingidos por Barragem – MAB, dona Francinete Pinto Novaes, vulgo dona Negona, relata que muitos dos seus vizinhos venderam seus imóveis pelo alto custo na cidade.

Ela conta que “a vizinha aqui da frente vendeu sua casa baratinha porque tinha 20 mil reais só de conta de energia para pagar” (Novaes, 2025). Não obstante, ela expõe que assim que a NESA entregou os RUCs para a prefeitura municipal administrar, em meados de 2022, o bairro chegou a passar meses sem água, o que também levou muitos a se mudarem principalmente para a zona rural do município.

Outro ponto que agravou a onda de migração e dispersão urbana subsequente nos RUCs, foram as distâncias a serem percorridas para o Centro, local que ainda hoje exerce a função de prestação de serviços. Gastos tiveram de ser incluídos para garantir a mobilidade individual e/ou coletiva o que antes não ocorria, pois, as populações atingidas outrora estavam bem localizadas na malha urbana e faziam seus deslocamentos de bicicleta ou a pé. Sem um veículo automotor próprio e com a ineficiência do transporte públicos muitos foram aqueles que tiveram de abandonar seus lares ou, quando não, seu emprego.

É o caso relatado pela dona Negona. Ela conta que antes da barragem, morava nos alagados do Independente II e trabalhava como auxiliar de cozinha no mercado central de Altamira onde recebia a diária de 50 reais. Ela ia ao seu trabalho a pé e com isso tinha seu dinheiro “livre”, sem gastos com transporte. Entretanto, com a sua remoção para o RUC Laranjeiras teve que pagar a quantia de 30 reais diárias para seu transporte em mototáxi, com isso, preferiu abandonar seu emprego e se tornar liderança por melhores condições de vida para sua comunidade.

Com tantas adversidades, a população carente se deslocou em uma espécie de enxurrada migratória, criando bairros oriundos de ocupações irregulares ou se estabelecendo em loteamentos clandestinos, além de se refugiarem na zona rural.

A intenção era conseguir acesso à terra mediante o alto valor do imóvel urbano e aumento do custo de vida pós barragem.

Dialeticamente, os novos moradores dos RUCs, que compraram as casas dos atingidos, fixaram-se buscando moradia em um preço acessível e pronta para residir, fazendo apenas ampliações e reformas. É interessante perceber que RUCs como São Joaquim e Laranjeiras oferecem acesso mais rápido que muitos loteamentos da cidade e que a infraestrutura fornecida em muito é superior a outros locais, já que todos os RUCs tem passeios com faixas acessíveis, escolas, quadras e UBS. Mesmo com limitantes como o fornecimento de água, muitos são os moradores que aceitam se submeter a este “empecilho”, principalmente por saberem que tal problema não está restrito aos RUCs, havendo muitos bairros em condições piores.

Outro fator que atraem significativo fluxo populacional para estes locais é a área construída das casas e dimensões dos lotes. Trata-se de casas com mais de 60 metros quadrados construídos por sala, cozinha, área de serviço, 3 quartos e suíte, inseridos em lotes medindo 300 metros quadrados, sendo totalmente recuados dos seus vizinhos diretos. Tal metragem é superior a maioria dos lotes fornecidos pelas incorporadoras que comumente medem 200 ou 250 metros quadrados.

Como os novos moradores costumam ter um poder aquisitivo relativamente superior, já apresentando veículo próprio, não veem como limitante a distância ao Centro e exercem uma pressão imobiliária aos atingidos pela barragem, em um processo de gentrificação do local.

Corroborando com este pensamento, há os relatos dos presidentes de bairro dos RUCs Laranjeiras e São Joaquim que afirmam que o valor dos imóveis nestes locais ano após ano só estão aumentando. Impulsionando muitos moradores a procurarem novos locais. Dona Negona relata que:

“A mulher está pedindo 85 mil, mas eu acho que até oitenta ela deixa. Tem outra casa aqui que eles estão vendendo de oitenta mil, o mínimo. De primeiro era cinquenta, cinquenta e cinco agora é oitenta mil que o pessoal estão vendendo sem muro” (Novaes, 2025).

A liderança do RUC São Joaquim, Berg Silva, informa valores ainda mais caros na mesma situação (sem muro) e com mesma tipologia de casa e terreno. O que pode ser percebido também com as residências colocadas para venda em mídias sociais como o *Marketplaces*, do Facebook, por valores superiores a 100 mil reais (Classificados Compra e Venda, 2025). O que faz concluir que tal RUC é mais

valorizado justamente por estar mais próximo do Centro e principais vias da cidade. O senhor Berg Silva afirma que:

“o bairro ainda tem de 100% ainda tem uns 60% dos moradores que moravam no baixão. Os outros 40% são pessoas que já vieram advogado, professores, policiais, que vieram de outros bairros a povoar o nosso bairro. Acho que daqui uns 6 ou 10 anos já não temos essas pessoas que eram do baixão aqui no nosso RUC, eu acredito né, do jeito que tá indo, as pessoas vendendo, não vai ter mais” (Silva, 2025).

Além dos relatos, é possível verificar tal gentrificação pelo padrão que vem se consolidando nestes locais, principalmente no RUC São Joaquim. São casas que já foram amplamente reformadas, com alterações estruturais e instalação de acabamentos de maior “prestígio e valor”. Estando algumas vezes em melhores condições que grande parte dos loteamentos das incorporadoras como comprova as figuras 41, 42, 43, 44. As imagens evidenciam a mudança do padrão tipológico das casas, apresentando inclusive focos de verticalização (figura 42), e a “pressão” nas casas que permanecem iguais, possivelmente por não terem recursos financeiros (figura 44).

**Figura 41** - Rua Preciosa, RUC São Joaquim, repleta de casas muradas e com fachadas mais trabalhadas



Fonte: Autora, 2025.

**Figura 42** - Rua Preciosa, RUC São Joaquim, com focos de verticalização e alteração completa da tipologia do RUC



Fonte: Autora, 2025.

**Figura 43** - Rua Capim Limão, RUC São Joaquim, repleta de casas muradas e com fachadas mais trabalhadas



Fonte: Autora, 2025.

**Figura 44** - Rua Capim Limão, RUC São Joaquim, com casas que resistem ao processo de gentrificação



Fonte: Autora, 2025.

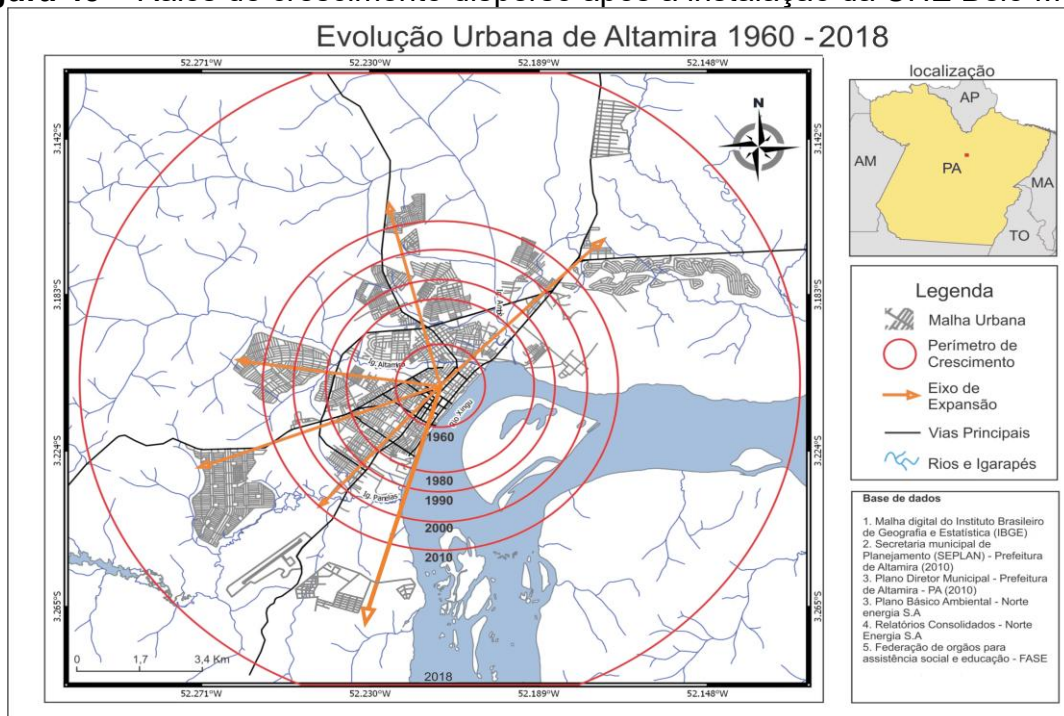
O tópico seguinte busca apresentar todos estes novos eixos de expansão e dinâmicas socioespaciais que tendem a formar uma dispersão continuada na cidade. Espera-se apresentar de forma gráfica a baixa densidade demográfica resultante e principais eixos de deslocamento populacional, tendo como base os dados do IBGE 2010 e 2022, assim como materiais fornecidos pela Prefeitura Municipal de Altamira.

### 3.3.2 Efeito Enxurrada: o processo contínuo de dispersão do tecido urbano

Com o final da construção da barragem, pairou uma atmosfera de “caos” na cidade. Os problemas habitacionais e estruturais tomaram proporções jamais vistas e toda a cidade passou a ter focos de insatisfação popular para com os serviços prestados, assim como dificuldades para arcar e se estabelecer na zona urbana.

O resultado foi uma cidade que cresceu em eixos e espaços distintos, oriundos de causas diversas, como a construção dos loteamentos e reassentamentos, assim como a fuga para locais com menor valor de mercado, em loteamentos clandestinos e ocupações irregulares, em uma dinâmica territorial marcada pela dispersão com segregação social e autoisolamento (figura 45).

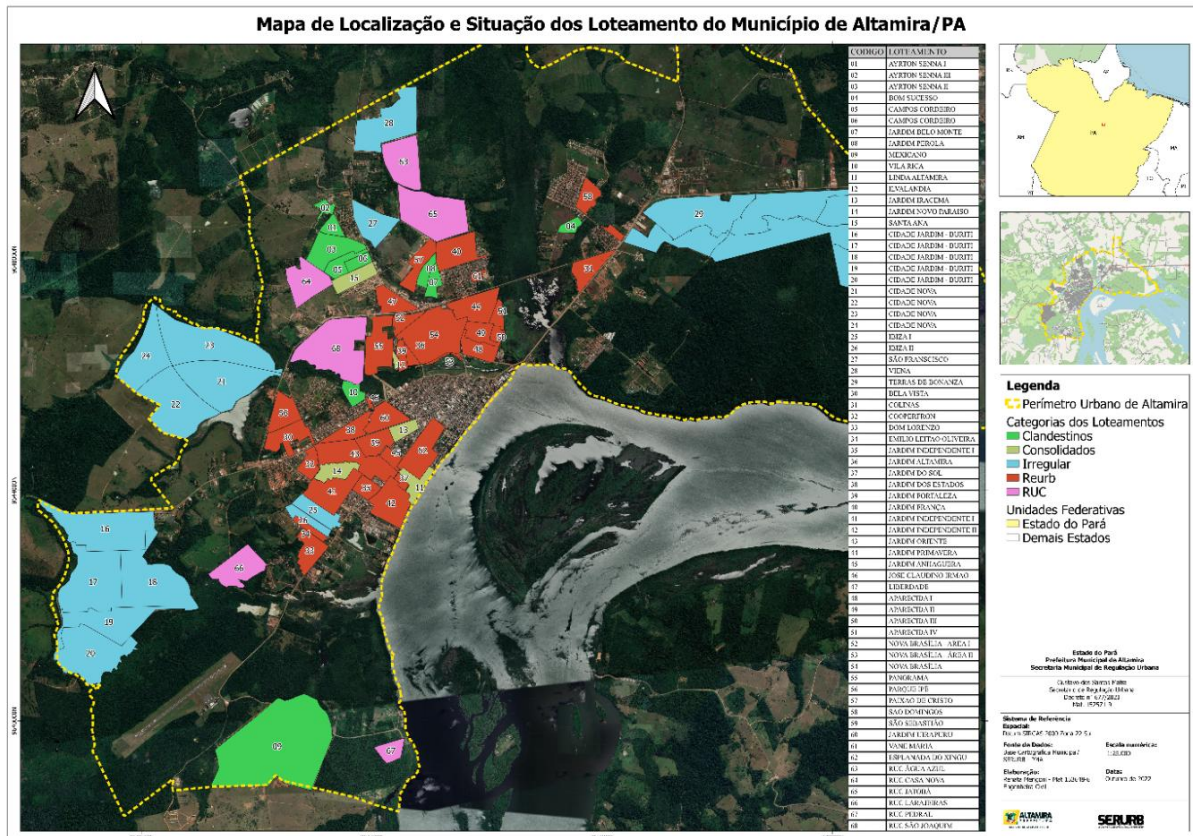
**Figura 45** – Raios de crescimento disperso após a instalação da UHE Belo Monte



Fonte: Miranda Neto, 2016 adaptado pela autora, 2025.

O déficit habitacional que já era um tema recorrente no histórico altamirense, foi catalisado pelo grande objeto capitalista hidrelétrico. O resultado foi a acentuação da inviabilidade fundiária, com o agravamento do problema da regularização urbana somada à periferização, com mais pessoas adquirindo terrenos sem nenhuma garantia cartorária, e o estabelecimento de grande número de loteamentos clandestinos na cidade, ao ponto de ser necessário criar uma secretaria para tratar de tamanho embrolho. O mapa (46) de Localização e Situação dos loteamentos existentes elaborado pela respectiva Secretaria de Regularização Fundiária – SERURB dá um panorama social e torna possível fazer inferências quanto aos locais com maior número de pessoas com menor renda, que se refugiaram em bairros clandestinos, assim como aqueles que escolheram habitar nos grandes loteamentos irregulares, ou investir no entorno do centro urbano mesmo que sem respaldo legal, locais atualmente propícios a REURB.

Figura 46 - Localização e Situação dos Loteamentos de Altamira – PA



Fonte: Secretaria de Regularização Fundiária – SERURB, 2022.

A alta gama de loteamentos sujeitos a REURB somada a outro significativo montante de loteamentos clandestinos trazem à tona que a impossibilidade de compra do imóvel próprio foi ainda maior que o percebido, já que lotes como estes não são autorizados para projetos de financiamento, assim, para se comprar em tais terrenos seria necessário na maioria das vezes ter a quantia em espécie, restringindo e tornando o acesso do bem próprio quase impossível para boa parte da população.

É interessante perceber que os focos de loteamentos clandestinos se estabeleceram especialmente em locais distantes e/ou próximos de outras habitações destinadas a camadas menos abastadas, como os RUC e MCMV, sendo estes, espécies de polos atratores de novos contingentes habitacionais vulneráveis. Outro aspecto instigante é a prevalência deste tipo de loteamento no eixo de expansão outrora já estigmatizado como de baixa renda, eixo do bairro Brasília, haja vista que eram nestes locais que se refugiavam os migrantes da década de 1980.

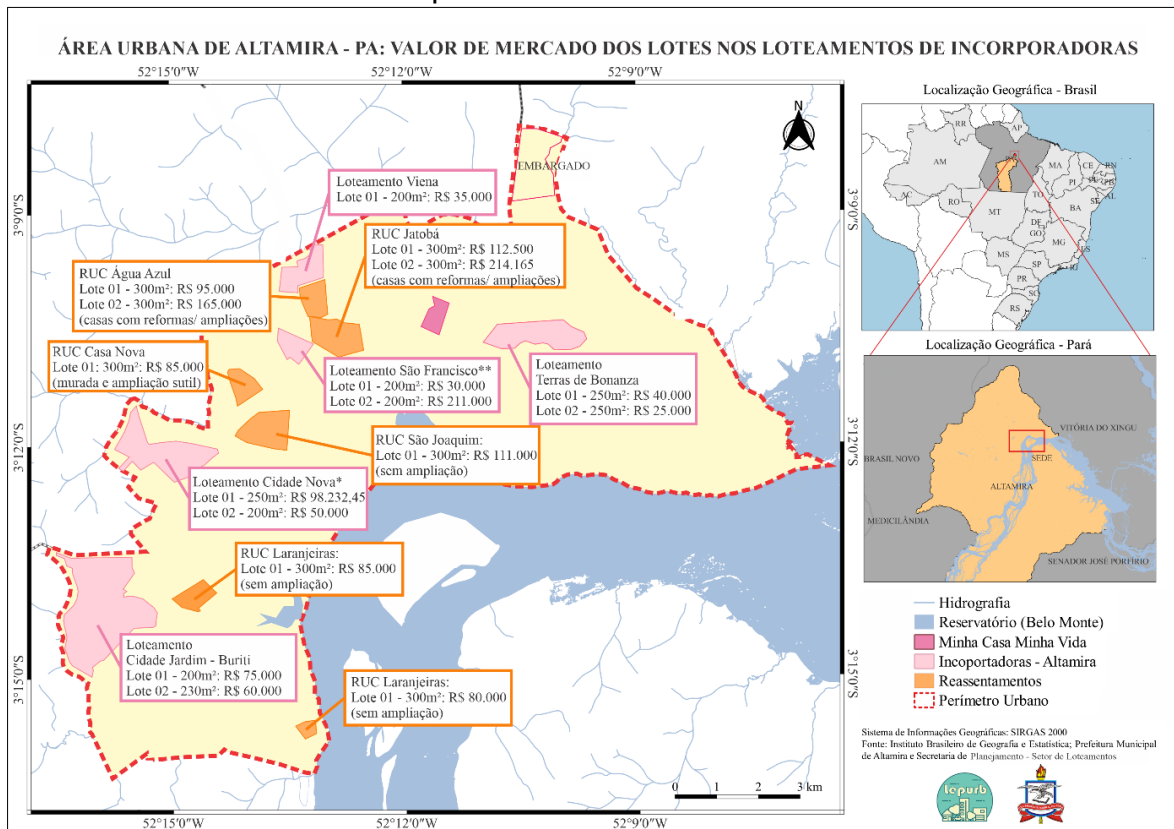
O momento de abertura e venda dos lotes das incorporadoras também trazem questionamentos quanto ao real poder aquisitivo dos seus moradores, assim como se eles permanecerão nestes locais ou migrarão para novos eixos de expansão. Tornando os dados gráficos a serem apresentados como temporários e representativos para uma realidade urbana limitada da cidade.

A falta de infraestrutura que não se refletiu em um decréscimo considerável no valor destes loteamentos é um dos motivos para novas dispersões na cidade, resultando em um contexto espacial que Becker (2013) aponta como sendo próprio da Amazônia. Ela argumenta que as cidades médias da Amazônia frequentemente têm preços imobiliários elevados mesmo sem infraestrutura adequada, exatamente por não terem concorrência efetiva, estando distantes umas das outras, isoladas como “núcleos urbanos” nas fronteiras, e, portanto, mantendo uma posição de monopólio que sustenta o valor de mercado, mesmo em condições degradantes (figura 47).

Por este mesmo motivo empreendimentos deficitários, mas bem servidos com equipamentos urbanos de saúde, educação e lazer como os RUCs passam a ter uma perspectiva de especulação imobiliária que se sobressai ao cenário das grandes incorporadoras. Percebe-se que tal dinâmica se difere de muitas cidades brasileiras em que o estigma de conjunto habitacional afasta novos moradores e segrega a população local. No caso altamirense, há sim, tal distinção, mas apenas nos reassentamentos mais afastados, ocorrendo nos RUCs de distâncias intermediárias efetivos processos de gentrificação.

Além da motivação vinculada à distância do Centro, a própria oportunidade de comprar um imóvel já pronto em um valor um pouco superior ao terreno que está localizado em um loteamento problemático levou muitos cidadãos de renda consideravelmente regular a investirem suas economias nos RUCs, o que também acentua o valor de mercado nestes pontos, como pode ser visto a seguir:

**Figura 47** – Mapa dos valores de mercado nos loteamentos de incorporadores e RUCs em 2025



Fonte: Imobiliária Lúcia Ferreira, valores do banco de dados da SEMAF – Setor de Tributos, 2025.

\*o valor relativamente distinto entre lotes do mesmo loteamento se dá pela vista privilegiada do lote mais bem avaliado que está para uma lagoa do empreendimento

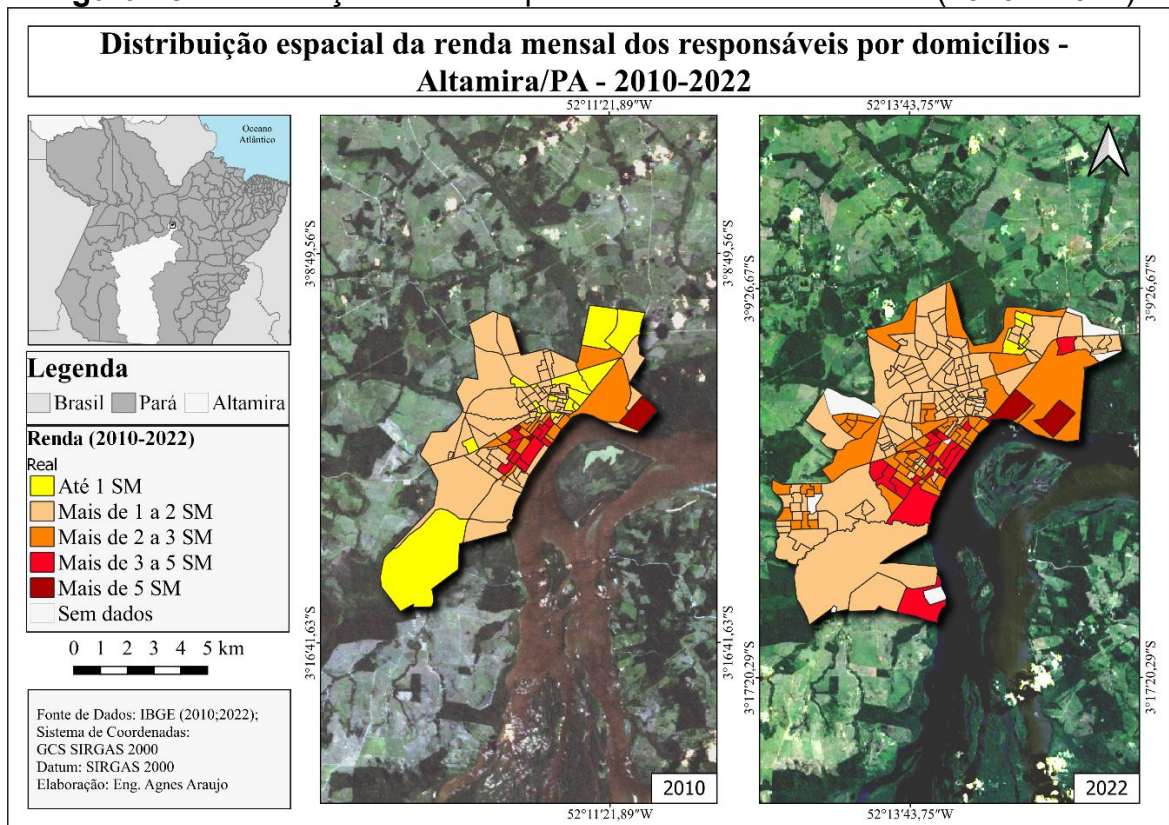
\*\*Com a falta de informações quanto ao valor de mercado no loteamento São Francisco tornou-se necessário fazer buscas de terrenos com edificações já construídas. No primeiro caso, no valor de R\$ 30.000 trata-se da venda de uma casa levantada (sem acabamentos) onde o comprador se responsabiliza a pagar as parcelas restantes. No segundo caso trata-se de uma casa que está em leilão. Os dois casos evidenciam a inadimplência e abandono de seus moradores.

Pela permanência de valor dos loteamentos distantes, houve paralelamente o aumento do valor de imóveis nos locais de malha urbana consolidada. Até mesmo bairros que durante a construção da barragem eram tidos como distantes passaram, no decorrer dos anos, a serem vistos gradativamente como mais atrativos. Formou-se uma dinâmica própria que consolidou uma maior parcela territorial da cidade como

de alto valor, trazendo conseqüentemente, a expulsão de mais pessoas carentes para as franjas da cidade. Formando assim, nichos mistos em um mosaico de realidades socioespaciais dispersas e segregadas onde coabitam novos moradores mais abastados juntamente com moradores vulneráveis que tendem a abandonar o local.

O mapa 48 evidencia a mudança na renda bruta por domicílios que fora sentida antes e após a barragem. Primeiramente, é possível perceber que de forma geral a sociedade altamirense passou a ganhar mais quando observado o maior número de áreas censitárias com renda superior a um salário-mínimo, o que, contudo, também desencadeou o maior custo de vida para a população, fato comprovado pelos relatos dos moradores dos RUCs e pelo valor de mercado dos lotes urbanos da cidade.

**Figura 48 - Distribuição de renda por domicílios – Altamira PA (2010 – 2022)**



Fonte: IBGE, 2010; 2022.

Anteriormente, em 2010, havia a consolidação da população pobre majoritariamente em áreas bem definidas, como as palafitas, especialmente nos entornos dos igarapés Ambé, Panelas e Altamira (em amarelo), assim como nos eixos periféricos a nordeste e sudoeste. Agora, após a reestruturação econômica e social enfrentada, tal segregação se tornou menos concentrada em eixos específicos, com habitações mal avaliadas em todas as zonas da cidade, em maior ou menor grau.

Apresentando exceção apenas no caso do bairro São Domingos, com específica estratificação econômico social (área em amarelo no mapa de renda de 2022).

A percepção é que o que outrora estava limitado por palafitas e áreas alagadiças, deu lugar a um novo ponto específico da cidade com população carente, no eixo de expansão do entorno do Conjunto Habitacional Santa Benedita – São Domingos que tem paulatinamente atraído pessoas carentes para o local.

A mescla de rendas familiares nas regiões dos loteamentos construídos por incorporadoras é prova desta dicotomia de padrões sociais ainda em formação, comprovando que em todos os casos habitam pessoas com poder aquisitivo variando de 1 a 3 salários mínimos, o que em valores fixos equivale a 1518 a 4554 reais por família, ou seja, pessoas de classe econômica variando de média para média baixa.

Já em relação à classe social mais abastada, percebe-se que ela anteriormente se concentrava no centro urbano e em uma área específica com visão privilegiada do Rio Xingu e do Centro (área em tom amarronzado de posse militar). Contudo, com a inserção da barragem houve a suposta saída de moradores do Centro e a busca por autoisolamento, refugiando-se em locais distantes e bem localizados em relação às principais vias de acesso. Apresentando como benefício as exuberantes paisagens.

Foi desta maneira que houve a criação de áreas elitizadas como Ibiza, Altaville (tom amarronzado), trecho do Terras de Bonanza, parte do Loteamento Dona Elvira, Condomínio fechado Jardim Tropical, e chácaras de recreio de alto padrão (estes últimos em tons vermelhos). Todos com renda salarial familiar superior a 3 salários.

Através do mapa 49 e tabela 7, percebe-se que o valor de mercado atribuído para lotes em bairros distintos foi e é proporcional à sua distância do centro urbano e “visadas do rio”. Nas áreas centrais da cidade como os bairros Uirapuru e Esplanada do Xingu e nos loteamentos com visuais de interesse para o rio, como Alberto Soares e Ibiza, o valor a terra ganhou cifras condizentes a apenas restritas camadas sociais da sociedade e locais intermediários como Bela Vista, Mutirão, Brasília e Jardim Altamira, o valor atribuído ao imóvel, embora menor dado o tipo de habitação, ainda assim, excluiu grande parcela da população, principalmente quando analisado a média majoritária de renda familiar que é de no máximo 2 salários mínimos (IBGE, 2022). Percebe-se assim, que de forma geral, tanto os lotes centrais quanto os distantes, mas consolidados, têm valores bem altos em relação à realidade local. Cenário que apenas não se perpetua nas áreas dos loteamentos Mexicano e Santa Benedita (em amarelo).

**Tabela 7– Valores de mercado em loteamentos diversos de Altamira**

Metragem	Valor do Terreno (R\$)	Valor do Imóvel (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>Bairro Mexicano</b>			
250m <sup>2</sup>	11.000		11.000
*Impreciso		55.000	55.000
<b>Bairro Ibiza</b>			
162,50m <sup>2</sup>	Av. caixa, imóvel com área construída. 68,50m <sup>2</sup>		280.000
200m <sup>2</sup>	Av. caixa, imóvel com área construída. 102m <sup>2</sup>		490.000
375m <sup>2</sup>	112.500		112.500
200m <sup>2</sup>	48.175,11		48.175,11
700m <sup>2</sup>	196.0000	263m <sup>2</sup> por 430.707	626.707
<b>Bairro Bela Vista</b>			
244,82m <sup>2</sup>	68.090		68.090
150m <sup>2</sup>	32.161,60	96,50m <sup>2</sup> por 76.267	108.428,60
<b>Bairro Uirapuru</b>			
500m <sup>2</sup>	320.000		320.000
250m <sup>2</sup>	250.000	**Imóvel obsoleto baixo, padrão baixo	250.000
<b>Bairro Jardim Altamira</b>			
2.875m <sup>2</sup>	650.000		650.000
<b>Bairro Brasília</b>			
300m <sup>2</sup>	100.000		100.000
200m <sup>2</sup>	65.000		65.000
344,43m <sup>2</sup>	Avaliação (Av) Caixa, contrato de financiamento		773.000
<b>Bairro Esplanada do Xingu</b>			
390m <sup>2</sup>	375.000		375.000
366m <sup>2</sup>	300.000		300.000
420m <sup>2</sup>	196.070	200m <sup>2</sup> por 196.560	490.000
<b>Bairro Alberto Soares</b>			
575m <sup>2</sup>	250.000		250.000
1250m <sup>2</sup>	Mansão avaliada em Imobiliária		4.500.000
<b>Bairro Mutirão</b>			
200m <sup>2</sup>	70.000	98,72m <sup>2</sup> por 61.531,53	131.531,53
301,63m <sup>2</sup>	Avaliação (Av) Caixa, contrato de financiamento		195.000
<b>Bairro ***Liberdade (Jardim Santa Ana e Airton Sena)</b>			
250m <sup>2</sup>	62.500		62.500
188,31m <sup>2</sup>	Imóvel financiado com habitação de 133,28m <sup>2</sup>		276.443,30
166,60m <sup>2</sup>	Imóvel financiado com habitação de 150m <sup>2</sup>		195.000
<b>Bairro Santa Benedita e entorno</b>			
109,15m <sup>2</sup>		Terreno com residência em madeira	16.000
250m <sup>2</sup>		Terreno com residência em madeira	20.000
620,33m <sup>2</sup>	111.659,40		111.659,40

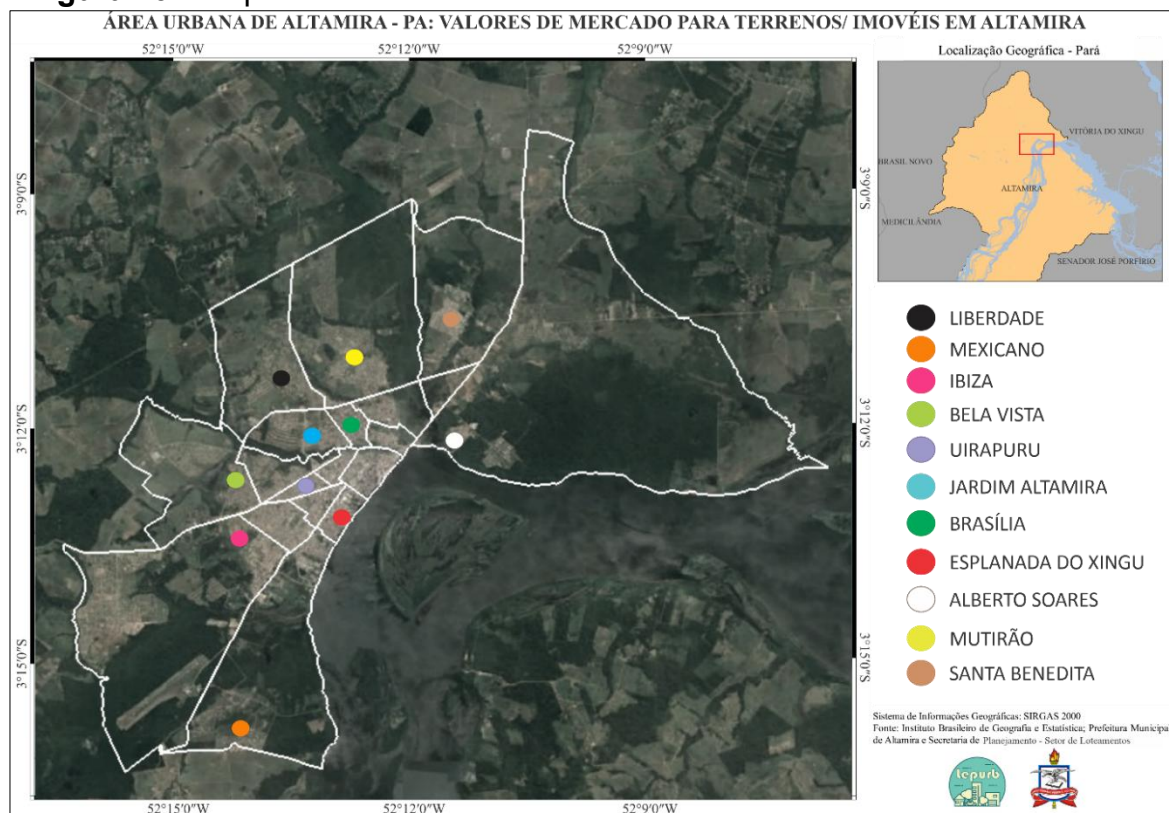
\*o anúncio de venda em portal de rede social (marketplace) não mencionava metragem, contudo, mostrava uma casa coberta e em nível de acabamento de baixo padrão.

\*\*o valor do imóvel dado seu estado é quase nulo, refletindo assim o alto valor do terreno

\*\*\*a delimitação quanto os loteamentos presentes no citado bairro, Liberdade, dão-se pelo local deter de grande número de outros loteamentos, clandestinos, em que o valor de mercado é inferior, mas que não foram abarcados pela falta de informações, principalmente na principal fonte de informação que foi a Prefeitura Municipal de Altamira.

Fonte: SEMAF (Setor de Tributos), Luciana Imobiliária e Marketplace (Facebook) elaborado pela autora (2025).

**Figura 49 - Mapa dos valores de mercado em loteamentos diversos de Altamira**



Fonte: Imobiliária Lúcia Ferreira, valores do banco de dados da SEMAF – Setor de Tributos, 2025.

É importante perceber que em bairros centrais e mais visados financeiramente o padrão de parcelamento da gleba é maior, com lotes de metragem quadrada mais significativa. Sendo assim, inversamente proporcionais aos loteamentos populares que tem mais lotes com metragem fluando de 150 a 250 metros quadrados. O que no caso das habitações irregulares chega a ser de dimensões ainda mais inferiores.

Outro ponto bem perceptível é quanto a média de valor dos lotes na cidade que ganham cifras mínimas de algo em torno de 50 mil reais para 200 metros quadrados. Tal valor é significativo, principalmente quando analisada a realidade fundiária em que boa parte dos lotes detém, apenas de contrato de compra e venda (o que é constatado através do mapa 46). Sendo este um diferencial que encarece ainda mais todo e qualquer imóvel no município, por se tratar de um bem escasso e almejado.

Infere-se que este seja o motivo para bairros como Ibiza que embora não apresente infraestrutura mínima, com várias ruas com difícil acesso pela falta de pavimentação e sem nenhum aporte de saneamento, com sistema de esgoto do tipo

fossa séptica e água oriunda de poços artesianos, detenham de valores expressivos em seus lotes. Trata-se de um loteamento irregular e relativamente novo, com pendências com a prefeitura, mas apto a conseguir linhas de financiamento, oferecendo assim, o sonho da casa própria próximo ao centro consolidado da cidade.

**Figura 50** - Tipologia habitacional do loteamento Ibiza e a falta de infraestrutura



Fonte: Autora, 2025.

Os valores fornecidos pela Secretária de Finanças, responsável por fiscalizar e analisar os valores de tributos como o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, sendo eles, os dados principais para a alimentação da tabela acima, mostram que nas áreas centrais e com visão para o Rio Xingu, há habitações de padrão construtivo superior que de forma indireta valorizam seu terreno e bairro. Concomitantemente, as próprias linhas de crédito com maior atuação de bancos e construtoras de renome em determinados bairros, também funcionam como vetores de especulação e valorização imobiliária o que dialeticamente causa o detrimento de outros bairros em que a autoconstrução é o principal meio de construir, principalmente por se tratarem de áreas onde a situação fundiária é conflitante (figura 46).

Analisando a tabela 7, é possível constatar que tal situação ocorre, por exemplo, em determinadas zonas dos loteamentos Ibiza e Bela Vista, onde o valor dos terrenos é semelhante, mas com perfis sociais diferentes. Os dois são bairros que detêm determinados terrenos com visuais de interesse e relativa aproximação ao centro urbano, contudo pelos problemas de regularização fundiária no bairro Bela Vista, oriundos de um processo de ocupação popular e irregular, ocorre a inviabilidade de linhas de crédito que tornam o tipo de construção e perfil socioeconômico de seus habitantes discrepante do padrão “planejado”, apresentando assim habitações mais populares onde é praticado os “puxadinhos” e reformas autônomas, que ainda sim,

hoje se mostram inviáveis para boa parcela da população carente, principalmente pós-barragem, quando os lotes ganharam cifras exorbitantes e que não decaíram significativamente com o tempo como evidenciado na tabela.

Em outros locais onde a tipologia habitacional também é mais simplória e minimalista, mas melhor equipada urbanisticamente, como os RUCs e o polo secundário do bairro Brasília/Mutirão, um novo tipo de expansão imobiliária vem surgindo e fazendo com que bairros como estes passem a ser focos de novos moradores, causando êxodo de outros tantos, principalmente os atingidos pela barragem e trabalhadores informais, que paulatinamente vem buscando locais mais acessíveis financeiramente. O valor de lotes em bairros como Brasília e Mutirão (tabela 7) é prova que tais locais não são mais tão atrativos para a população pobre. Logo, bairros como Mexicano, Invasão dos Carroceiros ou Lama Negra, ou ainda ocupações irregulares como as da Rodovia Transamazônica, tornaram-se referência na tentativa de sobrevivência diante da pressão imobiliária, visto que são os únicos locais na cidade que trazem a perspectiva de obtenção da casa própria em cifras menores que 6 dígitos, ou seja, com valor inferior a 100 mil reais (figura 49 e tabela 7).

O preço a se pagar por um imóvel barato passa a ser o isolamento compulsório e negação ao direito à cidade para com a população. A falta de planos e medidas que fomentem a mobilidade urbana na cidade tornam tais aglomerados urbanos, espécies de ilhas, isoladas da malha urbana consolidada. Nestes locais, é latente as dificuldades enfrentadas para se conseguir habitar de forma digna, conforme figura 51, que expõe uma edificação de madeira e com areia de construção em sua fachada.

**Figura 51** - Habitações em Madeira presentes na Invasão dos Carroceiros



Fonte: Autora, 2025.

Quanto ao último polo populacional citado brevemente anteriormente, as ocupações na Transamazônica – BR-230, existe outro acontecimento que faz deste local, durante o ano de 2025, novo foco de dispersão urbana ainda em processo. Trata-se da desapropriação para implementação de requalificação viária nos 15 quilômetros de rodovia federal que cortam a cidade. Através da retirada de 71 famílias que residiam de forma irregular nesta rodovia, surgindo assim, mais um movimento socioespacial, motivado principalmente pelas medidas compensatórias que consideraram o pagamento em dinheiro para os afetados, dando oportunidade para cada família procurar seu novo imóvel. Ocorre que pelo valor a ser pago e pela própria dinâmica da cidade é deduzido que tal migração se dê para as áreas periféricas já consolidadas ou impulse novos focos, em novos locais ainda mais distantes, fato constatado pela tipologia das casas (figura 52) e perfil dos habitantes indenizados (figura 53) (Grupo Mirante, 2025).

**Figura 52** – Tipologia das habitações em palafitas sob curso d'água e próximo da BR-230 que serão demolidas



Fonte: Autora, 2025.

**Figura 53** – Mutirão de moradores para aproveitar materiais de construção das suas casas que serão demolidas



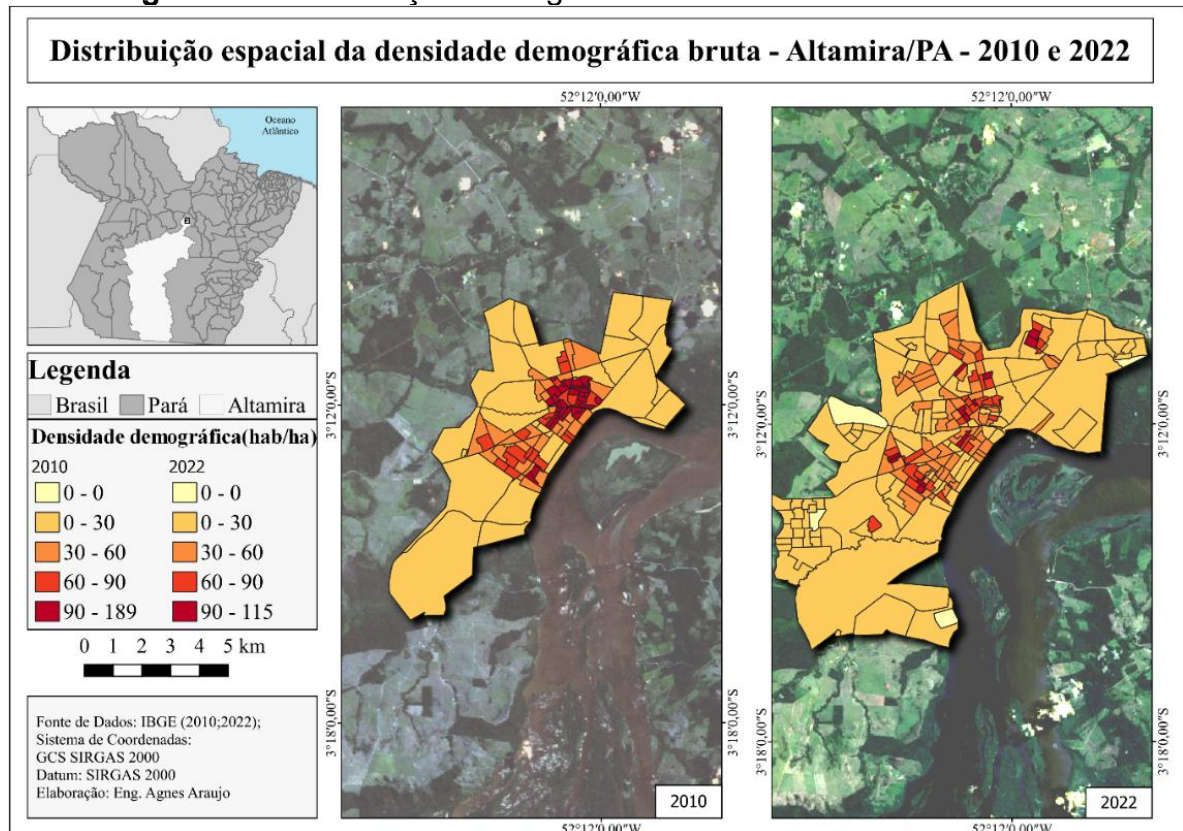
Fonte: Autora, 2025.

O valor a ser pago de acordo com o órgão responsável pelas indenizações, Departamento Nacional de Infraestruturas e Transportes – DNIT, é de 5.700.000 reais, o que dividido entre as 71 famílias indenizadas presume um valor médio de 80.281 reais para cada família. Analisando a mapa 49 e tabela 7 é fácil constatar que esse valor não será suficiente para comprar um terreno e construir um imóvel em grande parte da cidade, restando apenas as zonas mais periféricas e de difícil acesso.

Estas invasões da BR-230 que originaram o atual movimento de desapropriação, estão relacionadas a um evento maior já mencionado que foi a

dispersão de toda a malha urbana da cidade. A figura 54, mostra esta alteração na densidade demográfica percebidas entre os anos de 2010 e 2022, assim como expõem o espraiamento das áreas periféricas, evidenciando a tendência de processos urbanos como o de fragmentação e segregação.

**Figura 54** – Distribuição demográfica de Altamira entre 2010 e 2022



Fonte:

Em um comparativo entre 2010 e 2022 se evidencia que as áreas de maior densidade no ano de 2010 eram aquelas onde haviam palafitas, no alagado do Independente 2 e entre os igarapés Altamira e Ambé. Como é de conhecimento geral estas pessoas foram ou indenizadas em espécie ou reassentadas para os RUCs, e novamente foram nesses locais onde houve relativa densidade mais expressiva, embora inferior ao número anterior.

Como motivações para a relativa baixa de adensamento das populações carentes, refletidas no mapa demográfico apresentado, está a tipologia habitacional fornecida para os reassentados que fora composta por residências amplas, térreas e bem recuadas. Assim como, pela contínua tendência de abandono destes locais pelos atingidos e busca por novos espaços, tendo por motivação o alto custo de vida urbano e a valorização imobiliária de seus imóveis. A sensação é de uma dispersão moderada

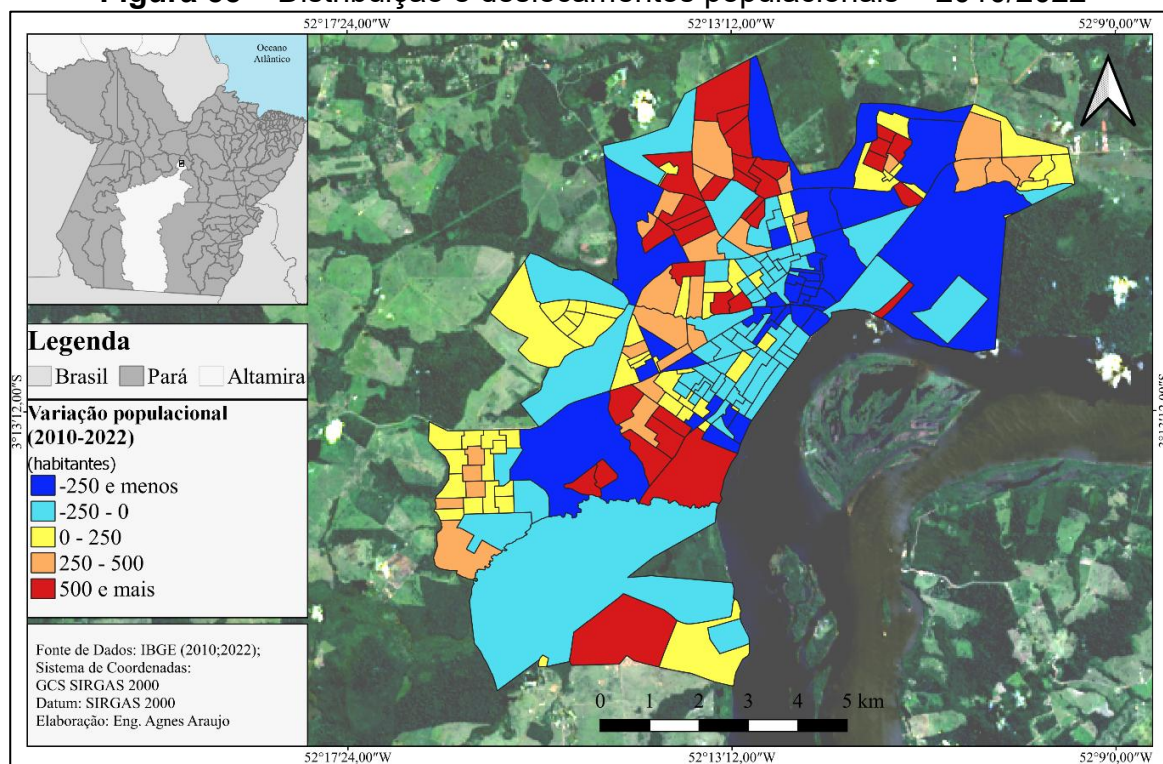
em toda a cidade, que também se reflete em uma segregação que não é duramente estabelecida, ou melhor, que ainda se encontra em curso já que se trata de um acontecimento relativamente recente.

Atualmente, as áreas urbanas que apresentam focos específicos de aglomeração mais proeminente são as que outrora já eram densificadas, como o centro urbano e seu entorno. Além delas, áreas novas como do programa federal Minha Casa, Minha Vida e os eixos de expansão habitacional mais popular, como o polo secundário da Brasília/Mutirão são regiões que se destacam pelo relativo nível de adensamento urbano e com expectativas de crescimento/densificação, já que também foram os bairros onde mais se instalaram reassentamentos urbanos.

Quanto as outras áreas ainda não citadas, como os loteamentos das grandes incorporadoras ou residenciais mais estratificados, de antes da construção da barragem, percebe-se que a densidade populacional permaneceu pouco expressiva, com média de 30 a 60 hab/ha, trazendo constatações sobre a oferta ainda grande nestes locais. Inferindo inclusive, que tal situação se dê pelo alto custo imobiliário que não condiz com a realidade econômica populacional e infraestrutura fornecida, sem mencionar seu quantitativo superior as demandas da cidade (figura 54).

A análise do mapa de deslocamentos populacionais, especialmente nos eixos em vermelho que representam alta populacional (figura 55), juntamente com o panorama socioeconômico (figura 48), trazem à tona outro ponto muito importante que é formação de nichos fragmentados e de constante expansão. Chácaras próximas de loteamentos clandestinos, como o Mexicano; e RUCs, no caso o do Laranjeiras, próximo de loteamentos elitizados - Ibiza, trazem um devir de possíveis contrastes socioespaciais presentes já em grandes centros urbanos que nada mais são que a delimitação e segregação social expressa apenas por barreiras físicas e não mais por distâncias espaciais, como ocorre atualmente na cidade.

**Figura 55 – Distribuição e deslocamentos populacionais – 2010/2022**



\*\*é importante destacar que os deslocamentos negativos dos maiores quadros censitários (em tons de azul escuro) se deram pela remoção dos habitantes que residiam próximo a corpos d'água de cota 100, medida promovida pela NESA para a instalação da barragem nas áreas do igarapé Pannels, Ambé e Altamira.

Fonte: IBGE (2010, 2022).

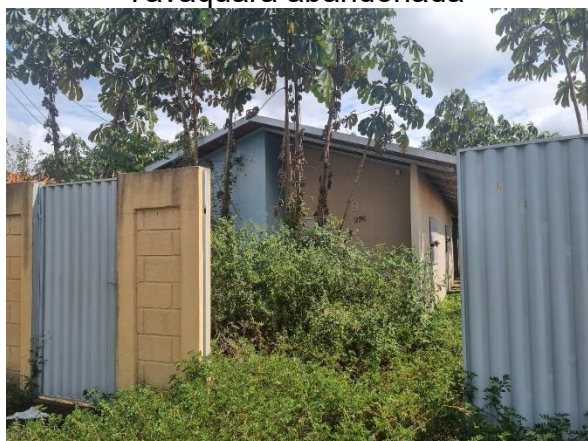
Outro ponto que à primeira vista parece ser um erro no processamento dos dados gráficos obtidos, com uma área ao sul com delimitação azul, sendo assim, uma variação populacional negativa em volta de uma área maior de expansão positiva, que sobremaneira representa os moradores de chacreamentos de alto padrão da cidade, evidencia uma outra problemática latente na cidade e que deveria ser enfrentada em um devir próximo pela gestão. Trata-se da falta de habitabilidade no último RUC que fora construído pela concessionária NESA, denominado de Tavaquara, tal empreendimento fora entregue no ano de 2019 e ainda hoje se encontra subutilizado, sendo ocupado por poucas famílias e em vias específicas. Apresentando indícios de abandono municipal, com a falta de limpeza de suas vias e acessos. O que indiretamente tem acarretado o êxodo de seus habitantes, fato inferido pelo resultado do censo utilizado na elaboração do mapa acima. Depreende-se que nos locais onde ainda há habitações ocupadas, estas se encontram majoritariamente fechadas, como se seus moradores não residissem somente ali, sendo uma espécie de casa de temporada, fato constatado através de visita *in loco* (figuras 56 e 57).

Segundo estas visitas, mais da metade das residências existentes neste assentamento se encontram sem dono, estando ainda sob a tutela da concessionária NESAs, sem qualquer vestígio de habitabilidade no decorrer destes anos. Além disso, das poucas habitações já entregues, muitas delas também se encontram esquecidas pela população, as causas são variadas, incluindo a realidade de muitos moradores que não possuem meios financeiros para residirem tão distantes da zona urbana, mesmo que obtendo produtos do rio como o pescado para sua sobrevivência.

A dificuldade de se manterem na cidade, dado os altos custos de vida têm levado muitos a “fugir” para o meio rural do município, principalmente por se tratarem de habitantes de origem indígena e/ou ribeirinha que mantêm forte relação com a natureza, logo, estando mais adaptados a uma vida rural.

As figuras (56 e 57) evidenciam esta baixa adesão dos moradores e trazem a indagação quanto ao erro na aplicabilidade de determinadas políticas públicas, justamente por isolar, via dispersão, determinada parcela da sociedade que neste caso foram os ribeirinhos e indígenas. Além disto, dão luz para a urgência de se pensar medidas que solucionem tal problemática, buscando trazer novos moradores e mitigando o déficit habitacional local que paulatinamente só se acentua, tendo destaque para o desenvolvimento de um plano de mobilidade urbana para a cidade que ainda é inexistente.

**Figura 56** - Residência no RUC Tavaquara abandonada



Fonte: autora, 2025.

**Figura 57** – Rua no RUC Tavaquara com vegetação invadindo via



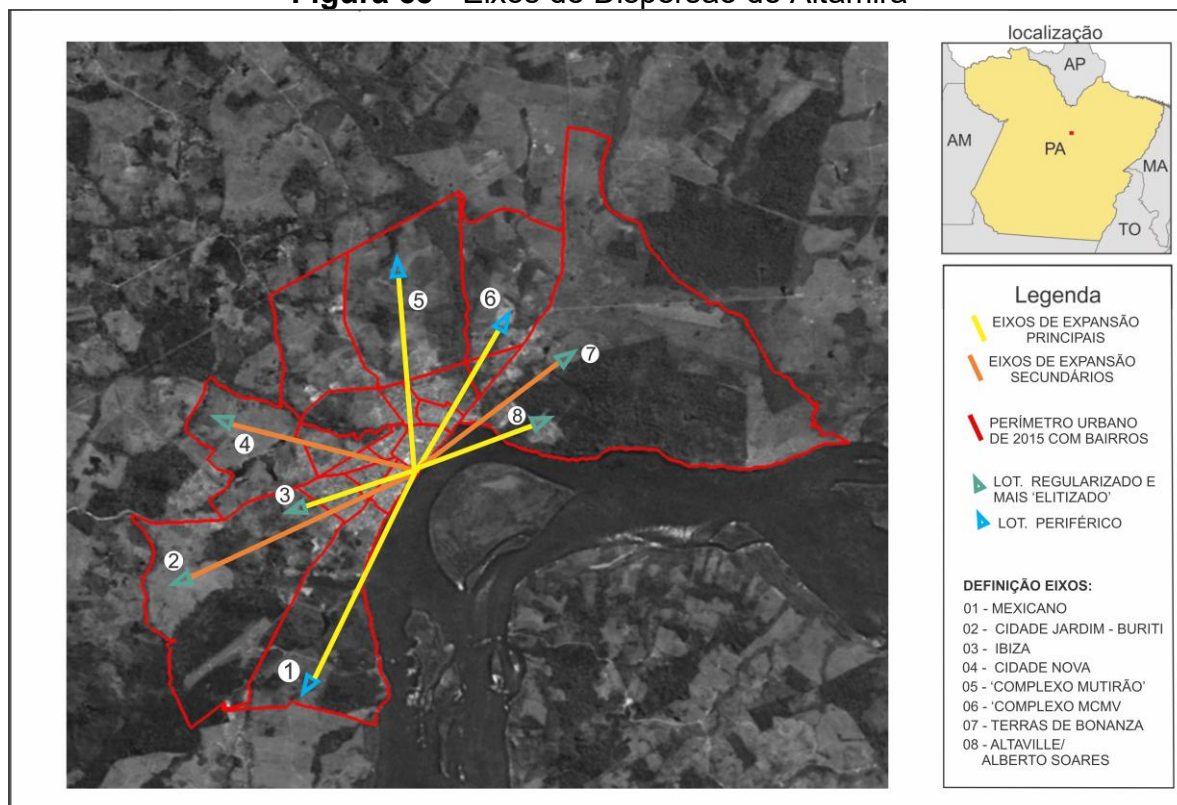
Fonte: autora, 2025.

Mais que entraves populacionais e problemas de gestão pública a análise dos deslocamentos urbanos de Altamira mostra que as áreas com maiores deslocamentos

populacionais se dividiram, sobremaneira, em pelo menos 5 eixos principais elencados conforme exposição descritiva, explanados nos itens de a até e, além da abordagem figurativa apresentada na figura 58, com flechas em tom amarelo. Logo:

- a) O primeiro eixo de crescimento se estabeleceu onde já havia a formação de um polo secundário consolidado ainda anteriormente à construção da barragem, na bifurcação dos igarapés Ambé e Altamira, havendo ali bairros como o Mutirão, Brasília, Jardim Altamira e Liberdade, sendo fortalecido com a inserção dos RUCs e o novo MCMV logo (ainda em construção), havendo predominantemente pessoas de classe social baixa ou média baixa, tal eixo foi denominado como Eixo Complexo Mutirão (item 5 da fig. 58);
- b) O segundo eixo se estabeleceu onde já havia se iniciado uma elitização social, nos prelúdios da instalação da hidrelétrica, advinda dos lotes próximos ao rio ou com um visual de interesse para este, havendo bairros como Ibiza e Dona Elvira, tal eixo foi denominado como Eixo Ibiza (item 3 da fig. 58);
- c) O terceiro eixo foi formado através da barragem com a consolidação do loteamento clandestino Mexicano, sendo assim, também destinado para populações mais vulneráveis, tal eixo foi denominado como Eixo Mexicano (item 1 da fig. 58);
- d) O quarto eixo foi oriundo do adensamento do loteamento Alberto Soares, não existente nos prelúdios da instalação da hidrelétrica, mas próximo de outros já construídos, Altaville, ambos fornecendo vistas para o rio. Cabendo aqui observações pelo pontual crescimento que pode representar ou uma migração desta camada social ou a sua consolidação nesta área, sendo definido no mapa de eixos altamirenses, fig. 58, como item 8;
- e) E o quinto e último eixo principal ocorreu decorrente da inserção do MCMV Santa Benedita, assim como pela formação de habitações periféricas de baixa renda, a exemplo do aglomerado Lama Negra e invasão dos Carroceiros que circundam tal empreendimento, representando o item 6 da fig. 58.

**Figura 58 - Eixos de Dispersão de Altamira**



\*\*é importante destacar que o eixo denominado Complexo Mutirão engloba os bairros Mutirão, Brasília, Jardim Altamira e Liberdade.

\*\*\*Os aglomerados subnormais que compõem o Complexo MCMV incluem a Invasão dos Carroceiros e Lama Negra

Fonte: IBGE (2010, 2022).

É necessário frisar que seja pelas vastas áreas ou pelo número significativo de compradores que ainda não construíram suas habitações, o perfil de adensamento das incorporadoras ainda é baixo e atualmente não se colocam como novos eixos de expansão. Acredita-se que embora com maciço investimento destas empresas, mesmo que apenas no período de construção, para criar novas zonas urbanas, estas não conquistaram o real “apego popular”, fazendo com que a população ainda procure os eixos populacionais citados anteriormente como locais para se estabelecerem.

A dinâmica enfrentada pela cidade mostra que além de disperso o espaço urbano altamirense é majoritariamente fragmentado, com traçados urbanos dos loteamentos que não se conectam, o que dado seu baixo nível de infraestrutura nas zonas periféricas demandam grandemente o centro urbano, acentuando inclusive suas mazelas. Entretanto, a partir dos recentes investimentos da gestão pública e dos empresários, percebe-se um novo panorama de tendências a se formar, representando em um futuro distante, a formação de novos núcleos urbanos na

cidade, fazendo dela, mais facilitadora das dinâmicas capitalistas, transformando-se assim em uma sede polinucleada.

Exemplos disso são os bairros Mutirão e Cidade Nova. A contínua expansão do eixo secundário ao norte da cidade, após os igarapés Altamira e Ambé, no atual bairro Mutirão, que sempre foi um reduto de migrantes carentes, mas que agora conta com mais mecanismos de infraestrutura como a construção da Usina da Paz e ampliação da oferta habitacional, com instalação de mais um programa do Minha Casa, Minha Vida, demonstram que tal eixo de crescimento se manterá ativo, sendo um potencial novo centro urbano na cidade. Inclusive contribuindo para o sistema capitalista de segregação socioeconômica existente, perpetuando a desigualdade social mediante a baixa capilaridade e mobilidade urbana local.

Em paralelo, o esforço da incorporadora Nova Bairros Planejados de criar uma centralidade dentro do seu empreendimento, através da instalação da educação superior particular, ofertando cursos como o de Medicina; comércio atacadista, com a instalação do hipermercado Matheus, e fomento do lazer, com o Shopping Serra Dourada e sistema de Lazer do SESC - Serviço Social do Comércio, mesmo que em uma tentativa de lucro próprio, demonstram que também haverá futuramente uma nova centralidade mais “globalizante” e seletiva para a cidade. Fomentando inclusive o contínuo sistema de dispersão segregadora já vigente na região.

Como justificativa desta afirmação está a constatação que a partir de novas centralidades, o centro urbano se tornará mais “frágil e fraco”, com seus habitantes tendendo a fazer menos uso de equipamentos urbanos fornecidos na área central justamente por não mais haver a necessidade de cruzar grandes distâncias. Logo, com a dispersão instigada pela gestão e pelo incorporador, haverá a segregação e negação das características intrínsecas da cidade, como coletividade e pluralidade.

A cidade dispersa é o ambiente de novas práticas socioespaciais, marcadas pela fragmentação, pela seletividade socioespacial e justificadas pelo espectro da (in)segurança urbana, a urbanização difusa é, ela mesma, um atalho para a negação da própria cidade, compreendida nos termos em que, na longa duração, podemos percebê-la como espaço das diferenças (Sposito, 2010, p. 127).

A fragmentação vinculada ao alto valor do imóvel urbano em solo altamirense traz o temor de um processo de expansão urbana que tenda a se propagar e não a desacelerar. Somado a isto, o prelúdio de um novo processo de *boom econômico*, agora através da mineradora Belo Sun, traz o questionamento de que se a cidade

novamente será “chacoalhada”, ocasionando novas reestruturações urbanas, tornando-se ainda mais dispersa e fragmentada, e como os seus principais agentes produtores do espaço irão agir, acreditando ou não, no progresso conquistado através desses grandes empreendimentos. É o que se buscou descobrir através da escuta, obtida através de questionários semiestruturados, aplicados em lideranças de RUCs, loteamentos distantes expostos a seguir.

### 3.3.3 Desenvolvimento para quem? As testemunhas da cidade invisível

Os grandes empreendimentos de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, frequentemente impactam de forma mais intensa as populações em situação de maior vulnerabilidade social. Essa constatação pôde ser verificada por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com três lideranças comunitárias de Altamira (PA), representantes de áreas diretamente e indiretamente afetadas pelo projeto, a saber: os reassentamentos urbanos conduzido pela Norte Energia e os grandes loteamentos periféricos. A escolha dos entrevistados buscou contemplar as vozes que comumente são caladas na cidade, daqueles que não são vistos e que suas dores são menosprezadas em nome de um ideal de desenvolvimento desigual.

Foram ouvidos: (i) a vice-presidente do RUC Laranjeiras, dona Francinete Pinto Novaes, também conhecida como Negona, representante de um dos reassentamentos mais afastados da área central de Altamira;

(ii) o presidente do RUC São Joaquim, Berg Silva, representante do reassentamento mais bem localizado da cidade e atualmente sujeito a um processo acelerado de valorização imobiliária e consequente gentrificação;

(iii) o líder da associação de moradores do Loteamento Viena, Arivalto Santos Teles, situado em uma área periférica, superior em distância dos demais RUCs analisados, com predominância atual de população em condição de pobreza e que fora construído no contexto da *janela imobiliária* da construção da barragem.

De forma unânime, os entrevistados relataram sentimento de perda em relação às áreas em que viviam antes da barragem, destacando a ruptura de laços comunitários, o aumento das distâncias em relação ao centro da cidade e o encarecimento do custo de vida para arcar os custos com mobilidade como principais consequências de suas relocações.

Dentre as falas, uma de grande destaque é a proferida pelo presidente do RUC São Joaquim que reforça sua saudade e vontade, mesmo que contida, de permanecer/voltar para o lugar onde morava outrora.

Eu mesmo não queria sair do meu baixão. Eu preferia mil vezes tá carregando as coisas da enchente do que tá aqui. Pra mim, a minha pessoa, algumas pessoas concordam comigo e outras não porque hoje elas estão no conforto, não tem mais aquela coisa, mas o que nos proporcionava lá: era perto do hospital, era perto do centro, era perto do cais, as pessoas eram mais amigável. Entendeu? Quando você sai, até você agrupar de novo. Até hoje Altamira ainda não se entrosou novamente, não teve aquele vínculo de comunidade. Até porque quem faz isso é a prefeitura e não fez (Silva, 2025).

A dona Negona, líder do Laranjeiras, reforça o mesmo sentimento saudosista comentando do alto número de novos moradores que tem comportamento diferente dos seus antigos vizinhos.

Muita gente foi embora. Muita mesmo. É muito ruim, porque a gente perdeu mais aqueles contatos. É poucas pessoas nossas que tem aqui. Tem muita gente nova, que a gente às vezes nem conhece (Novaes, 2025).

Quanto à mobilidade, a presidente do RUC Laranjeiras conta que “até para ir trabalhar na rua é uma dificuldade. Se você não estiver no transporte, você fica parado”; enfatizando que em muitos casos os reassentados acabam inclusive indo para a zona rural, onde conseguem trabalhar no campo e produzir o sustento para sua família, através da força de trabalho.

Teve gente que vendeu suas casas, que comprou mais roças. Comprou roça para eles. Porque, às vezes, é muito melhor. Porque vai garantir seus pão de cada dia. Ir cultivar, né. As duas meninas que foram embora daí (*casa próxima da entrevistada*), estão com a roça de cacau delas montada. Elas pegaram o dinheiro de 19 mil, 20 mil que elas fizeram aqui, e estão lá na roça delas com cacau, mei mundo de cacau (Novaes, 2025, *grifo nosso*).

Ressaltou-se também que, antes do empreendimento, os custos com transporte, alimentação e moradia eram mais baixos, havendo maior facilidade de acesso aos serviços públicos e redes de apoio. Neste sentido, as falas do Senhor Berg foram bem assertivas, pois ele mesmo recordou com exatidão os valores das baixas taxas que pagava anteriormente.

Lá (no baixão) a gente pagava 15 reais de água, lá a gente pagava no máximo 30 reais de energia. Aqui no RUC tu pode olhar que uma casa com 2 ventiladores aqui, às vezes não tem mal uma geladeira direito é 300 ou 400 reais. É muito caro (Silva, 2025).

Ele complementou sua fala enfatizando quanto à falta da gestão pública em amparar os atingidos. Deixando-os a margem da dinâmica capitalista.

A energia era mais barata, os alugueis eram mais baratos, as casas eram mais baratas comprar, a mercadoria era mais barata, mas eu não julgo muito a barragem eu culpo o governo por que quem diminui e aumenta imposto são os órgãos competentes como o governo federal, estadual e municipal. A barragem em si como ti falei devia cumprir algumas coisas que tá faltando pra cidade que é mais creches e mais projetos sociais pra comunidade, projetos de educação ambiental, projetos de educação infantil que a barragem tinha que trazer. Estrutural a barragem deu o que tinha que dar e a prefeitura não fez (Silva, 2025).

No caso específico do RUC São Joaquim, embora a localização centralizada tenha favorecido os assentados, facilitando o acesso a bens e serviços urbanos, com o passar dos anos, passou também a representar uma forte especulação imobiliária, que levou a uma significativa pressão sobre as famílias reassentadas para deixarem o local. Muitos foram aqueles que venderam suas casas para morar em lotes mais distantes, almejando retorno financeiro, o que infere que tal dinâmica de especulação se instalou no bairro, incluindo naqueles mais vulneráveis, que viram na venda dos seus imóveis uma forma de sobreviver, conquistando algum lucro. Fato comprovado por outro relato do presidente do bairro.

Minhas primas mesmo tinham uma casa na rua 05 e elas venderam na época, na época, a 5 ou 6 anos atras, na época valia, venderam por 50 mil e compraram no São Domingos (*bairro próximo do conjunto do MCMV Santa Benedita*) por 16 mil. Hoje você consegue comprar uma casa no Minha Casa Minha "dívida" lá no Santa Benedita por 16 ou 20 mil (Silva, 2025, grifo nosso).

O relato do Senhor Berg retrata bem a dinâmica feroz enfrentada no bairro, que é a valorização galopante que já pode ser sentida empiricamente na mudança do cotidiano naquele local onde prevalece o uso de veículo automotor, contrastando com o fato de ser o mais bem localizado da cidade, podendo inclusive fazer uso do transporte coletivo. Ele relata que "quase todo mundo tem transporte, é muito raro, de 10 famílias uma que não tem" (Silva, 2025).

Longe de ser um caso isolado do RUC São Joaquim todos os RUCs, sem exceção, e cada qual à sua maneira, tem perdido seus moradores em função da especulação imobiliária exercida e custo de vida na cidade.

Em paralelo às mazelas sofridas pelos reassentados, há os moradores que compraram a ideia progressista dos loteamentos, tendo destaque neste sentido os moradores do Loteamento Viena. Eles foram em um contexto geral um dos mais

injustiçados pela barragem, pois pagaram caro por lotes que não foram bem executados e hoje se encontram sem amparo algum, seja da prefeitura, seja do construtor, para exercer seu direito à cidade.

De acordo com o presidente dos moradores deste loteamento, a própria associação foi criada poucos anos após a construção do empreendimento, em 2017, na tentativa de conseguir os benefícios que haviam sido prometidos.

A empresa que se propôs a fazer, ela divulgou um tipo de propaganda, assim, entende. E aí começou a lotear e não foi terminando aquilo que estava proposto a princípio dos planos deles de elaborar. Aí inclusive as últimas coisas foram já através de união dos moradores. Antes mesmo de ter associação, os moradores começaram a se unir, fazer abaixo assinado. A questão da água, captação da água. Isso que era uma só bomba. Aí não estava dando conta. Aí o morador deu abaixo assinado pra cavar mais um poço. O asfalto, na época, do mesmo jeito, só saiu através de abaixo assinado. E nisso eles foram vendendo, vendendo, vendendo e deixando aquilo que estava proposto nos planos sem executar. Uma dessas questões foi a água, foi o asfalto, foi a água encanada. Então, todas essas questões, tem outras que nunca foram feitas. Por exemplo, a escola. Eles prometiam que fariam a escola e tal. A escola nunca foi feita. E eles prometiam em propaganda esse tipo de coisa (Teles, 2025).

É importante frisar que parte significativa de tais compradores eram antigos moradores de áreas impactadas pela barragem e que escolheram morar no loteamento Viena. Eles foram retirados de suas casas e “comprados” com a ideia de um loteamento promissor e “desenvolvido”. A mesma lógica foi aplicada em habitantes que vieram pra trabalhar na barragem e resolveram permanecer no local.

Cara, tem muita gente que morava no baixão. Foi gente que não quis casa no RUC e pegou, sei lá, sua indenização em dinheiro. Entende? E aí foi lá e comprou o lote. E outra parte, outra significativa parte não era daqui. São pessoas que vieram trabalhar na barragem, acabaram gostando da cidade. Ficando e compraram o terreno por ser uma das formas mais acessíveis na época porque o aluguel na época estava muito caro. A empresa abandonou o empreendimento e a prefeitura também. E hoje nós estamos nessa briga no Ministério Público e na Justiça. Quem é a responsabilidade do loteamento? Se é da empresa, se é da prefeitura. E no meio dessa briga, de cachorro grande, ficam os moradores sofrendo. Teve muita gente que desistiu do loteamento por causa disso (Teles, 2025).

Os entrevistados expressam revolta ao relatarem quão negligenciados foram pela gestão pública e também pelos empreendedores, sejam eles da hidrelétrica, sejam eles dos grandes complexos imobiliários durante e após a instalação da barragem. Tal insatisfação é observada também nas falas da dona Negona.

A Belo Monte trouxe muito sofrimento pra gente. A gente tem muita luta aí com Belo Monte. Até hoje a gente tá penando aí na mão deles. [...] Principalmente essa questão da água aí. Aí nós só pagamos o pato. Aí nós

ficamos pagando o pato. Quando era na mão deles não era essa maravilha, mas pelo menos não faltava, né? E aí depois que o prefeito Claudomiro entrou nós penemos, minha amiga. Nós passamos de dias, de meses aqui sem água (Novaes, 2025).

Quanto às faltas da gestão pública durante estes 10 anos, desde o final das construções da barragem, os ouvidos relataram que na atual gestão tem havido um maior interesse governamental na busca por sanar os passivos das outras gestões, principalmente, quanto à infraestrutura, com fornecimento de água e asfalto, contudo, muitas são as deficiências ainda sem solução para a população.

Todos os líderes comunitários expressaram ceticismo em relação aos potenciais benefícios de novos empreendimentos de grande porte para a população de baixa renda, incluindo aqui os moradores dos seus bairros. Quando questionados sobre a instalação da mineradora Belo Sun, outro projeto de grande impacto proposto para a região, os entrevistados demonstraram preocupação com o agravamento dos problemas urbanos e ambientais já vivenciados em Altamira, e acreditam que este novo empreendimento não irá ter reflexo direto no bairro, gerando lucro apenas para poucos funcionários, muitas vezes de outros estados, dado o tipo deste novo empreendimento. Ou quando investidos na cidade, acreditam que tal recurso não irá ser destinado para seus bairros e sim para a área visada da cidade, no Centro, como ocorrera na época da UHE Belo Monte.

Esses caras quando vem é com alojamento. Os profissionais vão ser poucos daqui. O cara tem uma equipe profissional na fora vai querer pegar um amador aqui? A Belo Sun vai sim trazer benefícios para a cidade, mas no termo de alguns empregos, vai vir aquela demanda que vai vindo muito peão, aí vai ter aquela demanda de novo, mas não como era da barragem. Como a cidade tá mais estruturada para receber o pessoal não vai ter tanto furdunço. Vai ter benefício para algumas pessoas que tem lote que vão tirar um bom dinheiro, pra quem tem lote vai ser uma maravilha (Silva, 2025).

A liderança do RUC Laranjeiras que também faz parte do Movimento Atingidos por Barragens – MAB, reforça também que não vê com bons olhos e que atualmente já luta para não ser instalado o novo empreendimento.

Eu não acho, não vou mentir, sou sincera. A gente já está lutando até pra não vir, né? De fato, porque isso é que vai sofrer é nós. Quem vai se dar bem é os ricos de lá de fora (Novaes, 2025).

Na mesma linha de pensamento, o líder do loteamento Viena expõe sua visão de que tal empreendimento não irá favorecer as pessoas da periferia, mas sim, as pessoas privilegiadas e que moram na zona central.

O bairro, não. Acho que não, porque nós somos periferia, cara. Geralmente, os que são beneficiados é o centro. O centro é onde os visitantes vêm. É a imagem da cidade. E então tem que fazer a imagem da cidade bonita, limpa, organizada. Periferia, tu que se lasque (Teles, 2025).

O mesmo entrevistado relatou, entretanto, que já vê pessoas almejando o novo empreendimento na esperança de conseguir de novo um bom emprego que lhe dê estabilidade e prosperidade, mesmo que a curto prazo. Ele argumenta que:

Assim, as pessoas começaram a trabalhar na barragem e aí, queira ou não, o ser humano é assim, tu começa a trabalhar, tu começa a ganhar mais, tu começa a gastar mais, tu quer se vestir melhor, tu quer comer uma coisa diferente [...] Eu vejo assim, a história é muito parecida em alguns pontos, no sentido de grandes empreendimentos trazidos para a Volta Grande do Xingu. A gente teve a questão do Belo Monte, eu acompanhei de perto desde criança que eu fui de Altamira, e agora eu percebo esse mesmo anseio da população pela Belo Sun. Ah, meu Deus, tomara que venha logo que eu quero trabalhar e tal, estou desempregado, quero melhorar de vida. As pessoas já estão naquela mesma vibe que teve... Cara, eu me lembro que a Belo Monte ia sair quando eu era menino aqui, se você fizesse uma pesquisa, a maioria da população era contra, porque vai acabar com o Rio e tal, e isso tudo mudou depois (Teles, 2025).

Ele frisa que ao menos em sua percepção, dado os efeitos urbanos e ambientais para Altamira, que não houve um progresso real para a cidade com a barragem, principalmente, porque o rio foi afetado e muitas pessoas não foram amparadas.

Na minha opinião aquela dose de bom não se pagou pelo que a dose de mal fez. Acho que as questões negativas foram muito maiores do que as positivas, principalmente a longo prazo (Teles, 2025).

Embora a gestão pública municipal não tenha sido ouvida. Percebe-se que a opinião da gestão pública diverge do senso popular quanto a instalação da mineradora Belo Sun. A presença da citada empresa nos últimos eventos culturais e turísticos da cidade, a saber: Festival do Chocolate e Jogos Indígenas como patrocinadora e membro atuante em tais eventos anunciam o prelúdio da sua instalação, assim como o pacto com a gestão pública em que ambos parecem somente aguardar o aval legal do órgão ambiental competente para sua atuação na região.

Esta postura reafirma moldes antigos de desenvolvimento que no decorrer desta pesquisa demonstraram ser alheios à realidade local e impulsionadores da desigualdade social. O efeito para forma urbana de Altamira, caso não seja priorizado seu povo, é uma cidade cada vez mais dispersa e segregadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de crescimento urbano de Altamira ocorreu em um contexto de desenvolvimento pautado em *booms* econômicos. A criação da cidade ocorrera pela produção do ciclo da borracha, o fortalecimento urbano fora gerado pela construção da Transamazônica e o estabelecimento do município como polo regional ainda que originado na década de 1970, com os grandes projetos estatais, só fora consolidado administrativamente e de maneira relevante a partir da instalação da UHE Belo Monte, onde grande número de órgãos e serviços se instalaram no local.

Este marco de desenvolvimento energético transformou não só a dinâmica interurbana, com a intensificação de uma urbanização difusa, mas principalmente, originalizou um novo sistema intraurbano na cidade, sendo por este motivo o evento principal desta pesquisa, já que fora através deste objeto que se pôde e/ou se gerou a catalisação do movimento de dispersão urbana em solo altamirense.

Em sua história a configuração do tecido urbano foi marcada pela atuação expressiva de agentes governamentais e imobiliários que moldaram a cidade como uma mercadoria a ser vendida, sobretudo para grupos restritos, dentro dos moldes da cidade formal dos loteamentos, assim como para sujeitos alheios à realidade local, tendo destaque as grandes incorporadoras e construtoras de habitações de interesse social.

Com base nas informações obtidas ao longo da pesquisa, foi possível constatar que antes da construção da barragem de Belo Monte, já havia uma lógica capitalista que restringia o acesso das pessoas ao imóvel urbano. Durante o primeiro *boom* econômico da cidade, já havia uma segregação orientada a partir da proximidade em relação à orla e principais marcos (como praça e equipamentos), em uma dinâmica de cidade compacta, setorizada, mas desigual.

No segundo grande *boom* econômico da cidade, com a instalação da BR-230 – Transamazônica, foi o Estado o principal ator que fomentou ações para privilegiar os agentes urbanos capitalizados, usando-se para isto principalmente seus programas governamentais, sem se ater aos problemas urbanos locais experienciados. A forte onda de migração da década de 1970 e 1980 não fora acompanhada de políticas públicas de habitação. Na verdade, foram os agentes imobiliários, os principais agentes do espaço formal, aquele legitimado pelo uso de leis urbanísticas no ordenamento do solo para os mais abastados, o que dialeticamente fez surgir grande

número de ocupações do tipo palafitas, sendo estas identificadas como as dos vulneráveis economicamente, compondo a chamada cidade ilegal, aquela originada da autoconstrução e sem “planejamento”. Logo, a gestão pública foi omissa e perpetuou uma lógica excludente e desigual de desenvolvimento urbano na cidade.

Como os agentes imobiliários eram em geral, proprietários fundiários locais, a dinâmica habitacional estava atrelada à demanda do município, trazendo como resultado um tecido urbano mais sucinto em si. Tanto loteamentos, quanto habitações populares estavam conectadas ao centro urbano de maneira densificada, havendo apenas distinção através das áreas de “terra firme” e áreas alagadiças, fato que também retratou uma realidade típica da Região Amazônica.

Essa constatação deu resposta a alguns dos objetivos específicos almejados pela pesquisa, que foi o de se debruçar sobre o histórico da cidade, inclusive inferindo se já havia um processo de dispersão em curso antes da barragem, o que se observou que não ocorria. Assim como, através da identificação dos papéis dos principais agentes na produção do espaço urbano, foi possível constatar que os agentes fomentadores da desigualdade social na cidade foram, de forma geral, os agentes imobiliários, tendo eles, o aval e amparo do Estado, fazendo com que dialeticamente pessoas paupérrimas fossem negligenciadas para áreas impróprias, em cotas de alagamento centralizadas.

Contudo, com a instalação do grande objeto técnico, a hidrelétrica de Belo Monte, houve uma nova lógica de produção do espaço urbano na cidade vinculada não à necessidade local, mas sim, a especulação imobiliária como forma de obtenção de renda, principalmente a virtual. Novos agentes se fixaram no local como incorporadoras nacionais, grandes construtoras de habitação social, além da intensificação de agentes imobiliários locais com novas tipologias habitacionais – de verticalização, todos eles se aproveitando da “janela imobiliária” aberta durante a construção da barragem, que trouxe número significativo de pessoas e recursos. O resultado foi uma produção imobiliária em números bem superior à sua realidade, gerando uma malha urbana dispersa e fragmentada. Priorizou-se assim, uma lógica capitalista de produção do espaço, onde foi se negando a função social em nome do lucro, o que dado o curto período de construção da barragem, em aproximadamente 5 anos, também gerou uma vertiginosa expansão urbana.

Nessa perspectiva, como parte do objetivo principal da pesquisa, analisou-se as transformações dos padrões de ocupação e a dinâmica socioespacial da cidade,

onde identificou-se que as grandes incorporadoras foram uma das principais atrizes para tal mudança na dinâmica urbana da cidade. Elas trouxeram consigo uma falsa promessa de desenvolvimento, para assim, venderem seus produtos, sem se importar com a qualidade e real necessidade desses produtos. Atualmente, comportando-se como locais com densidade baixa, isolados da malha urbana consolidada e sendo carentes de infraestrutura básica, gerando inclusive o abandono por parte dos seus moradores para outras zonas da cidade.

Somada a elas, as habitações construídas por agentes para promoção social, como os RUCs e MCMV, também funcionaram como polos segregadores das populações mais vulneráveis da cidade. As pessoas que outrora moravam no Centro, em palafitas, foram obrigadas a se retirarem para assim, tornar possível a instalação da barragem. Foram-lhes negados seus direitos à cidade em uma medida pública com claras nuances de higienização social da área privilegiada da sede urbana.

Dada a dinâmica capitalista estabelecida, com alta especulação imobiliária e aumento do custo de vida, os moradores dos mesmos reassentamentos urbanos passaram a sofrer com um novo processo de expulsão velada. Muitos são os moradores que estão vendendo suas casas e se instalando em zonas ainda mais periféricas, mantendo ativo o processo de dispersão urbana na cidade, em uma espécie de “enxurrada” migratória na busca por sobrevivência no ambiente urbano.

A realidade encontrada em Altamira se alinha assim com a problemática e hipótese levantada nesta dissertação que é o do aumento das mazelas sociais proporcionalmente vinculados ao esgarçamento da malha urbana, sendo causa e condição da produção do espaço capitalista. Estando relacionados inclusive a processos urbanos como a segregação e o autoisolamento, em que se usa do valor da terra como eficiente mecanismo excludente. Logo, o espaço urbano passa a se portar como um produto, uma mercadoria para poucos.

Destaca-se nesta realidade o papel exercido pela gestão pública que tornou possível tanto o posicionamento dos RUCs em locais mais periféricos, sem qualquer medida pública eficiente para amparar tal população, quanto à instalação de grandes loteamentos na cidade, sem qualquer estudo quanto aos impactos urbanos gerados através de colossais empreendimentos. A esfera pública comportou-se de maneira omissa e parcial, valendo-se da “flexibilidade” de seus dispositivos legais para dar a cidade formal respaldo mesmo quando ela cometia atos ilegais.

O papel omissivo do Estado não é um posicionamento isolado da realidade altamirense, sendo observado também em todo solo brasileiro, sendo prova de um sistema pautado na exploração de produtos e mão de obra.

Contudo, com os resultados levantados e o comparativo de realidades de regiões diferentes, de dentro e fora da Região Amazônica, percebeu-se que os processos de expansão urbana nesta região — e, de modo particular, em Altamira — não se deram ao acaso nem foram meros resultados de planejamentos inexistentes, ineficientes ou “flexíveis”, como já ocorrera em outros locais. Ao contrário, a chamada ineficiência do planejamento ou de sua execução foi, ela própria, parte constitutiva do projeto de desenvolvimento amazônico, pois garantiu no decorrer dos anos, conforme apresentado nesta dissertação, a partir da dinâmica histórica altamirense e de demais cidades médias paraenses, que a (re)produção da cidade permanecesse entregue aos agentes capitalizados, conforme seus próprios vetores de expansão.

Esses agentes foram e são, portanto, amparados por uma omissão deliberada e articulada do ente estatal, em uma trama e lógica própria que legitima e até induz práticas excludentes. Essa convergência estrutural entre lógica de mercado e ação pública seletiva moldou e vem se perpetuando na cidade que permanece se reproduzindo como mercadoria, aprofundando desigualdades e reiterando a lógica de exploração que historicamente orienta a urbanização na Amazônia. Logo, tal constatação constituiu o núcleo analítico mais relevante do trabalho e, à luz dos dados amplamente apresentados — dos marcos históricos às evidências espaciais contemporâneas —, evidenciou que Altamira não representa um desvio, mas sim uma forma exemplar da racionalidade que rege a produção do espaço urbano capitalista na região.

O levantamento teórico e bibliográfico quanto ao conceito e ao histórico da dispersão urbana, no Brasil e na Amazônia, deram subsídio para afirmar que na cidade há sim um processo de dispersão latente. Estando este alinhado principalmente com o pensamento de Sposito (2011) em que na cidade dispersa há áreas com continuidades e descontinuidades, formadas através de nichos populacionais de densidades diversas e que de maneira conjunta formam um traçado urbano rarefeito.

Não obstante, os dados de Trindade (2000), Becker (2013) e Browder e Godfrey (2006) trazem o que há de peculiar no processo de expansão urbana em solo nortista que são seus *booms* econômicos e de urbanização, em ritmos superiores ao

restante do país, que geram cidades mais dispersas e fragmentadas. Fato comprovado pelos altos índices de favelização e falta de infraestrutura onde a Amazônia lidera com seu percentual de crescimento informal. Assim como, no papel da Região Norte no ranking brasileiro, tendo 13 das 20 cidades com maior proporção de favelização do país, estando Belém entre as cinco primeiras desta lista (Mapbiomas, 2022).

A partir das informações coletadas, das observações realizadas, do suporte das imagens de satélite em recortes de tempo diferentes e da produção de gráficos dos últimos censos do IBGE, constatou-se que a cidade cresceu de forma multidirecional e com zonas pré-estabelecidas de acordo com a classe social.

Observa-se que na região mais a nordeste, no entorno do MCMV Santa Benedita, há uma evidente segregação e consolidação do local como sendo de baixa renda. Já na região norte, onde existem maiores concentrações de RUCs e bairros periféricos consolidados como Brasília e Mutirão, há uma transformação ainda em curso de uma zona que já fora mais estigmatizada e que hoje, dada a expansão urbana e maiores investimentos em infraestrutura com equipamentos públicos relevantes, vem se comportando com relativo aumento de preços nos imóveis e estratificação de uma classe social um pouco superior.

Quanto as zonas centrais, a leste e a sudoeste (locais com visadas para o rio) há uma continua segregação motivada por autoisolamento. Por serem locais estratégicos e com aporte documental formal, com registros em cartório e facilidades em linhas de crédito, tem valor de imóvel alto e perfil social mais elitizado.

No decorrer da pesquisa, ficaram evidenciados que há diversos problemas nos loteamentos existentes em Altamira, principalmente, naqueles que foram implantados durante a construção da barragem ou no seu prelúdio, sendo considerados atualmente como irregulares, tais como: Conjunto Cidade Jardim (Buriti), Terras de Bonanza, Altaville, Ibiza, São Francisco, Viena, Vila Rica, Dona Elvira e Panorama. Além de outros tantos que existem e são considerados clandestinos.

Dentre os problemas existentes nestes empreendimentos destacam-se a falta de infraestrutura básica e a pouca articulação entre os loteamentos e malha urbana consolidada, sejam eles particulares ou públicos, como o MCMV e os RUCs, que incorrem na desarticulação das ligações entre as vias públicas abertas. Os problemas de infraestrutura desses empreendimentos e as deficiências nos serviços e equipamentos públicos como pavimentação, rede de energia domiciliar, iluminação

pública, rede de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e drenagem de águas pluviais são recorrentes.

A consequência para a formação urbana da cidade é a fragilidade do poder público em gerir tamanho tecido urbano, principalmente pela expressiva quantidade de vazios urbanos e baixa densidade periférica nestes loteamentos que encarecem os investimentos municipais. Dada a falta de fiscalização e a permissibilidade no momento de aprovação de tais empreendimentos, a manutenção e garantia de direito a cidade para todos da sede urbana se torna algo frágil e praticamente impossível. Logo, a venda da cidade como mercadoria se torna uma causa e condição para o colapso urbano, já que o movimento de periferização não tende a diminuir, sendo diretamente proporcional à especulação imobiliária evidente no local.

Não obstante, mesmo com um quadro crítico oriundo da dispersão urbana gerada pela UHE Belo Monte, a possibilidade de mais um processo de *boom* econômico, agora vinculado a um empreendimento de mineração da Mineradora Belo Sun reacende o alerta quanto às mazelas que podem ser intensificadas em nome de um desenvolvimento que se percebe não ser para a população altamirense. Destacando aqui, através das entrevistas semiestruturadas, o temor e ceticismo da população mais humilde percebendo que pode novamente ser atingida e repelida da cidade em nome do progresso econômico do país e/ou região. O que dado o histórico da cidade, sabe-se ser um fato caso não haja uma mudança radical na maneira de se obter crescimento econômico na região.

É necessário registrar que a dinamicidade dos eventos que ocorreram expressivamente nos últimos 15 anos, desde a instalação da barragem, e os dados fornecidos pelos censos censitários do IBGE, a cada 10 anos, tornam o retrato da dinâmica socioespacial altamirense algo limitado, que não abarca totalmente um processo que ainda está em curso, principalmente quanto seus principais afetados, a população humilde, que ainda tem se mantido em movimentos de êxodo/dispersão intensivos.

O uso dos questionários semiestruturados foram estabelecidos justamente na tentativa de suprir determinada lacuna informacional existente na pesquisa. Portanto, o êxito para atender ao objetivo específico de analisar a conjuntura atual da dispersão urbana e os entraves encontrados dentro do prisma socioespacial e de qualidade de vida, além do seu devir na comunidade altamirense se tornou algo complexo e que dado o tempo e materiais disponíveis não foi totalmente atendido. Cabendo assim, a

necessidade de estudos futuros e complementares. Tal necessidade se reforça principalmente no contexto e lógica atual de (re)produção da cidade em que novos empreendimentos, como espera-se ocorrer em relação à Mineradora Belo Sun, alteram drasticamente a dinâmica inter e intraurbana de Altamira.

Logo, a realização deste trabalho não esgota as possibilidades de análises e a reflexão de novas perspectivas sobre a dispersão urbana, uma vez que existe a necessidade de refletir muito mais sobre a maneira como esse processo vem ocorrendo e modificando a morfologia do tecido urbano, resultado também da maneira intrincadamente imposta para o desenvolvimento não só do município, como também da Amazônia como um todo, onde se pauta na exploração da região em detrimento do seu povo, gerando cidades capitalistas que fazem de seu território mera mercadoria, principalmente para sujeitos externos e alheios à realidade local.

## REFERÊNCIAS

- A PROVINCIA DO PARÁ, **11 de abril de 1947**. Disponível em: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/jornais/aprovinciadopara/1947/abril/11/5/>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- ABRAMO, P. **A dinâmica imobiliária. Elementos para o entendimento da espacialidade urbana**. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Ano III, n° Especial, Dezembro de 1989.
- ABRAMO, P. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, 9(2), 25, 2007. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n2p25>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- ALTAMIRA. **Lei nº 2.047 de 28 de agosto de 2009**. Dispõe sobre as descrições de limites do Perímetro Urbano do Município de Altamira.
- ALTAMIRA. **Lei nº 1.517, de 16 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre o uso e a ocupação do Solo na zona urbana de Altamira, e dá outras providências.
- ALTAMIRA. **Lei nº 1.518 de 16 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre O Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.
- ALTAMIRA. **Lei nº 2.178, de 07 de abril de 2011**. Dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Altamira e dá outras providências.
- ALTAMIRA. **Lei nº 2.269 de 16 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre as descrições de limites do Perímetro Urbano do Município de Altamira.
- ALTAMIRA. **Lei nº 3.091 de 17 de setembro de 2012**. Dispõe sobre as descrições de limites do Perímetro Urbano do Município de Altamira.
- ALTAMIRA. **Lei nº 3.208 de 03 de novembro de 2015**. Dispõe sobre a declaração do Perímetro Urbano de Altamira até a área do Pedral.
- ALTAMIRA. **Lei nº. 3.188, de 16 de dezembro de 2013**. Trata da revisão do Plano Diretor de Altamira e outras providências. Dezembro de 2013.
- ALTAMIRA. Secretaria Municipal de Educação (SEMED). **Informações sobre obras educacionais executadas pela Norte Energia na cidade de Altamira**. Comunicação pessoal, 2025.
- ALTAMIRA. Prefeitura Municipal; PROJECTUS. **Relatório do plano diretor**. Altamira, 2003.
- ALTAMIRA. **Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico: água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana**. Altamira, PA: Prefeitura Municipal, 2022. Disponível em: [https://altamira.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/PMISB-ALTAMIRA-APROVADO\\_compress.pdf](https://altamira.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/PMISB-ALTAMIRA-APROVADO_compress.pdf). Acesso em: 20 jun. 2025.

ALEIXO, R. **Amapá tem maior taxa de violência da Amazônia Legal, aponta estudo - Portal Amazônia**. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amapa/amapa-taxa-de-violencia-amazonia-legal/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

AMARO, A. B. **Revista Formação (ONLINE)**. Vol. 4; n.23, set-dez/2016. p. 107-136. ISSN: 2178-7298.

ANAEEL (Brasil). **Inauguração da Usina Hidrelétrica Belo Monte: palavras do Ministro Bento Albuquerque**. Brasília: MME, [s.d.]. PDF. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/arquivos/inauguracao-uhe-belo-monte-palavras-ministro-bento-albuquerque-003-pos-revisao-ministro-final.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2025.

ALVES, E. **Da terra ao concreto: a história da construção do Parque Piauí**. PORTAL O DIA, 14 fev. 2024. Disponível em: <https://portalodia.com/noticias/teresina/da-terra-ao-concreto-a-historia-da-construcao-do-parque-piaui-403184.html>. Acesso em: 30 jan. 2025.

ARTE PLAN. **Arte Xingu Altamira: agora vai conhecer a arte de viver bem**. YouTube, 1 ago. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l1xef9wn2oY>. Acesso em: 6 jul. 2025.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BARATA, C. J. B. Dinâmica demográfica e redistribuição populacional na área de influência da usina hidrelétrica de Tucuruí, estado do Pará. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - XVI SIMPURB**, v. 1, p. 118–138, 26 nov. 2019.

BECKER, B. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Atica, 1990.

BECKER, B. **A urbe amazônida**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2013.

BECKER, B. **As Amazônia de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região Amazônica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BENCHIMOL, J. **Amazônia: um pouco antes e além depois**. Manaus: editora UFAM, 1990.

BEZERRA NETO, J. M. De Porto de Moz a ponte seca. gente, espaço e tempo no Xingu oitocentista. In: SOUZA, César Martins de. e CARDOZO, Alírio (Orgs.). **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (Sec. XVII-XXI)**. Belém: EDUFPA, 2008. pp. 97-120.

BIBAS, Luna; CARDOSO, Ana Cláudia. **Redesenhos para Marabá (PA): aspectos socioambientais e de desenho urbano**. *Arquitextos*, v. 17, n. 199.07, 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.199/6357>. Acesso em: 16 out. 2024.

BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BORSODORF, A. **Cómo modelar el de desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana**. Eure, Santiago, v. 29, n. 86, p. 7-49, mayo 2003. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=fo205-v1612003008600002&acript=sci\\_artpext](http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=fo205-v1612003008600002&acript=sci_artpext). Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dados estatísticos – município de Altamira (PA): Censo Escolar da Educação Básica, 2013**. Brasília, DF: Inep, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO (SERPHAU). **Relatório Preliminar de desenvolvimento integrado do município de Altamira**. São Paulo, 1970.

BRASIL. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **POLAMAZÔNIA – Altamira**. 2ed. Belém, 1976.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal**, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 2001.

BROWDER, John.; GODFREY, Brian. **Cidades da Floresta: Urbanização, desenvolvimento e Globalização na Amazônia Brasileira**. Manaus: Editora da UFAM, 2006.

CANCELA, C. D. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém, 1870 – 1920)**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

CARDOSO, Fernando. Henrique.; MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: editora brasiliense, 1977.

CARVALHO, Elaine Cristina Leão; VARELA, Luiz Benedito. **Análise das demandas escolares da educação básica decorrentes da construção da UHE Belo Monte – Altamira-PA**, período 2005-2013. Revista *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, ISSN 1988-7833, janeiro-março 2017. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2017/01/hidreletricas.html>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CATALÃO, I. **Dispersão urbana: apontamentos para um debate**. Cidades (Presidente Prudente), v. 12, p. 251-277, 2015.

CAMPOS; Américo; ABREU; Lindolphu. **O município de Souzel**. Belém: TYP. da Livraria Escolar, 1909.

CARLOS, A. F.A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CORREIO DE CARAJÁS (2024). **Dezesseis anos depois, área da Alpa está sendo devolvida aos antigos donos**. Disponível em:

<https://correiodecarajas.com.br/dezesseis-anos-depois-area-da-alpa-esta-sendo-devolvida-aos-antigos-donos/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CHAVES, C. **Modernização, inventividade e mimetismo na arquitetura residencial em Belém entre as décadas de 1930 e 1960**. Revista Risco: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, São Carlos, n. 4, p. 145-163, fev. 2008. Disponível em: [http://www.iau.usp.br/revista\\_risco/Risco8-pdf/02\\_art10\\_risco8.pdf](http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco8-pdf/02_art10_risco8.pdf). Acesso em: 10 out. 2024.

CHAVES, Celma.; SILVA, I. M. Santos. **Percursos da modernização: a arquitetura do “Novo Centro” na avenida Presidente Vargas em Belém**. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 3., 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. CD-ROM.

CHAVES, T. A. P. V. **O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CORRÊA, R. L. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, v. 49, n. 3, p. 39–68, 1987.

CÂMARA, M. A. G. da. - **O pombalino: modelos e aplicações: urbanismo, arquitetura e azulejaria**. Discursos [Em linha]: língua, cultura e sociedade. ISSN 0872-0738. S. 3, nº 1, p. 197-214, 1999.

CLASSIFICADOS ALTAMIRA COMPRA E VENDA. **Casa disponível pra venda no bairro São Joaquim: três quartos, sala, cozinha, dois banheiros, garagem, quintal, título definitivo**. Facebook, 21 jul. 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/525533501206267/permalink/2273939733032293>. Acesso em: 3 ago. 2025.

COSTA, É. F. N. da. **CIDADES INTERMEDIÁRIAS DA AMAZÔNIA: Estrutura intraurbana em ALTAMIRA**. [s.i]: Novas Edições Acadêmicas, p. 219, 2018.

COUDREAU, H. **Viagem ao Xingu**. São Paulo: Editora da USP, 1977.

DAOU, A. M. **Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. VI, p. 867–888, set. 2000.

DA TRINDADE, J. **A razão neoliberal na Amazônia e o apagamento da juventude em Altamira-PA**. 2022. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://ppgcp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/JONAS%20TRINDADE%20%28vf-sfc%29.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025

DERENJI, J. da S. **Arquitetura Eclética no Pará**. In: FABRIS, Annateresa (org.) Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

DEMATTEIS, G. **Suburbanización y periurbanización**. Ciudades anglosajonas y

ciudades latinas. In: MONCLÚS, Francisco J. (ed.). **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998.

DIAS, R. L. **Produção do Espaço Urbano: Análise do Papel de Parcelamentos do Solo Urbano como Estruturadores da Expansão Urbana de Altamira – PA**. 2022. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira-PA, 2022.

ELETROBRÁS. Estudo de impacto ambiental – EIA, **Relatório de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – RIMA Belo Monte**. Brasília, 2009.

EMMI, M.F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2ª. ed. Belém: NaeaUFPA, 1999.

FAINGUELERNT, M. B. **A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. Ambiente & Sociedade, v. XIX, n. 2, p. 245–264, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ThnyR8RrxcBNSqVGKKxqqP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FREIRE, Ana Luiza; QUEIROX, Igor G. **Fordlândia - ruína do futuro**. In: XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2021, Salvador. Anais do... Salvador: UFBA, 2021. v. 4. p. 3310-3327.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Indicadores de Belo Monte: resumo dos resultados de junho de 2014 a julho de 2015**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/83496a6f-ccde-4e47-bb70-9b2cc52f7171/content>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Indicadores de Belo Monte: um diálogo entre condicionantes do licenciamento ambiental e o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV, 2016. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/7bb4038c-79c6-4c5f-bc35-382e6d55b731/content>. Acesso em: 20 jun. 2025.

G1. **Obra de hidrelétrica faz triplicar preço de aluguel na região de Belo Monte**. G1, 28 ago. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/obra-de-hidreletrica-faz-triplicar-preco-de-aluguel-na-regiao-de-belo-monte.html>. Acesso em: 6 jul. 2025.

G1 Pará. **Fim das obras de Belo Monte revela cenário de desemprego na região**. Jornal Liberal 1ª Edição, Globo, 30 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/videos-jornal-liberal-1-edicao/video/fim-das-obras-de-belo-monte-revela-cenario-de-desemprego-na-regiao-5125390.ghtml>. Acesso em: 6 jul. 2025.

GHISLENI, C. **O que são cidades compactas?** Archdaily, 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/975882/o-que-sao-cidades-compactas#:~:text=A%20cidade%20compacta%20diz%20respeito,exemplos%20conhecidos%20de%20tal%20modelo>. Acesso em: 3 out. 2022.

GOOGLE EARTH<sup>1</sup>. **Uso inapropriado de área Cota 100 – APP**. Recorte temporal 2014 e 2025. Imagem de 2014 e 2025. Google, 2025. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GOOGLE EARTH<sup>2</sup>. **Vista do Parque Igarapé Altamira, Pará, Brasil**. Imagem de 2022. Google, 2025. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GOOGLE EARTH<sup>3</sup>. **Terrenos ociosos na malha urbana consolidada de Altamira**. Imagem de 2025. Google, 2025. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GOES, Eda Maria e MELAZZO, Everaldo Santos. **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997, 2a edição, 310 p.

GRUPO MIRANTE. **BR-230 em Altamira: DNIT assina ordem para adequação de 15 quilômetros**. [S.l.]: YouTube, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JZmSaMsU8TY>. Acesso em: 25 jul. 2025.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo, HUCITEC, 1980.

HARVEY, D. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, 2008.

HEARN, S. L. (Pennsylvania and New Jersey). **Encyclopedia of Greater Philadelphia**, 2015. Disponível em: <https://philadelphiaencyclopedia.org/essays/levittowns/>. Acesso em: 18 set. 2024.

HOGAN, ET AL. **Dinâmica Demográfica Recente na Amazônia**. In: BATISTELLA, M. ET ALL. *Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação*. São Paulo: Edusp, 2008.

HOWARD, E. **Cidades-Jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB per capita de Altamira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: séries temporais**. Rio de Janeiro, 2015a. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>. Acesso em: 12 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acervo Fotográfico do IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Hierarquia urbana e região de Influência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área Urbanizada**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INDOVINA, F. **La città diffusa**. Venezia: Dipartimento di Analisi Economica e Sociale del Territorio, Istituto Universitario di Architettura di Venezia, 1990.

ISA; MAB. **Nota Técnica: Panorama sobre o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Altamira (PA)**. Altamira, PA: [S.n.], 2022, 32 p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. De Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: USP, 1992.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. 2ª. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEGROUX; M. **La fragmentación socioespacial a través de la vida cotidiana: Análisis de prácticas espaciales de habitantes de Marabá-PA (Brasil)**. Revista Cidades, vol. 15, n. 24, p. 21-48, 2023.

LIMONAD, E. **Urbanização dispersa, mais uma forma de expressão urbana?** Formação, Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia, vol. 1, n. 14, p. 31-45, 2011.

LOBO, M. A. A. **Método para compatibilizar setores censitários urbanos de 1991 e 2000 aplicado ao estudo da dinâmica populacional da região metropolitana de Belém (PA)**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, vol. 1, núm. 1, enero-junio, 2009, pp. 71-83.

LOBO, Marco Aurélio Arbage; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury; COSTA, Ériko Fabrício Nery da. 2017. **Urbanização, Banização, Dispersão Urbana e Estrutura Intraurbana de cidades intermediárias da Amazônia: o caso de Altamira (PA)**. Boletim de Geografia, Maringá, v. 35, n 1, p. 43-63, 2017.

MAPBIOMAS Brasil. **Favelas no Brasil crescem em ritmo acelerado e ocupam 106 mil hectares**. São Paulo: MapBiomas, 4 nov. 2022. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2022/11/04/favelas-no-brasil-crescem-em-ritmo-acelerado-e-ocupam-106-mil-hectares/>. Acesso em: 6 ago. 2025

MACHADO, L. O. **Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira**. In: Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, No. 1, 1999, p. 109-138.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151–166, ago. 2003.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-192.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. v. 9, n. 3, p. 325, 2017.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. Contexto, São Paulo, 2011.

MARQUES, G. de S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. v. 1o ed.

MARTINELLO, P. **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco, Acre.: Edufac, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Recomendação visa a regularização de 43 loteamentos**. Altamira, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/recomendacao-visa-a-regularizacao-de-43-loteamentos.htm>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Minuta da reunião sobre o loteamento Residencial Viena**. Altamira, jan. 2023. [Minuta de reunião sobre os problemas de infraestrutura enfrentados no bairro].

MIRANDA, Cybelle Salvador; LIMA, Zâmara Elaíne Anunciata. **Fordlândia e Belterra: percursos etnográficos e a patrimonialização da Arquitetura em madeira**. 5% Arquitetura + Arte, São Paulo, ano 16, v. 01, n.21, e168, p. 1-23, jan./jul./2021. Disponível em: <http://revista5.arquitetonica.com/index.php/periodico-1/ciencias-sociais-aplicadas/fordlandia-e-belterra-percursos-etnograficos-e-a-patrimonializacao-da-arquitetura-em-madeira>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MIRANDA NETO, J. Q. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da usina belo monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência**. 2016. 370 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2016.

MIRANDA NETO, J. Q. **Grandes Projetos e a “Janela Imobiliária”: a estratégia espacial das incorporadoras em Altamira-PA durante a construção da UHE Belo Monte**. InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 9, n. esp., e2023.10, 2023.

MONCLÚS, F. J. **Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico urbanísticas**. In: MONCLÚS, Francisco J. (org.). La ciudad dispersa. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998, p. 143-167.

MORAIS, R. **O meu dicionário de cousas da Amazônia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v.175, 2013.

NAHUM, J. S. **Região, discurso e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento**. Boletim de Geografia, v. 29, n. 2, p. 17-31, 20 abr. 2012.

NASCIMENTO, C. P. **Cenários da produção espacial urbana de Porto Velho**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

NASCIMENTO; BASTOS, 2014. **a formação socioespacial da Amazônia e sua condição atual de desenvolvimento: uma leitura a partir de múltiplas escalas dentro de uma perspectiva histórica**. Revista de Geografia, vol. 31, no. 3, 22 Dec. 2014, pp. 230–242.

NOBREGA, P, R. **Uma Revisão Didática do Método Dialético e da Démarche Regressiva-Progressiva como Subsídio para a Leitura do Mundo Moderno / A Didactic Review of Dialectical Method and Regressive-Progressive Démarche as Ways of Reading the Modern World**. Espaço Aberto, v. 8, n. 1, p. 25–38, 12 set. 2018.

NORTE ENERGIA S.A. **Licenciamento ambiental**: Licença de Instalação. Altamira, PA: Norte Energia, 2011. Disponível em: [https://www.norteenergiasa.com.br/media/gallery/docs/20231119-231359-048-DCB7\\$licenciamento-licenca-instalacao.pdf](https://www.norteenergiasa.com.br/media/gallery/docs/20231119-231359-048-DCB7$licenciamento-licenca-instalacao.pdf). Acesso em: 20 jun. 2025.

NORTE ENERGIA S.A. **Licenciamento ambiental**: Licença de Operação. Altamira, PA: Norte Energia, 2015. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/media/gallery/docs/licenca-de-operacao-no-1317-2015-primeira-retificacao-usina-hidreletrica-belo-monte.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

NORTE ENERGIA S.A. **Institucional — apresentação da empresa**. Norte Energia, Altamira, PA: Norte Energia, 2025. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

NOVAES, F. P. Entrevista concedida ao autor. Altamira, 9 jul. 2025.

OJIMA, R. **Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras**: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. 2007. 166f. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ONU BRASIL, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-ser%C3%A1168-urana-at%C3%A9-2>. Acesso em: 25 jan. 2025.

POMPEU, V. de S. **Entre os eixos da circulação: as faces-fases da produção do espaço urbano de Tucuruí-PA**. Orientador: Gilberto de Miranda Rocha. 2020. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em:

<http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/15294>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001. 178 p.

REDÓN, Sergio Moreno; SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. Os novos vetores da produção do espaço urbano em Marabá-PA. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; REDÓN, Sergio Moreno (orgs). **O Programa minha casa minha vida e seus desdobramentos socioespaciais**: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. Porto Alegre, RS: TotalBooks, 2021. p.144-179.

REIS, N.G. **Dispersão Urbana e modernização capitalista**. Revista Cidades, v.12, n.21, p 91-107, 2015.

RIBEIRO, R. F. **Arquitetura moderna e modernização em Belém: um estudo do edifício Manuel Pinto da Silva**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ROCHA, G. M. Vilas e cidades e a Usina Hidrelétrica Tucuruí. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. P.283-307. São Paulo: Annablume, 2008.

ROCHA, G. M. **A Redistribuição espacial da população da área de influência da Usina hidrelétrica Tucuruí (PA)**. In: SILVA, C. N. da; SILVA, J.M. P. da; CHAGAS, C.A.N.(Org.). Geografia na Amazônia Paraense: Territórios e Paisagens. Belém: GAPTA/UFGA, 2015. p. 327-351.

ROCHA, Gilberto Miranda; GOMES, Claudemir Brito. **A construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí**. In: Trindade JR, Saint-Clair Cordeiro; Rocha, Gilberto Miranda (org). A cidade empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 27-56.

RODRIGUES, Marcos Mascarenhas Barbosa; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Longe do Rio, Longe da Cidade**: UHE Belo Monte, Deslocamentos Compulsórios e Segregação em Altamira (PA). *Ciência Geográfica* - Bauru, v. XXVI, n. 1, p. 497 – 522. jan./dez. 2022.

ROLNIK. **A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**, 1997.

ROMERO, M. V. **O Sistema de Aviamento Na Economia Da Borracha No Brasil: Superexploração Do Trabalho Nos Seringais E O Surgimento de Uma Elite Urbana Na Amazônia**. *Sociologias Plurais*, vol. 9, no. 2, 31 July 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/scjplr.v9i2.92009>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SUMAÚMA ENVIRONMENTAL. **Oito histórias sobre Belo Monte que a Norte Energia não contou na viagem patrocinada a Altamira**. Sumaúma.com, 2025. Disponível em: <https://sumauma.com/oito-historias-sobre-belo-monte-que-a-norte-energia-nao-contou-na-viagem-patrocinada-a-altamira/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTANA, D. **Marabá tinha quase 65 mil pessoas morando em favelas em 2022; veja ranking - ZÉ DUDU**. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/maraba-tinha-quase-65-mil-pessoas-morando-em-favelas-em-2022-veja-ranking/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SANTOS, L. A. de C. **O pensamento sanitarista na Primeira República. Uma ideologia de construção da nacionalidade**. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARGES, M. de N. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SILVA, S. de S. **Produção do espaço urbano em Marabá (PA): trajetórias e processos**. Geopauta, v. 6, p. e10094, 2022a.

SILVA, O. T. da. **A lógica da produção imobiliária capitalista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022b. 192 páginas. ISBN: 9786587145273.

SILVA, H. M. R. da. **Afluxo populacional e monitoramento de aspectos socioeconômicos- UHE Belo Monte: lições para o licenciamento ambiental federal de grandes hidrelétricas na Amazônia**. 2020. 29 p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2020

SILVA, B. Entrevista concedida ao autor. Altamira, 24 jul. 2025.

SMITH, N. **Para uma teoria do desenvolvimento desigual I: A dialética da diferenciação e da igualização geográficas**; para uma teoria do desenvolvimento desigual: A escala espacial e o vaivém do capital. In: SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, K. G. **As Formas de Morar na Belém da Belle Époque (1870 – 1910)**. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <http://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Ms%202006%20KAROL%20GILLET%20SOARES.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SOJA, E. **Geografias pós modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOJA, E. **Para além de postmetropolis**. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, v.20, n.1, p. 136-167, 2013.

SOUZA, A. M. T. de. **As políticas de gestão da força de trabalho e as condições de vida do trabalhador das obras barrageiras.** TRAVESSIA - Revista Do Migrante, 2(6), p. 25–28, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.48213/travessia.i6.97>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. B. **Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas.** In: REIS FILHO, Nestor G. (Org.). Sobre dispersão urbana. São Paulo: Via das Artes, 2009, p. 35-54.

SPOSITO, M. E. B. **Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano.** Revista Cidades, Presidente Prudente, vol. 7, n. 11, p. 125-147, 2010.

TELES, A. S. Entrevista concedida ao autor. Altamira, 2 jun. 2025.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury; CORRÊA, Antônio José Lamarão; BARROS, Roberta Safira da Silva. **ESTRUTURA INTRAURBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA BELÉM DA BELLE ÉPOQUE (1870-1910).** In: Anais do 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Anais... Belo Horizonte (MG) UFMG, 2018. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71456-ESTRUTURA-INTRAURBANA-E-SEGREGACAO-SOCIOESPACIAL-NA-BELEM-DA-BELLE-EPOQUE-\(1870-1910\)](https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71456-ESTRUTURA-INTRAURBANA-E-SEGREGACAO-SOCIOESPACIAL-NA-BELEM-DA-BELLE-EPOQUE-(1870-1910)). Acesso em: 27 jan. 2025.

TOURINHO, H. L. Z. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: [http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3154/arquivo6652\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3154/arquivo6652_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 6 jun. 2023.

TRACTEBEL. **Soluções de engenharia para um futuro sustentável.** Disponível em: <https://tractebel-engie.com.br/pt/a-historia-da-tractebel>. Acesso em: 25 jan. 2025.

TRINDADE JÚNIOR, S.- C. C. **Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém.** n. 4, p. 39–52, 21 dez. 2000.

TRINDADE JR, Saint. C. C; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Belém: Paka-Tatu, 2002.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. **Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”:** espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. Papers do NAEA, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE JR, S.- C. **Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa.** Revista Cidades, Rio Claro, v. 12, n. 21, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. **Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 13(2), 135, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p135>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UMBUZEIRO. Antônio Ubirajara Bógea; UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. **Altamira e sua história.** 4 ed. Belém, Ponto Press, 2012.

URBANIDADES. [Imagem sobre taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento]. [ilustração]. In: **Taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento** v. 2.0. São Paulo: Urbanidades, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2020/03/29/taxa-de-ocupacao-e-coeficiente-de-aproveitamento-v-2-0/>. Acesso em: 23 jun. 2025

VENTURA, R. **A floresta urbanizada a formação de núcleos urbanos na transamazônica,** trecho Altamira – Itaituba. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2004.

VICENTINI, Juliana de Oliveira.; ALBUQUERQUE, Carolina de. **O Discurso Desenvolvimentista sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Contexto do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).** Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 19, n. 54, p. 28–47, 2021. DOI: 10.21527/2237-6453.2021.54.28-47.

Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10999>. Acesso em: 30 dez. 2022.

VIDAL, Celma Chaves; LIMA, George Bruno. (2018). **Cidade e modernidade: Processos de modernização urbana em Belém do Pará entre 1930-1960.** Registros. Revista de Investigación Histórica, 14(2), 88–112. Recuperado a partir de: <https://revistasfaud.mdp.edu.ar/registros/article/view/236>. Acesso em: 30 dez. 2022.

VILLAÇA, F. J. M. **Espaço intraurbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute. 1998.

## APÊNDICE

### Questionário Semiestruturado para Lideranças Comunitárias

**Tema: Condições socioeconômicas e impactos socioespaciais nos bairros periféricos de Altamira (PA)**

#### 1. Dados de Identificação da Liderança Entrevistada (Opcional)

Nome:

Bairro:

Tempo de residência no bairro:

Tempo de existência da associação:

Função que exerce na comunidade (líder comunitário, associação, etc.):

Motivos para a formação da associação:

#### 2. Perfil Socioeconômico da População do Bairro

Qual é, aproximadamente, a faixa etária predominante dos moradores?

Qual é a principal ocupação/profissão das pessoas que vivem no bairro?

A maioria trabalha no próprio bairro, em outros bairros ou na zona rural?

Existe uma presença significativa de trabalhadores informais? Se sim, quais atividades são mais comuns?

Qual é, aproximadamente, a renda média familiar mensal da maioria dos moradores?

Até 1 salário mínimo

De 1 a 2 salários

De 2 a 3 salários

Acima de 3 salários

Como você avalia o nível de escolaridade dos moradores?

Analfabetismo significativo

Ensino fundamental incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior

#### 3. Processo de Ocupação e Escolha do Bairro

Desde quando esse bairro existe aproximadamente?

Na sua percepção, qual foi o principal motivo que levou as pessoas a escolherem esse bairro para morar?

Baixo custo dos terrenos ou casas

Deslocamento compulsório (remoções urbanas)

Próximo a familiares ou conhecidos

Não havia outra opção acessível na cidade

Outros motivos: \_\_\_\_\_

Muitos moradores vieram de onde? (Outros bairros de Altamira, zona rural, outros municípios, etc.)

Você percebe que houve crescimento populacional no bairro após sua entrega?

Percebe também que os primeiros moradores permanecem no local?

#### 4. Infraestrutura, Mobilidade e Acesso a Serviços

Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores no dia a dia?

Dentre os principais problemas você poderia classificá-los do mais relevante para o

menos relevante de acordo o quadro abaixo??

- Transporte público insuficiente
- Acesso difícil ao centro da cidade
- Ruas não asfaltadas / de difícil acesso em épocas de chuva
- Falta de iluminação pública adequada
- Insegurança / violência
- Saneamento básico precário
- Outros: \_\_\_\_\_

Qual o principal modo de transporte da população?

- Carro
- Moto
- Bicicleta
- A pé
- Transporte Coletivo

Como você considera o sistema de transporte público de Altamira?

- Ótimo
- Regular
- Falho
- Péssimo
- Inexistente

Qual a frequência as frotas de ônibus passam pelo bairro?

Como é o acesso a serviços essenciais, como:

Escolas: Existem escolas no próprio bairro? São suficientes?

Postos de saúde: Existem? Funcionam bem?

Mercados e comércios: Há comércio no bairro ou é necessário se deslocar principalmente para fazer a “feira” do mês?

## 5. Percepção sobre a Hidrelétrica Belo Monte

Na sua visão, a construção da UHE Belo Monte trouxe algum benefício direto ou indireto para este bairro?

- Sim  Não  Parcialmente

Se sim, quais foram os principais benefícios percebidos?

- Geração de empregos
- Melhoria na infraestrutura (asfalto, energia, água, etc.)
- Construção de equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, etc.)
- Outros: \_\_\_\_\_

E quanto aos impactos negativos, quais você percebe? No caso de todos, poderia classificar do impacto mais relevante para o menos?

- Aumento no custo de vida
- Aumento na desigualdade social
- Deslocamento de famílias
- Problemas ambientais
- Outros: \_\_\_\_\_

De forma geral, você considera que a qualidade de vida dos moradores melhorou, piorou ou permaneceu igual após Belo Monte? Justifique.

### **6. Percepção sobre outros projetos a serem instalados em Altamira**

Na sua visão, a construção de mais um empreendimento de impacto social e ambiental como o projeto Belo Sun irá trazer algum benefício direto ou indireto para este bairro?

Sim  Não  Parcialmente

Se sim, quais serão, a seu ver, os principais benefícios?

Geração de empregos

Melhoria na infraestrutura (asfalto, energia, água, etc.)

Construção de equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, etc.)

Outros: \_\_\_\_\_

E quanto aos impactos negativos, quais você crê que ocorrerão?

Aumento no custo de vida

Aumento na desigualdade social

Deslocamento de famílias

Problemas ambientais

Outros: \_\_\_\_\_

### **7. Espaço Aberto para Considerações Finais**

Gostaria de deixar mais algum comentário, relato ou reflexão sobre o bairro, a cidade ou os impactos da UHE Belo Monte?